



opovo
E O PRESIDENTE

1982

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gabinete Civil

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
Coordenadoria de Divulgação

O Povo e o Presidente

BRASÍLIA
1983

SUMÁRIO

	Página
Programa nº I	7
Programa nº II	23
Programa nº III	37
Programa nº IV	51
Programa nº V	65
Programa nº VI	79
Programa nº VII	95
Programa nº VIII	109
Programa nº IX	123
Programa nº X	135
Programa nº XI	147
Programa nº XII	161
Programa nº XIII	173
Programa nº XIV	185
Programa nº XV	199
Programa nº XVI	213
Programa nº XVII	227
Programa nº XVIII	241
Programa nº XIX	255
Programa nº XX	269
Programa nº XXI	281
Programa nº XXII	295



PROGRAMA Nº I

30 de maio de 1982

ABERTURA

ALUGUEL E CASA PRÓPRIA

SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL

AUXÍLIO DESEMPREGO

CRIMINALIDADE

SALÁRIO E INFLAÇÃO

PESQUISA E MULTINACIONAIS

BOLSAS DE ESTUDO

APOSENTADORIA – PREVIDÊNCIA

AUMENTO DO NÚMERO DE DEPUTADOS

SITUAÇÃO DO NORDESTE

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – *Boa noite, brasileiros. Começa hoje o programa “O Povo e o Presidente”. Estamos aqui, ao lado do Presidente João Figueiredo, que abriu os portões do Palácio da Alvorada para um diálogo sem intermediários com vocês.*

Boa noite, Senhor Presidente. Eu quero aproveitar a oportunidade e ser o autor da primeira pergunta: “Que contribuição o Senhor acredita que a sua presença neste programa poderá trazer à vida brasileira?”

Presidente – A minha presença neste programa tem importância para mim e para o povo. Para este, porque passa a dispor de um canal direto com o Presidente da República, com a certeza de ser ouvido, e a quem poderá apresentar as suas queixas, formular suas apreensões, manifestar opiniões, as suas esperanças e até críticas.

Minha presença aqui possibilita melhor comunicação entre o povo e o seu presidente. O que é bom para mim, e que é bom para o povo, o que é bom, portanto, para o Brasil.

ALUGUEL E CASA PRÓPRIA

Apresentador – Agora, vamos às cartas. A produção do programa selecionou cartas representativas das dúvidas e reivindicações da maioria das pessoas que nos escreveram. Por exemplo, a primeira carta:

A carta é de Horácio Nunes Ribeiro, vem de São Paulo, e traz uma sugestão. Diz ele: "Presidente, se o Senhor quer mesmo ajudar o tão sofrido povo brasileiro das classes média e pobre, congele por três anos os aluguéis e prestações da casa própria".

Isso é possível, Presidente?

Presidente – A experiência anterior ao sistema habitacional que foi instituído pelo Governo, há cerca de 15 anos, demonstrou que o congelamento dos aluguéis desestimula a construção civil.

A solução adequada para mim é dar oportunidade a que todos possuam a sua casa. Para isso, nós temos o BNH e a Caixa Econômica Federal.

Os recursos vêm do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da caderneta de poupança, que rendem juros e correção monetária a favor do depositante. Os mesmos juros, entretanto, e correção monetária têm que incidir sobre as prestações das casas, senão os prejudicados seriam os trabalhadores e depositantes.

Esse programa, essa idéia, será intensificado com a criação do FINSOCIAL, que acabo de instituir nessa última semana, e que eu tenho a certeza, dará um grande impulso na possibilidade de darmos aos brasileiros de baixa renda a sua casa.

SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL

Apresentador – *Bom, agora temos a carta de uma mulher, Maria da Guia dos Santos Silva, mora no município de Santa Rita, na Paraíba. Ela lembra que, no Estado dela, Presidente, o salário mínimo é o menor do País. E critica a carestia, a falta de dinheiro e pergunta: "Será que a Paraíba está fora do mapa, Senhor Presidente?"*

Presidente – Não! Diga a essa senhora que a Paraíba nunca esteve tão dentro do mapa do Brasil como agora. A questão não é bem essa.

As regiões mais desenvolvidas do País podem ter um salário mínimo acima das regiões menos desenvolvidas.

É preciso lembrar que, não faz muito tempo, o Brasil já teve 30 salários mínimos diferentes. O meu Governo conseguiu reduzi-los para três apenas. A Paraíba, com mais alguns estados do Nordeste constitui uma das regiões dessas três.

Eu espero, que em breve, ainda no meu Governo, seja possível estabelecer para o País um só salário mínimo.

AUXÍLIO DESEMPREGO

Apresentador – *Esta carta aqui é de Anibal do Carmo Mendes, mineiro, tem três dependentes e está desempregado há 10 meses. E ele pergunta: "Presidente, a Lei do Auxílio Desemprego existe só para as capitais ou é para o interior, também?"*

Presidente – Meu caro Anibal, o auxílio desemprego vale para todo o País.

Ele se constitui numa ajuda do Governo ao trabalhador que deixa de trabalhar por mais de três meses, ou seja, para o trabalhador que deixa de trabalhar contra a sua vontade. Como, por exemplo, quando a sua empresa fecha.

Ele equivale a 80% do salário mínimo, mas é uma ajuda de emergência, em que o Governo procura que o trabalhador possa se manter durante o tempo em que deixou de trabalhar.

Por outro lado, o Governo auxilia o trabalhador a procurar um novo emprego, através do Sistema Nacional de Emprego, do Ministério do Trabalho. Tenho a certeza que, com a reativação da economia, em particular com o programa habitacional que acabei de instituir esta semana, o problema do desemprego será contornado em prazo curto.

CRIMINALIDADE

Apresentador – *A próxima carta é de Ricart Guimarães Monachesi, carioca. E ele tem 11 anos. A nossa reportagem localizou Ricart, é ele que pergunta: "Presidente, como o Senhor faria para acabar com a criminalidade e com o problema das crianças desamparadas no Brasil?"*

Presidente – Eu fico muito satisfeito de ver que você, um menino de 11 anos, foi capaz de formular uma pergunta de tanto interesse para nossa sociedade.

Eu desejaría que pudéssemos acabar com a criminalidade no Brasil em prazo curto. Mas nenhum país, por mais adiantado, conseguiu até hoje esse milagre.

A criminalidade, fenômeno extremamente complexo, não pode ser resolvida simplesmente com a prisão. Mas é verdade que sem polícia e sem prisão o crime aumentaria.

A legião de menores desamparados é fruto de desajustes sociais e de fatores econômicos. O problema é ainda agravado pelo aumento populacional nos últimos 20 anos, em que a nossa população foi acrescida de 50 milhões de brasileiros.

Para reduzir a criminalidade são necessárias medidas assistenciais e medidas educacionais que o meu Governo está incrementando.

Eu tenha a impressão, Ricart, tenho quase a certeza, de que você vai ter um País bem melhor do que esse que nós estamos vivendo hoje.

SALÁRIO E INFLAÇÃO

Apresentador – Esta carta é de uma professora, moradora no município de Dias D'Ávila, na Bahia, e pede uma explicação. A dona Maria Pereira Oliveira do Nascimento, quer saber, Senhor Presidente, por que quando aumenta o salário aumentam todos os alimentos?

Presidente – A preocupação com a alimentação no meu Governo é tão grande que, ainda como candidato, anunciei que a prioridade um no Governo seria a agricultura. Apesar dos pesares, apesar dos tropeços, das dificuldades de ordem climática, e de recursos financeiros, conseguimos passar em menos de três anos de 48 milhões de toneladas de grãos produzidos para mais de 54 milhões de toneladas.

Confesso entretanto à senhora, que muitos fatores fora do controle do Governo podem provocar o aumento do preços dos alimentos. E os reajustes salariais são justamente para enfrentar esse aumento.

A política salarial que adotei no meu Governo, de reajustar, duas vezes por ano e acima da inflação para quem ganha até três salários mínimos, é para possibilitar acompanhar mais de perto esse aumento de preço.

Confesso à senhora que não tem sido fácil, mas tenho a convicção de que, se nos dedicarmos à agricultura, e tivermos um sistema melhor, uma estrutura melhor de controle, nós conseguiremos que os alimentos cheguem à população por um preço justo para o produtor e para o consumidor.

PESQUISA E MULTINACIONAIS

Apresentador – *Esta carta aqui é de São Paulo. O que preocupa o paulista Adalberto Tomazelli é a educação no Brasil. A carta dele, Presidente, vem do município de Morro Agudo, no interior de São Paulo. E o Tomazelli ouviu dizer que estão pensando em transformar as universidades públicas brasileiras em particulares, através de um subsídio que seria pago por grandes empresas.*

Ele pergunta: "Já que em nosso País as maiores empresas são multinacionais, que interesse elas teriam em financiar a pesquisa nacional, quando se sabe que a criação de tecnologia própria tornaria o Brasil mais independente e deixariam de importar máquinas e idéias?"

Presidente – Não é intenção do Governo privatizar ou estatizar o ensino superior no País. Muito menos com os subsídios das grandes empresas. O que está em exame – e profundamente – é o regime de gratuidade indiscriminada nas universidades federais. Grátis deve ser o ensino para o estudante pobre e só para este.

BOLSAS DE ESTUDO

Apresentador – *A próxima pergunta, Presidente, é de Sidney da Silva, que mora no Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.*

Ele lembra que existem cursos que só podem ser feitos em escolas pagas e pergunta: "Quando isso acontece, o MEC não deveria dar bolsas de estudo?"

Presidente – O MEC mantém um sistema de bolsas para alunos de 1º e 2º graus, que não encontram vagas nas escolas públicas. Além disso, ele mantém ainda o Programa de Material Escolar, FENAME, que já distribuiu cerca de 60 milhões de cadernos e livros e outros itens didáticos. E o Programa de Merenda Escolar que, em 1982, vai atender cerca de 17 milhões e meio de crianças.

Para o aluno sem recursos, do 3º grau, existe o Programa de Crédito Educativo, que já possibilitou 650 mil universitários concluírem o seu curso. Foram 25 bilhões de cruzeiros aplicados somente nesse programa. O Governo está, assim, amparando o aluno sem recursos, e vai aumentar ainda mais esse apoio.

APOSENTADORIA – PREVIDÊNCIA

Apresentador – *Bem, Presidente, vamos agora da Educação para a Previdência. José Gomes Pedroso escreve de Corumbá para dizer que tem 75 anos e trabalhou desde os 15 anos. Em 1965 ele foi aposentado por deficiência cardíaca. E, desde aquele ano, ele ganha 31 cruzeiros por mês, sem qualquer revisão ou correção monetária. Como é que é isso, Presidente?*

Presidente – A revelação para mim, confesso que é surpreendente. Eu vou determinar ao Ministro Hélio Beltrão que estude o caso do senhor Pedroso. Confesso que é estarrecedor saber que após 60 anos de trabalho, um homem com 75 anos, como o senhor Pedroso, estava ganhando 30 e poucos cruzeiros.

Essa situação não deve apenas, ela tem que ser resolvida. Isso eu prometo.

AUMENTO DO NÚMERO DE DEPUTADOS

Apresentador – Agora, Presidente, tem aqui uma pergunta política. O General Pedro Teixeira, de Formiga, Minas Gerais, quer saber: “Qual a razão do Senhor criar e depois colocar em prática o projeto de aumentar o número de deputados na Câmara Federal,” – e ele conclui – “se o número deles já é muito grande?”

Presidente – O Governo, em princípio, não quer aumentar o número de deputados só por aumentar. Acontece que diversos estados tiveram diminuída a sua representação por migração populacional para outros estados, enquanto outros estados tiveram suas bancadas aumentadas pelo aumento populacional.

Eu não quero que nenhum Estado deixe de crescer. Como não quero, também, que nenhum Estado tenha diminuída sua representação.

Foi para fazer face a esse desequilíbrio que eu propus o aumento de 420 deputados para 460, e não para 520 como foi a proposta inicialmente feita.

SITUAÇÃO DO NORDESTE

Apresentador — Presidente, essa carta aqui é do Sérgio Alarcon Marques.

Ele escreve do Rio de Janeiro, mas está preocupado com o Nordeste. Pede informações sobre os estudos para o desvio das águas do rio Tocantins. Lembra que há dois anos o Presidente liberou verba de 200 milhões com esse objetivo.

E comenta: "O grande desafio hoje, de um Presidente, não é a dívida externa ou a inflação, e sim a redenção do Nordeste".

O Senhor concorda, Presidente?

Presidente — Os estudos nesse sentido estão adiantados no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Até o fim do ano teremos definido as obras de canais e reservatórios. Está também em estudos a transposição das águas do rio São Francisco e também do Tocantins, para beneficiar regiões semi-áridas da Bahia, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

A diretriz fundamental do meu Governo para o Nordeste é reduzir o desnível econômico entre o Nordeste e as demais regiões do País. Eu fiz um pequeno resumo dos principais programas que o Governo desenvolve no Nordeste:

- Investimento de 100 bilhões em programas especiais, destacando-se a criação de 1.200 pontos de água, com seis bilhões de metros cúbicos.
- Criação de frentes de trabalho, com alistamento de um milhão e 140 mil trabalhadores, sustentando cinco milhões de brasileiros na área assolada pela seca e garantindo assistência médica e escola.
- Quanto aos programas especiais:

O Polonordeste: construindo estradas, escolas, hospitais, postos de saúde, em 779 municípios.

O Projeto Sertanejo: irrigação e assistência a 15 mil pequenas propriedades rurais em 506 municípios.

O Programa de Irrigação CODEVASF/DNOCs — 20.200 hectares, 3.200 famílias beneficiadas.

Industrialização: 67 mil novos empregos criados com 364 projetos industriais.

O Programa do PROMORAR/DNOCs: 121 novos sistemas de saneamento e 310 mil financiamentos de casa própria.

E, no Projeto Rondon: assistência médica a 500 mil pessoas.

Eu devo declarar, sem desfazer do esforço dos Governos que me precederam, que nunca tantos recursos foram postos à disposição do Nordeste.

Reconheço, como já tive ocasião de declarar várias vezes em praça pública no Nordeste, que lamento as dificuldades econômico-financeiras que o País está passando. Mas prometi, e mantenho a promessa, de

que tão logo nós tenhamos uma folga, nós possamos reacender a nossa economia, a minha primeira preocupação será repartir recursos para o Nordeste.

O apoio para o Nordeste não é apenas preocupação ou dever meu. É dever de todos os brasileiros.

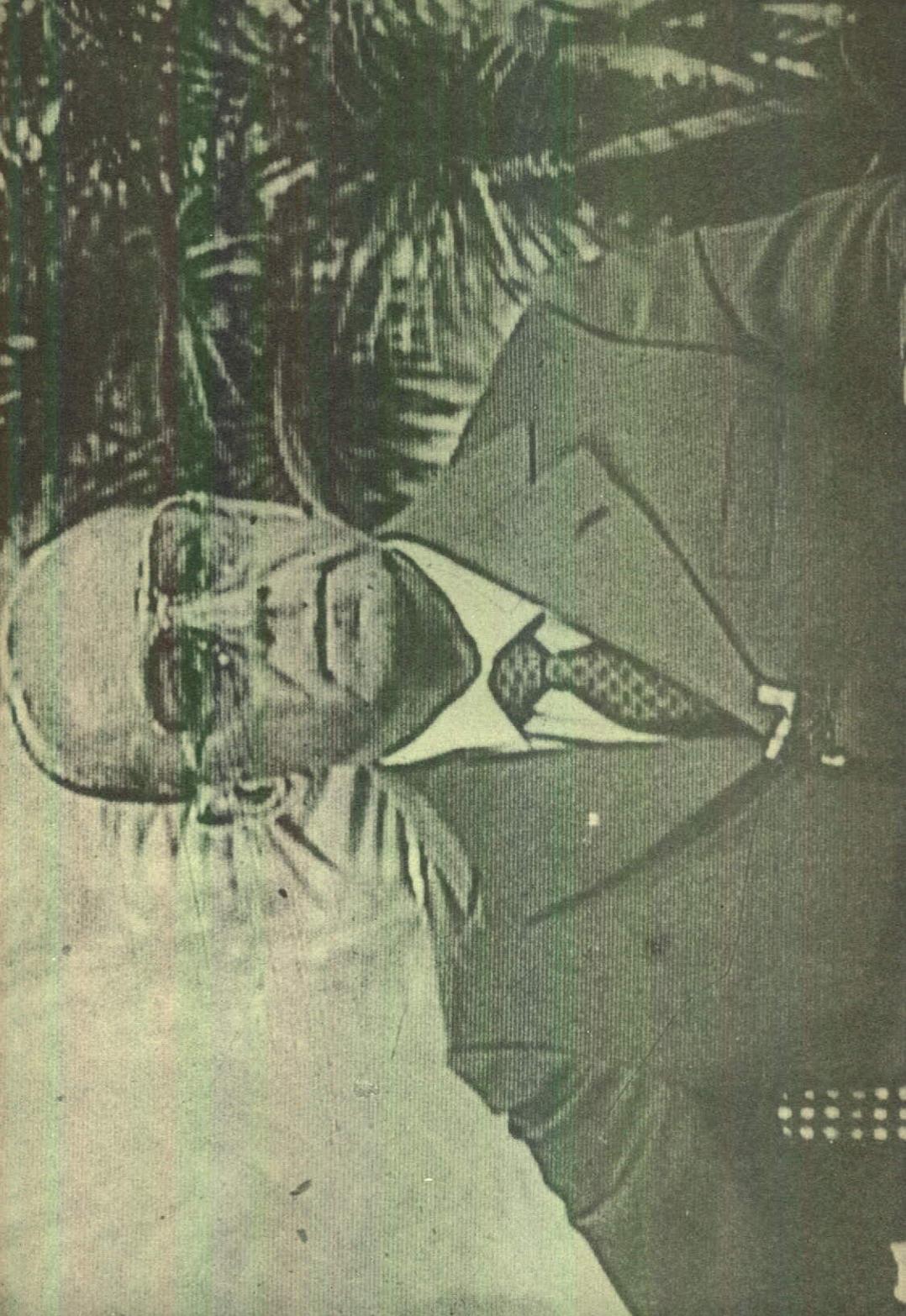
É preciso que tenhamos em conta que o nordestino ajudou em muito a construir esse País. Não há um só Estado do Brasil em que o nordestino não esteja presente, com seu trabalho, com seu esforço, com sua abnegação.

ENCERRAMENTO

Apresentador – Senhor Presidente, muito obrigado e, para terminar, o seu boa noite.

Presidente – Eu desejo agradecer aos que me ouviram, a paciência com que acompanharam as minhas palavras. Eu espero, com a ajuda de Deus, poder estar na sua casa novamente, conversando com você, na próxima semana. Muito obrigado.

Apresentador – Aqui termina o programa de hoje. Semana que vem tem mais. Você pergunta e o Presidente responde. Mas ajude a gente. Mesmo que o seu problema seja sério, mesmo que a sua carta conte uma longa história, termine com uma pergunta clara, objetiva, sem rodeios. Assim, você vai permitir que seja mantido o princípio do programa de levar a sua palavra direto ao Presidente, do jeito que você perguntar. Boa noite.



ABERTURA

Apresentador – Boa noite, brasileiros. Boa noite, Presidente.

Presidente, o volume de cartas está crescendo a cada dia e o programa só tem possibilidade de apresentar uma média de 10 cartas por semana. Do jeito que as coisas vão, Presidente, eu tenho a impressão que todos os brasileiros vão escrever para o Senhor fazendo as suas perguntas.

Agora eu queria fazer uma pergunta para o Senhor, Presidente. O Senhor tem fôlego para responder a toda essa gente?

Presidente – Aí você vai me botar numa dificuldade danada. Mas, se a direção do programa mandar as cartas para mim, eu vou botar a minha gente para trabalhar e vou fazer o possível para tentar responder o maior número possível de cartas. Mas isso vai custar um pouco caro.

TRABALHADOR RURAL – PESO

Apresentador – Agora vamos à primeira carta do programa de hoje. É de Nivaldo dos Santos, lavrador em Naviraí, Mato Grosso do Sul, Presidente.

E ele pergunta ao Senhor o seguinte: “Existe alguma lei que permita ao administrador de uma fazenda obrigar o trabalhador a carregar um peso maior do que ele suporta ou meter a mão no espinho? Onde e com quem eu posso reclamar, Presidente?”

Presidente – Foi muito bom, Nivaldo, você ter me feito essa pergunta, porque a reclamação está feita. Existe um limite de peso para a carga que o trabalhador urbano pode carregar – 60 quilos. É preciso que se estenda também essa lei ao trabalhador rural.

Estou determinando ao Ministro do Trabalho que examine, estude o assunto em profundidade e apresente proposta ou propostas de solução.

Quanto ao espinho, Nivaldo, eu acho que a reclamação que eu vou fazer é diretamente ao fazendeiro.

POLUIÇÃO

Apresentador — Presidente, a próxima pergunta agora é sobre poluição. O acidente industrial que contaminou as águas do rio Paraíba do Sul, sensibilizou o carioca Acácio Fernandes Moreira.

E o Acácio escreve perguntando quais as providências que o Governo vai adotar para evitar, de uma vez por todas, a poluição causada pela Companhia Paraibuna de Metais?

Presidente — Acácio, o Governo já determinou providências. O Ministério do Interior promoveu a suspensão das atividades da indústria por 15 dias através do Governo de Minas Gerais. Foram constatadas irregularidades. Decidi que a indústria só volta a funcionar após atender às exigências para evitar a poluição e ficará sob rigorosa fiscalização do Governo.

Nesse caso, como no episódio de Cubatão, do pó-da-china, ou em relação ao vinhoto, o Governo está preparado, e de imediato, para agir com energia, em defesa das pessoas e do ambiente.

MORADIA

Apresentador – Agora o assunto, Presidente, é habitação.

E a carta é de uma mulher, dona Engrácia de Jesus Gama, do bairro de Irajá, no Rio de Janeiro. Ela diz que não consegue entender o seguinte: “Se os apartamentos do BNH são construídos para os trabalhadores de baixa renda, porque é que esses trabalhadores compram os imóveis e depois alugam?” E faz aqui uma pergunta seca: “Não existe uma lei que proíba isso, Senhor Presidente?”

Presidente – A lei não proíbe que ele alugue. Deveria proibir. Eu creio que ela não proíbe porque são tão poucos que fazem isso, que até hoje não se cogitou de fazer. Mas a reclamação, a observação de dona Engrácia tem toda razão de ser.

Eu vou determinar ao Ministério do Interior que estude uma maneira de, pelo menos durante um certo tempo, ser proibido a quem adquirir casa pelo Sistema Financeiro da Habitação, possa alugá-la. Isso é desviar as finalidades para as quais estão sendo construídas as casas para os trabalhadores.

TERRA

Apresentador – A terra e o homem que trabalha a terra têm tido uma presença muito grande, muito constante no conjunto de cartas que nós recebemos de todo o Brasil.

É o caso, por exemplo, Presidente, do pernambucano Rafael Gomes de Medeiros, que escreve de Garanhuns para saber se somente quem vive na terra pode receber o título de propriedade dado pelo INCRA.

E a curiosidade dele está intimamente ligada ao fato dele ter três irmãos carregados de filhos e sem terra, mas que são homens trabalhadores na agricultura e só precisam de um pedaço de chão.

E aqui tem uma pergunta-apelo ao Senhor: “Podemos contar com a sua ajuda, Senhor Presidente?”

Presidente – Rafael, você deve procurar uma repartição do INCRA e nela inscrever os seus três irmãos. Eles terão a área de terra de que necessitam para trabalhar. Nós temos terras suficientes disponíveis e temos homens dispostos ao trabalho.

O meu Governo desenvolve um esforço gigantesco no sentido de se possibilitar uma reforma agrária ordenada. Basta lembrar que já foram distribuídas terras numa área superior ao Estado do Rio Grande do Sul.

Cerca de 300 mil agricultores já receberam seus títulos de propriedade, seja através do INCRA, seja através do GETAT.

Por outro lado, com o Usucapião Especial que instituí no início desse ano, pode o lavrador, através do seu trabalho, adquirir o seu torrão de terra.

USINA NUCLEAR

Apresentador – Agora nós vamos entrar num campo que é altamente polémico, altamente controverso, que é o campo da energia nuclear.

E o tema, Presidente, exatamente da carta de Miguel Langelli, morador de Piracicaba, no Estado de São Paulo.

Ele acha que o Brasil dispõe de fontes de energia mais baratas e seguras do que as usinas nucleares.

Entre as perguntas que ele formulou, ele indaga, na pergunta que me parece ser a fundamental: "Existe, Senhor Presidente, algum motivo especial para que o Brasil precise construir essas usinas nucleares?"

Presidente – Existe sim, Miguel. A razão fundamental para a construção de usinas nucleares está no problema da energia, na crise, que é universal, de energia, de um lado, e do outro, da necessidade de manter um nível tecnológico, adequado à nossa era.

Por sua vez, a energia hidrelétrica está condicionada às possibilidades de reservas hidráulicas. É verdade que temos reservas suficientes, mas as distâncias tornam mais difícil o aproveitamento dessas reservas.

O Governo procura desenvolver outras fontes de energias alternativas. Estamos aí com o nosso conhecido Programa do Álcool, o Proálcool. Mas, precisamos lembrar que somos o quinto País do mundo em jazidas de urânio. Essa utilização do urânio para produção de energia é indispensável no futuro. Não apenas para o domínio da tecnologia na área nuclear, mas precisamos pensar na geração de amanhã.

Um País com oito milhões de quilômetros quadrados e mais de 100 milhões de habitantes não pode chegar ao ano 2000 sem dominar a tecnologia nuclear.

Em relação ao risco, gostaria de lembrar aqui aos telespectadores, que os reatores nucleares são os instrumentos mais seguros da tecnologia moderna. Até hoje, desde a inauguração da primeira usina nuclear, em 1956, na Inglaterra, não ocorreu um único caso de morte, causado por acidentes, com usinas nucleares de fins pacíficos. E existem 272 usinas funcionando em todo o mundo. Basta dizer que os países mais desenvolvidos se lançam no aproveitamento para fins pacíficos da energia nuclear.

Temos que pensar no futuro. O Brasil não pode ficar atrasado.

EXPORTAR – POR QUE?

Apresentador – *Bem, Presidente, a próxima carta nos leva à exportação.*

Esta carta vem de Três Rios, no interior fluminense, é da dona de casa, Maria José de Araújo, que reclama de uma das prioridades econômicas do Governo.

Dona Maria está preocupada por que estamos vendendo lá fora por preço mais barato, produtos que precisamos aqui no Brasil.

E ela pergunta: "Presidente, por que o Senhor faz tanta questão de exportar?"

Presidente – Não é que eu faça tanta questão de exportar. É que exportar é uma necessidade imperiosa para nós. O nosso desenvolvimento não depende apenas do nosso esforço. Ou melhor, de produtos fabricados no País. Depende de produtos, de matérias-primas importadas. O ritmo que nós quisermos dar ao nosso desenvolvimento depende das nossas possibilidades em adquirir lá fora esses produtos de que nós não dispomos.

Além disso, a exportação é necessária para pagar os serviços dos empréstimos externos para os grandes empreendimentos como as hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí, as usinas siderúrgicas, material de transportes, comunicações, etc.

A idéia de que exportar pode reduzir a oferta de produtos no mercado interno não é uma idéia certa. O mercado externo é de fato uma extensão do mercado interno, que permite aumentar a produção, reduzir os seus custos e, principalmente, ampliar o emprego da mão-de-obra nacional.

Em 1981 obtivemos resultados expressivos. Avançamos cerca de 15 a 16% em relação a 1980, atingindo cerca de 23 bilhões de dólares na exportação. Mas é preciso ter em conta de que consumimos cerca de 10 bilhões de dólares só na conta de petróleo. E que o País não pode parar no seu desenvolvimento.

SOJA

Apresentador – Presidente, o assunto agora é agricultura. E tem uma carta aqui com a participação extraordinária de uma mulher. É Odila Mazzoni Mantovani, que é lavradora em Jussara, no Estado do Paraná. Ela tem 48 anos, Presidente, e diz que desde os oito anos trabalha na roça. Ela escreveu uma carta pequena, mas faz uma pergunta grande para o Senhor: "Por que só depois que os agricultores vendem a soja para pagar o financiamento da semente, por que só depois disso é que o preço da soja sobe no mercado, Presidente?"

Presidente – A pergunta é uma pergunta bem interessante. Porque é uma pergunta que tenho ouvido continuamente através de minhas viagens no Brasil. Não só com referência à soja, mas com referência a todos os produtos agropecuários.

No que diz respeito à soja, o preço subiu muito. Variou muito, principalmente por causa da variação estimativa da safra e a safra que finalmente foi colhida. Em fevereiro, a estimativa era de que iríamos colher cerca de 15 milhões de toneladas de soja. A seca reduziu a safra para um total de 13 milhões de toneladas. Em consequência dessa redução, o preço subiu. Foi a velha lei da oferta e da procura que funcionou. Explica porque neste ano quem vendeu antes acabou ganhando menos.

A pergunta que dona Odila me enviou leva-me a comentar, além disso, que, de fato, no caso dos outros produtos agropecuários, o nosso lavrador ou pecuarista ainda é levado a vender a produção quando os preços estão baixos. Lamentavelmente a especulação influi nesse jogo, em que o perdedor é quem, pelo seu trabalho, pela sua coragem, pelo seu espírito de iniciativa, cria a riqueza agrícola ou agropecuária.

Agora, concordo com a senhora de que, às vezes, a burocracia não tem conseguido fazer com que o crédito, o dinheiro, chegue à mão do lavrador em tempo útil. A decisão é tomada na cúpula do Governo, e os escalões inferiores não agilizam a execução dessa decisão de maneira que os recursos cheguem a tempo de serem aproveitados para aquela safra. Daí as grandes dificuldades por que passa o lavrador brasileiro. Reconheço que os recursos não são suficientes. Mas muita coisa é devida à burocracia.

Eu faço aqui um apelo aos que lidam com o financiamento, com o crédito, à produção agropecuária. Apelo que, para os funcionários do Governo, é uma ordem. Apressem, façam chegar os recursos a tempo do nosso lavrador poder utilizá-los.

CRÉDITO AGRÍCOLA

Apresentador – Presidente, nós vamos continuar ainda na agricultura. Eu tenho aqui uma outra carta de agricultor, que desta vez vem de Barra do Garças, Mato Grosso.

Ela é de Ronaldo Barbosa Ramos. Conta que a safra do ano passado em sua região não foi das melhores. Por isso quer que o Banco do Brasil reescalone as dívidas e financie a correção das terras dos agricultores.

Afinal – ele diz – “não somos nós que estamos produzindo grãos, garantindo empregos e divisas nessa região do cerrado brasileiro?”

Presidente – O Ronaldo não conseguiu recursos para obter calcáreo, para corrigir o solo em Barra do Garças, em consequência, a sua safra foi prejudicada. Os recursos existentes ainda são menores do que as necessidades.

Eu quero esclarecer que os Ministérios do Planejamento, da Agricultura e da Fazenda, estão voltados para esse problema. Estão empenhados, principalmente, no aproveitamento da área do cerrado.

Para termos uma idéia da dimensão real do caso, calcula-se que a área do cerrado no Brasil, alcança 180 milhões de hectares, dos quais 150 milhões aproveitáveis para as atividades agropecuárias. No momento são utilizados apenas 10 milhões de hectares. Mas destes últimos, somente um milhão e meio de hectare poderiam ser prejudicados por falta de calcáreo.

O Ministério da Agricultura está estudando como financiar a obtenção do calcáreo, em parte com seus próprios recursos, em parte com créditos do BNCC, através das cooperativas. Na próxima safra este problema já estará superado.

NOVA CLT

Apresentador – *Presidente, tem muita gente que está preocupada com a nova CLT. É o caso aqui do paulista Jason Cesar Souza Godinho. Ele reclama contra algumas dispensas coletivas de empregados, por falta de uma legislação que proteja o trabalhador em situações como essa. E pergunta ao Senhor: "Presidente, partindo da participação e da conciliação de interesses dos trabalhadores e de empresários, quando teremos uma nova CLT?"*

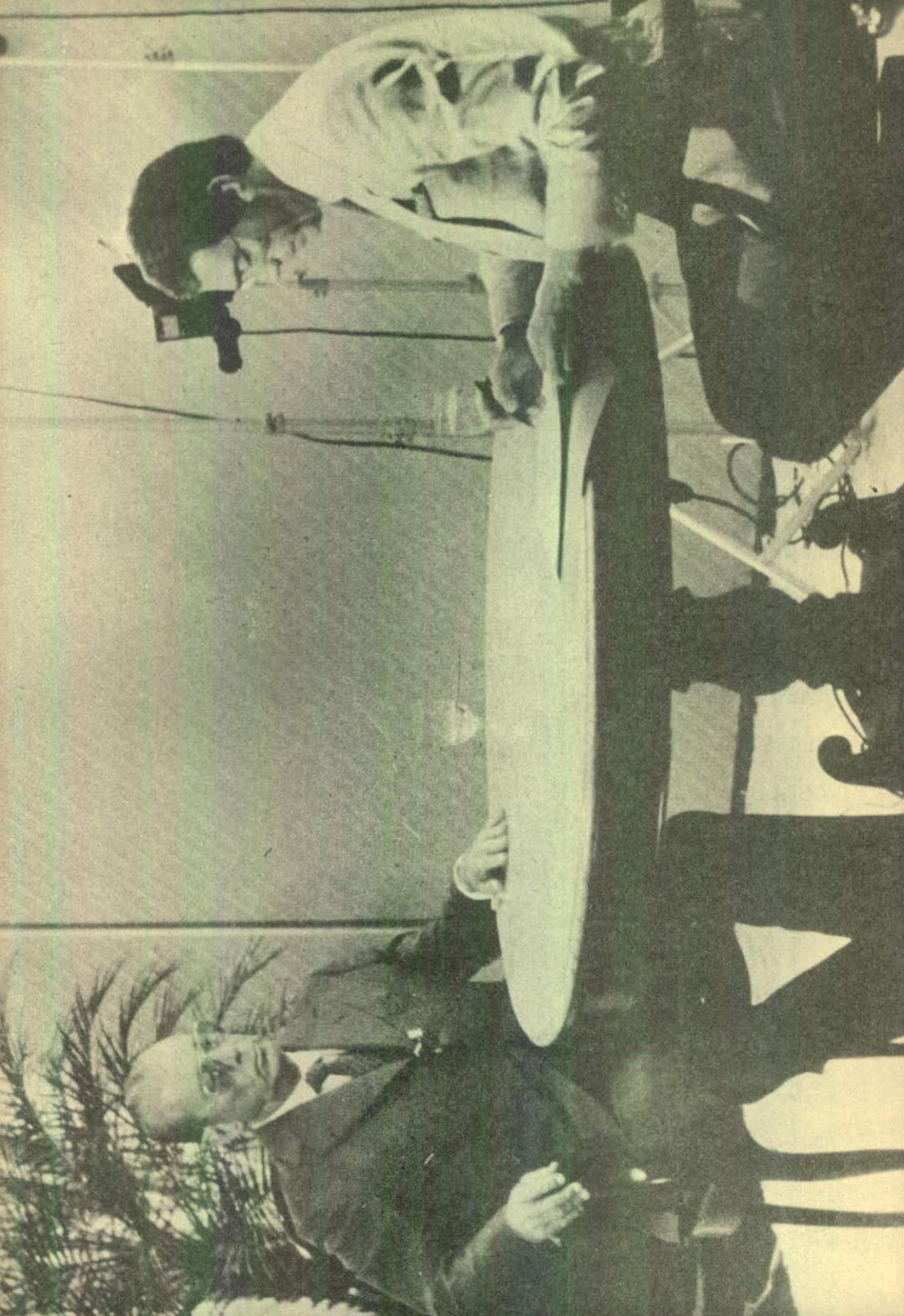
Presidente – A Consolidação das Leis do Trabalho, instituto jurídico que regula as relações entre o trabalhador e o empregador, já tem uma vigência de 40 anos.

Dadas as grandes mutações sociais ocorridas nestes 40 anos, determinei que se fizesse uma revisão para atualização da legislação. Esses estudos concluíram que necessitamos de dois códigos novos: um para agilizar a Justiça do Trabalho. Pretendo encaminhar, já no próximo semestre, ao Congresso, o projeto do Código de Processo do Trabalho. Também está em estudos em regime de urgência um projeto de lei sobre a dispensa coletiva de empregados por motivos de ordem econômica. Nele constarão normas a serem observadas pelas empresas num caso de dispensa.

ENCERRAMENTO

Apresentador – *Obrigado, Senhor Presidente, e agora o seu boa noite.*

Presidente – Eu agradeço mais uma vez a atenção dos telespectadores. Da outra vez eu falei em paciência com que ouviram as minhas respostas. Eu não sei se é válida a impaciência ou se eu digo agora já a impaciência. Mas o fato de terem me ouvido já é alguma coisa. Eu agradeço muito a atenção. Muito obrigado, e boa noite.



PROGRAMA N° III

13 de junho de 1982

ABERTURA

TÁXIS

ARMAS ATÔMICAS

PRIORIDADE DE INVESTIMENTOS

MATERIAL ESCOLAR

ÁLCOOL – PREÇO

ENERGIA ELÉTRICA

TAXA DE JUROS

SELEÇÃO BRASILEIRA

COPA DO MUNDO

ABERTURA

Apresentador – *Boa noite brasileiro. Boa noite, Senhor Presidente. Aliás, eu tenho a impressão que é muito oportuno um boa noite geral para a grande torcida brasileira, porque amanhã nós estaremos estreando na copa contra os russos. e o País inteiro estará parado assistindo a esse espetáculo.*

E nós temos aqui, inclusive, como tema de uma das cartas desta semana, um assunto de futebol. Aliás, hoje tem carta para tudo quanto é gosto aqui. Nós temos carta do Paraná, carta de Brasília. Temos carta de São Paulo, carta do Rio de Janeiro. E temas que variam muito, que vão do futebol ao livro didático. Cartas que vão da taxa de juros a armas atômicas. Vamos lá, Presidente?

Presidente – Vamos.

TÁXIS

Apresentador – *A primeira carta é de Dona Antônia Alves e vem de Rolândia, no interior do Paraná. Ela quer baixar o preço das corridas de táxi, para permitir a utilização desse tipo de transporte por um número maior de passageiros. E pergunta: "Presidente, seria possível fazer uma cooperativa de motoristas, para que os táxis tivessem gasolina mais barata?"*

Presidente – Eu quero ajudar a classe dos motoristas de táxi, mas não com um preço especial para a gasolina. Com preços diferentes para táxis e carros particulares teríamos uma confusão geral. Além disso, mesmo com preço especial ainda teríamos a gasolina cara porque o petróleo estabilizou seu preço, mas não baixou. Os motoristas que passaram para o carro a álcool, reconheço que estão numa situação um pouco melhor. Mas eu posso prometer que vou tomar medidas para auxiliar a classe. Podem aguardar que essas medidas virão.

ARMAS ATÔMICAS

Apresentador – *Esta carta, Presidente, é do Rafael Bassolino, de Jardim Alegre, no Paraná. Ele está preocupado com a corrida nuclear na América Latina, mas não quer que o Brasil fique para trás. E pergunta ao Senhor: "O Brasil tem armas atômicas, Presidente?"*

Presidente – Senhor Rafael, o Brasil não possui armas atômicas. O programa nuclear brasileiro tem finalidades pacíficas. No programa anterior, eu tive oportunidade de tecer considerações a respeito do nosso programa nuclear. Naquela resposta, eu creio que deixei bem claro as finalidades do nosso programa nuclear.

PRIORIDADE DE INVESTIMENTOS

Apresentador – *Daqui de perto, da Ceilândia, que é uma cidade-satélite de Brasília, vem a carta de Raimundo Nonato Abreu. E ele está preocupado, Presidente. A sua preocupação fundamental é exatamente a reparição mais justa dos frutos do desenvolvimento. E ele cita o exemplo do Japão, da Alemanha, que se recuperaram depois da guerra, porque investiram em alimento, educação, saúde, moradia.*

E a pergunta, ao pé da letra, Presidente, é a seguinte: "Por que os investimentos do Governo brasileiro têm sido sempre na matéria e não no homem?"

Presidente – Todos os nossos investimentos são feitos para beneficiar o brasileiro. Quando o Governo constrói Itaipu está pensando em todo o mundo que vai ter luz em casa, no campo ou na cidade. Ou no trabalhador que vai ter, na indústria, um emprego gerado pela energia. Ou na escola, que vai poder funcionar à noite.

Muita gente se esquece ou não sabe que, há 20 anos atrás, havia racionamento de luz no Rio de Janeiro, porque as usinas não davam para atender a toda a cidade. E quantas cidades no interior não tinham luz naquela época?

A construção das usinas está permitindo dar conforto e emprego a milhões de brasileiros. Logo, estamos investindo no homem. O senhor falou em agricultura, educação, saúde. Minha primeira decisão de Governo foi dar prioridade à agricultura. E já estamos na terceira grande safra. Porque o agricultor brasileiro está respondendo de forma muito positiva ao apoio que o Governo lhe dá. Trezentos mil pequenos agricultores receberam do meu Governo títulos definitivos de propriedade de terra. Tudo isso para atender ao homem e aumentar a produção de alimentos para o povo.

Sempre achei que precisamos investir muito mais em alimentação, moradia, saúde e educação. Só não fizemos mais até agora por falta de recursos. Mas com a criação do FINSOCIAL, que vai cobrar um modestíssimo meio por cento das empresas, vamos aplicar mais 250 bilhões de cruzeiros por ano nas áreas mais carentes de moradia popular, alimentação das crianças em idade pré-escolar e escolas no interior.

Melhor alimentada desde pequena, a criança vai ter mais saúde. Mordendo melhor, melhora a saúde de pais e filhos. Em conclusão: Todos os nossos investimentos têm por objetivo melhorar a qualidade de vida do homem brasileiro.

MATERIAL ESCOLAR

Apresentador – Agora, nós vamos falar dos livros didáticos, Senhor Presidente. Uma garota de 12 anos trás um problema que é de fato de interesse público, que é o livro didático.

Chama-se Rosimeire Couto Dias, que acha absurdos os preços dos livros e do material gasto nos trabalhos da escola. Ela está cursando a quinta série do primeiro grau e protesta em sua cartinha.

Diz ela: "Presidente, o Senhor acha que está certo os meus irmãos não poderem estudar nos mesmos livros que eu estudei?"

Presidente – Vamos fazer uma distinção bem clara. Nós temos, de um lado escolas estaduais e municipais e, de outro, temos colégios particulares. Nas escolas oficiais, o Governo tem responsabilidade direta na produção e distribuição dos livros escolares.

Você sabe como são escolhidos esses livros?

As professoras nas escolas selecionam os títulos, mandam a lista para a Secretaria de Educação do Estado, e esta faz uma triagem dos livros que vai encomendar ao Ministério da Educação.

Eu sei que o Ministro Ludwig determinou, desde o ano passado, que a FENAME, que é órgão do MEC encarregado de editar os livros escolares, promova uma seleção mais rigorosa, para diminuir o número de títulos.

Determinou também providências para aumentar a durabilidade dos livros, que deverão servir durante, pelo menos, dois anos, acabando assim com os chamados "livros descartáveis".

Acho que seus irmãos serão, talvez, da geração que voltará a aproveitar os livros do ano anterior pois, em 82, a FENAME lançará 12 milhões de livros – para a rede oficial, repito! – e livros que passem de um irmão para outro.

Nos colégios particulares, o Governo não pode impor os livros a serem adotados. O Governo pode exigir, porém, que os editores produzam livros mais duráveis. E já tomou providências para isso.

Mas para que se obtenham resultados práticos, os pais dos alunos também devem colaborar, falando sobre isso com os professores e diretores dos colégios.

Eu creio que a situação hoje está bem melhor do que nos meus tempos de estudante.

Eu me lembro que quando eu tinha 12 anos, era obrigado a estudar geografia em livros estrangeiros escritos em francês. Que a geografia era Lespagnol. Me lembro que os livros de matemática eram do Camberousse. E a matemática álgebra superior era do livro Newenylaway. Já na Escola Militar, geometria analítica era do Wentworth e cálculo integral era do Grenville.

Todos livros estrangeiros e, de um lado, eu não tinha dinheiro para

comprar. E dificilmente se encontrava nas livrarias. E, de outro lado, tinha que se emprestar. Um aluno que tivesse emprestava para o outro copiar, traduzir.

E assim nós íamos vivendo ou então recorriamo s aos sebos da Rua São José, quando tínhamos a sorte de encontrar uma descritiva de FGM por 300 cruzeiros (um terço do que ganhava um tenente naquela época).

Eu acho que a situação melhorou.

ÁLCOOL – PREÇO

Apresentador – *Senhor Presidente, muita gente não entende por que razão sobe o preço do álcool também, cada vez que sobe o preço da gasolina.*

É exatamente o que pergunta esta carta, que vem da ilha do Fundão, no Rio de Janeiro. Não está dando para decifrar a assinatura, mas a reclamação é clara: O Governo – diz a pessoa que escreveu – diz que a gasolina aumenta em função dos aumentos do dólar e do petróleo importado.

Mas o álcool não é derivado da cana-de-açúcar brasileira, Presidente?

Presidente – O preço do álcool tem que cobrir o seu custo de produção e de distribuição, e ainda remunerar o produtor.

Por causa da inflação, os custos sobem. Por isso, periodicamente, é preciso reajustar o seu preço para acompanhar o aumento dos custos. Do contrário, produzir e vender álcool daria prejuízo ao produtor.

Eu lhe pergunto: o senhor produziria álcool se tivesse prejuízo? É claro que não!

Porém, há mais ainda. A energia contida num litro de álcool corresponde a mais ou menos 80% da energia contida num litro de gasolina. O preço do álcool, como mercadoria, deveria estar próximo, na razão também de 80% do preço da gasolina, a fim de que se mantenha a proporção correta entre os dois. No entanto, o preço do álcool, hoje, está abaixo dos 80 cruzeiros. Com isso se estimula o uso do álcool. A energia contida no litro de álcool está sendo vendida por um preço menor do que ela vale, em comparação com a energia da gasolina.

Não podemos, além disso, forçar demais a baixa do preço do álcool, porque isso desestimularia o produtor nacional, que deixaria de produzir as quantidades de que precisamos para expandir a frota de veículos a álcool.

ENERGIA ELÉTRICA

Apresentador – A próxima carta, Presidente, é de uma mulher. É Ivete Pereira de Almeida, que escreve de São Paulo. Ela diz, Presidente, que cada vez encontra maior dificuldade para pagar a sua conta de luz. E pergunta: "Presidente, por que é que depois que a Light foi comprada pelo Brasil a energia não parou mais de subir de preço?"

Presidente – Esse não é um problema da Light, dona Ivete, e não tem nada com o fato de a Light haver sido comprada pelo Brasil.

Não vamos nos iludir; a época de energia fácil e barata por enquanto acabou em todo o mundo. Não é só no Brasil, não. A crise do petróleo desencadeou uma alta de custos que afetou a todos os países, e afetou especialmente todo o campo da energia.

Como no caso do álcool, a energia elétrica sobe de preço porque seus custos de produção sobem com a inflação. Por isso a prioridade número um do Governo é conter e diminuir a inflação. E é a única forma de reduzir a escalada de preços.

Além disso, o preço da eletricidade inclui também uma parcela destinada a pagar a construção de novas usinas hidrelétricas, para garantir o suprimento de energia no futuro e diminuir nossa dependência do petróleo importado.

O jeito é redobrar os cuidados com o consumo de energia. Economizar mesmo, para pagar um pouco menos cada mês.

Precisamos economizar eletricidade, economizar gasolina, gás de cozinha, economizar tudo o que se puder.

Isso também ajuda a combater a inflação.

TAXA DE JUROS

Apresentador – O tema da próxima carta, Presidente, são os juros.

É do José Torres Neto que escreve para dizer que não se conforma com a cobrança de taxas de juros, que variam de 60 a 150% acima do índice de inflação.

O José Torres Neto é paulista, engenheiro, e faz uma pergunta que eu vou repetir na íntegra para o Senhor: "O Senhor não acha, Presidente, que os juros altos é que estão provocando a recessão, na medida em que o resultado da atividade produtiva se transfere para o sistema financeiro, empobrecendo os setores verdadeiramente geradores de riquezas?"

Presidente – Em resposta à preocupação manifestada pelo engenheiro José Torres Neto, asseguro que o Governo encontrará, no arsenal das medidas a seu dispor, as mais adequadas para corrigir as distorções econômicas resultantes da elevação do custo do dinheiro.

Na mensagem que remeti, este ano, ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, manifestei, claramente, a minha preocupação com o custo do dinheiro. Frisei que isso estava influindo, negativamente, em nosso sistema econômico, pelo desestímulo que provocava às atividades produtivas, bem como pela progressiva, às vezes crônica, descapitalização das empresas.

Acho que o aumento exagerado do custo do dinheiro, qualquer que seja a sua causa, é um mal, que cumpre combater, dados os graves malefícios econômicos e sociais que acarreta.

Acho também que a liberação dos juros não importa em admitir que os juros propriamente ditos, isto é, aqueles que ultrapassem as taxas da correção monetária, possam ser elevados independente de qualquer limitação.

Reagindo contra o aumento, além do que é razoável, dos lucros obtidos pelos bancos, o Governo já teve oportunidade de elevar recentemente o Imposto de Renda sobre tais lucros.

Determinou o Governo ainda que os recursos daí provindos fossem aplicados na educação.

Procura-se, assim, por um meio indireto, fazer com que os juros bancários diminuam.

Se isso não acontecer, se os lucros das instituições financeiras não voltarem, rapidamente, aos níveis normais, nova taxação tributária será estabelecida sobre esses lucros.

SELEÇÃO BRASILEIRA

Apresentador – Presidente, antes da última carta, que é sobre a Seleção Brasileira, nós temos aqui dezenas de cartas querendo saber do Senhor, se o Senhor considera, depois do jogo de Uberlândia que o Senhor assistiu, a escalação da Seleção Brasileira a ideal para enfrentar a Rússia amanhã?

Presidente – Todo brasileiro tem um tanto de técnico de futebol e eu não fujo à regra. E o pouco de técnico de futebol que existe em mim diz que a Seleção que jogou em Uberlândia está muito próxima da seleção ideal.

É verdade que certos jogadores têm assegurado um lugar cativo na seleção. Mas o problema é que existem jogadores ...

Numa posição existe mais de um jogador, excelente, e que não pode ficar fora do time. Como arrumar o time, colocando em campo esses jogadores, como é o caso de Cerezo e de Falcão, isso é problema do técnico Telê.

COPA DO MUNDO

Apresentador – Presidente, a dona Guiomar Habitzereuter, de Guabiruba, em Santa Catarina, está interessada na opinião do Senhor sobre a próxima Copa do Mundo, e faz uma pergunta:

"O Senhor acha, Presidente, que o Brasil vai ganhar a Copa da Espanha?"

Presidente – Eu não posso fazer uma afirmação de que o Brasil vai ganhar a Copa da Espanha. Posso entretanto afirmar que dificilmente alguém torcerá mais do que eu para que o Brasil vença a Copa da Espanha. Aliás, a esta hora, em todos os recantos do Brasil estão sendo discutidos os lances principais do jogo de abertura da Copa, e todos os ouvidos estarão voltados para as notícias sobre a nossa Seleção.

Eu não quero, não desejo, perturbar a emoção que vai se apossar, de hoje em diante, do povo brasileiro com a disputa da Copa. E eu confesso, como torcedor, que não me sentiria bem se eu me desligasse momentaneamente dessas emoções para vir a este programa.

Daí porque eu peço ao povo brasileiro que me desculpe a ausência. Mas é uma homenagem que faço ao torcedor e é uma homenagem que presto a mim mesmo.

Eu desejo, a partir de hoje, viver cada instante, cada momento da nossa Seleção.

Tenho a certeza que o povo brasileiro há de compreender que aquela corrente prá frente, de que fala a nossa canção... Eu tenho que estar presente nessa corrente.

E queira Deus que eu possa voltar aqui para responder as perguntas dos meus patrícios com a satisfação, com a alegria de me sentir mais uma vez campeão do mundo.

Muito obrigado.



PROGRAMA N° IV

8 de agosto de 1982

ABERTURA

O FUTURO DO PRESIDENTE

OPOSIÇÕES

VOTO VINCULADO

CONTRIBUIÇÃO DO APOSENTADO

NÃO-RECOLHIMENTO PARA O INPS

SAÚDE PARA POBRES

TÓXICOS

SALÁRIO DE PROFESSOR MUNICIPAL

FGTS

POSSEIROS

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – Boa noite, brasileiros. É a volta do programa “O Povo e o Presidente”.

Senhor Presidente, boa noite. Como é que o Senhor se sente depois dessa nossa pausa, dessa nossa ausência?

Presidente – Para ser sincero, Ney, eu me sinto ainda sob o peso dessa imensa frustração resultante do desenlace da Copa do Mundo. Ainda não me conformei com a nossa derrota. Eu diria, como qualquer popular, que eu ainda me sinto de cabeça inchada.

O FUTURO DO PRESIDENTE

Apresentador – Presidente, o programa tem duas coisas curiosas. Uma delas é a variedade de temas que aparecem nas perguntas das cartas. E outra é a simplicidade de certas perguntas, que o Senhor mesmo já observou aqui. Simplicidade que tem gerado respostas do Senhor, e o que é mais importante, providências que têm alterado setores da realidade nacional.

O programa está criando através das respostas do Senhor, das providências, novas realidades no País.

E o caso, Presidente, de uma carta, que é a primeira carta de hoje. Uma carta simples, mas eu garanto que é uma pergunta que nunca foi feita ao Senhor. Quer ver?

O Célio Gurfinkel Marques de Godói é um rapaz, Presidente, de 17 anos e diz na carta que gostaria de conhecer pessoalmente o Presidente João Figueiredo. A pergunta que ele faz revela interesse por seu futuro político e pessoal, Presidente.

É a seguinte: "Presidente Figueiredo, ao terminar o seu mandato, o que o Senhor pretende fazer na sua vida?"

Presidente – Fico muito lisongeado com o conceito em que você, Célio, me tem. Mas eu preferia que você me aplaudisse sem que o seu entusiasmo por mim o levasse a cometer injustiças.

Quanto ao futuro, devo dizer que nunca tive ambição política. Fui criado e educado para ser soldado. E gostava de sê-lo. E foi como soldado que recebi a escolha do meu nome para a Presidência da República: como mais uma missão a cumprir e cujo desempenho tem-me trazido muito mais amarguras e desencantos do que satisfação.

Quem, como eu, não tem passado político nem vocação, não pode e nem deve ter futuro político.

O que pretendo fazer na vida, após terminar o meu mandato?

- Ler para aprender. Ler os livros que a Presidência da República não me deu tempo de ler.
- Ensinar aos jovens o que sei. Sempre gostei de transmitir o que aprendi.
- Cuidar da minha horta, uma das distrações que cultivo desde jovem.
- Resolver problemas de matemática, uma das poucas coisas que me absorve.
- Adestrar meus cavalos e ensinar a equitação que consegui assimilar.
- E aproveitar todos os instantes que me restarem para me dedicar aos que me são caros: minha mulher, meus filhos, meus netos, meus irmãos, meus parentes, meus amigos.
- E, finalmente, preparar meu espírito para dar entrada na outra vida. E, se Deus permitir, se São Pedro deixar a porta aberta, montar no meu cavalo favorito.

OPOSIÇÕES

Apresentador – Presidente, tem uma pergunta aqui que também não é comum no programa. Eu tenho a impressão de que a época que estamos vivendo é que está gerando essa pergunta.

O paraibano Luzimar Dantas de Souza faz uma pergunta política ao Senhor, que é a seguinte: "Como é que o Senhor, Presidente, vê as Oposições e como o Senhor gostaria que elas fossem?"

Presidente – A Oposição é inerente ao funcionamento da democracia porque jamais existe num País consenso perfeito quanto à ação governamental. A Oposição representa a minoria, que o sistema democrático protege e até estimula. Estimula e protege porque a crítica oposicionista ajuda o Governo a corrigir ou retificar a sua orientação, quando incorra em erro.

Por outro lado, a crítica oferece ao povo elementos para julgar a ação do Governo. Para isso é preciso, no entanto, que a Oposição contraponga aos projetos postos em obra pelo Governo os projetos oferecidos pela Oposição.

É preciso, porém, que a crítica se realize em termos altos, objetivos, patrióticos; é indispensável que se funde, estritamente, no interesse público; que tenha em mira servir lealmente ao povo; que ofereça solução realista para os problemas da sociedade.

Esta é a Oposição que eu gostaria de ter. Não é esta, porém, a Oposição que eu tenho.

A Oposição que aí está é uma Oposição sistemática, é uma Oposição que não apresenta solução, em termos definidos e viáveis, para os nossos problemas. É uma Oposição cega, porque não quer ver a própria evidência da obra imensa, incomparável, que vem sendo realizada pelo Governo em favor do povo.

É uma Oposição que ama sobretudo a violência verbal – condenável como toda a violência –, a crítica sistemática, a agitação social; em suma, é uma Oposição que se deixa desviar da sua função democrática para enveredar pelo caminho da demagogia, que é uma perversão da democracia.

VOTO VINCULADO

Apresentador – Presidente, agora uma mulher coloca aqui na mesa um tema da maior atualidade política. É a Alvina Simas Reis, de Tijuca, em Santa Catarina.

Ela acha, Presidente, que a maioria do povo brasileiro tem pouca informação política. Por isso, segundo ela, a Alvina, o voto vinculado vai provocar cerca de 70% de votos nulos, em novembro. E eu concluiria: se isso acontecer, as eleições estarão anuladas.

Aí vem a pergunta, Presidente: “Se o voto é livre e secreto, por que o voto vinculado?”

Presidente – O voto continua secreto e livre. A vinculação não quebra o sigilo nem limita a liberdade do eleitor, que pode votar no partido de sua preferência. O nosso regime político é um regime de partidos. A representação política se faz por meio de partidos. É um regime de fidelidade partidária.

Ao escolher um partido, o eleitor apóia o programa desse partido, adota suas idéias, sua linha de ação. Como poderia um eleitor consciente votar em candidatos de partidos diferentes, com programas até mesmo antagônicos?

É natural, portanto, que o sistema de escolha se volte para os candidatos de um partido, seja qual for o partido. O eleitor escolhe um partido e dá o seu voto aos candidatos desse partido.

A vinculação limitaria a liberdade de escolha se obrigasse o eleitor a votar em determinado partido, sem alternativas partidárias, o que não acontece em nosso regime.

Lembro que a vinculação já vigorava entre nós para vários cargos eleitivos, como para presidente e vice-presidente da República. A lei já estabelecia que o eleitor votasse em candidato a deputado estadual e federal do mesmo partido. Por que não estender esse princípio a todos os cargos?

Não seria contraditório o eleitor escolher, para o Congresso Nacional, um deputado de um partido e um senador de outro partido, com programas divergentes e posições até antagônicas? Ou a escolha do eleitor dependeria mais de motivos pessoais ou ligações independentes do processo político? A vinculação, em resumo, imprime coerência ao voto popular, fortalece os partidos, aperfeiçoa o sistema eleitoral.

Quanto aos votos nulos, eles sempre existem. Não é a vinculação que irá aumentá-los. Estão em andamento providências legislativas para simplificar a cédula eleitoral e facilitar a votação. Assim, o eleitor terá meios para manifestar a sua vontade, de maneira simples, segura, sem risco maior de ter o seu voto anulado.

CONTRIBUIÇÃO DO APOSENTADO

Apresentador – *Presidente, nós temos recebido aqui um número muito grande de cartas que fazem perguntas sobre a Previdência Social. E aqui estão três perguntas com os temas de maior interesse sobre o assunto.*

A primeira é da dona Maria José Carvalho Boaventura, de Cruzeiro, São Paulo. Ela quer saber, Presidente, por que o aposentado tem que continuar contribuindo?

Presidente – O plano de assistência médica da Previdência Social constitui uma espécie de plano de seguro em grupo. De um lado, fazemos a estimativa das despesas que serão provocadas pelo atendimento médico de todos os beneficiários. E de outro lado, fixamos as contribuições que terão que ser pagas por esses mesmos beneficiários, para custear aquelas despesas.

Para que o plano seja viável, todas as pessoas que usam a assistência médica têm de contribuir durante todo o tempo em que utilizarem seus serviços, quer dizer, durante toda a vida, seja na ativa, seja na aposentadoria, inclusive porque são justamente os aposentados aqueles que mais usam a assistência médica.

Não temos alternativa. Para termos assistência médica, todos têm de contribuir.

NÃO-RECOLHIMENTO PARA O INPS

Apresentador – *Presidente, a segunda carta sobre Previdência, é da Severina Maria da Cunha. Ela é viúva. A carta vem do Paraná e conta que o marido dela, Presidente, foi contador de uma fazenda no Mato Grosso, de 1935 a 1979, quando morreu. Acontece que o dono da fazenda, de Presidente Prudente, onde ela morava, nunca pagou o INPS. Por isso a dona Severina não consegue a pensão do marido. Então ela pede aqui e eu sugiro ao Senhor: ‘Não dá para o Senhor mandar o Ministro Beltrão resolver este problema Presidente? E dar um apertãozinho neste fazendeiro?’*

Presidente – Os trabalhadores brasileiros não deixarão de receber os benefícios a que têm direito na Previdência Social porque as empresas não recolheram as contribuições. Esse, pelo que eu vejo, é o caso da dona Severina.

Volte ao INPS, dona Severina. Aí mesmo em Curitiba, onde a senhora reside atualmente, será possível iniciar o seu processo de pensão. A senhora deverá receber a pensão a que tiver direito, mesmo que o fazendeiro não tenha recolhido as contribuições.

Quanto ao fazendeiro, tenha certeza que os fiscais da Previdência irão procurá-lo. Atendendo a sua recomendação, que fiz aos Ministros Beltrão e Murilo Macêdo, os fiscais estão visitando todas as empresas que não cumprem com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

SAÚDE PARA POBRES

Apresentador – *Essa pergunta agora, Presidente, envolve remédio para o povo.*

O Juarez Arnaut da Cruz é veterinário em Euclides da Cunha, na Bahia, e faz uma pergunta sobre a saúde pública do Brasil: "Por que o Governo, Presidente, não cria um órgão para distribuir de graça o remédio aos necessitados?"

Presidente – O Governo já tem um órgão para distribuir remédios gratuitos para a população. É a CEME – Central de Medicamentos –, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A CEME fornece os medicamentos para o INAMPS e para todas as Secretarias Estaduais de Saúde, que devem distribuí-los, gratuitamente, para quem precisa, seja ou não contribuinte do INPS.

A CEME já tem uma lista básica com 468 remédios que cobrem quase por completo o universo das necessidades básicas de saúde.

As vacinas também são oferecidas gratuitamente a toda a população, dentro do Programa Nacional de Controle de Doenças Transmissíveis do Governo Federal, cujos executores são as Secretarias Estaduais de Saúde. Vou citar as vacinas contra a poliomielite, o sarampo, a difteria, o tétano, a coqueluche, a febre amarela, a meningite meningocócica e a tuberculose.

O programa de vacinação em massa em meu Governo está gastando, este ano, Cr\$ 1,5 bilhão, e para 1983 já está assegurada, no orçamento, a importância de Cr\$ 4 bilhões.

Existe também um esforço do Governo na área de sangue e seus derivados, pois o sangue deve ser considerado matéria nobre, não comercial, disponível para todo o indivíduo, qualquer que seja sua condição social. Está sendo implantada uma rede de hemocentros que possibilite o acesso a todos que precisem do sangue ou de seus componentes. Para concluir, o Ministério da Saúde está investindo, este ano, três bilhões de cruzeiros em vacinas e medicamentos voltados para a medicina social e de saneamento, especialmente para combater doenças de regiões pobres, como a malária, a esquistossomose, a doença de chagas. Para 1983, nestes programas estão previstos recursos da ordem de seis bilhões de cruzeiros em medicamentos e vacinas.

De 1964 a 81, a vida média do brasileiro passou de 55 para 66 anos.

TÓXICOS

Apresentador – Presidente, agora tem uma carta aqui que contém um assunto dramático. Ela vem da Bahia, da região de Canavieiras. É de um rapaz que tem apenas 17 anos. É o Moisés Pereira de Souza. Ele está preocupado com o futuro da geração dele e faz uma pergunta muito clara ao Senhor: “O que o Senhor, Presidente, pode fazer para acabar com o uso de tóxicos pela juventude?”

Presidente – Esse é um tema gravíssimo. É preciso criar a consciência de que paira sobre nossa juventude essa ameaça e devemos empregar todas as nossas forças para afastá-la.

Meu Governo tem ampliado cada vez mais sua atuação no combate ao tráfico e ao uso abusivo de drogas.

Em fins de 1980, criei o Conselho Federal de Entorpecentes, no Ministério da Justiça, para sistematizar atividades com os Ministérios da Educação e Cultura, Previdência e Assistência Social, Saúde, Fazenda e o Departamento de Polícia Federal.

No momento, sob a orientação do Ministério da Justiça, alguns projetos já estão em andamento, como o de formação de professores e de orientação de estudantes quanto aos malefícios das drogas, o de recuperação e tratamento de dependentes, o de fiscalização das alfândegas, e o de aperfeiçoamento das polícias especializadas.

Esse esforço tem como objetivo enfrentar o problema dos tóxicos de maneira global.

É necessário haver, também, decidida participação da comunidade, sobretudo dos pais, no combate às drogas.

Com o sentido de envolver todos os segmentos da sociedade, vamos promover projeto de ampla participação comunitária, que deverá ser implementado gradualmente, ainda a partir deste ano.

É uma luta em que todos devemos nos engajar, sem o que não obteremos resultados satisfatórios.

SALÁRIO DE PROFESSOR MUNICIPAL

Apresentador – Presidente, agora nós vamos falar de uma gente muito sacrificada.

O Senhor sempre fala aqui da sua experiência de professor no Exército.

Eu tenho muito viva na minha lembrança a imagem da minha mãe, que educou uma cidade inteira como professora primária.

E a dona Sebastiana Coelho dos Santos – ela é de Terra Roxa, no interior do Paraná – fala que os professores primários ganham muito pouco. Alguns menos do que o salário mínimo e faz uma pergunta objetiva para o Senhor: "Presidente Figueiredo, o Senhor tem conhecimento da situação dos professores primários do interior do País?"

Presidente – Sim, tenho conhecimento, e me preocupa profundamente a situação salarial de parcela de professores municipais de primeiro grau. Essa situação decorre da insuficiência de recursos para a contratação de professores convenientemente qualificados e que se disponham a lecionar em áreas rurais. Assim, alguns municípios têm de deixar seus alunos sem assistência ou recorrer a leigos, sem habilitação profissional adequada.

O Ministério da Educação e Cultura está empenhado em modificar essa situação. Planeja destinar, em 1983, 12 bilhões de cruzeiros para os municípios, para, em primeiro lugar, elevar a remuneração dos professores rurais que chegariam a receber, pelo menos, o salário mínimo regional.

Tais recursos possibilitarão àqueles municípios iniciarem a formação e qualificação de professores que, ao constituírem quadros regulares, dignamente remunerados, serão capazes de melhor atender às exigências da educação.

FGTS

Apresentador – Presidente, agora aqui tem uma carta que é uma pergunta, é uma carta que é uma denúncia, é uma carta que é uma queixa. Presidente, o sujeito trabalha numa empresa durante muito tempo. Aí, um dia, ele vai embora da empresa e a empresa não tem dinheiro para pagar o Fundo de Garantia e diz: “Não, você espere que eu vou depositar”. Em outros a empresa se extingue, a empresa vai à falência, o sujeito não recebe.

A gente tem recebido muita queixa, Presidente, de um modo geral, de pessoas que se queixam que trabalham na empresa e a empresa não depositou o Fundo de Garantia.

E o caso do Francisco Alves de Barros, lá de Montes Claros, em Minas Gerais. E fala exatamente isso. E ele pergunta para o Senhor: “Presidente, o BNH pode criar um seguro que garanta os depósitos não efetuados?”

Presidente – O “desaparecimento” de empresas ou a decretação de sua falência não impedem a cobrança, pelo BNH, dos valores que devem ao FGTS.

O BNH pode detectar, imediatamente, se as empresas não fazem os recolhimentos, se recolhem abaixo de determinadas expectativas de receita – em decorrência de cruzamento com outros cadastros de dados sociais – ou, ainda, as empresas que, sistematicamente, recolhem o FGTS em atraso.

Uma vez verificadas essas situações, de pronto são adotadas providências para a cobrança administrativa dos valores devidos, levando a juízo o débito das empresas que não regularizem sua situação perante o BNH.

Ainda nesse sentido, o Governo pretende implantar a Caderneta de Depósitos do FGTS, para que o empregado conheça a movimentação de sua conta, os valores registrados pelo banco depositário, e identifique, de imediato, qualquer diferença e possa comunicar ao BNH para as providências devidas.

POSSEIROS

Apresentador – *O Senhor tem respondido aqui a muitas cartas sobre o problema de terras no Brasil. E a gente tinha trazido para o Senhor cartas de pequeno produtor, carta de homens sem terra. O Senhor ainda disse em programa recente que o seu Governo já deu 300 mil títulos de terras no País. E agora temos um proprietário rural, Presidente, o Gedeon Fernandes, dono de uma fazenda no Vale do Araguaia, Barra do Garças, em Mato Grosso.*

O Gedeon está pedindo providências, Presidente, sobre posseiros, que, segundo ele, são instruídos por elementos nocivos e mal-intencionados, para invadir a propriedade alheia. Não consegue o Gedeon vender sua fazenda, por causa dos invasores.

E pergunta ao Senhor: "Presidente Figueiredo, por que o INCRA não compra essas áreas de conflito, legalizando a situação dos posseiros e acabando com esse foco de tensão social?"

Presidente – Na verdade, o INCRA faz exatamente o que o senhor Gedeon está pedindo. Ele pode procurar o INCRA para encaminhar a solução do problema. Se ele quiser, poderá negociar a área com o INCRA, recebendo pagamento em títulos da dívida agrária, que são transacionáveis no mercado brasileiro de títulos. Ou então, o senhor Gedeon poderá pedir a colaboração do INCRA, no sentido de que o órgão promova um acordo com os posseiros existentes na área, vendendo-lhes diretamente as terras, em acordo com o proprietário.

ENCERRAMENTO

Apresentador – *Terminamos aqui, Senhor Presidente, o programa “O Povo e o Presidente” desse domingo. O seu boa noite.*

Presidente – Eu desejo me despedir do povo brasileiro e dizer da minha satisfação de retornar ao programa. Satisfação decorrente desse contato mesmo indireto com os anseios de nossa gente. Eu espero que Deus me permita continuar a merecer a atenção dos meus patrícios. Muito obrigado.



PROGRAMA Nº V

15 de agosto de 1982

ABERTURA

CRÉDITO FUNDIÁRIO

CUSTO DE VIDA EM 1983

SEGURANÇA AÉREA

APOSENTADORIA DA DONA-DE-CASA

EMPREGO PARA DEFICIENTES

TRABALHO APÓS OS 35 ANOS DE IDADE

CASAS DO BNH

FINSOCIAL

SEGURO – INPS

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – Boa noite, brasileiros, estamos aqui no Palácio da Alvorada iniciando mais um programa “O Povo e o Presidente”.

Presidente, eu chego aqui com a equipe da Rede Globo, sempre 24 horas antes do programa. E quando eu chego, depois do programa, o Senhor está sempre viajando e saindo. Eu fico com medo e falo sempre para o pessoal: “Vamos chegar rápido que qualquer hora não vamos encontrar o Presidente”, tanto tem sido a sua ida e vinda pelo País. Presidente, o Senhor está aguentando esse tombo todo, acima e abaixo todo dia?

Presidente – Olha, Ney, eu acho que estou aguentando bem, sabe! O possível cansaço que essas viagens poderiam me trazer tem sido compensado pelo conforto que me dá o contato com o povo, o calor com que eu tenho sido recebido, o carinho com que me tratam. Isso é bom. Talvez seja melhor do que ficar no palácio despachando.

CRÉDITO FUNDIÁRIO

Apresentador – Presidente, nós temos aqui, hoje uma série de cartas que me parece estarem cobrindo uma área muito grande de assuntos.

O Santo Paschoal Andretta, de Campinas, São Paulo, está preocupado com o êxodo, com a saída dos trabalhadores do campo para as cidades, segundo ele gerando sérios problemas sociais.

E ele pergunta: ‘Presidente, se o BNH já financia casa própria para o trabalhador urbano de baixa renda, por que o Governo não institui um sistema semelhante para propiciar terra ao pequeno agricultor?’

Presidente – Paschoal, o que o Governo já faz para dar terra ao pequeno agricultor torna desnecessário um sistema nos moldes do BNH.

O Governo concede a terra ou financia sua compra a juros simbólicos de 0,6% ao ano, sem correção monetária, em prazos de até 20 anos.

Já distribuímos 300 mil títulos de propriedades, demarcadas, através dos programas do INCRA e do GETAT.

CUSTO DE VIDA EM 1983

Apresentador — Presidente, o baiano Edimarco Amorim dos Santos escreve Vitória da Conquista, sem preocupação imediatista. Ele quer saber o seguinte, Presidente: “O custo de vida aumenta ou baixa em 83?”

Presidente — Sinceramente, Edimarco, eu gostaria de lhe dizer que o custo de vida vai baixar, não em 1983, mas agora, na semana que vem. Se isso fosse possível, não dependeria somente do Governo.

Imagina o problema que eu tive de enfrentar logo nos primeiros meses de meu Governo. Nós tivemos três safras ruins nos anos anteriores, por causa da seca em algumas regiões e de geadas e mau tempo em outras regiões importantes de produção agrícola. Isso não tinha nada a ver com o Governo, nem o meu, nem com o do meu antecessor. Além do clima não ter ajudado, logo nos meados de 1979 os preços do petróleo deram um novo salto para cima.

A condição inicial para resolver o problema era a seguinte: era preciso, antes de mais nada, reanimar a agricultura. Se o Brasil não voltasse a produzir alimentos com muita rapidez, os brasileiros teriam o pior dos mundos, ou seja, teriam mais carestia e filas para comprar alimentos. Para reanimar a agricultura, o Governo tinha que oferecer preços atrativos para os agricultores e tinha de lhes dar muito crédito, porque senão o agricultor não ia plantar.

Acho que você tomaria a mesma decisão que eu tomei e da qual não me arrependo. Mandei dar toda a prioridade à produção de alimentos e os agricultores voltaram a produzir, com os preços agrícolas liberados pela boa remuneração, que era para cobrir os custos altos do combustível do trator, do combustível do transporte das safras e do adubo importado.

Estamos já no terceiro ano dessa política e ela está dando certo. Acabamos com os problemas do abastecimento, alguns muito graves como o do feijão e do leite. Não precisamos mais importar milho e arroz. Temos abundância desses produtos e é por isso que alguns deles até baixaram de preço, como o feijão. Outros se mantiveram estáveis e muitos outros estão subindo menos do que os reajustes de salários.

Eu não digo que o custo de vida não está subindo. Mas os números mostram que o custo da alimentação está subindo menos do que o salário. Então, as pessoas podem comprar mais alimentos com o seu salário.

Isso não é o melhor dos mundos, mas é melhor do que faltar alimentos ou ter que comprar no exterior, pagando em dólares, que nós não temos.

Se você é um agricultor, sabe que estamos usando o dinheiro que o Governo arrecada para comprar a produção brasileira, para financiar a

produção e para manter a agricultura como atividade rentável e segura. Ainda temos muito o que fazer para segurar o custo de vida. A primeira delas é dar mais financiamento ao agricultor para que melhore sua produtividade, e não precise aumentar os preços dos alimentos. A segunda é melhorar o transporte, para não encarecer a produção até chegar nas cidades.

O caminho de não deixar o custo de vida subir é este: estímulo à agricultura, financiamento do plantio e remuneração da colheita. Se nós não nos desviarmos deste caminho, pode demorar um pouco mais, um pouco menos, mas chegamos lá.

SEGURANÇA AÉREA

Apresentador – Presidente, essa pergunta não é uma pergunta isolada. A preocupação da produção, da Divisão de Jornalismo aqui de Brasília, é pegar sempre uma pergunta que represente um grande número de perguntas semelhantes.

Então... Previdência Social, assistência hospitalar, custo de vida... depois tirar uma que reflete a maioria das perguntas. É o caso dessa aqui. O Geraldo Medeiros Neto, de São Paulo, capital, ficou assustado com a recente seqüência de acidentes aéreos resultantes de falha humana e a pergunta dele é justamente a seguinte: “O que o Governo pode fazer para melhorar as condições de segurança de voo nas linhas domésticas?”

Presidente – Os acidentes aéreos recentemente ocorridos em nossa aviação comercial não caracterizam, de forma nenhuma, uma falta de segurança de voo nas linhas domésticas.

A sua coincidência no tempo e a série de especulações antes do resultado das investigações concorreram para preocupar o público, mas as causas desses acidentes já foram amplamente analisadas pelo Ministério da Aeronáutica e divulgadas por toda a Imprensa.

Com vistas à segurança do voo, o Ministério da Aeronáutica fiscaliza a manutenção das aeronaves, o treinamento das tripulações e suas condições de trabalho, e investe vigorosamente na infraestrutura aeronáutica, seja na construção de novos e modernos aeroportos como, principalmente, no auxílio à navegação.

Uma das últimas medidas tomadas sobre a segurança de voo foi a criação do Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, com atribuições de detectar, analisar e propor medidas para eliminar os riscos potenciais.

APOSENTADORIA DA DONA DE CASA

Apresentador – Presidente, nós temos uma atividade no Brasil que é a da dona-de-casa, que é uma das mais nobres que existem, mas acontece que não é muito valorizada.

A dona Hermínia Franzosi, de Concórdia, Santa Catarina, diz, por exemplo, que trabalha duro há 27 anos como dona-de-casa e está cansada.

Sugere que as donas-de-casa possam descontar o INPS como autônoma e se aposentar, como todo trabalhador.

O que que o Senhor acha disso, Presidente?

Presidente – A maioria das donas-de-casa já é beneficiária da Previdência através de seus maridos. Como dependentes de segurados, as donas-de-casa já recebem assistência médica do INAMPS e têm direito à pensão, em caso de morte do segurado. Consideradas como autônomas, teriam de contribuir também, e a grande maioria das nossas donas-de-casas não teria interesse nisso.

EMPREGO PARA DEFICIENTES

Apresentador – *Todo o mundo sabe Presidente, que 81 foi a Ano Internacional do Deficiente. Muita coisa foi feita e muita coisa ficou para ser feita.*

Mas o seu João Soares Alves, da cidade de Resplendor, em Minas, não quer que o interesse pelas pessoas deficientes de nosso País acabe só porque passou o ano dedicado a elas.

Por isso ele pergunta ao Senhor: "O que o Governo tem feito para dar emprego aos deficientes físicos?"

Presidente – A lei não discrimina o deficiente físico. Na realidade, quem é capaz de desempenhar uma determinada atividade pode desempenhá-la mediante um vínculo de emprego.

O Governo tem ajudado no encaminhamento de deficientes físicos, não só para o emprego, como também para o treinamento.

Em São Paulo, por exemplo, tem havido casos em que o SINE (Sistema Nacional de Emprego) os encaminha para os institutos correspondentes, tais como Instituto dos Cegos e a AACD e outras entidades privadas ou mistas, que têm por fim amparar e orientar o deficiente físico. É claro que há casos que são mais fáceis de ser resolvidos.

Além da participação governamental em auxiliar no encaminhamento para o treinamento ou emprego do deficiente físico, é preciso que o próprio empresariado se conscientize da necessidade de oferecer oportunidade de emprego também para essas pessoas. Nós já temos muitos casos de empresas que abrem vagas especialmente para deficientes físicos.

E fica aqui, inclusive, o meu apelo para que, cada vez mais, os empresários colaborem nesse sentido.

TRABALHO APÓS OS 35 ANOS DE IDADE

Apresentador – Presidente, o Senhor sabe melhor do que eu que o Conrad Adenauer, que reconstruiu a Alemanha, e que o nosso atual Papa, João Paulo II, conseguiram prestar grandes serviços à humanidade depois dos 70 anos.

A carta de Maria do Carmo Rodrigues Alexandre, de Jucurutu, no Rio Grande do Norte, fala exatamente desse problema, Presidente, contra a discriminação que nós temos no Brasil com quem tem mais de 35 anos de idade.

É o caso de pessoas, por exemplo, que não podem prestar concurso público para o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal.

E a dona Maria do Carmo, Presidente, lembra que a maioria dos nossos dirigentes políticos já passou dessa idade e pergunta: "Presidente, por que a velhice no Brasil começa depois dos 35 anos?"

Presidente – No serviço público, civil ou militar, algumas carreiras têm limites de ingresso que podem ser de 35, 30 ou 21 anos, conforme a situação própria para o início dessas carreiras específicas.

Dona Maria do Carmo, as dificuldades de emprego de pessoas com mais de 35 anos de idade são uma preocupação antiga e permanente do Governo. Há 10 anos que existe no Ministério do Trabalho uma Comissão especial para acompanhar esse problema.

Pelo artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, o empregador pode admitir os empregados que julgar de sua conveniência. Infelizmente, formou-se a idéia de que, a partir dos 35 anos, começa a diminuir a capacidade de trabalho da pessoa. Esse entendimento, que não é verdadeiro, particularmente no trabalho intelectual, tem sido a causa principal da restrição ao emprego de pessoas a partir dessa idade.

Espero da compreensão do nosso empresariado uma atitude sem preconceitos em relação ao problema, já que, justamente, a experiência dos maiores de 35 anos é mais útil e mais adequada em grande número de atividade e profissões.

CASAS DO BNH

Apresentador – Presidente, no Rio Grande do Sul, lá em Gravataí, o BNH construiu três conjuntos habitacionais, mas até hoje continuam fechadas 800 casas.

Isso, segundo Jupir Silveira Ramos que diz que o problema é que os donos dessas casas já são proprietários de outros imóveis e, agora, estão pedindo até 1 milhão e 200 mil cruzeiros pelas chaves. É o gaúcho Jupir quem pergunta: "Não seria possível redistribuir essas 800 casas para aqueles que realmente precisam?"

Presidente – Esse conjunto foi construído pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, com 2.384 casas. Fui informado seguramente de que estão desocupadas aproximadamente 100 unidades, por diversas razões.

A COHAB vem, há três meses, trabalhando para reaver essas casas, e já conseguiu 18. Identificou, também, que algumas pessoas adquiriram duas casas, e obrigou-as a liberar uma, a ser repassada para outro inscrito.

Em casos de denúncia, a COHAB está exigindo, dos pretendentes, certidões negativas dos Cartórios de Registro de Imóveis comprovando que os mesmos não possuem naquele município outro imóvel.

A denúncia de ágio de Cr\$ 1,2 milhão, a que se refere o senhor Jupir não procede.

Apesar da fiscalização rígida da COHAB, é difícil evitar que um promitente-comprador venha a auferir algum lucro com a cessão do imóvel que lhe cabe por ordem de inscrição.

FINSOCIAL

Apresentador – Presidente, quando o Senhor gravou aqui, em maio, o primeiro programa da série “O Povo e o Presidente”, eu me recordo que o Senhor tinha lançado, naquela semana, o programa FINSOCIAL e o Senhor tem manifestado um carinho todo especial para este programa.

Mas eu tenho aqui uma carta de Brasília, assinada pelo senhor José Salles Netto, que traz uma dúvida, que eu vou passar ao Senhor.

Ele diz que ouviu dois ministros admitirem que o empresário repasse ao consumidor a contribuição do FINSOCIAL, simplesmente aumentando os preços de bens e produtos.

Ora, nesse caso, vai pagar é quem deveria ser beneficiado, reclama o José Salles Netto. Ele tem razão, Presidente?

Presidente – José, eu gostei muito de sua pergunta, porque me dá a oportunidade de falar sobre um assunto importante: a solidariedade que devemos todos os brasileiros aos nossos patrícios mais pobres.

A decisão de criar o FINSOCIAL foi longamente meditada. É verdade que as empresas vão tentar repassar uma parte da contribuição para os preços de seus produtos. Eu mesmo reconheci este efeito no meu pronunciamento sobre a criação do FINSOCIAL.

Quem, afinal, vai custear o FINSOCIAL?

Quem vai pagar é toda a população, é a coletividade, numa proporção de meio a dois por cento de aumento no preço de certos produtos.

Quem vai ser beneficiado é a parte mais pobre da população, a que vai receber casa pelo PROMORAR, complementação alimentar pelo Programa Nacional de Alimentação, etc.

Não é muito o que se pede. Em cada despesa de mil cruzeiros dar 10 ou 20 cruzeiros em favor dos que estão morando em condições precárias e se acham mal nutridos.

O que se quer é uma redistribuição da renda, em benefício dos mais pobres e necessitados.

É uma iniciativa inspirada nos princípios de justiça social, na melhor tradição da solidariedade cristã e que, estou certo, bem entendida, encontra ressonância na alma do brasileiro, que é cordial e generoso.

SEGURO-INPS

Apresentador – Presidente, a última carta do programa desse domingo vem de São Mateus, no Estado do Espírito Santo. O Fernando Barbeito diz que era motorista de caminhão até que sofreu um acidente e perdeu um braço.

Como ele já contribui há 23 anos para o INPS, procurou o instituto a fim de se aposentar ou ser indenizado. Não conseguiu uma coisa nem outra e ainda recebeu um conselho: voltar a trabalhar com um braço só. Como é que se resolve o caso do motorista Fernando, Presidente?

Presidente — Todos os segurados da Previdência Social, que sofrem acidentes de trabalho, têm direito a benefícios, os quais variam conforme a gravidade do acidente.

Peço ao Fernando que retorne ao INPS, porque tenho a certeza de que ele faz jus ao benefício.

O Fernando pode até solicitar sua inclusão no Programa de Reabilitação Profissional, que irá lhe permitir ser treinado para uma outra atividade profissional, na qual poderá complementar o seu tempo para se aposentar.

Sei que a Globo já recebeu centenas de cartas de pessoas que trazem problemas semelhantes. Peço que façam o mesmo. A assistência do INPS é um direito dos seus segurados.

ENCERRAMENTO

Apresentador – *As cartas que você enviar para o programa “O Povo e o Presidente” serão respondidas diretamente pelo Presidente João Figueiredo. As cartas que não forem respondidas aqui serão por escrito e você receberá a resposta na sua casa.*

Muito obrigado, Senhor Presidente, pelo seu tempo, pela atenção do Senhor. O boa noite do Senhor ao País.

Presidente – Muito obrigado, Ney, pela sua atenção. E ao povo brasileiro por mais uma vez ter sido compassivo em ouvir as minhas explicações sobre os assuntos que afligem a cada setor da população. Muito obrigado.



PROGRAMA N° VI

22 de agosto de 1982

ABERTURA

JUSTIÇA

MULHERES E POLÍTICA

APOIO E OPOSIÇÃO

INSALUBRIDADE

PREÇO FIXO PARA ALIMENTOS

CARAJÁS

PRESTAÇÕES DA CASA PRÓPRIA

PREVIDÊNCIA URBANA E RURAL

FINANCIAMENTO AGRÍCOLA

SALÁRIO MÍNIMO MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – Boa noite, brasileiros.

Daqui a poucos instantes o Presidente João Figueiredo estará respondendo à sua pergunta, dentro da sua casa, em vários estados brasileiros, tratando de justiça, política eleitoral, participação das mulheres na política, trabalho, insalubridade, inflação, justiça e agricultura e, o que não falta em todo programa, Previdência.

Vamos continuar, Senhor Presidente?

Presidente – Às suas ordens, Ney.

JUSTIÇA

Apresentador – Presidente, aqui nós temos uma pergunta, que é a participação de duas mulheres. A advogada Lígia Maria Bernardi, do Rio de Janeiro, está pedindo para o Senhor examinar a possibilidade de colocar em todos os estados, a exemplo dos promotores públicos, advogados que, pagos pelo Governo, possam fazer assistência judiciária gratuita para as pessoas que não podem pagar.

E uma outra mulher, Presidente, a paulista Vanize Pereira Leminiam, vai mais longe e pede a criação de tribunais de pequenas causas para agilizar a justiça em nosso País.

Essas propostas são viáveis, Presidente?

Presidente – Minhas prezadas patrícias, Lígia Maria e Vanize, a assistência judiciária aos necessitados é uma preocupação constante do Governo Federal.

As pessoas carentes têm, por lei, isenção do pagamento de taxa judiciária, de despesas de publicação em Diário Oficial, de pagamento de honorários de advogados e peritos.

A Defensoria Pública é, em princípio, matéria de competência estadual, apesar de que a União, em muitos lugares, dá uma ajuda importante por meio dos departamentos de assistência judiciária das faculdades de Direito.

Para estimular os estados a criarem a Defensoria Pública, em 1981, a lei atribuiu ao Ministério Público Estadual a assistência judiciária aos necessitados, onde não houver um órgão próprio cuidando disso.

O meu Governo tem procurado tornar o Processo Civil ou Penal, mais rápido e mais eficiente.

No Código de Processo Civil, a fim de apressar o andamento das causas, estuda-se a eliminação de certos despachos, a aceleração da perícia e a simplificação de recursos.

O Ministério da Justiça concluirá, a qualquer momento, a revisão do novo anteprojeto de Código de Processo Penal.

Para os casos de menor gravidade, o anteprojeto cria um procedimento sumaríssimo, sem inquérito policial. Cria juizados especiais nas grandes cidades, com plantão permanente de 24 horas por dia, e com a solução imediata de uma infinidade de questões penais. Isso vai agilizar a atuação da polícia e da justiça criminal.

Há, também, vários estudos sobre a simplificação do sistema de recursos, para desafogar os tribunais e permitir que se faça justiça com rapidez cada vez maior, e sem despesas para quem não pode pagá-las.

MULHERES E POLÍTICA

Apresentador – Presidente, as mulheres têm uma participação destacada no programa de hoje. E eu tenho a impressão que as mulheres estão na ordem do dia até aqui em Brasília, não é?

Mas o caso, Presidente, é que a Cacilda da Silva Paiva, de Recife, Pernambuco, levanta uma questão, Presidente Figueiredo, que diz de per-to a todas as brasileiras.

Ela quer saber como é que o Senhor vê o ingresso das mulheres na política partidária e mais, diz ela: ‘Presidente Figueiredo, o Senhor acha que elas podem desempenhar funções com a mesma competência que os homens?’

Presidente – Ney, antes de responder à sua pergunta, eu quero dizer que as mulheres sempre estiveram na ordem do dia.

E, à nossa patrícia Cacilda, a melhor resposta a essa pergunta está na minha escolha da professora Ester Ferraz para Ministra da Educação. A mulher brasileira já demonstrou sua competência, mas é verdade que ainda não assumiu os cargos que merece na política, como vemos em outros países.

Há poucos dias, no Congresso Nacional da Mulher Democrática, declarei que a política é muito importante, para ficar somente com os homens.

Nas mulheres que ingressam no PDS vejo a dona-de-casa, a educadora, a mulher que trabalha, e que assume agora uma responsabilidade social maior, isso eu disse lá no congresso.

A mulher brasileira partilha com o homem as dificuldades do momento. Preciso da colaboração de todas, no campo político, no campo econômico, no campo social, nas escolas e nas fábricas. Ajudem-me a educar as nossas crianças, a combater os aumentos exagerados de preços e de lucros arbitrários, que destroem os orçamentos domésticos.

No Brasil de hoje, as mulheres têm de participar na atividade política, na formação da vontade popular e, principalmente, no veredito das urnas.

APOIO E OPOSIÇÃO

Apresentador – Presidente Figueiredo, o Senhor já verificou que tem algumas cartas que são longas, esparramadas, tem outras cartas que são curtas e grossas.

É o caso aqui do Marco Antônio Moraes, que é carioca. A carta dele, Presidente, só tem quatro linhas e diz o seguinte:

“Presidente, como é que o Senhor explica que muitos brasileiros apóiem a sua gestão e seu Governo e, ao mesmo tempo, apóiem a Oposição em termos eleitorais?”

Presidente – Marco Antônio, isso é uma coisa que eu não explico. Se apóiam a minha gestão, é porque reconhecem o que fiz e confiam em mim.

Você se lembra que a Oposição foi contra a anistia?

Vamos pensar melhor em quem vamos confiar o nosso futuro.

O meu Governo luta dia e noite para superar as dificuldades do nosso povo. Temos uma população que triplicou nos últimos 40 anos; 50 milhões de crianças e jovens que ainda não produzem e que temos o dever de sustentar e educar. Não temos recursos suficientes, e nos esforçamos para conseguí-los. Fazemos planos e projetos e os executamos conforme as prioridades dos problemas do País, num momento difícil, de crise econômica mundial, que se reflete no custo de vida da nossa gente.

Repto, é momento difícil, que devemos enfrentar com trabalho e seriedade. Precisamos de homens sérios, dispostos, trabalhadores, realistas. Nada podemos fazer com demagogia.

Peço aos brasileiros conscientes e principalmente aos jovens, que agora votarão pela primeira vez, que pensem ao votar, que estarão escolhendo os homens a quem vamos confiar o nosso futuro imediato.

Precisamos dos homens que se destacaram na administração pública e na empresa, no campo e na indústria. São homens que já conhecem os recursos que tem o Brasil, e os grandes problemas do nosso povo.

Vejam o nosso candidato no Rio de Janeiro, o prefeito Wellington Moreira Franco, dinâmico, sério e eficiente, como milhares de jovens cariocas e fluminenses. E ele comprovou sua capacidade administrando uma grande cidade, como Niterói.

Você acha, Marco Antônio, que se a Oposição ganhar vai baixar o custo de vida? Vai conseguir dólares para pagar o que precisamos importar? Vai dar emprego para todos? Onde estão os programas, os planos, os projetos para isso?

Vocês, eleitores, conhecem esses planos? Eu não!

INSALUBRIDADE

Apresentador – *Presidente, tem uma carta aqui de Brasília, que tem assim um aspecto técnico, mas eu acho que é uma pergunta muito importante, que pode atender as expectativas de muitos telespectadores do Brasil.*

É o Luís Araújo, Presidente, aqui de Brasília, que lembra que, há dois anos, o Senhor sancionou uma lei de benefício a quem trabalha em condições insalubres, que, o telespectador sabe muito bem, que é o tipo de trabalho que põe em risco a saúde das pessoas, além daquilo que seria normal.

Mas o Luís, /Presidente, não entende porque que essa lei, que tem o número 6.887, até hoje não foi regulamentada.

Daí a pergunta: "O Senhor mudou de idéia, Presidente?"

Presidente – Luís Araújo, essa lei alterou a legislação de Previdência Social, dispondo sobre contagem de tempo de serviço prestado, alternadamente, em atividades penosas, insalubres ou perigosas, para efeito de aposentadoria de qualquer espécie, quando for insuficiente para a aposentadoria especial. Agora, o Regulamento de Benefícios da Previdência Social, com redação dada por um decreto que assinei no mês passado, determina que os períodos alternativos de trabalho perigoso, insalubre ou penoso são somados, feita a conversão segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência.

Assim, o assunto está regulamentado. O Governo não mudou de idéia. Providenciou para a aplicação dos dispositivos legais.

PREÇO FIXO PARA ALIMENTOS

Apresentador – Presidente, nós temos aqui uma pergunta sobre inflação e temos até uma sugestão do telespectador que escreveu para o Senhor, José Lemos de Carvalho, de São Paulo.

Ele tem uma sugestão para combater a inflação e especulação com os preços dos gêneros alimentícios do País. Então, ele diz o seguinte, Presidente, em resumo da carta: Ele pede que o Governo torne obrigatório o uso de um selo, estabelecendo preço fixo para produtos de primeira necessidade, assim como ocorre com o cigarro.

É possível isso, Presidente?

Presidente – Senhor José Lemos de Carvalho, o selo no maço de cigarros não é para tabelar o preço; é para cobrar impostos e controlar a arrecadação do imposto.

No caso do arroz e do feijão e dos outros produtos de alimentação, foi estudada a idéia de tabelar, mas depois vi que isso só ia conduzir ao câmbio negro, à fila na porta dos armazéns, à falta do produto. O que o meu Governo decidiu fazer foi estimular o agricultor a produzir e pagar bem por essa produção. Nós estamos investindo muito dinheiro na agricultura e está dando certo.

O senhor se lembra quando o feijão estava quase a 200 cruzeiros e ainda faltava? E havia briga no Rio de Janeiro, para conseguir feijão?

Nós preferimos estimular o produtor de feijão e ele plantou e colheu e o Governo pagou um preço justo. Hoje há feijão em quantidade, os preços são livres, e até o preço do feijão preto baixou para o consumidor.

Arroz também tem em abundância e o preço está subindo menos que a inflação.

No caso do leite, que era ainda mais grave há uns três anos, nós também demos estímulo ao produtor e hoje não falta leite.

Se o senhor comparar o preço do óleo de soja, também vai verificar que subiu menos do que a inflação. Só não ficou mais em conta porque o preço da embalagem, da lata, está caro.

Eu acho que, em todos esses produtos, pode ser feito um esforço maior dos agricultores e dos industriais para aumentar a produtividade e com isso garantir o preço ao consumidor, sem deixar de remunerar a sua atividade.

O senhor também não deve esquecer que os salários estão sendo reajustados semestralmente, exatamente para corrigir os efeitos da inflação e proteger o trabalhador.

Acho que os brasileiros estão mais protegidos hoje, da carestia, do que há três anos, por causa da correção salarial e do sucesso das três safras agrícolas que, hoje, permitem que haja abundância de oferta de arroz, feijão, carne e de outros produtos de primeira necessidade.

CARAJÁS

Apresentador — Presidente, o Senhor tem grandes obras, no Governo, em realização, grandes canteiros de obras. É caso, por exemplo, do Projeto Carajás.

Presidente, a gente ouve, tem uma carta aqui, por exemplo que sugere isso. As pessoas ouvem falar do Projeto Carajás mas não têm uma noção exata do que significa o Projeto Carajás.

Então, o mineiro Paulo Daher Rodrigues, que mora em Visconde do Rio Branco, faz a seguinte pergunta ao Senhor: "Presidente Figueiredo, qual é a contribuição que o Projeto Carajás vai trazer para o Brasil?"

Presidente — Senhor Paulo Rodrigues, Carajás é muito importante. É o ponto de partida para o aproveitamento equilibrado dos recursos naturais da Amazônia. Com energia elétrica de Tucuruí e a ferrovia e o porto da Vale do Rio Doce, vamos explorar as jazidas de ferro, de cobre, manganês, bauxita e zinco. Será também a base para o desenvolvimento de pólos agrícolas e industriais no Maranhão e no Pará. Temos, assim, novos empregos para centenas de milhares de brasileiros da região e para outros, que vão trabalhar na Amazônia.

A barragem de Tucuruí já está pronta e começou a instalação das máquinas geradoras. A ferrovia, de 900 quilômetros, já avança pela selva para São Luís do Maranhão. Duas indústrias de alumínio e de alumina estão em construção em Vila do Conde, no Pará, e junto ao novo porto de Itaqui, no Maranhão. A linha de transmissão de energia já foi puxada do Nordeste. Passa por Tucuruí e chega já a Belém.

Algumas dessas obras foram iniciadas antes do meu Governo e eu estou dando continuidade. Ao atual Governo caberá ainda a implantação definitiva do Projeto Ferro-Carajás e dar início ao Projeto Grande Carajás, que vai abrir novas perspectivas de trabalho para empresas brasileiras, no aproveitamento das minas e da metalurgia de cobre, manganês, zinco e outros minerais que existem em abundância na região.

Carajás terá também importância decisiva para o equilíbrio futuro das contas externas brasileiras. A exportação de minério de ferro vai gerar 20 bilhões de dólares de divisas até o final da presente década. Os contratos já firmados com o exterior garantem a regularidade das exportações, num fluxo que começa com três milhões de toneladas e aumenta gradativamente até 15 milhões de toneladas por ano. Por aí se vê que é plenamente justificado o esforço de financiamento externo para esse projeto.

Estamos emprestando do Banco Mundial, e de vários bancos japonêses e europeus, cerca de 1 bilhão e 500 milhões de dólares, para realizar um projeto que vai produzir exportações em nível 10 vezes superior.

Do ponto de vista do retorno do investimento e de programação financeira desses investimentos, o Projeto Carajás foi considerado pelos técnicos do Banco Mundial como um dos mais perfeitos, já analisados pelo banco. Não criará dificuldades futuras nas contas externas brasileiras; pelo contrário, ele dará ajuda decisiva para equilibrar o balanço de pagamentos do Brasil, nos próximos anos.

Finalmente, quero ressaltar que o Projeto Carajás, dessa maneira, está sendo realizado sem criar nenhuma pressão inflacionária interna.

PRESTAÇÕES DA CASA PRÓPRIA

Apresentador – Presidente, o paranaense, o Emílio Carlos Santos, escreve de Foz de Iguaçu. Eu vou reportar a carta dele, porque o assunto é complicado. Ele não entende porque a correção monetária do Fundo de Garantia é de 40%, enquanto as prestações da casa própria sobem 89% e os aluguéis são reajustados em 96%.

Então a pergunta dele, Presidente, é a seguinte: “O Senhor já analisou quantas pessoas vão deixar de pagar prestações ou então terão que vender ou perder suas casas com esses aumentos?”

Presidente – A correção monetária aplicada ao Fundo de Garantia é igual à correção monetária aplicada aos reajustamentos da prestação da casa própria no Sistema Financeiro da Habitação. Não há diferença de percentagens anuais.

Quanto aos aluguéis, o sistema de correção também é o mesmo. Quando se refere ao reajuste de aluguel em 96% e compara com os 89,03% do aumento da prestação, o senhor deve ter em conta que se tratam de períodos anuais diferentes. No que diz respeito a “quants irão deixar de pagar suas prestações”, afirmo que não está havendo aumento dos índices de imponzialidade do Sistema Financeiro da Habitação. Pesquisa nacional indica que, em moradia, as prestações habitacionais estão bem abaixo dos níveis dos aluguéis.

PREVIDÊNCIA URBANA E RURAL

Apresentador – Presidente, eu tenho uma carta aqui da Gladis Leguizamón, que mora em Dourados, Mato Grosso do Sul. Ela entende que o trabalhador rural vem sofrendo uma injustiça e pergunta: "Por que, até hoje, o Sistema de Previdência Rural não foi equiparado ao Sistema de Previdência Urbana, em termos de aposentadoria e de assistência médica?"

Presidente – Dona Gladis, o Governo também gostaria que a Previdência Social pudesse conceder aos homens do campo o mesmo tratamento que é dado àqueles que moram na cidade. Mas, para isso, seria preciso que os trabalhadores rurais contribuissem para a Previdência da mesma forma que os trabalhadores urbanos, o que muitos, certamente, não poderiam fazer.

É por isto que o Governo vai buscar, através de contribuições dos empregadores rurais e dos vendedores de produtos de origem rural, os recursos necessários para custear a Previdência Social Rural, nas bases atuais. O trabalhador rural – ele próprio – não contribui para a Previdência.

Mas vale a pena lembrar que hoje já são oferecidos ao trabalhador rural e seus dependentes, além da assistência médica, nove tipos de benefícios, incluindo o de acidentes do trabalho, como por exemplo: a aposentadoria por idade aos 65 anos; a aposentadoria por invalidez, em virtude de incapacidade para o trabalho; pensão e auxílio-funeral, por morte do trabalhador; renda mensal vitalícia, para os maiores de 70 anos ou inválidos, e outros.

FINANCIAMENTO AGRÍCOLA

Apresentador – Presidente, já que estamos falando da Previdência Rural, vamos ficar agora na agricultura.

Tem aqui uma pergunta que é uma denúncia de Jair de Mattos, que é de Piracicaba, no Estado de São Paulo. Ele conta, Presidente, que as cooperativas estão financiando defensivos agrícolas para os grandes produtores de cana com as seguintes vantagens: primeiro, um ano e meio de prazo, então, temos aqui 18 meses de prazo. Juros, Presidente, de 3,75% e ainda cobertura integral das plantações.

Enquanto isso, diz aqui o Jair, os bancos, Presidente, cobram dos lavradores juros de 50% e só financiam a metade dos projetos.

.Então ele pergunta, o senhor Jair: "Isso é lícito, Presidente?"

Presidente – Seu Jair, de fato, a pergunta do senhor tem procedência. O Governo identificou, há um mês atrás, esse tipo de distorção no crédito rural. E já adotou providências para coibir essa prática nociva aos interesses do País.

As dificuldades econômicas obrigaram o Governo a conter o crescimento dos empréstimos subsidiados aos produtores rurais, para evitar descontrole nas emissões de moeda, pois tais empréstimos são, em sua quase totalidade, realizados com recursos fornecidos pelo Banco Central.

Com esse objetivo, foram reduzidos os limites de financiamento. Os grandes produtores passaram a receber apenas 50% de suas necessidades e os médios 70%. Entretanto, para proteger os mini e pequenos produtores, o Governo continuou assegurando-lhes financiamento de 100%, e também às cooperativas constituídas de pelo menos 70% de mini e pequenos produtores.

Algumas dessas cooperativas se prestaram a expedientes reprováveis, aceitando em seu quadro social grandes produtores, com o único fim de fugir às limitações estabelecidas pelo Governo, obtinham financiamento integral para a compra de insumos agrícolas, repassando os benefícios a grandes produtores, não apenas aos plantadores de cana, mas a todos que com elas se associassem, para burlar as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Constatada essa irregularidade, o Banco Central, por determinação do Conselho Monetário Nacional, expediu a Carta-Circular nº 790, de dois de agosto deste ano, que impede a continuidade dessa distorção. Agora, as cooperativas devem exigir o pagamento, à vista, de 30 ou 50% do valor do insumo entregue ao associado, conforme se trate de médio ou grande produtor.

Com essa medida, o grande e médio lavrador passaram a obter o mesmo tratamento, quer se dirijam a um banco, quer se dirijam à sua cooperativa. Em qualquer hipótese, os juros serão de 3,75% ao mês,

que correspondem a 45% ao ano, na região Centro-Sul, onde foram constatadas essas irregularidades.

É preciso dizer, por último, que esse procedimento não é comum entre as cooperativas agrícolas do Brasil e, sim, a um reduzido número de entidades que, dirigidas por maus brasileiros, se prestaram a essa lamentável prática.

SALÁRIO MÍNIMO MUNICIPAL

Apresentador – Presidente, essa pergunta aqui, eu fui inclusive avisado pela produção, pela equipe de jornalismo da Divisão de Brasília, de que ela identifica uma pessoa. Mas nós temos aqui, sem exagero, centenas de pessoas que formularam a mesma pergunta.

Então, nós elegemos a Ana de Araújo, que mora em Solânea, no Estado da Paraíba, e trabalha na prefeitura lá, Presidente.

E ela diz o seguinte: ‘Presidente, eu recebo apenas 4.500 cruzeiros por mês. É correto alguém pagar menos que o salário mínimo, Presidente?’

Presidente – Senhora Ana Araújo, inúmeras prefeituras municipais do Brasil mantêm contrato de trabalho com empregados que percebem abaixo do salário mínimo regional.

Isto ocorre porque, na maioria das vezes, o orçamento dessas prefeituras não permitem melhor remuneração.

Na maior parte dos casos, o contrato de trabalho estabelece um total de horas trabalhadas inferior ao mínimo previsto em lei, o que, de certo modo, contorna o problema pelo menos legalmente.

O Ministério do Trabalho, com o Programa de Proteção ao Trabalhador, recentemente instituído, procura estender a ação fiscalizadora também a municípios distantes, para sanar esse tipo de problema.

Toda a vez que se tem conhecimento de um caso como o presente, o Ministério do Trabalho determina imediata fiscalização para tentar resolvê-lo.

ENCERRAMENTO

Apresentador — Presidente, quero agradecer ao Senhor em nome da minha Rede Globo de Televisão pela sua atenção, pelo seu espaço em mais este programa e agradecê-lo, Presidente, em nome de milhares de telespectadores que tiveram o Senhor no final desta noite de domingo dentro de sua casa.

O seu boa noite para todo o País.

Presidente — Mas Ney, quem deve agradecer sou eu. E eu faço apenas dois agradecimentos. Um aos espectadores, aos brasileiros que tiveram a bondade e a paciência de ouvir a minha palavra neste programa. E outro a você e a sua equipe que conduziram o programa tão bem e que me dá até vontade de permanecer aqui por mais algum tempo conversando com vocês. Muito obrigado, Ney.



PROGRAMA N° VII

29 de agosto de 1982

ABERTURA

TRATORES

POUPANÇA – JUROS BANCÁRIOS

PRESTAÇÃO DO BNH

PAGAMENTO EM ESCOLAS PÚBLICAS

INTERIORIZAÇÃO

REFORMA AGRÁRIA

IMPRENSA LIVRE

OPERÁRIOS – CONSTRUÇÃO CIVIL

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – *Boa noite, brasileiros. Estamos chegando mais uma noite de domingo em sua casa. Daqui a poucos instantes o Presidente João Figueiredo vai discutir com o senhor e com a senhora sobre censura, imprensa, abertura, trabalho, habitação, juro bancário e agricultura. Mas antes eu queria fazer uma perguntinha ao Presidente.*
Presidente, eu faço um programa na TV Globo, chamado TV Mulher e é um dos assuntos de minhas especialidades diárias os assuntos relacionados à mulher. As pessoas me perguntam e eu transfiro a pergunta para o Senhor: "Presidente, como é que é ter uma mulher no Ministério, eu me refiro à Ministra Esther de Ferraz. Ela já despachou com o Senhor? Como é que está?"

Presidente – Eu conheço a Dona Esther há vários anos, desde que eu comandei a Força Pública em São Paulo, em 1967. Ela era Secretária de Educação do Governo naquela oportunidade. E conheço bem o trabalho que ela tem realizado em toda a sua vida como educadora.

Agora, quero crer que ter uma mulher como ministra deve ser igual a ter um homem como ministro. Apenas é uma experiência nova no Brasil, daí essa curiosidade pública natural.

Mas outros países já têm. Agora mesmo temos o exemplo da primeira-ministra Margaret Thatcher, na Inglaterra. Encontrei duas ministras no Canadá, eficientíssimas.

Eu não tenho receio de que, pelo fato de ser mulher, vá mudar alguma coisa. Pelo contrário, vai se tornar até mais ameno para mim.

Apresentador – *Presidente, se o Senhor não quiser revelar, o Senhor não é obrigado a revelar sua agenda antecipada. Mas qual é o primeiro despacho do Senhor com a Ministra Esther de Ferraz? Está marcado para quando?*

Presidente – Deve ser na terça-feira. Terça-feira que vem eu devo ter o primeiro despacho com ela.

Apresentador – *Vamos conversar com o Brasil, Presidente?*

Presidente – Vamos.

TRATORES

Apresentador – Presidente, o Senhor tem reafirmado aqui no programa a prioridade do seu Governo com relação à agricultura. Por isso mesmo, a carta do Odmir Pedro Camargo Valsecchi, de Jandaia do Sul, no Paraná, ganha uma importância especial na abertura do programa.

A carta trata de um problema que afeta a maioria dos nossos agricultores e diz o seguinte: “Presidente Figueiredo, todos sabemos que o trator é feito de peças rústicas, tendo somente o motor como objeto mais caro. Por que então, Presidente Figueiredo, o trator de tamanho médio custa mais que o carro de luxo do Brasil?”

Presidente – Odmir, existem tratores das mais diversas faixas de preços, dos mais baratos do que os carros populares, até os mais caros do que os veículos de luxo.

O motor diesel utilizado em tratores é a peça mais cara. Custa quase duas vezes mais que os motores a álcool ou a gasolina, de ciclo Otto, que equipam os automóveis.

O que você chama de “peças rústicas” do trator, na verdade são componentes de alta qualidade, porque têm de ser adequados a condições de uso muito mais duras e desgastantes que as de um carro de luxo. Ele é muito mais resistente.

Finalmente, a escala de produção é um fator altamente relevante para a formação do preço final dos automóveis e tratores. Em 1982, foram produzidos 39 mil tratores, contra cerca de 425 mil veículos de passeio.

Justamente para impedir que os tratores custem ainda mais caro, é que o Governo oferece linhas de crédito especiais, mais baratas, para sua aquisição. E os impostos que incidem sobre eles são bem menores.

POUPANÇA – JUROS BANCÁRIOS

Apresentador – *Presidente, a produção do programa me chamou atenção para esta carta. Esta carta aqui representa pelo menos 600 cartas, Presidente. É sobre economia. E ela é do Bruno Humberto Pucci, de São Paulo, capital.*

Ele não entende porque os bancos recebem dinheiro do depositante sem custo nenhum e emprestam a este mesmo depositante cobrando juros altos. Então, ele pergunta: "Presidente, não seria justo que os bancos pagassem aos correntistas juros sobre o saldo mantido em conta?"

Presidente – Bruno, as suas considerações têm dois ângulos que eu acho muito importantes em relação à situação financeira nacional. Primeiro, as economias de cada um de nós, brasileiros, que temos de nos proteger da inflação e, segundo, a margem de lucro dos bancos.

Os depósitos em conta-corrente, ou depósitos à vista, eram muito grandes no passado, porque quem economizava dinheiro não tinha onde aplicar e perdia seu valor, por causa da inflação ou comprava imóveis, para fugir da inflação.

A partir de 1964, o Governo estruturou o Sistema Financeiro Nacional, instituiu a correção monetária e criou várias alternativas para a aplicação das nossas economias pessoais. Essas medidas estimularam a poupança, porque vieram proteger as pessoas dos efeitos nocivos da inflação.

Hoje os depósitos à vista servem para a movimentação de dinheiro das pessoas e das empresas, no pagamento de contas e coisas menores. Não são formas de poupança.

Todo mundo hoje pode aplicar suas economias, com sucesso, em cadernetas de poupança, depósitos a prazo, letras de câmbio, títulos do Governo e no mercado de debêntures e ações.

Este sucesso se deve exclusivamente à política econômico-financeira do Governo. Milhões de brasileiros hoje fazem suas economias render dessa maneira. Isso é possível graças à política econômico-financeira, que mantém esses mecanismos meu caro telespectador, para proteger o seu dinheiro, as suas economias dos efeitos negativos da inflação com que temos de lutar.

Muita gente critica e combate essa política e não se dá conta disso. Quantos homens da Oposição aplicam o seu dinheiro nesses mecanismos, mas criticam a política? A Oposição diz que é preciso mudar o modelo econômico. Querem acabar com as cadernetas de poupança e tudo o mais? E se eles puderem mudar, quantos milhares de brasileiros serão atingidos e vão perder as suas economias? Ou criticam só por criticar, sem examinar o prejuízo que as suas propostas podem causar aos brasileiros?

PRESTAÇÕES DO BNH

Apresentador – Presidente, tem um assunto aqui também que é terrível. A gente tem verificado que o seu Governo procurou retomar a política habitacional voltada para a pequena renda, não obstante as dificuldades do processo, já explicadas amplamente ao País. Mas acontece, Presidente, que exatamente nesse problema de moradia de pequena renda, o pagamento das prestações da casa própria traz preocupações para essas pessoas.

É o caso, por exemplo, de dona Olímpia Maria Gonçalves de Freitas. Ela tomou 900 mil cruzeiros da CEF, de São Paulo, a cinco anos atrás. Na época, a amortização do empréstimo tomava 30% da renda familiar. Hoje, toma 70% da renda. Quer dizer subiu 40%. E a dona Olímpia pergunta ao Senhor, Presidente Figueiredo, o que o Senhor pode mandar que se faça para melhorar essa situação?

Presidente – Dona Olímpia, na sua carta, as referências são percentuais; faltaram os elementos concretos. De qualquer foram, lembro que os reajustes das prestações da casa própria são inferiores aos aumentos salariais.

A correção monetária do Sistema Financeiro da Habitação nada mais faz do que reajustar os valores históricos afetados pela inflação.

Os recursos sob gestão do BNH têm duas fontes importantes: uma é a poupança compulsória do FGTS dos trabalhadores, a outra, é a poupança voluntária, captada do público através das cadernetas de poupança e letras imobiliárias. Esses depósitos rendem juros e são resguardados da inflação pela correção monetária, que é utilizada exatamente da mesma maneira nos financiamentos das casas, o que protege os investimentos no setor habitacional.

Quanto ao orçamento doméstico dos compradores, o BNH nunca reajustou as prestações imobiliárias em níveis superiores aos utilizados nos aumentos do salário mínimo. Pelo contrário, de 1973 até hoje, a prática é de permitir a elevação do poder aquisitivo e, consequentemente, do padrão de vida dos compradores de casa própria.

Em termos práticos, isto significa que as prestações vão diminuindo ao longo do tempo. A cada reajuste, o comprador precisa de uma percentagem cada vez menor do seu salário para os compromissos assumidos perante o Sistema Financeiro da Habitação.

Desde 1º de julho, época em que são reajustadas as prestações até o mês de setembro próximo, os agentes financeiros concedem novas condições de pagamento a todos que tenham comprometimento de renda familiar elevado acima de limites pré-estabelecidos pelo BNH. Pode ser o seu caso, dona Olímpia. Vá ao BNH.

PAGAMENTO EM ESCOLAS PÚBLICAS

Apresentador – Presidente, eu tenho uma carta aqui de uma mulher, que é uma reclamação. É a mineira Dalva Alice de Paula Rezende, que escreve para fazer a seguinte reclamação ao Senhor.

Ela diz que as escolas públicas de Uberlândia, Minas Gerais, cidade onde ela mora, estão cobrando taxa de matrícula e mensalidades dos alunos. E quer saber: "Presidente Figueiredo, isso é legal?"

Presidente – Dalva Alice, a lei brasileira é taxativa. O ensino de 1º grau é gratuito dos sete aos 14 anos. As escolas oficiais de 1º grau não podem cobrar taxas e matrículas de seus alunos. Sei que a Secretaria de Educação de Minas não está cobrando essas taxas. O que ela faz e pode fazer é pedir a colaboração de quem tem posses para a caixa escolar. É uma contribuição voluntária, e nenhum aluno pode ser prejudicado na escola se não contribuir.

Para o 2º grau, Alice, que é o seu caso, no curso de magistério, a lei diz que o ensino deve ser gratuito para quem tem “insuficiência ou falta de recursos”. Deixa aberta, portanto, a possibilidade de cobrança de taxas e mensalidades, mesmo nas escolas oficiais.

No seu Estado, como nos outros, isso deve ser feito dentro de normas rigorosas, estabelecidas pelos Conselhos de Educação e pelas Secretarias de Educação. Para fiscalizar sua aplicação correta existem delegacias em vários pontos de cada Estado. Qualquer irregularidade deve ser comunicada a esses órgãos de controle e supervisão.

Fico irritado quando sei de abusos injustiças, principalmente, praticados contra os menos favorecidos. Procuro combatê-los e todos devem cooperar para isso.

Mas acho também que, quando se pode contribuir em benefício de outros, devemos fazê-lo. Esse é um gesto de solidariedade que deve ser cultivado. Também na escola, deve ser cultivado, desde os primeiros anos da juventude.

INTERIORIZAÇÃO

Apresentador – Presidente, vamos para Ipanema, no Rio de Janeiro. O José Luís de Mello Campos escreve de Ipanema preocupado com o número crescente de pessoas que abandonam o campo para tentar a vida na cidade grande. E, segundo ele, essa migração é responsável pela queda da produção rural e o aumento dos problemas urbanos.

A pergunta objetiva do José Luís vem em forma de sugestão, Presidente: "Por que – diz ele – não orientar o povo a ir para o interior, onde faltam médicos, dentistas, engenheiros, veterinários e agrônomos?"

Presidente – José Luís, as pessoas vêm para as cidades em busca de melhores condições de vida, isto é, emprego, saúde, habitação e educação. As possibilidades efetivas de interiorização dependem da criação dessas condições nas cidades do interior.

Ao definir a agricultura como prioridade de ação governamental, me preocupei em criar condições para os brasileiros nas médias e pequenas cidades e nos núcleos rurais.

As diretrizes do Ministério do Interior e do Banco Nacional da Habitação, no sentido de interiorização das suas ações, estão levando a habitação e o saneamento a um grande número de cidades espalhadas em todo o território brasileiro. O Programa de Assistência aos Municípios procura resolver, de forma objetiva, problemas considerados críticos nas cidades de menor dimensão.

Já o Projeto Rondon participa, em programa específico, de abertura de novas perspectivas para os profissionais de diversas especialidades em diferentes pontos do país.

Os programas de desenvolvimento, como o Poloamazônia, o Polonordeste, são geradores de novos empregos para ativação da economia nessas áreas. O Programa de Cidades de Porte Médio não só apóia o equipamento e prestação de serviços nessas cidades, como atua na melhoria das oportunidades de trabalho e da renda, através de localização e reforço de empresas, bem como pela maior rentabilidade das atividades já existentes.

O fortalecimento dos municípios é um dos objetivos do meu projeto de abertura política. Por isso estamos executando um programa amplo para melhorar o nível técnico-administrativo das prefeituras e aperfeiçoar os seus aparelhos fiscais de arrecadação e de orçamento.

Assim a interiorização se verifica, de forma objetiva, com a proteção e o incentivo das atividades produtivas, de forma descentralizada em todo o Território Nacional.

REFORMA AGRÁRIA

Apresentador — Presidente, tem uma carta aqui de um menino. Eu suponho até que seja um moço de 12, 13, 14 ou 15 anos, porque ele é estudante de ginásio na cidade de Itapetinga. É o baiano Roberto César Dias Dacttes.

Ele quer, Presidente, uma reforma agrária radical. Ele acha que essa é a única solução capaz de resolver o problema da falta de terra para os que querem plantar, e quer saber a opinião do Senhor sobre o assunto, Presidente.

Presidente— Roberto César, o Governo acaba de instituir o Programa Nacional de Política Fundiária, administrado por um Ministro Extraordinário, que é também Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Como você vê, a sua preocupação está na ordem do dia do meu Governo, como estava na dos governos que me antecederam desde 1964, quando o Presidente Castelo Branco propôs e viu tornado lei o Estatuto da Terra.

Com essa lei, o problema fundiário brasileiro começou a ter um caminho de solução construtiva.

De 1964 a 1978, o Governo entregou 196 mil títulos de terra, equivalentes a 11 milhões de hectares, beneficiando 980 mil pessoas.

Ao assumir a Presidência, mandei acelerar essas atividades e, em três anos, conseguimos entregar o dobro de títulos, ou seja, 238 mil títulos. Esses títulos compreendem mais de 20 milhões de hectares.

Isso quer dizer que, de 64 para cá, em 18 anos, o Governo titulou, com todas as garantias, uma área de terra de 31 milhões de hectares, dos quais 12 milhões correspondentes a terras desapropriadas por interesse social.

Para 1982, fixei a meta de mais de 300 mil títulos. Essa titulação, essa redistribuição de terras, essas desapropriações foram feitas pacificamente, resolvendo, sem atritos, os conflitos e tensões sociais antes existentes nessas áreas. O Governo conseguiu tudo isso com a opção democrática feita pelo Estatuto da Terra.

Quando citamos números dessa ordem, às vezes, não percebem a dimensão correta que eles traduzem. Para lhe dar uma idéia mais palpável dos resultados que já conseguimos, Roberto César, leve em conta os seguintes dados:

Como disse, o Governo já titulou 31 milhões de hectares de terras. Sabe a que corresponde essa área? Pois bem, ela corresponde a uma área maior que a do Estado do Rio Grande do Sul. Veja que enorme área de terra nós já conseguimos entregar pacificamente a pequenos e médios proprietários, resolvendo conflitos, em lugar de criá-los.

Além de titular a terra e entregá-la ao agricultor, é preciso apoiá-lo,

com financiamento, orientação técnica, saúde, educação, transporte, para que ele produza para si e para todos nós.

É preciso dar continuidade a esse trabalho e terminá-lo em certas áreas da Amazônia e Mato Grosso, principalmente.

Por isso, o Governo estabeleceu o Programa Nacional de Política Fundiária.

Eu estou convencido que essa é a única forma de resolver o problema de terras, e executar um trabalho paciente, constante, seguro, sem retóricas e demagogias.

Você queria uma reforma agrária, ela está sendo feita.

IMPRENSA LIVRE

Apresentador – *Presidente, imprensa, censura e abertura são assuntos da carta de Cleyde Bernardo, de São Paulo, capital. Ela diz que participa de movimentos ligados a cinema, teatro e jornais, e faz a seguinte pergunta: "A imprensa livre, ou seja, a abertura concedida por Vossa Exceléncia nesta área, foi acompanhada de regras estabelecidas que estão sendo cumpridas?"*

Presidente – Cleyde, eu estou conseguindo levar adiante o projeto de abertura, para uma democracia liberal e pluralista. Não tem sido fácil, embora eu conte com o apoio do povo, dos meus companheiros das Forças Armadas e do meu partido.

Algumas pessoas ainda dizem não acreditar nos meus propósitos e os partidos da Oposição fazem campanhas sistemáticas contra o meu esforço. Chegaram mesmo a se opor à anistia.

Hoje, muitos anistiados me atacam. E esses ataques públicos se tornaram possíveis, porque eu considero a liberdade de imprensa como fator essencial ao processo democrático. Sei que existe a imprensa que respeita o Governo e comprehende o meu trabalho, mas sei que existe também a imprensa que me considera um inimigo, que combate o nosso regime e que deseja um Brasil diferente do que eu desejo.

Eu quero um Brasil unido, democrático, desenvolvido. Quero a paz social, o aproveitamento dos nossos recursos, a prosperidade para a nossa gente. Essa é a mensagem que eu desejo que a imprensa faça chegar a todos os brasileiros. Para isso estou aqui, na televisão, para isso vou aos palanques de todos os estados do Brasil.

A liberdade de imprensa é essencial, mas deve estar intimamente ligada à responsabilidade de informar corretamente. Responsabilidade que deve nortear o repórter, o fotógrafo, o editor e o dono da empresa jornalística. Essa responsabilidade é exigida pela opinião pública.

Confio nos brasileiros responsáveis que conduzem a nossa imprensa, a nossa comunicação de massa. Sei que há abusos provocados pela onda de permissividade e pornografia, que vemos avançar em revistas e televisões.

Não quiz tomar iniciativas coercitivas para conter esses abusos. Preferi pedir à opinião pública e aos responsáveis por essa onda que corrijam essas deformações, que só nos causam mal.

Espero que todos correspondam ao apelo que já lancei, em todos os campos. Os profissionais da imprensa e da comunicação podem estimular certos padrões de comportamento e desestimular outros.

O seu trabalho diário, de permanente criatividade, não pode ser inconsequente. Ele tem de assumir, perante à opinião pública, um compromisso seu com os valores éticos que beneficiam a comunidade, que dão coesão, e respeitam a pessoa humana, a sua liberdade, os seus direitos e deveres.

OPERÁRIOS – CONSTRUÇÃO CIVIL

Apresentador – Presidente João Figueiredo, a última carta de hoje é do Osmar Cirino de Lima, de Carapina, no Espírito Santo. Ele conta que as empresas de construção civil não deixam o operário completar um ano de serviço para não pagar as 240 horas de aviso prévio que a lei obriga, em caso de demissão. E apela ao Senhor para acabar com essa exigência de, no mínimo, um ano de trabalho na mesma firma para o operário ter direito a aviso prévio.

Isso é possível, Presidente?

Presidente – Osmar, é profundamente lamentável que ainda haja empresas que se utilizem desse expediente, sobretudo na construção civil, para evitar que seus empregados completem um ano de trabalho e, assim, tenham incorporados os direitos a que você se refere.

Para impedir abusos dessa natureza, já se encontram bem adiantados os estudos para dotar o Brasil de uma nova legislação trabalhista. Aliás, foi com essa preocupação que, ao assumir o Governo, determinei ao Ministro do Trabalho a reformulação total da atual CLT. Como já tive oportunidade de falar aqui no programa, a Consolidação das Leis do Trabalho necessita urgentes correções, e essa é a razão pela qual se está estudando a elaboração de um código de relações de trabalho, em substituição à CLT, juntamente com um código de processo do trabalho, que se encontra em fase de revisão final.

Asseguro que nesse novo estatuto não haverá lugar para esse tipo de distorção, condenável sobre todos os aspectos.

ENCERRAMENTO

Apresentador – Presidente, eu li um dia desses, e a Nação toda leu em jornais. Eu li especificamente num editorial do jornal “O Globo” do Rio de Janeiro, uma afirmação feita por um ex-ministro do Governo, agora embaixador em Londres, o diplomata Roberto de Oliveira Campos, que dizia mais ou menos o seguinte: “Governar o Brasil é muito difícil, mas vale a pena”.

Então, eu pergunto para o Senhor neste final de noite, às vésperas de retorno de trabalho para todos nós.

“É difícil, mas vale a pena para o Senhor também?”

Presidente – Olha aqui, Ney, para falar francamente com você, eu concordo com o embaixador Roberto Campos.

Não é difícil, não! É muito difícil. Às vezes a gente tem a impressão de que é quase impossível.

Se vale a pena? Vale. Vale por aquelas ocasiões em que é possível ter um contato direto com o povo, conversar, olhar para a fisionomia das pessoas. Enfim, sentir que ainda há gente nesta terra que pensa como eu. Que acredita naqueles mesmos princípios que acredito eu, o que é mais confortador, que há gente que acredita em mim.

Nessas horas a gente é recompensado por aquelas constantes e prolongadas horas de amargura, de tensão e de desânimo. Vale a pena.



PROGRAMA N° VIII

5 de setembro de 1982

ABERTURA

APOSENTADORIA

INDEPENDÊNCIA

CUSTO DE VIDA

CRIMES

NORDESTINOS

ELETTRIFICAÇÃO RURAL

MUDANÇA NO TIME

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – *Boa noite, brasileiros. Estamos chegando na sua casa, na casa do senhor e da senhora. Daqui a poucos instantes o Presidente Figueiredo vai responder a cartas de quase todos os estados brasileiros. E hoje tem assuntos importantíssimos. Tem uma pergunta muito importante sobre o Nordeste e tem uma questão nova, que é colocada por telespectador que pergunta sobre reforma ministerial. Vamos, Presidente?*

Presidente – Vamos.

APOSENTADORIA

Apresentador – Senhor Presidente, a primeira carta de hoje vem de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. É de dona Tereza Serquevitios de Oliveira. Ela caprichou na decoração e no pedido também. Ela quer que o Senhor dê a aposentadoria para o homem do campo aos 60 anos de idade. O que é que o Senhor diz a dona Tereza, Presidente?

Presidente – Dona Tereza, o trabalhador rural, de ambos os sexos, que seja chefe ou arrimo de família já tem aposentadoria por idade, aos 65 anos, e por invalidez, a qualquer tempo.

Por outro lado, quem não tenha adquirido direito à aposentadoria, tem garantida uma renda mensal vitalícia. Essa pensão está prevista para o caso de invalidez ou para quem completar 70 anos, desde que tenha sido filiado à Previdência em qualquer época e não disponha de outros meios de subsistência. Como o trabalhador rural não contribui para a Previdência, isso é o máximo que a Previdência pode fazer, no momento, em seu benefício, além de, naturalmente, dar-lhe assistência médica e hospitalar.

Dona Tereza, eu gostei do seu desenho. O trabalhador rural também está no meu coração. Ele é muito importante para todos nós. Dele depende o sucesso do nosso esforço para produzir mais e baixar o custo dos alimentos para todos.

INDEPENDÊNCIA

Apresentador – Presidente, nós não temos aqui um padrão, a pessoa X ou Y que escreve carta, é o Brasil inteiro a escrever cartas. O Senhor quer ver?

Jorgeval Santos Pinheiro, de São Vicente, São Paulo, tem 17 anos, diz que simpatiza com o Senhor, e torce para que consiga implantar a democracia entre nós.

Mas o que o Jorgeval quer saber, Presidente, é por que o Brasil não é considerando um País independente e desenvolvido, e mais: "Por que o Senhor não acaba com esse negócio de pedir empréstimos aos bancos estrangeiros?"

Presidente — Jorgeval, o Brasil é um País independente. Politicamente, somos um Estado soberano. Isso quer dizer que quem manda aqui, quem governa o Brasil, somos nós, brasileiros. Você não vê aqui governantes de outros países vindo nos dizer o que devemos fazer. Nem tropas estrangeiras de ocupação tolhendo a nossa liberdade.

Quem governa o Brasil? No Legislativo, no Judiciário, no Executivo são cariocas, paulistas, mineiros, gaúchos, todos brasileiros, enfim. Os cargos eletivos e administrativos são privativos de brasileiros. Você, Jorgeval, pode mais tarde entrar no time do Governo.

Quem são as nossas Forças Armadas, que têm de nos defender em caso de agressão de outros países? São brasileiros como eu e você, que queremos o Brasil independente.

As empresas estrangeiras, as multinacionais, os estrangeiros todos, no Brasil, têm de respeitar a lei brasileira, feita por brasileiros e aplicada por brasileiros.

Você pergunta também por que o Brasil não é desenvolvido. Na verdade, temos regiões desenvolvidas e outras ainda atrasadas. As causas históricas dessa situação são muito complexas para abordar aqui.

O importante é assinalar que nós podemos, em prazo curto, superar esses desniveis de desenvolvimento. Temos um vasto território pouco ocupado, com recursos que estamos começando a aproveitar. E uma população que triplicou nos últimos 40 anos. Isso quer dizer que o trabalho, a produção, de 40 milhões de brasileiros, tem que sustentar mais outros 80 milhões — que são crianças e jovens — que não produzem, mas precisam de alimento e de escola.

Como você vê, não sobra muito para aumentar a produção. Por isso — porque os recursos são poucos e temos de sustentar a nossa juventude e as nossas crianças, e temos de desenvolver as riquezas do nosso território — é que vamos buscar recursos nos bancos estrangeiros.

O recurso que mais nos falta é o recurso de capital. É o dinheiro para investir na exploração de nosso potencial natural, nossa energia elétrica, nossos transportes, nossa agricultura. Por isso é que tomarmos em-

préstimos no exterior, para acelerar nosso desenvolvimento, para criar empregos para todos, para melhorar as condições materiais de vida de todos os brasileiros.

Com esses recursos, acelerando o desenvolvimento, estamos fazendo o futuro chegar mais cedo para jovens como você. Vocês viverão num Brasil mais rico, mais próspero, mais desenvolvido, com oportunidades para todos.

É claro que a soma dos empréstimos que contratamos no exterior constitui a nossa dívida externa. Essa dívida, como você vê, é a alavancagem que obtemos no exterior para acelerar o nosso desenvolvimento. Ela não cria qualquer relação de dependência política e econômica. Nós pagamos pelo uso do dinheiro emprestado. Os rendimentos decorrentes dos próprios investimentos feitos com tais recursos serão mais do que suficientes para sua amortização.

O empréstimo não dá direito a nenhum banco estrangeiro de interferir nas decisões do Governo. Inclusive quem escolhe e decide onde toma o empréstimo é o próprio Governo.

CUSTO DE VIDA

Apresentador – Presidente, vez por outra surge aqui a questão de alimentos. Inclusive há movimentos aí para pedir ao Senhor para tabelar o preço dos alimentos, dos alimentos básicos.

E a grande queixa, Presidente, é com relação aos intermediários que atuam na área de comercialização de alimentos. Essa é a preocupação, por exemplo, do Jamil Abdo Kadour, da cidade de Bento Ribeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Ele diz que o atravessador faz o preço do produto multiplicar no caminho entre o agricultor e o consumidor. E conta que o especulador muitas vezes deixa o produto apodrecer para provocar uma alta de preço.

Então o Jamil pergunta ao Senhor: "O que o Governo está fazendo para reprimir a atuação dos atravessadores e especuladores?"

Presidente – Jamil, você tem toda a razão com a sua pergunta. E ela me faz dizer duas coisas. A primeira é um apelo. Um apelo a todos os brasileiros, que me ajudem, que ajudem o Governo a fiscalizar a especulação, o lucro exagerado, os atravessadores, o câmbio negro de alimentos. Temos que acabar com isso. Chamem a polícia, chamem os fiscais. Eles estão aí para servir a população.

A segunda é uma ordem. Uma ordem que já dei a cada um dos Ministérios responsáveis. Uma ordem que quero dar aqui, publicamente, para não deixar dúvidas. Uma ordem que se dirige a todos os serviços de fiscalização do Governo. Acabem com a especulação, com a exploração.

Essa ordem, esse apelo, precisam avançar juntos. Peço ao povo que ajude a fiscalização e ordeno aos fiscais que protejam o povo. Peço, em especial, a colaboração dos meios de comunicação, da imprensa, para me ajudar na denúncia pública desses atos, para que todos conheçam aqueles que se aproveitam das nossas dificuldades. Se eles existem, se ainda estão presentes em nossa sociedade, não é com a conveniência nem o apoio do Governo. Queremos e vamos acabar com eles. Quando dei prioridade à agricultura no meu Governo, o meu objetivo foi aumentar a quantidade e baixar o preço dos alimentos em benefício do nosso povo e não para encher os bolsos de alguns tubarões. Não aceito esse assalto. Vamos acabar com ele.

CRIMES

Apresentador – *Senhor Presidente, agora um assunto que está em muitas cartas enviadas ao programa: é o aproveitamento das pessoas que cumprem pena nos presídios e casas de detenção. E entre as sugestões que nos chegaram, foi selecionada a do carioca Victor Araújo Novicki. Ele acha que a maioria dos condenados é gente que veio do campo e acabou marginalizada na cidade grande. Por isso, pede a criação de colônias penais agrícolas onde o preso possa produzir em benefício dele e da família. E eu pergunto: A idéia do Victor é viável, é boa, Senhor Presidente?*

Presidente – Victor, como você, eu também estou preocupado com o crime nas grandes cidades. A tranquilidade e a paz social, a nossa segurança pessoal, de nossos familiares e de nossos lares, é uma preocupação permanente no meu Governo.

Cabe à administração estadual o policiamento, a aplicação da justiça e o tratamento do criminoso. O Governo Federal ajuda, dando apoio e recursos às polícias civis e militares estaduais, mas os resultados dependem sempre de uma boa administração estadual. Estou certo de que nas eleições de novembro, aqueles que sabem disso escolherão administradores responsáveis, zelosos, capazes de fazer muito no combate ao crime. Você mencionou colônias penais agrícolas. Muitas já existem, e eu posso citar, nos estados do Amazonas, Piauí, Rio Grande de Norte, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo. Outras estão sendo instaladas no Acre, Amapá, Minas Gerais e Santa Catarina.

Mas atribuir o crime às dificuldades da vida nas grandes cidades é uma afirmação muito simplista. Existem criminosos em todas as categorias sociais, urbanas e rurais.

É preciso que todos façam como você e se preocupem com o problema. Eu diria, com certeza, que um dos maiores fatores de aumento do crime, nas grandes cidades, está no tóxico. Temos de combater esse veneno, que ameaça principalmente a nossa juventude, mas temos de combatê-lo todos. A mobilização policial não basta. É preciso a vigilância constante, a orientação todos os dias, em casa, nas escolas, entre os amigos, em toda parte. Os meios de comunicação, especialmente a televisão, podem ajudar muito nesse sentido.

Todos nós queremos viver numa cidade sadia, segura, feliz. Mas, para isso, temos todos que nos empenhar na educação, no trabalho, na defesa de costumes sadios e na escolha de governantes responsáveis.

NORDESTINOS

Apresentador – Presidente, antes de prosseguir, eu queria fazer um breve registro aqui. É para o expressivo número de cartas que nós recebemos do Nordeste. Para a variedade dessas cartas. É carta de denúncia, de reclamação, de sugestão. Mas tem muita carta de agradecimento à ação do Senhor lá naquela região do País.

E é o Nordeste justamente o assunto da carta de Graciete Ferreira Barreto, da cidade de Itambé, em Pernambuco.

Ela faz três perguntas diretas ao Senhor:

- “Por que as grandes fábricas só são instaladas em São Paulo e não no Nordeste?”
- “O Nordeste é ou não é brasileiro?”
- “O Senhor precisa ou não do voto do nordestino?”

Presidente – Graciete, mas é claro que o Nordeste é brasileiro. Inclusive porque, um dia, nordestinos como você explusaram daí o invasor estrangeiro. O Nordeste é muito brasileiro porque os nordestinos estão em toda parte. No Amazonas e no Rio Grande do Sul, em Rondônia ou em São Paulo. Tudo que se faz no Brasil tem participação do nordestino. Com a sua inteligência, com a sua fibra, com o seu esforço.

Os governadores dos estados do Nordeste são incansáveis defensores dos interesses da região. Toda vez que me encontro com um deles, sempre me falam em mais indústrias, mais programas, mais emprego para o povo de seus estados. É gente como eles, os nordestinos sabem, que levam o Nordeste para a frente. Por isso, procuro ajudá-los sempre.

Vocês são testemunhas de que o Ministro Andreazza, por exemplo, tem feito tudo o que pode para ajudar o Nordeste, cumprindo a determinação que lhe dei de amparar a população nordestina.

Você tem razão quando diz que o nosso maior parque industrial, as nossas fábricas, se concentram em São Paulo. Isso é um fato histórico. Ninguém planejou deliberadamente instalar em São Paulo o primeiro parque industrial brasileiro. Acontece que em São Paulo havia a maior concentração de capital, originário do café, e o maior mercado consumidor, quando começou a industrialização no Brasil. Além disso, os imigrantes europeus que vieram para São Paulo trouxeram o conhecimento das técnicas de fabricação aprendidas na Europa.

Esses são, a meu ver, os principais fatores que levaram, espontaneamente, as primeiras fábricas a se instalarem em São Paulo. A partir daí, a tendência natural passou a ser a concentração de novas fábricas ao lado das primeiras.

O excesso dessa concentração passou a ser, depois de um determinado ponto, inconveniente para todos. Para as outras regiões do Brasil e para o próprio São Paulo, que começou a sofrer problemas do gigantismo e da poluição.

Por isso mesmo, desde os primeiros governos da Revolução, temos procurado reequilibrar esse processo, criando incentivos e estímulos para que novas indústrias se instalem em outras regiões.

No caso do Nordeste, a SUDENE tem sido o instrumento do Governo Federal para executar essa política, articulando-se com os governos estaduais da região.

No primeiro encontro aqui, você se lembra, Ney, eu enumerei programas do Governo, em execução no Nordeste. Eu disse que já temos mais de 300 projetos industriais, 67 mil novos empregos. São as fábricas no Nordeste, que surgem ao lado dos programas agropecuários, de irrigação, dos açudes, da titulação de terras para os pequenos e médios agricultores. Em poucos anos, acho que já estamos conseguindo corrigir uma distorção que já tinha mais de um século de existência. Pouco a pouco, o Nordeste se desenvolve com o apoio deliberado do Governo.

Quanto à sua pergunta sobre o voto do nordestino, o que lhe posso dizer é que eu tenho certeza de que vocês nos farão justiça.

ELETRIFICAÇÃO RURAL

Apresentador – Senhor Presidente, a Maria do Rosário Borges de Carvalho Quaresma, de Teresina, Piauí, faz uma pergunta e ela mesma responde, dando uma sugestão: "O Senhor quer ajudar o homem do campo? Então, faça a eletrificação rural, que a hora é oportuna." E aí, Senhor Presidente?

Presidente – Dona Maria do Rosário, a senhora e todas as pessoas de Esperantina, que desejam eletrificação rural, podem ir imediatamente à Cooperativa de Eletrificação Rural do Delta Parnaíba, a CERPA, em Parnaíba. O Programa Nacional de Eletrificação Rural começou em 1974 e até julho deste ano já atendeu mais de 100 mil propriedades rurais, com a implantação de quase 60 mil quilômetros de redes. Até dezembro, outras quatro mil serão beneficiadas.

Esse programa está sob a responsabilidade do Grupo Executivo de Eletrificação Rural, do Ministério da Agricultura, que financia cooperativas de eletrificação rural, e as obras ficam a cargo das empresas elétricas estaduais.

Aí no Piauí, Dona Maria do Rosário, esse programa já atendeu quase 800 propriedades, e existe um saldo de recursos disponíveis.

Quero ajudar e muito o homem do campo, o trabalhador rural. Ele é muito importante para o meu Governo, porque eu conto com ele para aumentar a produção e baixar os preços dos alimentos para nossa população.

MUDANÇA NO TIME

Apresentador – Senhor Presidente, o José Roberto Reder Borges, de São Paulo, capital, diz o seguinte: “*Em time que está ganhando não se mexe*”. E ele diz aqui que acredita que o seu Ministério, Presidente Figueiredo, está perdendo o jogo, por exemplo, contra a inflação, contra a dívida externa. E faz uma pergunta objetiva ao Senhor: “*O Senhor não acha, Presidente, que já está na hora de fazer uma pequena mudança no time?*”

Presidente – José Roberto, você está sendo enganado. Vou usar a sua comparação, e vou lhe mostrar os gols que estamos fazendo.

Você falou em dívida externa. Você não acha que é um gol a favor do Governo administrar, todos esses anos, a nossa dívida externa, recebendo elogios dos grandes bancos do mundo, que continuam tranquilamente a financiar os nossos projetos?

Enquanto isso, nos últimos dias, 16 países pediram moratórias porque não conseguiram administrar suas dívidas, e inclusive alguns sem problemas de petróleo. Você viu essas notícias e tirou as conclusões devidas? É gol a favor.

Espero que você e todos os brasileiros não se limitem a ler as mensagens de pessimismo dos opositores do Governo.

Você falou em habitação. Quantos gols estamos fazendo, com os programas habitacionais do Governo. Veja os fatos. Eu viajo toda a semana, para uma ou duas cidades brasileiras. Em todas eu tenho visitado ou inaugurado novos conjuntos habitacionais do BNH. E a prestação da casa própria é sempre estabelecida em nível inferior aos aluguéis e em nível idêntico ao da correção monetária.

Agora mesmo, em setembro, vou ao Projeto Rio, onde 1.500 casas novas estarão sendo entregues a moradores da favela da Maré. Para mim, cada casa que o BNH entrega a uma família brasileira, eu considero um gol. Estamos acabando com as palafitas em todas as cidades do litoral, substituídas por comunidades urbanas. São três milhões de casas meu caro José Roberto, em todo o Brasil. São três milhões de gols contra a miséria, em que antes viviam essas famílias.

Abra os olhos, meu caro. Você mencionou a inflação, o custo de vida, o desemprego. Todos os governos do mundo, neste momento, lutam contra a inflação, o custo de vida, o desemprego. Mesmo os mais ricos. Veja o noticiário internacional. Aumenta o desemprego em vários países altamente industrializados, mas isso não está ocorrendo aqui. Na nossa faixa urbana, industrial, o nível de emprego está estabilizado e começando a subir. Na faixa rural há espaço e lugar para quem quiser. Veja a expansão agrícola no nosso Centro-Oeste. Veja o sucesso dos projetos da industrialização no Nordeste, criando milhares de novos empregos.

A luta contra a inflação é um jogo duro, mas afi também fazemos os nossos gols. A política econômico-financeira do Governo está conseguindo preservar dos efeitos maiores da inflação o capital de giro das nossas empresas e, o que é muito importante, meu caro telespectador, proteger desses efeitos as suas economias aplicadas em caderetas de poupança, letras e títulos ou no mercado de ações.

Ao mesmo tempo, a política salarial de reajustes automáticos protege o salário do trabalhador. Esses são gols muito importantes. Você já pensou se não existissem?

A política agropecuária está dando excelentes resultados. Antes faltava feijão, arroz, carne. Hoje você encontra esses produtos em abundância e os preços baixaram.

José Roberto, eu acho que nós estamos ganhando. E, se você examinar as coisas direito, verificar o esforço do Governo e a dimensão do que está acontecendo no Brasil, você vai concordar comigo. E não vai dar crédito às campanhas negativas da Oposição.

Por isso é que não mexo no time. Afinal, ele está ganhando e, como você diz, em time que ganha não se mexe...

ENCERRAMENTO

Apresentador – *Senhor Presidente, chegamos ao fim do programa desta noite. Depois de amanhã o País inteiro comemora o Sete de Setembro. O Senhor assistiu o Sete de Setembro com cinco anos, vendo o seu pai desfilar. O Senhor participou do Sete de Setembro como oficial, desfilando. O Senhor agora preside no País a festa do dia Sete. O que que o Senhor diz ao povo da minha terra?*

Presidente – O Sete de Setembro, para mim, desde menino, tem um significado muito especial, porque eu costumava em sete de setembro assistir as paradas no Rio de Janeiro, onde meu pai estivesse.

Me lembro de que a primeira parada de que tenho memória foi no campo de São Cristóvão, Ney. As paradas eram feitas no campo de São Cristóvão onde todo o povo se reunia. Havia uma grande concentração popular para assistir a Guarda do Rio de Janeiro desfilar. E a parada terminava com a carga de cavalaria, dos Dragões da Independência, sobre o palanque. Faziam alto a 50 metros do palanque. Era uma coisa bonita.

Com o passar dos anos foi transferida para a Avenida Rio Branco, depois para a Avenida Getúlio Vargas. Mas sempre teve esse significado. Desde menino e depois como oficial, para mim, sempre teve esse significado. Era o encontro das Forças Armadas com o povo.

Eu me sentia bem como oficial desfilando. Sentia que o povo estava prestigiando. Me sentia feliz por ver o povo aplaudir. E havia uma certa competição entre as unidades para ver qual desfilava melhor. Nós sentíamos pelas palmas o entusiasmo do povo. Isso até hoje existe ainda. Não é só a criança que gosta do desfile, não.

Eu tenho a impressão que o povo brasileiro, em todo o Brasil comemora o seu Sete de Setembro de várias maneiras: palestras, conferências, nas escolas, nas universidades, nos quartéis, a própria imprensa, na televisão, no cinema. Em todo lugar nós vemos festejar a data da nossa independência. Mas sempre com esse significado.

É o encontro, a oportunidade que o povo têm de confraternizar com as Forças Armadas. E isso, para nós militares, significava muito, porque nós nos sentíamos felizes por ver que o povo batia palmas para nós. Isso é muito bom.

Apresentador – *Muito obrigado, Senhor Presidente.*

Presidente – Obrigado a você, Ney.



PROGRAMA N° IX

12 de setembro de 1982

ABERTURA

HORAS EXTRAS

GRAVIDEZ

TRANSPORTES

13º SALÁRIO

REAJUSTE SALARIAL

SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL

DÍVIDA EXTERNA

COBAL

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – *Boa noite, brasileiros. Daqui a instantes, o Presidente Figueiredo estará na casa do senhor, na casa da senhora, em todos os cantos do País respondendo as perguntas de hoje.*

Nós vamos começar com duas perguntas de duas mulheres sobre o trabalho feminino. Mas antes Presidente, aparentemente está tudo bem. O pé, como é que está?

Presidente – Ney, meu pé está bem. Acho que os médicos deram uma importância muito maior do que a realidade que eu senti. Tenho a impressão que sexta-feira eles tiram os pontos e eu já estarei completamente bom. Não tem novidade nenhuma.

Apresentador – *A preocupação é dos médicos, nossa e da Nação inteira e, principalmente, de São Paulo. Isso inclusive adiou a sua viagem a São Paulo, não é?*

Presidente – Eu adiei por causa da perda de sangue. Atingiu uma artéria. Naturalmente que eles acharam que deveria ter um pouco mais de precaução. Mas eu já estou bem. Não estou em condições de cobrar um penalti, mas acho que dá para andar...

Apresentador – *Mas dá para bater um escanteio?*

Presidente – Dá, isso dá.

Apresentador – *Presidente, o Senhor vai a São Paulo esse mês, não é?*

Presidente – Vou. Retorno a viagem essa semana. E na próxima semana estarei em Osasco conforme eu tinha programado, para ter um contato com a população de Osasco.

HORAS EXTRAS

Apresentador – Presidente, eu convido o Senhor agora para uma viagem eletrônica. Nós vamos, aqui de Brasília, aqui do Palácio da Alvorada, visitar cada lar do País, através da nossa Rede Globo de Televisão.

A primeira carta é da Lindalva Maria dos Santos, que trabalha em um supermercado carioca e diz o seguinte: Há cinco anos, quando ela começou a trabalhar, Presidente, havia horário que lhe permitia estudar. Esse horário desapareceu. E agora o horário é das oito da manhã às oito da noite. Quer dizer trabalha mais de oito horas por dia, não tem tempo de estudar, não recebe hora extra.

Então ela pergunta o seguinte: "Isso é legal, Presidente?"

Presidente — Ney, já algumas vezes eu mencionei, aqui no programa, a preocupação de meu Governo com as leis trabalhistas. Temos que atualizar a CLT e corrigir muitas distorções. Os estudos para isso já estão adiantados no Ministério do Trabalho.

Lindalva, a sua carta eu a vejo mais como denúncia do que como consulta. Ela confirma a necessidade de atualizar as leis e nós vamos fazer isso logo.

A lei vigente proíbe o trabalho extraordinário da mulher e do menor, possibilitando apenas a suplementação ou compensação de horas não trabalhadas, de uma jornada para outra. Isso já é razão suficiente para se adotar, no novo Código de Relações do Trabalho, um sistema que eleve a mulher a uma posição mais justa, de maior competitividade. Afinal, a mulher está ocupando o seu devido lugar, com sucesso, em todos os segmentos da nossa sociedade.

Agora, no seu caso específico, Lindalva, já determinei ao Ministério do Trabalho que apure o fato e, se for o caso, autue os responsáveis.

GRAVIDEZ

*Apresentador — Presidente, a Isabela Mesquita, de Itaberaba, Estado da Bahia, conta que passou em sexto lugar num concurso da Caixa Econômica Federal. Mas, como está grávida, ela foi informada de que só poderá assumir o emprego depois de ter a criança.
Dona Isabela, porém, diz que precisa começar a trabalhar já e acha que está sendo discriminada como mulher.
Ela tem razão, Presidente?*

Presidente — Isabela, os exames médicos são necessários na admissão dos funcionários da Caixa Econômica Federal. O problema é que esses exames incluem a radiografia do tórax, que não é aconselhável em caso de gestantes.

Isabela, você pode ficar certa de que na Caixa Econômica Federal não há discriminação contra mulheres. A melhor prova disso é que mais de 50% do quadro de pessoal da Caixa é feminino. E a maior filial da Caixa Econômica, a do Rio de Janeiro, é dirigida por uma mulher.

Ao tomar conhecimento do seu caso, o presidente da Caixa já tomou as providências para que o exame radiológico seja suprido por outros exames. E o emprego que a senhora conquistou pelo concurso está garantido, como aliás sempre esteve.

Faço votos pelo seu sucesso profissional.

TRANSPORTES

Apresentador – Presidente, tem um jovem aqui de 15 anos. Isto me alegra muito, porque o Brasil é um dos países mais jovens da Terra, não como uma figura de retórica, mas pela idade média dos habitantes.

O Wanderley Zago, Presidente, tem 15 anos, é de Campinas, Estado de São Paulo, e ele coloca uma questão aqui, que me parece que não foi ainda amplamente debatida no País:

“Por que o Governo apóia mais o transporte rodoviário, se o ferroviário é mais econômico?”

Presidente – Ney, essa é uma pergunta que eu faço desde os meus 13 anos de idade.

Mas Wanderley, não é bem assim. Nos últimos três anos, o Governo investiu 630 bilhões de cruzeiros no transporte ferroviário de carga e 570 bilhões no sistema rodoviário. Obras importantes estão em curso, e vou citar três: a Ferrovia do Aço, que vai trazer grandes benefícios para todo o Centro-Oeste e principalmente para Minas Gerais; a Ferrovia de Carajás e a Ferrovia da Soja.

Na realidade, com a crise energética de 1973, uma nova prioridade foi dada às ferrovias, muitos trechos foram modernizados, linhas reconstruídas, compramos vagões e locomotivas, e as operações melhoraram. E aumentou a carga movimentada por ferrovias.

O problema é que o desenvolvimento do transporte ferroviário exige recursos muito mais elevados. Um quilômetro de ferrovia custa entre 150 e 900 milhões de cruzeiros, conforme a região. É preciso, portanto, que haja um volume muito grande de carga a transportar, para justificar o investimento. Já o quilômetro de estrada pavimentada custa de 15 a 80 milhões de cruzeiros. Aí você vê que com o dinheiro necessário para construir um quilômetro de ferrovia, a gente constrói 10 de rodovia asfaltada.

A verdade, Wanderley, é que o Brasil precisa de todas as modalidades de transporte. Um sistema de transporte eficiente tem que contar com boas ferrovias, boas rodovias, boa navegação. A prioridade ferroviária, que mencionei, não significa o descaso da rodovia, e aí estão os 570 bilhões investidos no setor. Ainda precisamos muito da rodovia.

O caminhão e o caminhoneiro foram e continuam sendo a espinha dorsal das ligações entre as cidades e municípios desse imenso Brasil. Todos nós devemos muito a essa gente. Eu, pessoalmente, tenho recebido o apoio irrestrito das entidades dessa classe laboriosa, e tenho muito apreço por ela.

O esforço rodoviário do Governo vai continuar, e euuento muito com o NTC, a Associação Nacional de Cargas, e com o caminhoneiro.

Ao mesmo tempo, continuaremos executando os planos de construção das ferrovias e reequipando a rede ferroviária para aumentar a eficiência do serviço.

13º SALÁRIO

Apresentador – Presidente, tenho duas questões aqui de interesse do funcionário público e do trabalhador de um modo geral.

O Eurípedes Peixoto de Paiva escreve de Anápolis, Estado de Goiás, lembrando que as empresas privadas, mistas e estatais são obrigadas a pagar gratificação de Natal a seus trabalhadores.

O que ele não entende, Presidente, é por que o Governo não concede o mesmo benefício aos servidores públicos.

Presidente – Eurípedes, o Governo não pretende tratar seus funcionários de maneira injusta. Eles são o Governo. Como iria prejudicá-los?

Várias vezes já me apresentaram essa suposta injustiça de tratamento entre funcionários estatutários e CLT. Vamos examinar a questão, vamos verificar que existe um certo equilíbrio entre as duas categorias.

O funcionário público estatutário tem a vantagem de estabilidade, que não é pouca coisa. Ele tem, também, por lei, o acréscimo salarial dos quinquênios. São 5% com cinco anos, 10,2% com o segundo quinquênio. O 13º salário equivale a mais de 8% ao mês para o trabalhador CLT de qualquer nível. Então, com 10 anos de trabalho, o funcionário estatutário já recebe mais do que um 13º salário. No terceiro quinquênio, o acréscimo ao seu salário é de 16%, e no quarto quinquênio vai a 22%, no quinto é de 28%.

Além disso, o funcionário público estatutário tem PASEP, com benefícios que se assemelham aos do PIS, e que constitui ainda uma poupança para ajudá-lo na aposentadoria, ou nos casos previstos na legislação.

Quero esclarecer, também, o seguinte: muitos funcionários CLT de empresas estatais ou mistas, além do 13º salário recebem a gratificação de Natal, que equivale ao 14º salário. Aí, teríamos um tratamento melhor do que o dado aos demais trabalhadores, se não fosse o PIS. Milhões de trabalhadores já têm acesso ao 14º salário, através do PIS.

Aliás, é preciso lembrar que foi o Governo do Presidente Médici que viabilizou a participação do trabalhador no lucro das empresas, quando criou o PIS. E, ainda, que o Governo do Presidente Geisel aperfeiçoou o mecanismo do PIS, para estabelecer a concessão do 14º salário aos trabalhadores de menor renda.

Veja só, Eurípedes, se não tivéssemos criado o PIS, o trabalhador CLT é que estaria em inferioridade de tratamento. Assim, embora os regimes dessas categorias de funcionários e trabalhadores sejam diferentes, o Governo procura fazer com que as vantagens de todos sejam equivalentes.

REAJUSTE SALARIAL

Apresentador – *Presidente, na outra pergunta sobre trabalho, o João Idelberto dos Anjos Costa, mineiro de Montes Claros, acha que o sistema de reajustes semestrais é a melhor solução para proteger o salário do trabalhador da inflação. Mas ele diz que não está gostando é do procedimento de algumas empresas, que demitem os empregados em massa para pressionar o Governo a mudar essa política salarial. Então, o João Idelberto quer saber se o Senhor, Presidente, tem uma mensagem para tranquilizar os trabalhadores e para fazer com que os empresários reflitam um pouco mais.*

Presidente – Sem dúvida, a sua carta, João Idelberto, mostra a grande conquista que representa a política salarial do meu Governo. Ela assegura ao trabalhador a proteção de seu salário contra os efeitos da inflação. E garante sua participação efetiva nos frutos do desenvolvimento, por meio da negociação dos ganhos de produtividade.

Tenho recebido, seguidamente, o apoio maciço dos trabalhadores e da grande maioria do empresariado. Um número cada vez maior de empresários percebe que essa política é justa e sabe que, se temos tido problemas com a inflação e com os níveis de produção em certos setores, não é por causa da política salarial.

Por isso, João Idelberto, encaro com grande otimismo a situação do trabalhador brasileiro.

A minha diretriz é que sempre que houver uma denúncia sobre transgressão da lei trabalhista, deve ser imediatamente apurada. Agora mesmo, o Ministério do Trabalho está ampliando seu quadro de fiscais do trabalho, com vistas a coibir as transgressões.

A abertura democrática fez surgir um novo sindicalismo, que já consegue, pela negociação direta entre empregados e empregadores, evitar as dispensas em massa, como um resultado da decisão unilateral do empregador.

Finalmente, como já tive a oportunidade de mencionar, estão muito adiantados os estudos para reformulação da CLT, para evitar as dispensas em massa. Por isso, quero tranquilizar o João Idelberto e todos os meus patrícios trabalhadores: as transgressões se tornam cada vez mais difíceis de serem cometidas.

SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL

Apresentador – Presidente, a resposta que o Senhor acaba de dar abarca, inclusive, essa pergunta próxima que vou lhe fazer. Mas, como é uma área mais ou menos específica, uma denúncia, eu quero levar ao conhecimento do Senhor.

A Margarida Maria Alves, Presidente, de Alagoa Grande, Paraíba, pergunta por que na região dela a lei do salário mínimo não é cumprida, Presidente, e as usinas, os engenhos e as fazendas pagam o que querem aos trabalhadores rurais?

Presidente – Margarida, a sua denúncia tem muito que ver com a resposta que acabo de dar ao João Idelberto. De fato, ao formular a nova política salarial, o meu Governo teve como diretriz não só que o trabalhador tem direito a receber proventos para enfrentar o custo de vida, mas que lhe permitam melhorar o seu padrão de vida.

Preocupo-me com a proteção dos trabalhadores mais pobres. Por isso mesmo, dediquei especial atenção ao salário mínimo, que passou a ser reajustado semestralmente, para proteger o trabalhador dos efeitos da inflação.

Análises recentes mostram, mesmo, que a tendência de queda do salário mínimo foi revertida. A nova política salarial traz sucessivos ganhos reais aos menores salários mínimos.

É por esse motivo que não posso admitir situações como a que você descreve, Margarida. O salário do trabalhador é sagrado. Já determinei ao Ministério do Trabalho que apure o fato. Se for o caso, os responsáveis serão punidos com o rigor da lei.

Estamos construindo uma nova sociedade brasileira, na qual o trabalhador é devidamente valorizado. Não podemos aceitar que maus empresários burlem as leis que beneficiam o trabalhador.

DÍVIDA EXTERNA

Apresentador – Presidente, muitos trabalhadores e as pessoas de um modo em geral, depositam as suas economias nas cadernetas de poupança. O Governo tem incentivado essa prática. E o Governo tem inclusive garantido esse tipo de investimento.

Agora, Presidente, a dona Lira Mai Luchese, de Xanxerê, em Santa Catarina, está preocupada com uma notícia que ela ouviu, mas não sabe dizer onde.

O fato é que informaram a dona Luchese que o Governo iria cancelar por dois anos os depósitos em cadernetas de poupança, para pagar a dívida externa. Então, a dona Lira pergunta ao Senhor, Presidente: "Isso é verdade?"

Presidente – Dona Lira, isso é boato. É intriga de desocupados que querem tumultuar. Fique tranquila. Ninguém vai congelar coisa alguma nem alterar as normas da poupança.

A dívida externa tem que ser paga em dólares enquanto a poupança é feita em cruzeiros. Não há, portanto, o menor fundamento para o seu receio. O Governo tem consciência da importância das cadernetas de poupança para as economias de milhões de brasileiros e se preocupa em garantir os rendimentos. Esse é um dos campos em que a política econômico-financeira do Governo está protegendo o povo da inflação, com sucesso.

COBAL

Apresentador – Presidente, vamos agora à última carta de hoje, que vem de Campinas, Estado de São Paulo. Dona Laíde Lagrotta diz que lá os comerciantes credenciados pela Cobal vendem produtos pelo mesmo preço que os outros comerciantes. Diante disso ela pergunta, Presidente: "Qual é a finalidade da Cobal?"

Presidente – Salve Campinas, terra de minha mãe, que hoje fez duas perguntas. Dona Laíde, na política nacional de abastecimento, a finalidade da Cobal é atender regiões pioneiras, onde a iniciativa privada ainda não chegou ou tem uma presença pequena. Além disso, nas capitais e cidades de porte médio, a Cobal dá apoio aos pequenos varejistas das periferias. Como esses varejistas tinham que comprar de atacadistas e intermediários, os produtos ficavam mais caros para as pessoas que moram nas periferias e subúrbios.

O Governo criou a rede "Somar" para resolver esse problema. É uma rede de comerciantes privados, para quem a Cobal dá apoio técnico e funciona como central de compras. O custo menor, das compras em grande escala, beneficia os varejistas do sistema.

Assim, eles vendem produtos de alimentação, higiene e limpeza, ao mesmo preço que os supermercados das áreas centrais, ou até por menos, como a senhora mesma diz, dona Laíde.

Temos verificado que a chegada da rede "Somar", com a Cobal, provoca uma baixa de 25 a 30% nos preços do comércio varejista da área. A rede "Somar", hoje, tem mais de seis mil varejistas alistados, cobrindo mais de mil municípios brasileiros, em toda as capitais e na maior parte das cidades de porte médio. E a rede continua a aumentar. Quero levá-la a todas as cidades do Brasil.

Agora, ela já beneficia 33 milhões de pessoas, se contarmos também com os 300 postos de vendas da Cobal. Os postos propriamente da Cobal estão concentrados no Norte e Nordeste do País. São os supermercados flutuantes, da Amazônia; os supermercados rodoviários e postos fixos, no interior, principalmente na região da seca. No Sul, no Rio e São Paulo, também a Cobal tem uma forte atuação, com supermercados rodoviários e volantes.

Como a senhora pode ver, dona Laíde, a Cobal e a rede "Somar" formam um sistema imenso, que compra, transporta e entrega alimentos e produtos domésticos, a preços baratos.

Dessa forma, o Governo está ajudando as donas de casa, como a senhora, para que possam comprar melhor, em benefício do seu orçamento doméstico.

Em resumo: a finalidade da Cobal é ajudar a baixar os preços.

ENCERRAMENTO

Apresentador – *Senhor Presidente, nós chegamos ao final do programa de hoje. Amanhã, a Nação retorna a mais uma jornada de trabalho e eu gostaria de ouvir uma palavra do Senhor agora, a cada lar brasileiro, a cada pessoa que está nos assistindo, à criança, ao jovem, à mãe, ao pai. Uma palavra de estímulo, de entusiasmo para todos os brasileiros do País. Porque hoje nós fizemos um programa, restrito a essas áreas mais ou menos muito restritas do trabalho, que é uma homenagem ao trabalhador.*

Presidente – Ney, a sua curiosidade a respeito do trabalhador procede, já que a maioria das perguntas de hoje foi a respeito das leis trabalhistas. Ao me despedir dos telespectadores, o que eu posso dizer é que vou me esforçar ao máximo para que terminemos os estudos sobre a CLT e que, no próximo ano, nós já possamos ter em vigor uma nova lei, sem as distorções da atual, a fim de que essas perguntas já não tenham mais razão de ser.

Apresentador – *Muito obrigado, Senhor Presidente.*

Presidente – Muito obrigado.



PROGRAMA Nº X

19 de setembro de 1982

CRÉDITO EDUCATIVO

ÁLCOOL

TRABALHO DO MENOR

VOTO OBRIGATÓRIO

COMÉRCIO DE SANGUE

DOCUMENTO DE IDENTIDADE

ENCERRAMENTO

CRÉDITO EDUCATIVO

Apresentador – Boa noite, brasileiros, Hoje, o Presidente Figueiredo vai falar sobre terra, crédito educativo, álcool em Roraima, lá na esquina do Brasil, delinquência juvenil nos grandes centros, o voto obrigatório nas próximas eleições. E o Presidente vai falar sobre o comércio de sangue no Piauí.

Presidente Figueiredo, como acontece em quase todos os programas, a Divisão de Jornalismo aqui de Brasília selecionou uma carta sobre um assunto que é motivo de muitas perguntas. É o problema do crédito educativo, Presidente.

O Célio Braz de Faria escreve de Goiânia, Estado de Goiás, para dizer que está há dois anos na universidade recebendo do programa de crédito educativo a mesma quantia – 1.100 cruzeiros mensais.

A pergunta dele, Presidente Figueiredo, é a seguinte: “É de interesse do seu Governo amparar a classe universitária e reajustar o salário manutenção do crédito educativo?”

Presidente – Célio, quando eu era estudante, como você, eu também tinha minhas dúvidas sobre o Governo. E agora estou aqui, no Governo, como você e muitos dos estudantes de hoje estarão amanhã.

O Governo tem interesse de apoiar a classe universitária e a razão é simples. O futuro de qualquer país depende da formação de homens e mulheres com capacidade de liderança, conhecimento técnico e humanista e espírito público.

Caminhamos para um futuro que exige isso em grau cada vez mais elevado. E exige isso, agora, de vocês, rapazes e moças da sua geração; todos terão que enfrentar problemas como a minha geração enfrenta agora.

Veja só, o Brasil tem mais universidades do que a maioria dos países do mundo. E poucos países têm ensino universitário gratuito. Isso quer dizer: só entra para a universidade quem pode pagar.

Nós temos ensino universitário gratuito em toda parte. E mesmo algumas universidades particulares são subsidiadas pelo Governo. É uma prioridade e os recursos são escassos. Temos problemas seríssimos em outras faixas.

Neste momento, o Brasil tem sete milhões de crianças sem escola primária, e isso não pode ficar assim. Eu diria mesmo que temos vários cursos universitários supérfluos pois não há mercado de trabalho para eles. Ainda persiste no Brasil a mística do diploma universitário, qualquer que seja. É a mística do doutor, herança do nosso passado colonial.

O importante, Célio, é o preparo adequado, a qualificação do homem ou da mulher para uma profissão em que ele ou ela se realizem e sejam úteis à nossa Pátria.

Em segundo lugar, o Governo, através do Conselho Nacional de Pesquisas e de outras entidades semelhantes, financia projetos, estudos e pesquisas com as universidades. São recursos para elas e para os universitários que tomam parte. Quero dizer que os resultados têm sido muito valiosos para o avanço da nossa tecnologia.

Além disso, o Governo dá apoio direto ao universitário, mediante bolsas de estudo, alimentação e o crédito educativo que você menciona. Há poucos meses estendi o atendimento da Previdência Social aos estudantes.

Vamos ao crédito educativo. Este programa, Célio, já aplicou 30 bilhões e 600 milhões de cruzeiros e assinou 630 mil contratos com estudantes universitários.

Realmente, a quantia de 1.100 cruzeiros está superada. Vou adiantar que o Ministério da Educação e a Caixa Econômica estão fazendo uma reavaliação, para o ano letivo de 1983. Vamos melhorar o programa e o valor da manutenção paga ao estudante vai aumentar.

ÁLCOOL

Apresentador – *Senhor Presidente, eu estive no começo do ano em Roraima e em Rondônia e até hoje tenho muito viva as imagens daquela região. Sem nenhuma preferência geográfica, Presidente, eu fico muito feliz com essa carta de Boa Vista, capital do Território de Roraima.*

Quem escreve é a Dinorá Bortolini, estudante da oitava série. Ela não entende por que não existe no território álcool combustível para automóveis.

E pergunta ao Senhor, Presidente: "Qual a possibilidade de se instalar uma indústria de álcool em Roraima, já que a terra é boa e o clima próprio para a plantação de cana?"

Presidente – Dinorá, concordo com a senhora. Aí em Roraima devia ser instalada uma indústria de álcool. Mas isso depende da iniciativa privada. É preciso que um brasileiro ou um grupo de brasileiros, que podem ser daí mesmo, se interesse pelo mercado local e apresente um projeto ao Ministério da Indústria e do Comércio.

A partir dessa iniciativa, o Governo está pronto a examinar e apoiar a implantação de uma destilaria de álcool em Roraima.

É muito importante que a dimensão do projeto se ajuste ao potencial do mercado local para gasolina e álcool. Enquanto isso, posso adiantar que o Conselho Nacional de Petróleo já está estudando estender o abastecimento de álcool hidratado a Roraima e isto estará sendo feito no primeiro semestre do ano que vem.

TRABALHO DO MENOR

Apresentador – Presidente, aqui tem uma carta que é um assunto polêmico, que muita gente fala baseada em clichês, sem maior conhecimento. É a questão do menor que é outro assunto de muitas cartas que chegam ao programa.

O empresário Paulo Bebik, de Curitiba, Paraná, tem uma sugestão para combater a delinquência juvenil. Ele acha que o Governo deveria estimular o trabalho do menor, fixando para ele uma remuneração de meio salário mínimo.

A idéia é viável, Presidente?

Presidente – Paulo, temos uma imensa parcela de jovens na nossa população. Jovens que querem e que precisam trabalhar, estudar, vencer na vida. A obrigação do Governo é ajudá-los, criar oportunidades, protegê-los. Fazer o máximo para que entrem no mercado de trabalho devidamente habilitados.

O Governo já mantém vários serviços como o Senai, o Senac, o Senar e as escolas técnicas para a formação profissional.

A legislação já exerce uma proteção rigorosa para defender o menor e evitar a sua superutilização. Temos leis que lhe garantem freqüentar escola, impedem o trabalho noturno ou tarefas prejudiciais ao seu desenvolvimento físico e mental.

O acesso do menor ao mercado de trabalho é um problema complexo. Concordo em que a legislação vigente precisa ser alterada e eu já disse aqui que vamos ter, muito em breve, uma nova Consolidação das Leis do Trabalho. Os estudos nesse sentido, no Ministério do Trabalho, estão avançados.

Nesses estudos, a posição do menor, como a da mulher, são objeto de cuidados especiais. Posso adiantar que, nesses estudos, algumas ocupações serão destinadas, prioritariamente, aos menores, para garantir um emprego aos que precisam.

VOTO OBRIGATÓRIO

Apresentador — Presidente, vamos falar do voto obrigatório agora.

Nós estamos a menos de dois meses das eleições, e a Suzana Silva de Almeida, de São Paulo, capital, que não vota, que não tem idade, porque ela só tem 17 anos e ainda não vai votar desta vez, mas quer saber por que, Presidente, o voto é obrigatório no Brasil?

Presidente — Suzana, é porque a nossa Constituição considera o voto um direito e um dever do cidadão.

Cada país escolhe a sua forma de Governo, conforme a sua maneira de ser, as coisas em que acredita, as suas tradições. Nós escolhemos a democracia.

Você é jovem, tem 17 anos e sua pergunta mostra que você começa a se preocupar com o seu papel político. A se preocupar com o que é eleição. E eu tenho a certeza de que milhões de jovens brasileiros estão no mesmo caso.

Muitos brasileiros vão votar pela primeira vez em 15 de novembro. Quer dizer que vão escolher os seus líderes, os homens que vão governar os estados brasileiros nos próximos anos, e os homens que vão fazer as nossas leis desde o nível municipal, estadual e até o federal. E os prefeitos e vereadores.

Isso não é fácil, Suzana, porque temos que escolher bem. Temos que escolher administradores competentes e honestos e evitar a demagogia e a incompetência.

A democracia é um sistema que depende do equilíbrio, da habilidade, da competência dos governantes.

Eu falei em cidadão, Suzana. Cidadão é o brasileiro no gozo dos direitos políticos, capaz de participar da vida política da Nação. A participação decisiva está no direito de votar e ser votado. Está, em sentido amplo, nas eleições, que são a maneira de todos os cidadãos influírem na escolha dos nossos governantes.

A escolha de governantes irresponsáveis e incapazes traz a desordem, o descalabro e é campo fácil para as manobras de interesses antidemocráticos.

Os jovens como você ouviram falar e leram artigos e opiniões sobre a Revolução de 64. A minha geração teve de viver os anos difíceis que levaram à revolução e, mais do que isso, a revolução foi necessária para evitar o precipício a que o Brasil estava sendo arrastado.

A Revolução de 64 evitou o fantasma da guerra civil, que hoje você vê em outros países pela televisão.

A Revolução de 64 evitou a tentativa de instalação de um regime totalitário, como você vê em outros países pela televisão, tão contrário à índole do nosso povo.

Seguimos com firmeza um caminho democrático e aí estão as elei-

ções como melhor prova disso.

Precisamos das novas gerações, da sua vontade democrática, da sua participação nessa tarefa.

Não se quer apenas que o voto seja obrigatório. O que se quer, o que o Brasil quer, é que todos votem, e votem bem, para que se possa dizer que o poder, todo o poder, emana realmente do povo. Para isso simplificamos a cédula eleitoral. Votem com a consciência da responsabilidade que cabe a cada um.

Essa é a democracia que nós, brasileiros, de todas as gerações, desejamos.

COMÉRCIO DE SANGUE

Apresentador – Presidente, a próxima carta é do Pedro Celestino Leite, presidente da Associação dos Doadores Voluntários de Sangue do Piauí. Ele pede ao Senhor que proíba o comércio do sangue no Brasil e crie uma central única, Presidente, sob a responsabilidade do Governo, para regular a doação e a distribuição.

Isso é possível, Presidente Figueiredo?

Presidente – Aqui mesmo já me referi ao esforço do Governo para equacionar o problema de sangue e de hemoderivados. Frisei que o sangue deve ser considerado matéria nobre, não comercializável, disponível e sem restrição para todos.

Mas a simples proibição da comercialização antes de corrigir os efeitos nocivos de sua prática, tenderia a agravar o problema sem a implantação de uma infra-estrutura necessária ao atendimento.

O Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência e Assistência Social estão desenvolvendo o Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados através, principalmente, da implantação, em todo o País, de uma rede de hemocentros, capazes de colher sangue pela doação voluntária não remunerada e controlar sua qualidade, separar os componentes e processar os hemoderivados, como a gamaglobulina.

É preciso, ainda, acompanhar com atenção clínica, o doador voluntário, não remunerado e distribuir, racionalmente, o sangue e seus componentes, à rede de hospitais de todo o País.

Esse programa começou em 1981 e já montou cinco hemocentros nos estados de Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Maranhão e Pará. Outros 11 estão em fase de implantação nos estados do Piauí, Bahia, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, no Distrito Federal e no Território Federal do Amapá. Com isso, estará implantada a primeira etapa do programa, condição imprescindível para se extinguir a prática da comercialização do sangue.

Quero aproveitar a oportunidade para pedir a participação de todos nas campanhas de doação voluntária realizadas pelos hemocentros e pelas Associações de Doadores Voluntários de Sangue, especialmente nas capitais brasileiras.

DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Apresentador – Presidente, um dia desses eu vi uma pesquisa, em que aparecem como dois assuntos muito simpáticos à opinião pública, o reajuste semestral de salários e as medidas de desburocratização. E o povo é sábio nessas coisas.

Porque, Presidente, a gente vai fazer qualquer coisa e, por exemplo, tenho que dar um atestado de que sou solteiro e tenho que procurar uma pessoa que ateste que eu sou solteiro. Que dizer, uma série de exigências por pouco.

Então, esse é o assunto da nossa última carta de hoje.

O Carlos Augusto Rennó, de Belo Horizonte, Minas Gerais, acha que o País precisa de um sistema de identificação dos cidadãos mais aperfeiçoado. E pergunta: "Será possível, em um futuro próximo, diminuir o número de documentos existentes, para conforto e segurança dos brasileiros?"

Presidente – Carlos, o Governo pensa exatamente como você. A história do Brasil tem poucos anos, mas nos enchemos de papéis. Muitos desses papéis, alguns milhões deles, são hoje inúteis e só servem para criar obstáculos ao nosso progresso, para dificultar a vida da nossa gente. Mas temos que agir com critério, avaliando, pensando o significado, a importância de cada documento, eliminando o que não serve mais, atuando outros. Enfim, temos que fazer isso com seriedade.

Para isso, criei o Programa Nacional de Desburocratização, que todos os brasileiros conhecem. O que esse programa já fez para simplificar a nossa vida acho que todos já sabem. E o trabalho continua.

Você fala nos documentos, cartões e procedimentos de identificação. Realmente, esse é um caso complexo e delicado, que envolve aspectos muito importantes. Os nossos homens da Desburocratização estão trabalhando nisso há algum tempo. E vou revelar que dentro de pouco tempo o Executivo vai encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre esse assunto. Esse projeto tenciona simplificar a identificação e incluir, num documento único, todos os números de registro que nos interessam, como o PIS, o PASEP, o CPF, a certidão de nascimento, etc. Vamos ter um modelo nacional da carteira de identidade, e as carteiras estaduais passariam a ter valor em todo o território nacional.

ENCERRAMENTO

Apresentador – *Presidente, no último programa o Senhor me disse que não estava em condições de bater um penalti. Ia está em condições de bater penalti e dar de trivela?*

Presidente – Não. Você está superestimando as minhas possibilidades de jogador de futebol. De trivela, não! Mas bater um penalti, estou. Com o pé esquerdo, que é o pé machucado.

Apresentador – *O Presidente João Figueiredo vai falar ao senhor e à senhora, no seu lar, em cada canto do País agora, antecedido dos meus agradecimentos e da Rede Globo de Televisão, por mais este espaço e esse tempo que o Senhor nos dedicou, ao Brasil, através da Rede Globo.*

Presidente – Eu quero mais uma vez agradecer a atenção dos telespectadores às minhas palavras e pedir desculpas, pela minha dicção hoje, que eu estou meio afônico,
Espero estar ainda, se Deus quiser, no próximo domingo, na casa dos senhores respondendo a outras perguntas de outros brasileiros.
E a você e a sua equipe, Ney, meu muito obrigado e o meu boa noite.

Apresentador – *Boa noite, Senhor Presidente.*



PROGRAMA N° XI

27 de setembro de 1982

ABERTURA

GASTOS COM ARMAMENTO

DÍVIDA EXTERNA

CRISE MUNDIAL

BALANÇO DE PAGAMENTO

DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

O FUTURO DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

ABERTURA

Apresentador – *Boa noite, brasileiros. Esta é uma edição especial do programa “O Povo e o Presidente” realizada aqui diretamente da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque.*

O Presidente João Figueiredo, vamos falar com ele sobre o discurso que ele acabou de pronunciar aqui e vamos aproveitar a oportunidade para responder algumas cartas que vocês nos enviaram para a Rede Globo, sobre assuntos que o Presidente tratou hoje aqui nas Nações Unidas.

A impressão, Presidente, é que o Senhor foi muito bem recebido e foi muito aplaudido aqui na Organização das Nações Unidas. O Senhor está feliz, Presidente?

Presidente – Ney, se você acha que o discurso foi bem recebido eu fico feliz, porque eu acho que consegui dizer o que todos que aplaudiram esperavam que fosse dito.

Apresentador – *Presidente Figueiredo, antes da primeira carta eu queria fazer uma pergunta pessoal ao Senhor.*

Desde a criação da ONU, é o Brasil quem faz o discurso de abertura das Nações Unidas, mas é feito pelo chanceler, pelo Ministro das Relações Exteriores.

Por que o Senhor decidiu vir, pessoalmente, falar, este ano, aqui na Organização das Nações Unidas?

Presidente – Ney, desde 1945, nós nunca tivemos uma situação internacional tão grave quanto agora.

Os problemas políticos, os problemas econômicos, financeiros e comerciais assumiram hoje em dia uma proporção nunca vista antes. E esses problemas são gerais, são universais. Afligem o mundo inteiro. No setor econômico, no setor financeiro e comercial, esses problemas estão prejudicando todas as empresas e todos os trabalhadores de todos os países. Por exemplo: quando os países desenvolvidos dificultam a importação de muitos produtos que nós produzimos a menores custos, eles causam prejuízo direto a nossas empresas, que sofrerão redução de suas vendas. Eles argumentam que essas medidas são necessárias para proteger os produtores deles.

Nos respondemos mostrando que quase sempre são produtores pouco eficientes, pois seus produtos não conseguem competir com os nossos. Mas as medidas prevalecem. Se fosse um ou outro caso isolado, poderíamos conviver com eles. Mas, quando passa a ser uma atitude sistemática e generalizada, a questão fica muito séria.

Sem conseguir aumentar as exportações, somos obrigados também a diminuir nossas importações. Se todos procederem assim, é fácil ver

que todos serão prejudicados. O comércio se reduz, cai o nível da atividade econômica e, na ponta da linha, começa a cair a oferta de emprego. E, o que é pior, muita gente pode ser despedida das empresas que forem obrigadas a reduzir sua produção.

Há casos realmente aberrantes. Veja o caso do açúcar. O açúcar, há uns anos atrás, estava mais de mil dólares a tonelada. No início do meu Governo estava a 600 dólares a tonelada. Hoje, nós não conseguimos vender o açúcar a mais de 130 dólares a tonelada. No mercado Comum Europeu estimulam a produção de açúcar de beterraba, caríssimo, subsidiado, e fecham o mercado para o açúcar de cana. Resultado: o açúcar de cana está sobrando no mundo e os preços despencaram. Nossos produtores e os trabalhadores da indústria do açúcar estão diretamente prejudicados e o Brasil está perdendo uma receita de dólares fundamental para manter nossas importações. E quando reduzimos as importações, para equilibrar nosso comércio, algum produtor ou algum trabalhador europeu vai perder, porque nós diminuímos as compras dos produtos deles.

Essas medidas, que nós chamamos de protecionistas, não estão acontecendo em apenas um ou dois países. Elas estão sendo adotadas por quase todos. Aí se cria uma onda negativa de redução de compras e de recessão, que vai pegando todo mundo. Ninguém sai ganhando nesse processo. Todos perdem. Por isso, é preciso interromper esse círculo vicioso.

Acontece que nenhum país isoladamente, nem mesmo os Estados Unidos, têm poder para mudar a situação por sua própria conta. Temos que adotar uma opção conjunta. Precisamos agir com base na cooperação entre todos e prevendo esquemas que protejam as nações de economia e comércio ainda mais fracos em desenvolvimento. Quer dizer, os países como o Brasil. Aí está o caso que me trouxe à ONU. Só aqui, na Assembléia Geral das Nações Unidas, eu poderia transmitir aos representantes de todos os países do mundo essa mensagem brasileira. Nós queremos continuar a nos desenvolver. Nós precisamos de criar empregos e baratear o custo de vida para o nosso povo. E para isso, para que todos os povos possam, também, progredir, é preciso que o mundo inteiro se desenvolva. Nós queremos e precisamos do esforço e do entendimento de todos os governos. O Brasil, pela voz e pela presença do seu Presidente, está aqui, pronto para esse trabalho de cooperação, para ajudar a melhorar a situação internacional no nosso interesse, e no interesse de todo o mundo.

GASTOS COM ARMAMENTO

Apresentador — *Presidente, vamos à primeria carta de hoje, que nós selecionamos lá na Divisão de Jornalismo, em Brasília, e que casa com vários assuntos que o Senhor falou no seu pronunciamento de hoje.*
E o caso do Sandro Venturini, de Guarapari, no Espírito Santo, que diz que acha errado, Presidente, alguns países gastarem muito dinheiro com armamento, quando a situação está séria.

E faz uma pergunta ao Senhor: "Por que, Presidente Figueiredo, o Brasil e o resto do mundo estão, a cada dia que passa, em dificuldades financeiras maiores?"

Presidente — Olha, Sandro, eu concordo com você com relação ao excesso de gastos em armamento. Nas condições atuais de nossa civilização, todos os países ainda precisam manter forças de defesa convenientemente armadas. Mas é evidente que o mundo está gastando demais em armas. E, como eu disse hoje mesmo, na Assembléia Geral da ONU, é uma terrível ilusão pensar que a paz no mundo possa ser construída, de forma duradoura, com base no excesso da capacidade de destruição. Principalmente, como o senhor Sandro assinala muito bem, quando milhões de dólares estão sendo gastos na produção de armas e poderiam ser destinados para erradicar a pobreza e o atraso do mundo. Sem dúvida, essa é uma das causas das dificuldades que os países hoje enfrentam. Acrescente a persistência nas ações isoladas, a falta de vontade real de adotar esquemas de cooperação para valer, e o senhor terá, senhor Sandro, as razões para as dificuldades que enfrentamos. E que só vamos superar se conseguirmos unir nossos esforços.

DÍVIDA EXTERNA

Apresentador – Presidente, essa questão de disponibilidade de recursos, que o Senhor acabou de falar, eu gostaria de lhe perguntar o seguinte: Nos leva imediatamente, à questão da dívida externa brasileira, ou da dívida externa dos países de um modo geral, dos países da região sul. Então, eu lhe pergunto o seguinte: Presidente, esse problema da dívida externa tem solução?

Presidente – Claro que sim, Ney. E mais ainda se houver, como eu espero, a disposição de todos os governos, ou da maioria deles, de trabalhar em conjunto.

Veja a situação do Brasil. Nossa dívida externa, os empréstimos que nós tomamos no exterior foram todos aplicados, investidos em projetos rentáveis: hidrelétricas, agricultura, rodovias, ferrovias, portos, enfim, um grande número de realizações que criaram emprego para nossa gente e possibilitaram produzirmos mais para nós mesmos e para exportação.

Com receita da exportação, nós pagarmos os empréstimos. Agora, para isso, é preciso que possamos exportar e é isso que procurei transmitir aos representantes dos países desenvolvidos, principalmente que é do próprio interesse deles abrir os mercados para os nossos produtos e para os produtos de outros países em desenvolvimento.

Os bancos e as empresas dos países desenvolvidos precisam ter onde aplicar o seu dinheiro e precisam que nossa economia e nossa gente seja próspera, para que eles também tenham a quem vender. Por isso, todos nós temos que trabalhar juntos para abrir os mercados e estimular o comércio, em benefício de todos, e não ao contrário.

CRISE MUNDIAL

Apresentador – Presidente, eu acho que fazer pergunta adequada e oportunamente não é privilégio de ninguém. O Senhor quer ver uma coisa? É uma homenagem que eu presto à criança brasileira. Essa menina aqui, Presidente, tem 14 anos de idade, e é da Bahia.

A Noemy Pires dos Santos, essa menina de 14 anos, faz uma pergunta ao Senhor, simples, mas é uma pergunta que eu tenho a impressão que todo mundo gostaria de fazer, mais ou menos complicada da maneira que ela expõe. Ela diz assim: ‘Presidente João Figueiredo, por que há tantas guerras e tanta gente desamparada no mundo em que vivemos?’

Presidente – Noemy, você só tem 14 anos e já percebe que este mundo está envolto em guerras e conflitos. Como isso é doloroso! É uma pena, que seja assim.

Mas, se nós quisermos, Noemy, se todos quisermos, podemos mudar essa situação. Porque a causa é uma só: No mundo de hoje falta compreensão e amor ao próximo. Quer dizer, o que falta mesmo é amor. Só o amor cria a solidariedade, a fraternidade, a lealdade e a confiança entre as pessoas e as Nações. Acho que o egoísmo, os rancores antigos e até o ódio estão predominando entre os homens e entre muitos povos. O resultado são as guerras e as lutas para fazer com que o interesse de cada um prevaleça a qualquer custo, mesmo ao custo da vida e do bem-estar de milhões de pessoas. Isto não pode continuar, nós temos de fazer alguma coisa para interromper esse processo que está envenenando e destruindo a todos nós.

O Brasil, o povo brasileiro, nós somos gente de paz. Foi a palavra que eu quiz trazer hoje às Nações Unidas. É paz, é amor, é solidariedade, é desprendimento, é vontade de ajudar. Se nós conseguirmos introduzir esse sentimento de amor nas relações entre os povos, nós acabaremos com as guerras e com a miséria no mundo.

Isso pode parecer romântico, mas não é. Isso é a pura realidade e nós, homens já calegados pela vida, não podemos perder a crença nesses valores, nem nos envergonhamos de dizer-lo. Vergonha, nós deveríamos ter é de deixar que jovens como você sejam obrigados a viver num mundo tão conturbado.

Por isso, por nós mesmos, e por milhões de jovens como você, Noemy, é que nós temos que acreditar num mundo melhor. Eu não perco a esperança. Com fé e amor, nós conseguiremos chegar lá.

BALANÇO DE PAGAMENTO

Apresentador – Presidente, nós temos recebido muitas cartas, na Rede Globo, sobre economia, política internacional, balanço de pagamentos, etc. Eu aproveitei a oportunidade para colocar aqui a carta do mineiro João dos Santos, da cidade de São Geraldo de Tumiritinga. Essa carta reflete bem, Presidente, uma série de preocupações que nós vamos aproveitar para resolver aqui e agora. Ele quer saber como é que estão as exportações brasileiras e o nosso balanço de pagamentos, coisas das quais se ouve tanto falar, mas que muita gente não sabe a importância que têm.

Presidente – Meu caro João, meu xará, com relação às nossas exportações, eu diria o seguinte: Elas estão melhor do que poderíamos esperar, diante das dificuldades e problemas que todos os países enfrentam. Mas também elas estão pior do que nós desejamos e podemos atingir. Nós temos capacidade, competência e conhecimento para produzir e exportar muito mais do que estamos exportando, mas, infelizmente, os mercados externos estão retraídos e cheios de obstáculos. Como consequência, nosso balanço de pagamentos está menos folgado do que poderia estar.

Para equilibrar essa conta de crédito e débito em dólares, nós temos tido de levantar alguns novos empréstimos, que talvez não precisaríamos contrair se estivéssemos exportando mais, se os mercados dos Estados Unidos e da Europa, por exemplo, não estivessem tão fechados. Mas, apesar de tudo, estamos conseguindo fechar em dia o balanço de pagamentos, porque o Brasil tem excelente crédito nos bancos internacionais, e também porque nossos compromissos internacionais estão muito bem escalonados ao longo dos anos. Dessa forma, o que temos de pagar, anualmente, é suportável para nossa economia.

DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Apresentador – *Presidente Figueiredo, vou abrir um espaço para falar um negócio para o Senhor aqui.*

Nos estamos recebendo, Presidente, quase nove mil cartas por semana na Rede Globo de Televisão, lá no Brasil. O Senhor responde algumas, durante a semana, que representam a maioria dos assuntos que as pessoas escreveram. Outras o Senhor responde por carta, pelo correio.

Mas agora, Presidente, as pessoas inventaram outra história, o jeitinho brasileiro.

A Câmara Municipal de uma cidade importante brasileira, a quinta ou sexta cidade do País, resolveu entrar num acordo: votar uma pergunta e fazer essa pergunta para o Senhor, votada na ordem do dia, da Câmara.

E agora, em várias partes do Brasil, as pessoas se reúnem e fazem a mesma pergunta. Eles acham que assim têm mais chance do Senhor responder e eu acho que eles têm razão. Quer ver?

Os alunos da 8ª série da Escola da Sagrada Família, em Rolante, no Rio Grande do Sul, se reuniram para escrever ao Senhor, e mandaram a seguinte pergunta: "Por que o Brasil é apenas a 8ª potência do mundo?" E os mesmos continuam: "Não tem recursos para ser mais desenvolvido?"

Presidente – Olha, Ney, essa pergunta até que traz um momento mais leve em nossa conversa, que até agora foi tão carregada de temas sombrios. Então, os nossos caros pequenos patrícios da Escola da Sagrada Família, lá no Rio Grande do Sul, acham que é pouco ser a oitava economia do mundo, num mundo que tem mais de uma centena de países?

Na verdade – não é, Ney? – eles são muito jovens e por isso talvez não tenham idéia de quanto o Brasil cresceu e progrediu nos últimos anos. Como não viveram os anos anteriores, não notaram o quanto nós melhoramos em matéria de transportes, de comunicações, de produção de alimentos, de habitação, de escolas, de produção de energia, enfim, de tanta coisa que é até cansativo enumerar.

Você se lembra, Ney, de uma música popular de uns 20 anos atrás que dizia que o Rio de Janeiro era uma cidade em que “de dia falta água, de noite falta luz”? Veja bem, o meu querido Rio de Janeiro, onde eu nasci, e que já era a capital do País! Imagine nas outras cidades do interior!

Pois bem, de 1960 para cá, nossa população aumentou de 40 milhões de pessoas. Passamos de 70 para 110 milhões de brasileiros. Tem muito país com séculos de existência e que não têm, no total, 40 milhões de habitantes e, isso aí, é que corresponde, no Brasil, a população com menos de 20 anos de idade.

Portanto, todo o progresso foi conseguido e distribuído para uma população cada vez maior. Sabemos que ainda falta atender a muitos, mas o problema é que a dimensão da tarefa é imensa. Vamos continuar lutando para dar casa, comida, escola, saúde pública e emprego para todos.

Acho que já conseguimos muito e tudo graças ao nosso esforço, nosso trabalho e nossa capacidade de nos mantermos unidos.

Há ainda outra coisa que eu gostaria de dizer aos nossos caros estudantes lá do Rio Grande do Sul. Eu acho que nós não devemos nos preocupar em ser a oitava, a primeira ou a vigésima economia do mundo. Porque o ideal é que todos os países sejam iguais e que sejam igualmente desenvolvidos.

Esse ideal é inseparável do ideal de amor e de solidariedade de que eu falava há pouco. É para isso que temos de lutar e de trabalhar, para que os benefícios do desenvolvimento, para que as oportunidades de uma vida melhor, confortável e segura, estejam abertas para todos, sem preocupações de liderança, de ser o primeiro ou o mais forte.

É nesse sentido que me dirigi hoje aos representantes dos países das Nações Unidas. Vamos trabalhar juntos para desenvolver o mundo fraternalmente, sem discriminações, sem privilégios, com justiça.

FUTURO DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Apresentador – Presidente, a última pergunta eu faço, quase que a carta é minha, em cima do discurso que o Senhor fez na Assembléia.

Fiz algumas anotações aqui, Presidente, e, para encerrar esse programa feito aqui, diretamente nas Nações Unidas, eu queria perguntar para o Senhor o seguinte:

No seu discurso de hoje, o Senhor se declara decepcionado com a falta de resultados de Cancún, na qual o Senhor mencionou que não foi por motivos de saúde, quando os líderes de muitos países se reuniram para examinar exatamente essas questões que hoje o Senhor colocou novamente em pauta.

E agora, Presidente Figueiredo, que resultados concretos o Senhor espera?

O que poderá acontecer, Senhor Presidente, a curto prazo?

Presidente – É verdade Ney a falta de qualquer resultado prático depois do encontro de Cancún. É muito decepcionante. Mas isso não pode nos levar ao desânimo e, daí, a deixarmos de fazer novas tentativas de cooperação. Acho que hoje temos pelo menos uma diferença em relação a Cancún. É que a situação é muito mais grave do que há um ano. É claro que isso não é motivo de alegria, mas pelo menos me faz crer que talvez todos sejamos compelidos a ceder um pouco e nos encarniñarmos para um encontro de posições.

Como eu disse, estou convencido de que nenhum país, nenhum governo tem a seu alcance exclusivo o poder de melhorar a atual situação internacional com ações isoladas e individuais. A situação exige uma ação conjunta.

Eu dei, na opinião do Brasil, a indicação de onde, a nosso ver, deve se concentrar essa ação, para começar a inverter as tendências negativas que ameaçam mergulhar o mundo na crise.

Eu disse que todos temos de procurar, primeiro, liberar o comércio; segundo, expandir os fluxos financeiros internacionais; terceiro, adotar uma nova política de juros e quarto, rever o sistema monetário internacional.

Acho que esses quatro pontos são bem claros, como eu disse aqui mesmo, no começo do programa. Se, ao invés de estimular o comércio, todos os países persistirem em criar dificuldades e obstáculos nos seus mercados, todo mundo vai sofrer. Quem pensa que defende seus interesses ao proteger excessivamente seu mercado está enganado, porque muito cedo vai perceber que os outros países também serão obrigados a diminuir as compras. Por isso, é preciso liberalizar o comércio. Essa foi a primeira medida que indiquei.

Com relação aos fluxos financeiros, queremos principalmente que os

governos dos países mais ricos voltem a destinar maior volume de recursos públicos para os bancos internacionais e para os programas de empréstimos oficiais. As políticas financeiras que estão sendo adotadas nos últimos anos pelos países mais ricos resultaram, entre outras coisas, na diminuição do apoio em dinheiro que tradicionalmente eles prestavam aos países em desenvolvimento, seja diretamente, seja por intermédio de bancos, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano.

As duas últimas medidas que sugeri — revisão da política de juros e do sistema monetário internacional — acho que nem preciso explicá-las. Todos sabemos que o progresso dos países economicamente mais atrasados depende de poderem conseguir financiamentos com juros mais baixos. Ele depende também da estabilidade do sistema financeiro internacional, que não pode ser abalado por medidas tomadas por países isolados. E sem o progresso dos países menos desenvolvidos, será impossível retomar o crescimento econômico e social equilibrado de todos os países. Essas as sugestões que fiz, Ney.

Você me pergunta que espero. Com franqueza, Ney, resultado eu não sei exatamente. Sozinhos, nós brasileiros, não podemos fazer nada, além de dar sugestões. Se elas forem bem recebidas, estamos prontos para trabalhar juntos e, com paciência e humildade, procurar contribuir para superar as dificuldades atuais.

Vamos aguardar. Tenho pelo menos a consciência tranquila de não ter ficado, passivamente, assistindo o agravamento da situação. Vim aqui para trazer, em nome do nosso País e do nosso povo, o nosso oferecimento de colaboração.

Vamos esperar que prevaleça a solidariedade, o bom senso e, quando menos, o instinto de sobrevivência.

ENCERRAMENTO

Apresentador – *Senhor Presidente, essa é minha última pergunta. Eu quero agradecer, em nome da minha empresa, da Rede Globo de Televisão, a oportunidade de nós fazermos essa entrevista com o Senhor, e a dificuldade normal, porque o Senhor acabou de fazer o seu pronunciamento a poucos instantes aqui na ONU, e agradecer em nome dos telespectadores que lhe escreveram, que tiveram as suas respostas dadas aqui, diretamente das Nações Unidas.*

Eu gostaria, Presidente, que o Senhor desse um boa noite e dissesse o que mais desejasse a cada mulher, a cada criança e cada homem que nos está assistindo agora, através da Rede Globo, em todo o País.

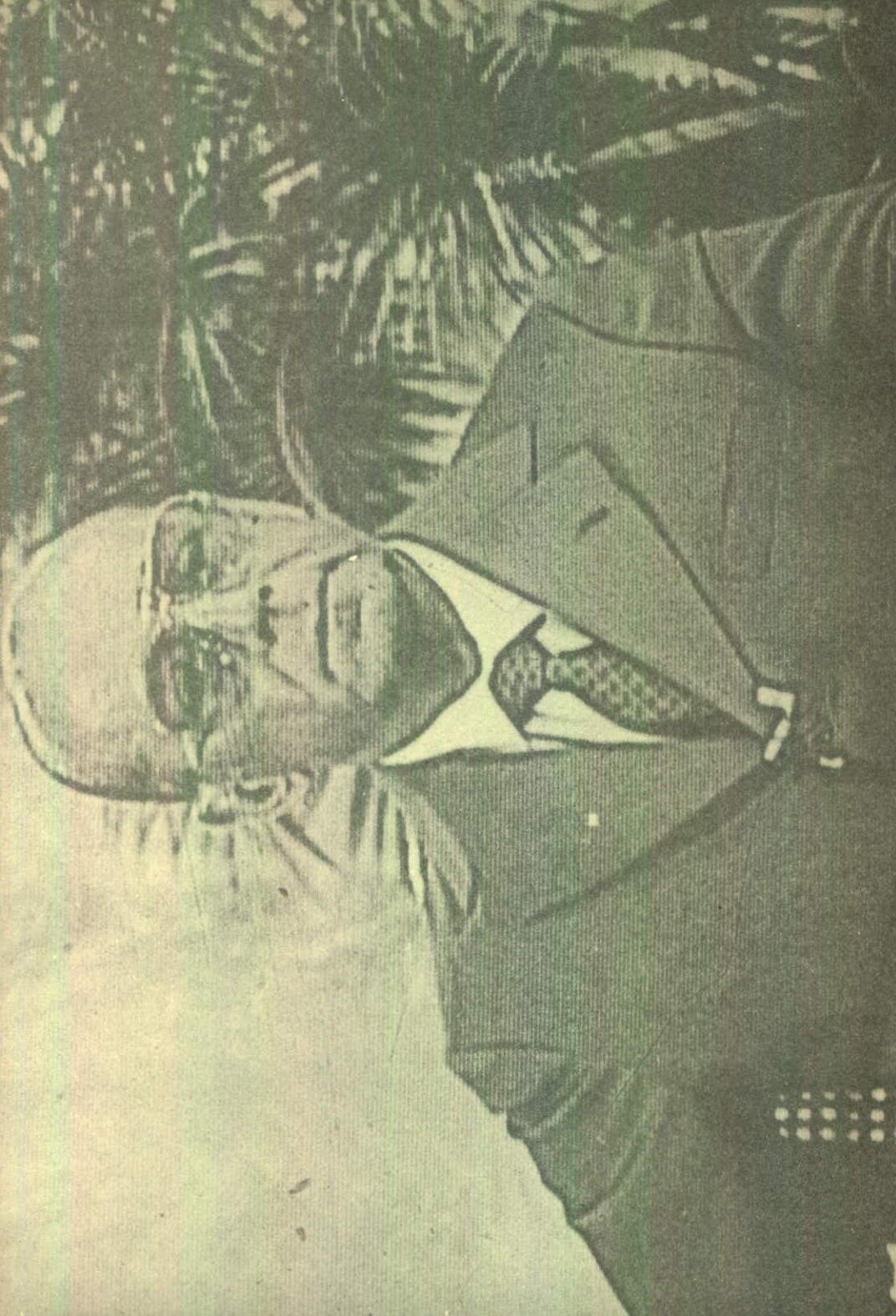
Presidente – O que eu desejo apenas, mais uma vez Ney, é agradecer à Rede Globo de Televisão, a você e à sua equipe, essa boa idéia que tiveram de fazer esse programa aqui em Nova Iorque e me dirigir ao povo brasileiro, homens, jovens, mulheres, para aqueles que me ouviram, pedir desculpas se, por acaso, eu não correspondi à expectativa de todos e não soube trazer aqui, perante as nações amigas o pensamento de cada um a respeito do que cada um tinha na cabeça a respeito da crise internacional.

Eu procurei ouvir gente, procurei consultar minhas opiniões e cheguei a essa resultante. Se fui feliz, só o povo brasileiro vai dizer. Muito obrigado.

Apresentador – *Nós acabamos de transmitir a edição especial do programa "O Povo e o Presidente" pela Rede Globo de Televisão, diretamente da sede das Nações unidas, em Nova Iorque.*

Oxalá queira Deus, nós consigamos, com as sugestões do Brasil formuladas pelo Presidente Figueiredo, trazer uma contribuição efetiva para que a situação não se agrave. E que é também uma posição de esperança. Nunca houve dúvida a cerca da inteligência do povo brasileiro. E onde há inteligência, há esperança.

Boa noite, Senhor Presidente. Boa noite brasileiros.



PROGRAMA N° XII

3 de outubro de 1982

ABERTURA

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

FGTS – CASA PRÓPRIA

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

RENDA DA LOTERIA PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL

SER POLÍTICO

FIM DOS CURSINHOS

CONTRIBUIÇÃO DE APOSENTADOS

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – Boa noite brasileiros, novamente o programa “O Povo e o Presidente”.

Presidente João Figueiredo, continua a repercutir no Brasil aquilo que nós já constatamos nos Estados Unidos, ou seja, a importância, o fato de ter sido muito bem recebido e o fato do Senhor ter sido muito aplaudido na Organização das Nações Unidas.

Aqui no nosso País continua repercutindo intensamente esse pronunciamento do Senhor.

Como é que o Senhor o sente, aqui no Brasil, com a sua presença física aqui, de retorno dos Estados Unidos?

Presidente— Eu fui aos Estados Unidos porque a situação, de fato, é grave, e achei que a minha presença daria mais importância à posição, ao pensamento e à apresentação de sugestões do Governo brasileiro. Mas bom mesmo, Ney, é estar de volta. É estar aqui no Brasil.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Apresentador — Presidente, vamos responder a primeira carta de hoje que é sobre agricultura que, como sempre, está entre os assuntos das cartas selecionadas pela produção do programa.

O Massahiko Komoda, de Presidente Prudente, São Paulo, acha que tem uma idéia capaz de transformar o Brasil no maior celeiro de alimentos do mundo.

Ele diz que para isto basta o Senhor baixar um decreto obrigando todos os proprietários rurais a plantar em pelo menos um terço de suas terras.

Isso seria possível, Senhor Presidente?

Presidente — Senhor Komoda, o Governo também está muito preocupado em conseguir melhor utilização da terra para produzir alimentos, mas é preciso levar em conta que a produção de alimentos é uma atividade econômica, quer dizer, as pessoas se dedicam a ela para obter lucro. O senhor acha que alguém vai produzir alguma coisa por decreto, sem lucro?

Claro que não.

Por isso, a forma correta de incentivar uma atividade econômica é torná-la interessante para o produtor, assegurando, ao mesmo tempo, os direitos do consumidor.

De acordo com a nossa Lei da Terra, a propriedade rural deve cumprir sua função social. Produzir alimentos certamente é a mais importante função da terra, mas também não é a única.

Assim, no caso do uso da terra, temos, antes de tudo, de levar em conta as diferenças que existem entre as diversas regiões e situações da terra no Brasil.

Em muitas regiões a terra é pobre e não serve para a agricultura. Em outros casos, a terra está longe das cidades e não teria sentido forçar o proprietário a plantar, porque o produto chegaria caro demais nas cidades. Muitas vezes a terra só presta para outras atividades, como a criação de gado, produção de madeira ou a mineração.

Mas há também os casos em que a terra é muito boa para agricultura e está bem localizada. Nesses casos, por que utilizar só um terço?

Aí é preciso usar toda a terra possível. Como o senhor vê, em vez de uma medida genérica tal como senhor sugere, o que é preciso é um conjunto de medidas que leve em conta cada situação.

Essas medidas, o Governo as vem adotando. Estamos dando todo o apoio e incentivo para que o proprietário da terra produza, em vez de ficar com a terra ociosa, mas a decisão de produzir tem de ser dele, proprietário.

Estamos dando crédito mais barato através do Banco do Brasil, estamos garantindo preço mínimo para o que ele produzir, estamos dando

assistência técnica e construindo as agrovias e armazéns e tomando muitas outras medidas de apoio ao produtor rural.

Mesmo assim, muitas vezes, o proprietário não se anima a produzir. Por isso, há dois anos atrás, fizemos uma reformulação do Imposto Territorial Rural, para levar o proprietário a usar a terra de acordo com a sua potencialidade, quer dizer, a fazer com que propriedade cumpra sua função social.

Assim, quanto maior for a extensão das terras boas mantidas improdutivas, mais alto é o imposto.

Dessa forma, o Governo primeiro dá condições e ajuda o proprietário a utilizar bem a terra. Mas, se ele não aproveita, o Imposto Territorial Rural faz com que fique cada vez mais caro manter a terra boa sem produzir.

Em último caso, quando essas medidas não resolvem, e o interesse social impõe, o Governo desapropria a terra, indeniza o proprietário e depois redistribui a terra para quem queira usá-la.

Enquanto muita gente fica apenas falando e discutindo o assunto, meu Governo está agindo: já desapropriamos 12 milhões de hectares. Para seu governo, isso é uma área maior do que a da Alemanha Oriental.

Com essas medidas, senhor Komoda, estamos chegando aos resultados que o senhor deseja: botar a terra para produzir alimento. Acho que estamos no rumo certo. As safras recordes dos últimos três anos comprovam isso.

FGTS – CASA PRÓPRIA

Apresentador – Senhor Presidente. A próxima carta vem do novo Estado de Rondônia. O José de Jesus, da cidade de Ouro Preto do Oeste, lembra que uma das metas de seu Governo é resolver o problema da habitação de milhões de brasileiros.

Então ele pergunta: "Por que o Governo não cria um programa autorizando o trabalhador a retirar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para comprar ou construir a casa própria?"

Presidente – Meu caro José, este programa já existe. É o FICAM – Financiamento da Construção, Aquisição ou Melhoria da Habitação de Interesse Social.

O trabalhador deve procurar a Companhia de Habitação Popular do seu estado ou qualquer agência da Caixa Econômica Federal e pedir um financiamento para construir sua casa.

A caixa ou a COHAB emprestam o direito para a obra.

Terminada a construção o trabalhador paga o empréstimo com o seu Fundo de Garantia.

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Apresentador – Presidente Figueiredo, o Ciro da Rocha escreve de Bauru, Estado de São Paulo, para reclamar do aumento do Imposto Territorial Rural. Ele conta que, em quatro anos, o ITR do sítio dele subiu quase 15 vezes, e pergunta ao Senhor, Presidente: “Por que essa progressão?”

Presidente – Ciro, como eu disse a pouco, o Imposto Territorial Rural tem por objetivo fazer com que o proprietário use adequadamente sua terra, em seu benefício e em benefício da sociedade. Por isso, se as terras não são utilizadas de acordo com o que podem produzir, a cada ano o imposto vai subindo. O imposto é calculado de acordo com as informações prestadas pelo próprio proprietário, que são depois verificadas pelo INCRA.

A maneira de reduzir o imposto é utilizando mais e melhor a sua terra. Com isso, é possível reduzir em até 90% o valor do imposto.

No seu caso mesmo, o INCRA me informou que, em 1980, houve uma redução de mais de 70% do imposto que havia sido calculado.

Você diz na sua carta que o trabalho na agricultura é difícil, que muitas vezes as pragas ou o clima põem toda a colheita a perder.

Eu sei disso, Ciro. E é por isso mesmo que coloquei a agricultura em primeiro lugar no meu Governo, dando todo o apoio possível ao agricultor, com crédito mais barato, com preços mínimos, com assistência técnica, com o seguro do Proagro.

O Imposto Territorial Rural não é feito para punir o pequeno agricultor que está plantando bem e que sofre uma quebra de safra em razão do clima ou de praga.

Cerca de dois milhões de pequenas propriedades em todo o Brasil não pagam nada de Imposto Territorial Rural. Isso representa mais da terça parte de todas as propriedades rurais do País.

Você reclama que o INCRA alterou várias vezes a classificação do seu sítio. Isso foi com base nas informações prestadas por você próprio. Se a situação mudou depois que você prestou as informações, por causa da geada, como você diz, então você pode procurar o escritório de cadastramento do INCRA, aí na Prefeitura de Bauru até o dia 15 de outubro e alterar as informações. O INCRA vai verificar no local e levará isso em conta quando for calcular o imposto do ano que vem.

RENDAS DA LOTERIA PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL

*Apresentador – Senhor Presidente, o Filadelfo Feitosa, de Governador Valadares, em Minas Gerais, tem uma sugestão para ajudar as entidades que assistem pessoas carentes em todo o País.
Ele quer que o Governo dê a essas entidades 2% da renda da Loto e da Loteria Esportiva, Federal e Estadual.
A idéia dele é viável, Presidente?*

Presidente – Isso não só é possível, como já vem sendo feito. Toda a renda líquida da Loteria Federal e da Loteria Esportiva, depois de descontados os prêmios para quem ganhou, já é destinada para programas assistenciais.

Só no meu Governo, já usamos 26 bilhões de cruzeiros das loterias Federal e Esportiva para educação, para combater doenças como a malária, para a construção de hospitais, para distribuição de material e merenda escolar, para obras da Legião Brasileira de Assistência, como asilos, creches e hospitais e para outros programas semelhantes.

Isso é muito mais do que 2% que você propôs, Filadelfo. Aí mesmo na sua cidade, em Governador Valadares, a Fundação Serviço Hospitalar vai receber 20 milhões de cruzeiros para obras assistenciais.

Com o dinheiro da Loto é a mesma coisa. O Governo gasta tudo na construção de escolas, hospitais e outras obras de interesse da população. Cerca de cinco mil novas enfermarias, com 40 mil leitos, e 24 mil salas de aula já foram construídas com esse dinheiro. Essas novas salas de aula permitiram dar escola para mais de dois milhões de crianças.

Como você vê, Filadelfo, o Governo já vem fazendo, há muito tempo, muito mais do que você propõe e você não sabia.

Aliás Ney, eu tenho notado isso aqui no programa. Muita gente escreve propondo coisas que o Governo já está fazendo, mas que pouca gente sabe, porque isso não é divulgado o suficiente pelos jornais, pelo rádio e pela televisão.

É por isso que eu estou satisfeito com essa chance que eu tenho aqui de me comunicar diretamente com o povo.

SER POLÍTICO

Apresentador – Senhor Presidente, num ano de eleições, como o que nós estamos vivendo, a política está na ordem do dia e desperta até mesmo o interesse de jovens que ainda não votam, como o Fernando Casemiro, de Niterói.

Ele quer saber, Presidente, como é que pessoas simples do povo podem se candidatar a vereador, prefeito e deputado estadual?

Presidente – Fernando, sua pergunta me deixou muito contente. Acho que você sabe que o principal objetivo do meu Governo tem sido a normalização democrática do nosso País. Empenhei nisso a minha palavra. Mas não fiquei só na palavra. O que eu prometi eu fiz: a anistia, o pluripartidarismo, o voto direto para governador, a liberdade de imprensa e a realização das eleições em novembro próximo.

Muita gente não acreditava e fazia pouco da minha palavra. E é por isso que, para mim, é uma grande alegria ouvir um jovem de 15 anos, como você, dizer que um dia quer entrar na política democrática que eu tanto prego. Isso é uma recompensa para mim.

Fernando, você ainda não tem idade para votar ou candidatar-se. Para ser candidato uma pessoa precisa primeiro, ser eleitor. Qualquer brasileiro maior de 18 anos, que saiba ler e escrever e que esteja com seus direitos políticos em dia pode tirar título de eleitor.

Segundo, você precisa ter mais de 21 anos, no caso de querer candidatar-se a vereador, prefeito ou deputado estadual e federal; e mais de 35 no caso de senador.

Em terceiro lugar, você tem que se filiar a um dos partidos políticos que funcionam no Brasil.

Essa escolha é muito importante. Você deve examinar os programas de todos os partidos políticos, o que cada um já fez, o que cada um promete fazer e escolher aquele que, na sua opinião, apresente propostas concretas, capazes de melhor resolver os principais problemas do povo. É muito importante saber distinguir as propostas sérias e que são possíveis de realizar, das promessas mirabolantes, que, apesar do fraseado bonito, vão ficar sempre como promessas. Eu tenho a certeza de que quando chegar a hora você vai saber escolher bem.

Depois, você precisa disputar na convenção do partido e ser escolhido como candidato.

Por enquanto Fernando, você, com seus 15 anos, ainda não pode satisfazer todas essas condições. Mas eu acho que, com a pergunta, você já demonstrou que tem uma coisa muito importante: como eu, você tem fé na democracia. Isso já é um passo muito importante.

A fé democrática, a vontade de servir ao povo, é que dão à gente a tenacidade e o despreendimento para prosseguir lutando pelos nossos ideais apesar da descrença de alguns e da injustiça de outros que, felizmente, não são muitos.

FIM DOS CURSINHOS

Apresentador – *Agora vamos falar de educação, Presidente. O Roberto Júnior Monteiro, de Maringá, no Paraná, acha que atualmente as escolas ensinam pouco. Por isso, o estudante é obrigado a recorrer ao cursinho pré-vestibular para poder ter chance de entrar na universidade.*

Diante disso ele pergunta: "Presidente, já não está na hora de fazer uma modificação na estrutura educacional do Brasil?"

Presidente – Você tem razão, Roberto. Embora ainda existam boas escolas, é verdade que, no geral, as nossas escolas deviam preparar melhor os alunos para a universidade. Os cursinhos foram aparecendo justamente para remediar as falhas na escola do 2º grau. Para corrigir isso é preciso melhorar a qualidade do ensino no início da escada educacional, isto é, no 1º e no 2º graus. E foi exatamente essa a política que eu defini para o setor da educação desde a época em que tomei posse. Mandei o Ministério da Educação tratar em primeiro lugar, e dar mais atenção e recursos, ao ensino básico.

Você pergunta se já não está na hora de fazer uma modificação na estrutura educacional. Está, sim! Agora mesmo está no Congresso um projeto de lei que modifica profundamente o ensino de 1º e 2º graus, permitindo adaptar o sistema de ensino às exigências atuais.

É claro que leis, só, não bastam. É preciso do apoio e do esforço de todos: dos administradores, dos professores e, principalmente, dos alunos como você.

CONTRIBUIÇÃO DE APOSENTADOS

Apresentador – Presidente Figueiredo, a última carta de hoje também vem do Paraná. O Ângelo Menegassi, da cidade de Colorado, lembra que a partir de janeiro, os aposentados na faixa de um a três salários mínimos vão descontar uma porcentagem para assistência médica. E ele pergunta: – “Por que os aposentados que recebem mais de três salários mínimos não serão atingidos por esse desconto?”

Presidente – Há um engano na sua pergunta. Todos vão ter o desconto pela assistência médica que recebem. O que acontece é que os pensionistas que ganham até três salários mínimos vão ter um desconto menor que os outros.

O aposentado que ganha até três salários mínimos vai contribuir com 3%, enquanto a contribuição dos aposentados com pensões maiores do que três salários vai variar de 3,5 a 5%.

ENCERRAMENTO

Apresentador – *Senhor Presidente, nós chegamos ao final do programa “O Povo e o Presidente” de hoje e pela pauta do Senhor que eu já verifiquei aqui, esta semana, o Senhor tem uma pauta variada, longa, por vários estados brasileiros.*

Quer dizer que, depois do êxito em Nova Iorque, dos resultados que a gente começa a torcer para que sejam esferivados em breve, e das várias sugestões que o Senhor propôs, a gente chega à conclusão que na próxima semana o Senhor continua com o pé na estrada aqui no Brasil.

Presidente – É verdade, Ney. Esta semana eu retorno os meus contatos com o povo e com os diversos setores da sociedade brasileira. Vou ao Rio, vou a Sergipe, vou ao Rio Grande do Norte e vou à Paraíba. E lá terei o prazer de retomar esses contatos.

Apresentador – *Senhor Presidente, muito obrigado, muito boa noite.*

Presidente – Boa noite, Ney.



PROGRAMA N° XIII

10 de outubro de 1982

POLÍTICA ECONÔMICA

PAGAMENTO DE PENSÕES

ARMAZÉNS DO IBC

VENDEDORES-VIAJANTES

ALIMENTAÇÃO PARA CRIANÇAS

FOGÕES ELÉTRICOS

TRANSPORTE FLUVIAL NA AMAZÔNIA

ENCERRAMENTO

POLÍTICA ECONÓMICA

Apresentador – Boa noite brasileiros. A economia é preocupação mundial e nacional e é o assunto da primeira carta.

O carioca Carlos Henrique Fonseca, Presidente, de 18 anos, acha que somente uma reformulação radical pode vencer a crise econômica. E pergunta ao Senhor: "O que o seu Governo tem em mente para reduzir o custo de vida a curto prazo?"

Presidente – Ney, a carta do Carlos Henrique mostra que ele tem maturidade para os seus 18 anos.

Espero que muitos jovens como você, Carlos Henrique, estejam me ouvindo agora, porque é especialmente para vocês que eu vou dizer o que penso da situação econômica.

Não há solução radical para problemas econômicos, num mundo como o de hoje, em que os países dependem cada vez mais uns dos outros. Carlos Henrique, não existe truque capaz de resolver, a curto prazo, o problema do custo de vida.

As vezes leio nos jornais alguém sugerindo o que os economistas chamam de tratamento de choque contra a inflação. Por exemplo, um corte radical das despesas do Governo e dos investimentos das empresas estatais.

Aí eu fico pensando porque essas pessoas não esclarecem também o preço que a população teria que pagar por isso.

Porque, se fizermos um corte muito violento nas obras do Governo, se encurtarmos ainda mais o crédito para as empresas estatais, isso vai trazer o desemprego para muita gente. E vocês sabem muito bem que não está nada fácil arrumar um outro emprego para quem ficar desempregado de uma hora para a outra.

O Governo já vem fazendo, há três anos, um grande esforço para equilibrar o seu orçamento, porque sabemos que gastos públicos muito altos aumentam a inflação. Por isso temos que estabelecer prioridades.

As nossas prioridades são agricultura e energia. Agricultura, porque temos que pensar primeiro na alimentação. Um país com tanta terra como o nosso não podia continuar comprando comida do exterior, deixando o pobre do consumidor enfrentando filas, brigas e confusões para comprar um quilo de feijão.

Nós acabamos com isso, financiando o agricultor. E a resposta está aí: nos últimos três anos as safras recordes. Acabaram as filas.

Aí no Rio de Janeiro, onde você mora, Carlos Henrique, você pode escolher 20 qualidades diferentes de feijão ou de arroz para comprar, enquanto tem muito país no mundo que está com dificuldades para importar alimento.

A outra prioridade tinha que ser para o setor da energia, porque energia farta é essencial para garantir emprego para todo mundo. Por isso,

é vital reduzir nossa dependência das importações de petróleo. Por isso, nós estamos aplicando 10 bilhões de dólares por ano em hidrelétricas, no álcool, no carvão e no próprio petróleo. E você pode estar certo que esse dinheiro está sendo muito bem aplicado. Já estamos produzindo o dobro do petróleo que produzímos no início do meu Governo e em 1985 vamos atingir 500 mil barris diários. Estamos produzindo muito álcool e mais carvão. Quando terminar o meu Governo, estaremos muito menos dependentes da energia importada.

Então, Carlos Henrique, quando alguém lhe disser que é preciso acabar com a inflação, você deve perguntar como. Quais são as medidas radicais para resolver isso? Qual hidrelétrica vamos parar de construir? Se vamos parar de procurar petróleo? Se devemos parar o Proálcool? Se vamos desempregar o pessoal que está trabalhando nesses programas? Se vamos parar de apoiar a agricultura e deixar faltar comida para o povo? Em suma, será que o remédio não vai matar o doente?

Carlos Henrique, o problema é esse. Eu sei que existem medidas para baixar a inflação mais rapidamente. São medidas que vão gerar dificuldades excessivas para o povo e mais desempregados, que já atingem 30 milhões de pessoas só nos países desenvolvidos, como eu disse na ONU.

Penso garantir a você, Carlos Henrique, que em três coisas eu sou radical na política econômica, e muito radical.

Não quero ver os brasileiros sem comida e por isso vou continuar apoiando a agricultura.

Quero que o nosso País se livre da dependência do petróleo e por isso vou continuar investindo na produção de energia.

Vou continuar cortando as despesas do Governo onde eu puder cortar, para conter a inflação.

Você vê que as medidas possíveis nós estamos adotando. Agora, não posso concordar quando ouço falar em medidas absurdas, como por exemplo, parar todas as obras.

Carlos Henrique, desconfie quando alguém começa a dizer que tem medidas radicais ou milagrosas. Isso é demagogia.

PAGAMENTO DE PENSÕES

Apresentador – Senhor Presidente, a dona Dolores Malina, de São Paulo, capital, tem uma reclamação a fazer. Ela diz, Presidente Figueiredo, que a maioria dos aposentados é obrigada a receber os vencimentos em locais distantes de onde moram. E ela lembra que a Caixa Económica Federal e as Caixas Económicas Estaduais têm agências em quase todas as cidades brasileiras, mas o Governo não permite que o pagamento das aposentadorias seja transferido.

Então dona Dolores pergunta: "Por que os aposentados têm tanta dificuldade para receber os seus salários?"

Presidente – Dona Dolores, quem disse isso para a senhora está mal informado. É claro que o Governo permite que o aposentado receba sua pensão na agência do banco mais próxima da sua casa.

O aposentado pode escolher o banco que quiser para receber a pensão. Nós não queremos complicar a vida de ninguém. Muito pelo contrário. O que o Governo quer é simplificar e facilitar ao máximo a vida do cidadão. Por isso mesmo foi que eu criei o Programa de Desburocratização. Tenho a certeza de que a senhora já ouviu falar dele.

O objetivo desse programa é acabar com as complicações desnecessárias que atrapalham, à toa, a vida das pessoas.

Dona Dolores, para a senhora receber sua aposentadoria no banco que a senhora quer, é só ir ao posto do INPS mais perto de sua casa e pedir a mudança.

ARMAZÉNS DO IBC

Apresentador – Presidente, no último programa o Senhor, mencionando as dificuldades, quando respondia aquela pergunta sobre aproveitamento da terra, o Senhor disse que entre as dificuldades estavam a distância entre o centro produtor e o centro consumidor; o problema da silagem, etc.

Então o João Carlos Caldeira, fiscal do Banco do Brasil em Astorga, no Paraná, na pauta do raciocínio do Senhor no último programa, conta que a cultura do café em algumas regiões do estado foi substituída por outros tipos de grão.

Por isso, ele sugere que o Instituto Brasileiro do Café ceda os armazéns ociosos que possui a cooperativas que trabalhem com outros produtos também.

O que é que o Senhor acha da idéia, Presidente?

Presidente – João Carlos, já há vários anos que as áreas ociosas dos armazéns do IBC vêm sendo usadas para estocar soja, milho, trigo, açúcar, arroz e outros produtos, como você sugere.

No Paraná, quase a metade da capacidade dos armazéns do IBC já vem sendo usada pelas cooperativas. Aí mesmo na sua cidade, em Astorga, a Cocafé está usando seis mil metros quadrados de um armazém do IBC.

Para usar esses armazéns basta o interessado pedir à agência regional do IBC. O IBC cobra 30% mais barato do que o preço comercial corrente. O que o IBC cobra é apenas para cobrir os custos do armazém.

VENDEDORES – VIAJANTES

Apresentador – É a vez, Presidente, de Mato Grosso do Sul participar do programa. A senhora Maria Silva escreve da cidade de Cáceres para dizer que as famílias dos vendedores-viajantes não têm garantia nenhuma em caso de acidente.

Dai ela pergunta: “Por que as empresas não assinam a carteira de trabalho dos vendedores-viajantes?”

Presidente – Dona Maria, os vendedores-viajantes são trabalhadores como todo mundo e também têm direito à Legislação Trabalhista. Se ele é empregado, a firma tem que assinar a carteira. Se a empresa não anotou a carteira do seu marido, ele deve ir ao posto regional do Trabalho. Eu mandei verificar o endereço e é na Rua General Jorge Dulce aí em Cáceres.

O Ministério vai tomar as providências, mandando o empregador fazer a anotação na Carteira. Com a carteira assinada, num caso de doença ou de acidente durante o trabalho, o seu marido poderá recorrer aos benefícios da Previdência Social, como todo trabalhador brasileiro.

ALIMENTAÇÃO PARA CRIANÇAS

Apresentador – Presidente, a próxima carta vem de Uberlândia, Minas Gerais. O senhor Raimundo Messias acha que é preciso fazer alguma coisa para impedir que o número de crianças desnutridas continue crescendo no Brasil. E ele cita o exemplo de uma empresa na cidade dele que distribui leite aos filhos dos empregados de menor renda. Com isso, ele acrescenta, a saúde das crianças melhorou e a procura de assistência médica diminuiu.

O senhor Raimundo quer saber, Presidente, se o Ministério da Previdência Social pode obrigar todas as empresas do País a fazerem a mesma coisa.

Presidente – Ney, essa pergunta tocou num ponto muito importante, e a iniciativa dessa empresa é digna dos maiores elogios. Todas as pessoas têm direito a uma boa alimentação, principalmente as crianças. Se faltar uma boa alimentação na fase de crescimento, a pessoa pode sofrer consequências para o resto da vida.

Por isso, já existem vários programas do Governo nessa área. O Ministério da Previdência mesmo, que o senhor Raimundo citou, já mantém, através da LBA, um programa de distribuição de leite em pó, para crianças de famílias pobres, de seis meses até seis anos de idade.

Antes dos seis meses, todos os médicos dizem que o melhor alimento para a criança é o leite da mãe. Mas, para alimentar os filhos, a mãe tem, ela mesma, que estar bem alimentada. Por isso, a LBA começou, desde 1977, um programa de complementação alimentar para as mães pobres. Esse programa está sendo executado na Baixada Fluminense, na Grande Belo Horizonte, nas cidades-satélites de Brasília, nos alagados de Salvador e no Alagamar de Fortaleza.

Com esses dois programas, o Ministério da Previdência atende a 800 mil crianças e mães, distribuindo por mês duas mil toneladas de leite e outros alimentos.

Outra iniciativa muito importante do Governo nessa área é o Programa da Merenda Escolar, que atende a criança de mais de seis anos, e que já freqüenta a escola.

Em 1981, senhor Raimundo, 15 milhões de crianças foram atendidas pela merenda escolar.

O esquema que o senhor sugere, de garantir alimentação por meio das empresas, já está sendo aplicado em benefício dos trabalhadores.

É o Programa de Alimentação do Trabalhador, que dá refeições a baixo preço para o trabalhador brasileiro. Nesse programa, o Governo reduz os impostos das empresas de forma que elas possam fornecer refeições aos seus empregados cobrando só um quinto do custo. Se a refeição custa, por exemplo, 150 cruzeiros, o tralhador só paga 50. Quase cinco mil empresas participam desse programa, que já beneficia

três milhões de trabalhadores.

Como o senhor vê, seu Raimundo, nós não estamos parados. Já fizemos muita coisa. Mas também acho que sempre podemos fazer mais. Por isso, a merenda escolar este ano vai atender 21 milhões de alunos em vez de 15 milhões de 1981.

Outra coisa que estamos estudando é estender o Programa de Alimentação do Trabalhador para toda a família do trabalhador também. Com recursos do FINSOCIAL, queremos atender os filhos dos trabalhadores que ganham até três salários mínimos, até essas crianças atingirem a idade escolar.

Até o fim do meu Governo, quero estar atendendo a 35 milhões de brasileiros através dos programas de alimentação do Governo. Isso é quase um terço de nossa população.

FOGÕES ELÉTRICOS

Apresentador - Presidente, o Lauro Boechat Batista, de Itaqui, Estado do Rio, diz que soube pelo noticiário que a energia elétrica está sobrando no Brasil.

Então, ele faz uma sugestão para aproveitar esse excedente, ao mesmo tempo economizar gás de cozinha, Presidente. Seria incentivar os fabricantes a produzirem fogões elétricos no País.

Como é que o Senhor vê essa idéia, Presidente?

Presidente — Meu caro Lauro, seria bom se tudo fosse tão simples como às vezes parece ser. Mas, infelizmente, as coisas são mais complicadas do que a gente pensa.

Sua pergunta é um bom exemplo disso. Veja bem! Você diz que está sobrando energia elétrica. E nós estamos procurando usar essa eletricidade para substituir os derivados de petróleo, de acordo, portanto, com a mesma orientação de sua sugestão.

Mas, em primeiro lugar, temos de tratar de usar a eletricidade onde ela é mais vantajosa como substituto do petróleo. É o caso da irrigação, dos transportes de massa e de carga, de muitas aplicações industriais, como na produção de alumínio.

Já o fogão elétrico tradicional, que produz calor a base de resistências, é muito pouco eficiente do ponto de vista de uso e consumo de energia. Quer dizer, ele consome uma brutalidade de energia para produzir um mínimo de calor. Além disso, e porque ele consome muito, o uso intensivo desse tipo de fogão exigiria até mesmo o reforço das redes e instalações elétricas. No final de contas, o uso do fogão elétrico acabaria saindo muito caro para todo o mundo, inclusive para a dona de casa.

Assim, e por algum tempo, nós vamos continuar a destinar a eletricidade de que dispomos para aqueles outros tipos de uso. Fazemos economia de petróleo do mesmo jeito e evitamos encarecer a vida.

TRANSPORTE FLUVIAL NA AMAZÔNIA

Apresentador – Presidente, a carta do senhor Roboão Hitner, de Curitiba, no Paraná, fala dessa questão de transportes que o Senhor mencionou rapidamente a poucos instantes.

Ele acha que o Governo, Presidente, tem aplicado muito dinheiro em estradas, no País, inclusive na Transamazônica, e pergunta ao Senhor: "Por que o Governo não desenvolve o transporte fluvial na Região Amazônica?"

Presidente – Esta é realmente uma questão muito importante, Ney.

Principalmente lá na Amazônia, porque a Amazônia é a região das águas do Brasil. E os rios são verdadeiras estradas líquidas que já recebemos prontas da natureza para usar.

Nós já estamos fazendo muitos investimentos para aumentar o transporte fluvial na Amazônia. Nesse caso, o que é preciso é construir os portos e os barcos, porque a estrada, como eu disse, já está pronta.

Só na Amazônia, quase na mesma época em que foi construída a rodovia Transamazônica, foram também construídos vários portos como os de Santarém, Altamira, Itaituba, Itacoatiara, Parintins, Coari, Tabatinga, Porto Velho e Caracaraí. Foi também feito um convênio com o governo do Amazonas para a construção de 40 barcos de passageiros e de cargas e de 13 pequenos portos.

Em maio deste ano, fizemos um novo contrato para construir mais 53 balsas e 10 empurreadores. No rio Madeira estamos ampliando o porto de Porto Velho.

O que acontece é que o transporte por água precisa de um grande volume de carga para dar lucro. Atualmente, esse tráfego grande de cargas só existe entre Manaus e Belém. É por isso que a Transamazônica e as outras estradas da Amazônia são importantes também.

As estradas complementam os rios. A Transamazônica, por exemplo, corta vários rios e permite o acesso às terras altas da Amazônia. Quer dizer, as estradas facilitam o escoamento dos produtos agrícolas para os rios.

Para terminar, eu queria dizer que o Governo não está gastando muito na construção de estradas como diz a pergunta.

Em 1973, antes da crise do petróleo aumentar o preço da gasolina e do óleo diesel, o Ministério dos Transportes gastava metade dos seus recursos na construção e manutenção de estradas.

Hoje, em vez de metade, estamos gastando só um quarto da verba de transporte com estradas. O resto vai para outras modalidades de transporte.

ENCERRAMENTO

Apresentador – Presidente Figueiredo, o Senhor esta semana tem uma pauta de viagens pelo País. Amanhã, segunda-feira, o Senhor estará em São Paulo. Dia 12, terça-feira, o Senhor estará em Aparecida do Norte nas comemorações da entrada da santa para o altar novo. No dia 13, o Senhor estará em Brasília.

Dia 14 o Senhor estará em Anápolis, Goiás. Dia 15 estará em Belo Horizonte e Governador Valadares.

Que eu me recorde, Presidente, a última vez que o Senhor esteve em Aparecida do Norte parece que foi há três anos, às vésperas do Senhor assumir o Governo. Correto?

Presidente – Correto. Eu ainda era candidato, Ney. Estive lá naquela oportunidade e durante esses três anos não tive mais oportunidade de voltar.

Vou retomar minhas viagens. Será uma satisfação poder ficar nessas reuniões, nessas cidades que você citou. E, em particular, será uma grande satisfação para mim poder ficar em Aparecida, poder conhecer o novo altar de Nossa Senhora de Aparecida e poder rezar pela felicidade do povo brasileiro.

Apresentador – Presidente, muito obrigado. Eu desejo que o Senhor dê uma boa noite aos senhores e às senhoras de todo o País que estão assistindo o programa neste momento.

Presidente – Eu agradeço, mais uma vez, a gentileza dos telespectadores e a paciência também de me ouvirem e espero, com a graça de Deus, estar aqui na próxima semana, lendo e perscrutando a curiosidade dos brasileiros e tentando responder as perguntas que forem feitas. Muito obrigado.



PROGRAMA Nº XIV

17 de outubro de 1982

SUBSÍDIOS À AGRICULTURA

PIS/PASEP – DESEMPREGADOS

PISTOLÃO PARA CASA PRÓPRIA

TEMPO DE SERVIÇO NA AGRICULTURA

PARALIZAÇÃO DA USINA DE ITAPARICA

APOIO À PEQUENA EMPRESA

SALÁRIO-MATERNIDADE – DOMÉSTICAS

ENCERRAMENTO

SUBSÍDIOS À AGRICULTURA

Apresentador – Boa noite brasileiros.

Presidente, vamos abrir o programa de hoje com um assunto que está na ordem do dia. É o chamado “Caso da Mandioca”, ocorrido em Pernambuco.

A dona Jacqueline Maia, de São Paulo, capital, acha que episódios desse tipo, Presidente, acontecem no Brasil porque aqui o subsídio à agricultura é dado em forma de crédito, e assim fica mais fácil desviar o dinheiro. Ela sugere que o Governo subside diretamente os preços agrícolas, como acontece em outros países.

O que o Senhor acha da idéia da dona Jacqueline Maia, Senhor Presidente?

Presidente – Antes de responder a questão sobre o subsídio, eu quero falar sobre o “Caso da Mandioca”, que você acaba de citar. Esse caso foi descoberto pelo próprio Banco Central, que fez o inquérito e entregou o caso à Justiça.

Como você sabe, depois que o caso vai à Justiça, o Governo não pode mais interferir, porque a Justiça é independente do Executivo. Mas eu confio na Justiça e tenho a certeza de que, no final, os culpados vão ser punidos.

Agora, o que eu também não acho certo, é o justo pagar pelo pecador. A maioria dos agricultores é gente boa e trabalhadora. Não podemos prejudicar essa gente por causa dos desonestos.

Toda vez que descobrimos um caso de corrupção no uso do crédito rural, você pode estar certo que nós vamos apurar e mandar para a Justiça. O caso não é de acabar com o crédito rural, e sim de botar os desonestos na cadeia. E eu espero que a Justiça faça isso.

Vamos agora ver a questão do subsídio.

Na teoria, muita gente é contra o subsídio. Mas, diante de casos concretos, acaba tendo de aceitá-lo.

Esse é um daqueles casos, Ney, em que na prática a teoria é outra. O bom seria que não fosse necessário subsidiar nem a agricultura nem qualquer atividade da economia.

Quer dizer, seria ótimo se todos os setores da nossa economia pudessem funcionar sem subsídio. Essa é a teoria. Mas a perfeição não é deste mundo.

Na prática, quase todos os países usam os subsídios, especialmente para a agricultura. É muito importante, primeiro, ser auto-suficiente em alimentos. Depois, que o alimento seja barato para o povo e que sua produção seja lucrativa para o produtor.

Dona Jacqueline, aliás, não discute o subsídio em si, e sim a forma do subsídio.

No Brasil, o subsídio para a agricultura é dado principalmente sobre

a forma de empréstimos, com juros mais baixos.

O que ela sugere é fazer o subsídio através de preços. Quer dizer, pagar um preço maior para o produtor e vender por um preço menor ao consumidor. Nesse caso, haveria um subsídio não só para o agricultor, mas também para o consumidor.

E o subsídio para o consumo de alimento tem que ser dado seletivamente. Só para quem é mais necessitado. Isso nós estamos fazendo através dos programas de alimentação do Governo.

Aqui mesmo, na semana passada, respondendo a uma pergunta, eu mostrei o quanto já foi feito nessa área.

Além disso, Jacqueline, de certa forma, nós também protegemos o agricultor através do sistema de preços mínimos.

É lógico que é sempre possível conciliar um volume de crédito subsidiado menor com uma garantia de preço maior. Mas, para isso, é preciso que a nossa agricultura se capitalize um pouco mais.

Por isso, vamos continuar com o subsídio através do crédito. E vamos continuar, também, com a fiscalização, para evitar a fraude e a corrupção no uso do dinheiro.

PIS/PASEP – DESEMPREGADOS

Apresentador – Presidente, o senhor Alberto de Carvalho, de Mogi das Cruzes, São Paulo, diz aqui que tem 48 anos e está desempregado. E é por isso que ele lhe faz o seguinte apelo, Presidente:

Então, ele diz assim: "Presidente Figueiredo, o Senhor poderia estudar um meio de liberar o PIS e o PASEP em favor dos participantes desempregados há mais de um ano?"

Presidente – Senhor Alberto, como diz o ditado, nós não devemos botar todos os ovos na mesma cesta.

O instrumento que o Governo criou para ajudar quem fica desempregado é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O dinheiro do Fundo já é liberado quando o trabalhador é demitido sem justa causa.

A finalidade do PIS e do PASEP é formar um patrimônio para o trabalhador, para quando ele se aposentar.

O dinheiro do PIS e do PASEP pode também ser liberado quando o trabalhador casa e começa a formar sua família, ou quando ocorre problema sério, como a invalidez ou a morte.

Não podemos usar todas as poupanças do trabalhador só para o caso do desemprego. Senão, como é que a pessoa vai ficar, se por acaso enfrentar um outro problema grave?

Hoje já são 33 milhões de brasileiros que estão tendo um patrimônio formado pelo PIS e PASEP sem gastar um só centavo para isso.

Além disso, os trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos recebem do PIS e do PASEP um salário mínimo por ano, o 14º salário.

Sei que isso não resolve o problema, mas já é uma boa ajuda.

PISTOLÃO PARA CASA PRÓPRIA

Apresentador – Presidente Figueiredo, a distribuição de casas populares é assunto de muitas reclamações que chegam ao programa, Presidente. O pernambucano Glaimor Pedro Nascimento, por exemplo, conta que na cidade dele, Olinda, tem gente inscrita há oito anos e que ainda não recebeu. Em compensação ele diz que basta ter um pistolão que a casa sai em três meses.

Diante disso, ele pergunta: “Presidente João Figueiredo, por que as cooperativas habitacionais não têm ordem na distribuição das casas?”

Presidente – Senhor Glaimor, a chamada dos candidatos para comprar casa própria não é só pela ordem de inscrição. É lógico que esse é o primeiro critério examinado, mas não é o único. A COHAB leva outras coisas em conta também. Por exemplo, o número de filhos ou o fato da pessoa estar enfrentando uma emergência, como uma ordem de despejo. Quer dizer, além da data de inscrição, a COHAB considera também a necessidade maior que algumas pessoas têm. Agora, isso de prejudicar quem tem direito, para atender pistolão, é lógico que a COHAB não pode nem deve fazer.

Se, apesar da proibição e da vigilância da COHAB, isso aconteceu, e você sabe de um caso concreto, seu Glaimor, pode procurar em meu nome o presidente da COHAB aí de Pernambuco e dizer a ele qual é o caso que você conhece. Ele vai mandar apurar e, se for verdade, a COHAB entra até na Justiça para tomar de volta o imóvel conseguido na base desse pistolão. Isso já foi feito em outros casos.

O que acontece, seu Glaimor, é que tem muita gente querendo casa e o dinheiro para atender ainda é pouco. Essa é a principal razão da demora. Só aí na COHAB de Pernambuco são 60 mil inscritos e a COHAB só tem condição de chamar 300 pessoas por semana.

Resolver problema de casa própria é uma das principais preocupações do Governo, porque nós sabemos que a casa própria é a principal segurança da família.

Se Deus quiser, até o fim do meu Governo, vão ser 25 milhões de brasileiros que vão ter o sonho da casa própria transformado em realidade, com o auxílio do Governo.

TEMPO DE SERVIÇO NA AGRICULTURA

Apresentador – Senhor Presidente, vamos agora ao Rio Grande do Sul. Aposentadoria também é um tema muito freqüente nas cartas que os brasileiros escrevem para o Senhor.

É o caso, por exemplo, do Otávio Braz da Silva, que deve representar centenas de outras cartas.

Ele é de Cacegai, no Rio Grande do Sul. Conta, Presidente, que trabalhou 10 anos na agricultura. Depois, foi para a cidade onde passou a descontar INPS. E agora ele quer saber o seguinte: "Por que que ele não pode contar o tempo de trabalho na agricultura para efeito de aposentadoria, agora que ele está no INPS".

Presidente – Otávio, o ideal seria que tivéssemos um sistema de Previdência só, tanto para o trabalhador do campo como para o trabalhador da cidade, com os mesmos direitos e benefícios iguais para todos.

Mas, para isso, seria preciso que todos também tivessem as mesmas obrigações. Por enquanto isso não acontece porque o trabalhador rural não desconta nada para a Previdência, porque ainda tem uma renda baixa.

Já o trabalhador das cidades desconta todo o mês de 8,5 a 10% do seu salário para a Previdência. Quer dizer, atualmente, o trabalhador rural recebe aposentadoria e assistência médica sem contribuir. O dinheiro para pagar esses benefícios vem de uma taxa que o Governo cobra sobre a venda de produtos rurais e de uma parte da contribuição paga pelos trabalhadores das cidades. É por isso que os benefícios para o trabalhador das cidades são diferentes dos do trabalhador do campo.

No caso da aposentadoria, por exemplo, o trabalhador da cidade tem direito, tanto à aposentadoria por tempo de serviço, a partir dos 30 anos de trabalho, como à aposentadoria por idade aos 65 anos. Mas o trabalhador do campo só tem direito à aposentadoria por idade e por invalidez.

É por isso que o tempo de trabalho na agricultura só vale para a aposentadoria pelo FUNRURAL, e não podemos contar os seus 10 anos de trabalho no campo para a aposentadoria pelo INPS.

Porque, nesses 10 anos, o senhor nunca descontou para a Previdência. Mesmo assim, já tem garantida a aposentadoria por idade, ou invalidez.

Eu acho, Ney, que se nós paramos para pensar um pouco no que já conseguimos, vamos ver que muita coisa já foi feita.

O objetivo do Governo é amparar, com a Previdência Social e assistência médica, todos os brasileiros que precisam desse apoio. Por isso, fomos ampliando cada vez mais o número de pessoas atendidas.

Incluímos os trabalhadores rurais, as domésticas, os estudantes e hoje já estamos com 90 milhões de brasileiros com direito à Previdência e assistência médica.

PARALIZAÇÃO DA USINA DE ITAPARICA

Apresentador — Presidente, tem uma carta aqui que é uma advertência ao Senhor. O Senhor me desculpe, mas é uma advertência. Eu também não sabia disso.

É a paralização dos trabalhos de construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, em Pernambuco. E a pessoa que escreve está dizendo aqui que isso pode criar um grave problema social.

Essa advertência, Presidente, é feita pelo Antônio Luís da Silva Neto. Ele pede ao Senhor, em nome de três mil operários pernambucanos, que determine a reativação da obra, e pergunta: "Por que, Presidente Figueiredo, o Governo não está dando importância à hidrelétrica de Itaparica?"

Presidente — Senhor Antônio, garantir trabalho para o nosso povo tem sido uma das minhas principais preocupações. Sei que a situação está difícil. Mas, mesmo assim, vamos conseguindo dar emprego para uma população que cresce muito. Em 63 existiam 25 milhões de pessoas no Brasil em idade de trabalhar. Em 1981, esse número já era de 48 milhões.

A usina de Itaparica continua recebendo apoio do Governo. Não está prevista nenhuma paralização. O que tem havido é uma redução no ritmo das obras, porque a economia está crescendo menos, como é o caso de toda economia mundial.

Aí no caso de Itaparica tem havido também uma substituição das empresas que foram contratadas, em razão do próprio progresso da obra.

À medida que a usina vai sendo construída, o tipo de trabalho vai mudando. Primeiro são os trabalhos de escavação e enrocamento, depois os trabalhos de concretagem. Na fase final, vem a montagem mecânica e os acabamentos de construção civil. Isso leva a uma movimentação de mão-de-obra das diferentes especialidades.

APOIO À PEQUENA EMPRESA

Apresentador – Presidente Figueiredo, eu li um artigo num jornal um dia desses em que alguém apontava a pequena empresa como solução dos graves problemas atuais.

Como uma das soluções, porque, numa cidade perto de Firenzia, na Itália, não obstante os grandes problemas, lá, a cidade funciona porque as pequenas empresas estão funcionando. E é esse o assunto que nós vamos tratar agora.

O Luís Carlos Bessa é um pequeno empresário em Natal, no Rio Grande do Norte. Ele diz que paga encargos sociais e impostos rigorosamente em dia. Mas se ressente de um apoio maior do Governo. Por isso pergunta ao Senhor: "Presidente João Figueiredo, se as pequenas empresas são a base econômica do País, por que existe tanta dificuldade e protocolo para elas levantarem empréstimos?"

Presidente – Antes de responder a pergunta, Ney, eu queria fazer um comentário. Concordo com o senhor Luís Carlos quando ele diz que as pequenas empresas são a base econômica do Brasil. Sessenta e cinco por cento de tudo o que é produzido pelas nossas empresas privadas vem das pequenas e médias empresas.

Aliás, existe um outro ponto que, a meu ver, é até mais importante. As empresas pequenas e médias criam mais empregos do que as empresas grandes. Elas usam menos máquinas e equipamentos que as grandes empresas e por isso empregam mais gente.

Setenta por cento de todas as pessoas empregadas pelas empresas privadas brasileiras, trabalham em empresas pequenas e médias. Esse aspecto para mim é muito importante, Ney, porque uma das principais preocupações do meu Governo é criar mais empregos. Quero que cada brasileiro tenha como garantir o seu pão.

Senhor Luís Carlos, é verdade que é sempre mais difícil conseguir empréstimo quando se é pequeno, principalmente agora que a situação está difícil para todo mundo. Mas é por isso mesmo que nós temos dado um tratamento especial para as empresas pequenas e médias.

O Governo criou várias linhas de crédito para dar empréstimo às pequenas e médias empresas, com os juros mais baratos do que para as empresas grandes.

Só o Banco do Brasil emprestou mais de 36 bilhões de cruzeiros para pequenas indústrias até o mês de junho último. A Caixa Econômica emprestou cerca de 28 bilhões para os micro empresas. Além disso, os bancos particulares são obrigados pelo Governo a usar uma parte dos seus depósitos entre 12 e 16%, para fazer empréstimos para as empresas pequenas e médias. E eles já emprestam mais de 200 bilhões de cruzeiros.

Nesses empréstimos, nós temos a preocupação de beneficiar, principalmente, a sua região, senhor Luís Carlos, o Nordeste, e também a região Norte, porque são regiões mais pobres. O dinheiro dos depósitos da região Centro-Sul pode ser usado tanto lá mesmo como no Norte ou no Nordeste. Mas o dinheiro que é depositado no Norte e no Nordeste, só pode ser usado para empréstimo para firmas dessas regiões.

Nós estamos também tentando diminuir a burocracia que a pequena empresa tem que enfrentar. Tanto na parte do empréstimo, como em geral.

Já terminamos, por exemplo, com o registro das promissórias e com a exigência da micro-empresa dar alguma coisa em hipoteca ou em penhor para garantir o empréstimo. Agora, a única exigência burocrática é a empresa ter uma ficha limpa nos bancos e na praça e apresentar um orçamento daquilo que vai investir. Simplificamos também a participação em concorrência do Governo e a parte de contabilidade.

O meu Governo diminuiu também os impostos que as empresas pequenas têm que pagar. As empresas que têm uma renda bruta de cerca de sete milhões por ano não pagam mais Imposto de Renda. Uma série de produtos, que são tipicamente produzidos pelas micro-empresas foram isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados. O Imposto Sobre Operações Financeiras, que é cobrado quando a firma faz um empréstimo, teve também seu percentual reduzido.

Senhor Luís Carlos, o senhor pode estar certo que o nosso interesse é apoiar o pequeno empresário em tudo o que for possível.

A nossa Constituição diz que a liberdade de iniciativa, quer dizer, o direito de cada um montar e tocar o seu negócio por conta própria, a Constituição diz que esse direito é uma das bases do sistema econômico.

Nós queremos que a liberdade de iniciativa seja um direito efetivo, ao alcance da pessoa comum, e não um princípio teórico. É por isso que nós confiamos e estimulamos o pequeno empresário. Apoiar e facilitar a liberdade de iniciativa dos pequenos é uma maneira de democratizar mais o nosso sistema econômico.

SALÁRIO MATERNIDADE – DOMÉSTICAS

Apresentador – *A senhora e o senhor já perceberam que o programa “O Povo e o Presidente”, não foi, não é e não pretende ser o único canal de comunicação de Sua Exceléncia, o Presidente João Figueiredo, com o povo brasileiro.*

O Presidente faz vários pronunciamentos em vários locais diferentes, enfocando os assuntos específicos da Presidência da República. Aqui, o Senhor Presidente responde cartas. E cartas como estas, Presidente, o Senhor me desculpe, é um assunto talvez aparentemente doméstico, mas essa pessoa só tem o Senhor para recorrer. É uma doméstica que está com um problema que vou passar para o Senhor, que é a última carta de hoje.

A Maria Ismarlene Rodrigues, de Osasco, Presidente, lá no Estado de São Paulo, é empregado doméstica com registro em carteira (aqui, a gente fala empregada doméstica, no Japão falam auxiliar e em outros países) e diz que, quando completou o 8º mês de gravidez, pediu afastamento remunerado. O patrão negou, alegando que a Lei das Domésticas não estava regularizada. Agora ela quer saber se tinha algum direito ou se o patrão realmente estava com a razão.

Presidente – Dona Maria, a Previdência Social ampara os empregados domésticos desde 1973. Através do INAMPS, ela presta assistência médica ao empregado doméstico e seus dependentes. Através do INPS, ela dá benefícios de vários tipos: Auxílio Natalidade, Auxílio Doença, Aposentadoria por Invalidez, Por Tempo de Serviço e por Velhice, Abono de Permanência, Auxílio-Funeral, Auxílio-Reclusão e Pensão. Agora, o salário-maternidade, a que a senhora se refere, esse é pago só a empregados em empresas. As empregadas domésticas, de fato, não têm direito ao salário-maternidade. E a razão é a mesma que eu expliquei antes no caso do trabalhador rural. Todos os benefícios da Previdência Social devem ter uma fonte de custeio para garantir o seu pagamento. O salário-maternidade é custeado pelas próprias empresas, através de desconto sobre a folha de salários.

Para empregados domésticos não há ainda essa contribuição. Por isso é que eles não recebem o salário-maternidade. É uma falha, reconheço. Mas, a senhora não tem esse direito.

ENCERRAMENTO

Apresentador – *Presidente Figueiredo, vão mudar as regras da caderneta de poupança? Várias pessoas, Presidente, inclusive pessoas simples, estão pensando que, eventualmente, os depósitos da caderneta de poupança poderão ser congelados. Eu, pessoalmente, não acredito nisso de forma alguma. Mas eu quero ouvir de sua própria voz:*

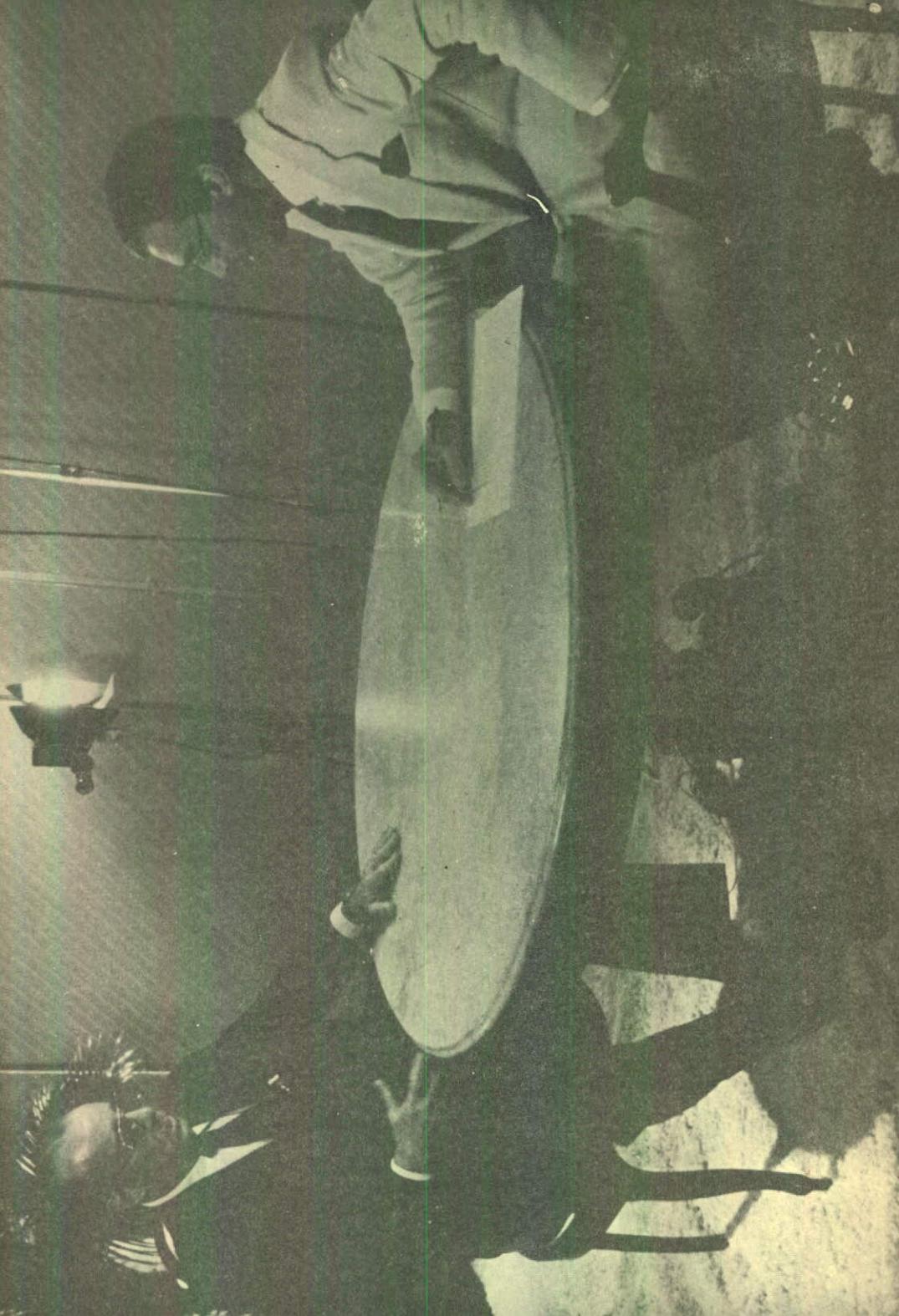
"Presidente João Figueiredo, vão mudar as regras da caderneta de poupança neste País?"

Presidente – Muito obrigado, Ney, por você não acreditar nesse boato, porque eu já tive ocasião de afirmar, aqui no programa, que, absolutamente, isso não é verdade. Infelizmente, aqui no Brasil o boato toma fôro de verdade, com muita facilidade.

Mas eu repiso mais uma vez: Não se cogitou absolutamente de alterar qualquer coisa a respeito das cadernetas de poupança.

Apresentador – *Muito obrigado e boa noite, Senhor Presidente.*

Presidente – Boa noite, Ney. Muito obrigado.



PROGRAMA Nº XV

24 de outubro de 1982

ABERTURA

DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA

COBRANÇA DE CONSULTA – INAMPS

PENSÃO – FILHOS

FINANCIAMENTO DE TERRAS

AUMENTO DE PASSAGENS

ESTRADAS DO INTERIOR

PESCA DE BALEIAS

ICM DOS TERRITÓRIOS

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – Boa noite, brasileiros.

A economia é o assunto da primeira carta de hoje, é o assunto do dia. A propósito, Presidente, algumas pessoas me têm sugerido o seguinte, e eu vou passar a sugestão ao Senhor.

O que é que o Senhor acha da sugestão de sortearmos as cartas, aqui no programa antes de começarmos?

Eu tenho a impressão que as pessoas sugeriram no sentido até de, talvez, ter mais possibilidade de ver sua carta aqui respondida.

O que é que o Senhor acha dessa sugestão, Presidente Figueiredo?

Presidente – Eu não acho essa sugestão muito boa, Ney. E por vários motivos. Primeiro, eu acho justa a preocupação da Globo de que as cartas selecionadas sejam representativas dos principais assuntos do interesse dos telespectadores.

Se nós sorteássemos aqui, na hora, não seria possível garantir isso. Poderia sair muito assunto repetido, ou então, perguntas sobre casos pessoais sem interesse para a maioria dos telespectadores.

Depois, eu acho que quem tem o trabalho de escrever merece uma resposta sempre certa e precisa. Agora, para isso, eu preciso pensar um pouco no assunto. Confesso, Ney, que eu não sou um “sabe tudo”.

Assuntos há que eu tenho que pedir aos ministros para examinarem antes.

DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA

Apresentador – *Então, vamos à primeira carta de hoje, Presidente.*

O Adhemar Marinho, do Rio de Janeiro, acha que a política de desvalorização do cruzeiro é a principal causa das dificuldades econômicas do Brasil. E lembra que nos últimos 18 anos a nossa dívida externa cresceu de dois bilhões para 90 bilhões de dólares.

A pergunta dele é a seguinte, Presidente: "Por que o Senhor não faz uma revisão na Lei de Remessa de Lucros e proíbe a tomada de novos empréstimos externos?"

Presidente – Pela pergunta do senhor Adhemar, Ney, até parece que a desvalorização do cruzeiro depende de uma escolha do Governo. Parece que nós podíamos escolher e resolvemos desvalorizar o cruzeiro só para empobrecer o povo. Pelo amor de Deus, senhor Adhemar, se eu pudesse resolver esse problema com um decreto proibindo a desvalorização, eu nem pestanejava, já tinha assinado esse decreto há muito tempo.

Mas acontece que a desvalorização do cruzeiro não é escolha nossa; é o resultado da inflação. Se a inflação no Brasil é, por exemplo, de 90%, os salários das pessoas, os lucros das empresas, os aluguéis e todas as outras rendas também vão subir em torno de 90%.

Se o dólar não subir, também, as pessoas vão poder comprar mais dólares com a mesma quantidade de cruzeiros. Os produtos estrangeiros vão ficar artificialmente mais baratos que os nacionais. Isso pode parecer bom, mas, na verdade, não é, porque todo mundo vai querer comprar coisas estrangeiras. As importações vão aumentar e o desemprego vai aumentar também, porque nossas indústrias vão produzir menos.

Com as exportações, ia ser o contrário. A inflação aumenta os salários e o preço dos serviços e dos produtos que os exportadores têm que comprar para produzir o seu produto. Agora, se a taxa de câmbio não mudar, o exportador vai receber sempre o mesmo valor em cruzeiro pelo dólar que ele ganha, lá fora, com as exportações. Quer dizer, a receita ficará a mesma e a despesa ia aumentar sempre.

O resultado é que os exportadores iam falir, deixar de exportar, e as nossas exportações iam diminuir. Quer dizer, as importações iam aumentar e as exportações diminuir. Aí, o nosso déficit ia ficar cada vez maior e a dívida externa que o senhor quer diminuir ia aumentar.

Como o senhor vê, a desvalorização do cruzeiro é a diferença entre a nossa inflação e a inflação dos outros países do mundo. Para acabar com a desvalorização, o que nós temos é que acabar com a inflação. E é isso o que o Governo está fazendo, ou, pelo menos, está tentando fazer.

Quanto à remessa de lucros, ela não é a causa da nossa dívida externa.

No ano passado, por exemplo, a nossa dívida externa foi de certa de 60 bilhões de dólares e a remessa de lucro foi só de 580 milhões de dólares. Quer dizer, nem um por cento da dívida. Mas o lucro reinvestido aqui foi de cinco bilhões e 700 milhões, quase 10 vezes mais. Embora as firmas possam mandar para o exterior lucros de até 12% sobre o capital registrado, elas têm mandado menos que 4%. Por que, então, mudar a lei se as próprias firmas estrangeiras não estão mandando tudo o que têm direito? Se nós mudarmos a Lei de Remessa de Lucros, as firmas estrangeiras vão perder o interesse de investir aqui. Então, vai entrar menos investimento estrangeiro e nós vamos ter que pedir mais empréstimo para compensar. Para diminuir a dívida, o que nós temos que fazer é estimular mais o investimento estrangeiro. Senhor Adhemar, a causa das nossas dificuldades não é a remessa de lucros. As causas são a alta do petróleo, as taxas de juros externos muito altas, o preço baixo dos nossos produtos e as barreiras que os países desenvolvidos têm colocado para as nossas exportações.

Por isso é que eu fui à ONU pedir a atenção dos países ricos para esses problemas.

COBRANÇA DE CONSULTA – INAMPS

Apresentador – Agora uma denúncia, Presidente. O Valdemir Pereira dos Santos escreve de Mato Grosso do Sul contando que alguns hospitais nas cidades de Caparaó e Dourados cobram consultas e medicamentos dos segurados da Previdência Social.

Ele sabe que isso não está certo, pois os hospitais têm convênio com o FUNRURAL e o IAPAS, e pergunta ao Senhor: "Presidente João Figueiredo, como se deve agir nesses casos?"

Presidente – Senhor Valdemir, o que o senhor denuncia na sua carta não pode ocorrer nos hospitais e ambulatórios contratados pelo INAMPS ou pelo FUNRURAL para prestar assistência aos segurados. Já mandei sua carta para o Ministério da Previdência e Assistência Social e a agência de Dourados vai tomar providências para impedir essas cobranças de consultas e de remédios. Aliás, todas as agências da Previdência têm instruções expressas para não permitir irregularidades, de qualquer tipo, no atendimento ao povo.

PENSÃO – FILHOS

Apresentador – *Mais uma carta sobre Previdência Social, Presidente. Desta vez é a senhora Nair Pamplona Gantschef, de Curitiba, no Paraná, que critica um dispositivo da lei que regula esse assunto.*

Ela lembra que os filhos menores da mulher que trabalha não têm direito a pensão no caso dela vir a falecer. Mas se é o pai quem morre, o Instituto ampara os filhos.

Então a dona Nair pergunta ao Senhor, Presidente: "Por que essa discriminação, se os filhos são do casal e os dois contribuem para a Previdência?"

Presidente – Dona Nair, os filhos menores da mulher que trabalha e é filiada à Previdência Social têm direito a receber pensão do INPS se ela falecer.

E mais ainda: se o pai for segurado, também, e vier a falecer, os filhos menores recebem igualmente a pensão do pai.

As pensões são pagas até eles completarem a maioridade: 18 anos os homens e 21 anos as mulheres, ou se casarem.

FINANCIAMENTO DE TERRAS

Apresentador – A próxima carta vem de Minas Gerais. O Paulo Henrique Teixeira, da cidade de São Vicente de Minas, diz que a todo momento, Presidente, vê ofertas de financiamento para casas, animais, veículos, coisas que, na opinião dele, só geram mais despesas.

Então, o mineiro Paulo Henrique pergunta: "Presidente Figueiredo, por que não existe financiamento para compra de terra, que é fator de produção?"

Presidente – Ney, eu não acho que os empréstimos dados ao nosso agricultor para a construção de casa ou para a compra de veículos ou animais só geram despesas. Veja bem, seu Paulo, a casa é uma necessidade indispensável de qualquer pessoa, no campo ou na cidade. O nosso objetivo é melhorar a vida de todos os brasileiros. Se nós não oferecemos boas condições de vida ao homem do campo, como é que nós vamos querer que este homem continue lá, produzindo o alimento que compramos nas cidades?

Quando a vida no campo é ruim, muitos agricultores abandonam suas lavouras e vêm para as cidades, aumentando os problemas das cidades, que já são muitos, e acabam tendo uma vida pior do que antes.

E por isso que, na semana passada, eu assinei um decreto pelo qual a construção de casas para o trabalhador rural passa a ser também um dos objetivos do Programa Nacional de Política Fundiária.

Agora, o Ministro Venturini vai trabalhar em conjunto com o Ministro Andreazza, do Interior, e com o BNH, nessa área. Isto vai permitir que o Plano da Casa Rural, o PLACAR, que foi criado no ano passado, seja dinamizado. O programa habitacional do Governo vai chegar ao campo para valer.

Sobre a questão do financiamento para a compra de terra, o Governo tem alguns programas para pequenos agricultores das regiões Norte e Nordeste. Até o mês passado, o Banco Central já tinha emprestado quase nove bilhões de cruzeiros, a juros baixos e prazos longos, para a compra de terra, por esses pequenos agricultores, através do Projeto Sertanejo, do Protterra, do Polonordeste e do Poloamazônia.

Agora, é verdade que o Governo encara com muito cuidado o financiamento para a compra de terra, e não está pensando em expandir muito os programas existentes. A nossa experiência já mostrou que um aumento muito grande dos empréstimos para a compra de terra leva a um aumento artificial do preço da terra. Começa a haver especulação, e a terra troca de mão várias vezes, sem nenhum aumento da produção agrícola.

O Brasil, que é um País que ainda possui muita terra boa, não explora, tem outras maneiras melhores para resolver o problema da propriedade rural.

Assim, em vez de criar empréstimos para a compra de terra nas regiões já ocupadas, o que nós estamos fazendo é uma enorme distribuição de terra nas áreas pioneiros, como Mato Grosso, Acre e Rondônia.

Até 1978, o INCRA já tinha distribuído mais de 150 mil títulos de propriedade de terra num total de 11 milhões de hectares. Desde quando entrei no Governo, até o ano passado, o INCRA distribuiu quase 240 mil títulos, equivalendo a 18 milhões de hectares. Para este ano, a nossa meta é distribuir mais 300 mil títulos.

Dessa forma, sem criar novos esquemas de financiamento, estamos dando terra a quem precisa.

AUMENTO DE PASSAGENS

Apresentador – Presidente, continuamos então, portanto, em Minas Gerais. É o Carlos Capuzo Netto, da cidade de Matias Barbosa. Ele apela ao Senhor para que só autorize novos aumentos nos preços das passagens de ônibus na época dos reajustes semestrais de salário. Isso é possível, Senhor Presidente?

Presidente – Ney, em primeiro lugar, eu queria dizer ao senhor Carlos que não há um prazo certo para o aumento das passagens de ônibus. Nem de três em três meses, nem de seis em seis meses.

Em segundo lugar, o Governo Federal só controla o preço das passagens dos ônibus interestaduais ou internacionais. O aumento das passagens dos ônibus municipais e intermunicipais é autorizado pelos governos dos estados e municípios.

Em terceiro lugar, senhor Carlos, não é possível impedir aumento de preços através de decretos. Isso é uma coisa que as pessoas têm que procurar entender, porque, se fosse possível controlar a inflação por decretos, é lógico que nós já tínhamos feito isso há muito tempo. E não só nós, todos os países fariam a mesma coisa.

O aumento da passagem é uma consequência do aumento dos custos das empresas transportadoras; aumento dos preços dos ônibus, dos pneus, dos combustíveis e dos salários. Então, não adianta querer controlar o efeito artificialmente. O que nós temos que fazer é atacar as causas, implantando sistemas de transporte mais eficientes.

Isso, o Governo já vem fazendo. Estamos fazendo investimentos enormes nos trens urbanos, que já foram implantados em várias capitais, nos metrôs do Rio e São Paulo, e nos pré-metrôs. Estes são sistemas de transporte mais econômicos.

No que se refere aos ônibus, o Ministério dos Transportes tem apoiado várias iniciativas para reduzir os custos e aumentar a eficiência para, com isso, conseguir o barateamento das passagens.

Foi desenvolvido, por exemplo, o projeto do novo ônibus brasileiro, o ônibus Padron. Este ônibus, além de dar mais conforto e segurança, transporta 105 passageiros e consome menos combustível. Quer dizer, tem um custo de operação menor.

Outras medidas com esse mesmo objetivo são o estabelecimento dos corredores de trânsito exclusivo para ônibus, e estímulo para o uso do ônibus articulado, o chamado “papa-fila”.

ESTRADAS DO INTERIOR

Apresentador – Presidente, nós saímos de Minas, mas eu continuo na pau-ta de raciocínio do Senhor, falando de transportes.

O Américo Fernandes Brito, de Nazaré, na Bahia, acha que o mau es-tado das estradas do interior não deixa o agricultor produzir o que pode e ainda impede o escoamento normal das safras. Para resolver o problema ele sugere que o Governo conceda financiamentos a juros baixos aos municípios de até 50 mil habitantes. Com o dinheiro, as prefeituras poderiam comprar equipamentos para melhorar as estra-das.

O que é que o Senhor diz da idéia, Presidente?

Presidente – O Governo já está cuidando do problema das estradas do inter-iior, senhor Américo. Mesmo porque nem teria sentido a gente dar to-do esse apoio que nós temos dado para a agricultura e depois não con-segurir trazer essa comida para as cidades. Seria a mesma coisa que atra-vessar o oceano para morrer afogado na praia.

No final do ano passado, foi criado um programa específico só para ampliar a rede de estradas do interior e melhorar a qualidade das estra-das já existentes: o Programa de Agrovias. Este ano, o Governo Fede-ral já gastou 25 bilhões de cruzeiros nesse programa, e os estados e mu-nícipios cerca de seis bilhões de cruzeiros. Com esse dinheiro, nós vamo-s construir dois mil e 500 quilômetros de estradas e pavimentar outros mil e 500 quilômetros.

Sobre a sua proposta de dar financiamento barato para as cidades pe-quenas construirm estradas, eu queria dizer que nós estamos em vias de lançar, através do Banco do Brasil, um programa novo, para atender comunidades de até cinco mil habitantes. Por este programa, as asso-ciações comunitárias, as cooperativas e outras entidades sem fins lu-crativos vão poder receber recursos para obras do seu interesse, inclu-sive a construção de estradas rurais e obras de arruamento.

PESCA DE BALEIAS

Apresentador – *A carta que eu gostaria que o Senhor respondesse agora, Presidente, é da menina Manuela Pinho de Azevedo Souza. Ela mora no Rio de Janeiro e já se tornou conhecida em todo o País por estar sempre envolvida com assuntos ligados à preservação da natureza.*

Desta vez a preocupação da Manuela é com a pesca das baleias em nosso litoral. E a pergunta dela é esta, Presidente: "Por que o Brasil continua favorável à caça de baleias, se esta atividade não é economicamente importante para o País e o óleo extraído da baleia pode ser substituído pelo óleo de mamona, por exemplo?"

Presidente – Manuela, a pesca da baleia é regulada por um órgão internacional, a Comissão Baleeira Internacional. Não adianta nada o Brasil parar sozinho de pescar a baleia. A nossa cota seria redistribuída para outros países, as baleias iam continuar a ser pescadas do mesmo jeito pelos outros, e nós tiraríamos o emprego das pessoas que trabalham na COPESBRA, lá na Paraíba, na caça da baleia.

A caça da baleia já vem diminuindo no mundo, graças à preocupação de gente como você, Manuela. Em 1974 foram caçadas certa de 140 mil baleias e, em 1979, só 12 mil. As cotas brasileiras vêm sendo reduzidas de ano a ano e na Trigésima Quarta Reunião da Comissão Baleeira Internacional, ficou decidido suspender, a partir de 1985, por um prazo de cinco anos, a caça da baleia.

Agora, ao mesmo tempo, nós estamos, também, preocupados em não desempregar as pessoas que trabalham na pesca da baleia. Porque, como eu já disse várias vezes aqui no programa, uma das minhas preocupações é garantir que o nosso povo tenha como ganhar o seu sustento. Acho que todo mundo tem o direito a um emprego e que o Governo tem que fazer tudo o que estiver ao seu alcance para garantir esse direito.

Nesse caso da baleia, a SUDEPE e a Comissão para os Recursos do Mar têm apoiado projetos para substituir a pesca da baleia pela de outros peixes.

A partir deste ano, nós vamos aplicar 25 milhões de cruzeiros para diversificar as atividades pesqueiras da Paraíba. Se os outros países fizerem o mesmo, acho que nós vamos conseguir terminar a pesca da baleia no Brasil e, ao mesmo tempo, transferir para outras ocupações o pessoal que trabalha nesse área.

ICM DOS TERRITÓRIOS

Apresentador – *A última carta de hoje, Presidente, vem de Macapá, capital do Território do Amapá. Quem escreve é o Raimundo Leite. E ele quer saber o seguinte, Presidente: “Por que o ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias – do Território Federal do Amapá é tão elevado, em relação ao cobrado nos estados?”*

Presidente – De acordo com a Constituição, a incidência do ICM tem que ser a mesma em todo o País. Atualmente, o índice do ICM para o Amapá e para qualquer outra parte do Brasil é de 16%. No caso das exportações, o ICM cai para 13%.

Agora, o que existe é que, em muitos casos, são dados incentivos fiscais. Quer dizer, redução do imposto para este ou aquele produto. Essas isenções são aprovadas pelo CONFAZ, o Conselho de Política Fazendária, e depois é feito um convênio entre os estados.

No caso dos territórios, o regulamento do ICM é o mesmo do Distrito Federal. Quer dizer, uma isenção aprovada pelo CONFAZ só se aplica aos territórios se o Distrito Federal tiver aderido ao convênio.

Isso pode criar alguns inconvenientes para os territórios. Por isso, o Governo já está estudando uma maneira de desvincular o ICM dos territórios do regulamento do Distrito Federal.

Há também os casos de isenções para produtos típicos de um determinado estado, que só se aplicam naquele estado.

Mas, tirando as isenções, o ICM é o mesmo para todo o Brasil, senhor Raimundo. Eu sugiro que o senhor se dirija ao Ministério da Fazenda, para dizer qual o caso que o senhor conhece de ICM mais alto, no Amapá, para que o assunto possa ser examinado.

ENCERRAMENTO

Apresentador – Presidente João Figueiredo, muito obrigado pela atenção do Senhor, pelo seu tempo, pelo seu espaço e até a próxima semana.

Presidente – Muito obrigado, Ney. A você e a toda sua equipe e aproveito a oportunidade para agradecer também aos telespectadores a atenção que tiveram para com este programa e eu espero nessa próxima semana continuar a minha presença aqui no programa e prolongar esse meu esforço de comunicação através da televisão com os contatos pessoais que eu tenho tido com as populações dos estados, inclusive com o senhor Raimundo, se ele estiver no Amapá. Eu terei muito prazer em poder cumprimentá-lo.

Muito obrigado.



PROGRAMA N° XVI

31 de outubro de 1982

ABERTURA

SALÁRIO E INFLAÇÃO

PREÇO DOS ALIMENTOS

SISTEMA PENITENCIÁRIO

APOSENTADORIA CASSADA

DEVOLUÇÃO DA MEDALHA PENHORADA

ATENDIMENTO PREFERENCIAL

EMPREGADOS DA ITAIPU

PRESERVAÇÃO DA NATUREZA

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – Boa noite, brasileiros. “O Povo e o Presidente” começa hoje com uma carta sobre salário mínimo. A propósito, Senhor Presidente, nesta semana, uma imagem ficou permanente na retina de cada brasileiro. A visita que o Senhor fez a Serra Pelada, o Senhor sendo carregado nos ombros. Me parece que a segurança sendo até surpreendida com aquela manifestação. Como é que ficou essa recordação para o Senhor?

Presidente – Olha Ney, para mim foi uma surpresa gratificante ver o entusiasmo daquela gente, em querer me carregar, como se eu tivesse feito alguma grande coisa por eles. A única coisa que eu fiz foi dar oportunidade a que eles garimpassem o ouro e que recebessem uma remuneração justa pelo trabalho deles, e levasse alimentação para eles e desse alguma garantia, alguma segurança. Para mim foi uma das melhores coisas que eu senti desde que estou na Presidência da República.

SALÁRIO E INFLAÇÃO

Apresentador – *Senhor Presidente, como eu dizia a poucos instantes, nós vamos falar sobre salário mínimo no inicio do programa. Este assunto continua sendo objeto de muitas cartas, Presidente, uma delas, é do Paulo Sérgio Quinhone, de Arapongas, no Paraná.*
Ele faz uma pergunta bastante objetiva: "Presidente Figueiredo, por que o salário mínimo é de apenas 16 mil cruzeiros e não está de acordo com a inflação?"

Presidente – Paulo Sérgio, o salário mínimo está sendo reajustado acima ou no nível da inflação. O trabalhador brasileiro sabe que há uma nova política salarial em vigor, desde que assumi o Governo. Essa política tem três características muito importantes para o trabalhador:

- 1º Garante reajustes semestrais automáticos, que compensam a inflação.
- 2º Garante reajustes maiores para quem ganha menos, por um princípio de justiça social.
- 3º Além disso, há um aumento anual, que é negociado entre trabalhadores e empresários.

Como parte dessa política, o salário mínimo vem sendo reajustado de seis em seis meses, e vai continuar assim.

Nas regiões onde o salário mínimo é menor, ele vem sendo aumentado acima da inflação. Nas regiões onde o salário mínimo é maior, os reajustes semestrais estão sendo feitos em níveis iguais à inflação. Em nenhum caso, os aumentos semestrais do salário mínimo têm sido abaixo da inflação.

Estamos combatendo a inflação em todas as faixas. Infelizmente a inflação existe e é um problema difícil.

Se você olhar para a nossa história, vai ver que o Brasil lutava com a inflação em 1960, em 1930 e em 1910. Nessa luta, temos de proteger, na medida do possível, dos efeitos negativos da inflação, a nossa produção, com incentivos, preços remuneradores e subsídios; as economias de cada brasileiro, e para isso estão aí as cadernetas de poupança; e, principalmente, o salário dos trabalhadores.

Atualmente, o preço dos alimentos tem subido menos do que o salário. Com isso, tem havido um aumento do salário real e uma efetiva distribuição de renda para quem ganha menos.

PREÇO DOS ALIMENTOS

Apresentador – Presidente Figueiredo, ainda falando sobre economia, há uma carta aqui de São Paulo, capital, do José B. Filho.

Ele acha que num País em desenvolvimento, como o Brasil, o regime de preços não deveria ser baseado na lei da oferta e da procura. Ele acredita que isso causa inflação, desemprego e queda de produção. Então, ele pergunta ao Senhor: "Por que o governo liberou os preços dos gêneros de primeira necessidade?"

Presidente – Senhor José, o Governo liberou os preços dos alimentos para que não falte comida para o nosso povo. Infelizmente, a comida não cai do céu, senhor José! Alguém tem que plantar e dar um duro dano na terra. Quando chega a colheita não tem domingo nem feriado para o agricultor. O senhor não acha que esse homem tem que receber um preço justo pelo seu trabalho?

Já houve época que os preços dos alimentos eram tabelados no Brasil. E o senhor se lembra o que aconteceu?

Muita gente largou a agricultura porque não valia mais a pena plantar. Faltou comida nas cidades. Começaram as filas. E o Brasil, que tem tanta terra e tanta gente querendo trabalhar, tinha que importar comida do estrangeiro. Nós acabamos com isso, dando prioridade para a agricultura. Liberamos os preços, garantimos a compra da produção, demos crédito para o agricultor. E essa política deu certo, senhor José. O homem do campo readquiriu a confiança para plantar.

Já tivemos três safras agrícolas recordes e, se Deus quiser, vamos partir para a quarta safra recorde no País. Hoje temos alimento abundante nas cidades. Refizemos os estoques reguladores do Governo e estamos até vendendo feijão mais barato. E os preços dos alimentos, como eu disse, estão subindo menos que os salários.

Em vez de tabelar os preços da comida, o que nós estamos fazendo é vigiar de perto o mercado. Quando há perigo de especulação o Governo vende uma parte do seu estoque regulador.

De que adianta tabelar se o preço mais baixo só existe na tabela, e na prática a comida some das prateleiras?

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Apresentador – Presidente Figueiredo, o Pedro Jorge de Carvalho Neto é estudante de psicologia em Mamanguape, na Paraíba. Ele está preocupado aqui com o sistema penitenciário. Ele acha que o sistema penitenciário em todo o mundo é primitivo e desumano, porque não se preocupa com a reeducação dos presos.

Ele quer saber o que o Senhor pensa do sistema penitenciário brasileiro e pergunta: "Presidente Figueiredo, o Senhor concorda que as penitenciárias deveriam mudar o sistema de cárceres?"

Presidente – Não existe um sistema penitenciário brasileiro, Pedro Jorge. Existe vários sistemas. Como você sabe, a atividade policial, a aplicação da justiça, a reclusão para cumprimento da pena, são funções dos governos estaduais. Portanto, as condições penitenciárias variam de estado para estado, conforme os recursos de cada um. Muitos governos estaduais aplicam os recursos necessários no policiamento, no combate ao crime, e em instalações penais condignas e no esforço de recuperação dos presos. Em alguns estados isso não acontece.

Nós últimos anos houve um aumento de criminalidade, em certos estados, nas grandes cidades em que se aglomeraram vários milhões de habitantes. Essa é uma das minhas grandes preocupações.

O Governo, em todo os seus níveis, tem o dever de garantir a segurança e a tranquilidade dos cidadãos. Graças a Deus, muitos dos nossos governos estaduais têm consciência disso e não pouparam esforços nem recursos para proteger a tranquilidade dos nossos lares.

Espero que todos os próximos governadores, eleitos em 15 de novembro, se empenhem nesse sentido.

O Governo Federal vem fazendo convênios entre o Ministério da Justiça e os estados para três tipos de apoio:

a construção, ampliação e reforma dos estabelecimentos penais;
a formação contínua do pessoal que trabalha na penitenciária;
o preparo profissional dos detentos.

Em 1981 o Governo Federal repassou mais de 14 bilhões de cruzeiros aos estados para melhorar o quadro penitenciário e de segurança.

Para consolidar um sistema penitenciário de âmbito nacional, capaz de executar uma política penitenciária como nós desejamos, vou adiantar que já está quase pronto um anteprojeto de lei de Execução Penal.

Esse anteprojeto incorpora as regras do moderno direito penitenciário a várias normas aconselhadas pela Organização das Nações Unidas.

A humanização da pena e dos presídios e a reeducação do preso para sua reincorporação útil na sociedade são os objetivos fundamentais desse anteprojeto.

Como você é estudante de psicologia, vou adiantar também que o psicólogo, o psiquiatra, o assistente social, o educador especializado deve-

rão ser incluídos nos quadros de pessoal penitenciário. Tudo isso reflete a preocupação do meu Governo em inserir a política penitenciária no quadro da nossa política social.

APOSENTADORIA CASSADA

Apresentador — Presidente Figueiredo, o João José Santos da Silva, de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, tem uma reclamação a fazer, mas não é dele, é do vizinho dele.

Ele, o vizinho, se aposentou, Presidente, depois de contribuir durante 36 anos para a Previdência. Agora, ele está falando aqui que o vizinho teve o benefício cassado por motivos políticos. E ele aduz, acrescenta: em agosto de 79 o Senhor assinou a Lei da Anistia, mas o vizinho do senhor João José continua sem receber nada, mais de três anos depois. Baseado nessas informações, eu pergunto: Isto está certo, Presidente?

Presidente — Mandei verificar a sua denúncia, João José e fui informado de que o seu vizinho, o senhor Nadir Martins dos Santos, está recebendo regularmente a aposentadoria. E o pagamento está sendo feito a ele mesmo, em pessoa.

Eu sei que, por motivos eleitorais, muitos inimigos do Governo aportam supostas injustiças praticadas contra os cassados. Como se eles tivessem sido cassados porque eram pessoas de bem e que prestavam bons serviços ao País.

O meu Governo deu-lhes a anistia, reintegrou todos na nossa sociedade; os recursos administrativos e judiciais estão aí para os que se julgam prejudicados.

Hoje, muitos estão engajados na campanha eleitoral, alguns contra o Governo, mas também alguns a favor do Governo. Quero elogiar a sua atitude, João José. E quero recomendar aos telespectadores que façam como você que, ao saber de uma suposta injustiça de um órgão do Governo, procurou esclarecer o caso.

Se todos fizessem como você, eu ficaria muito contente porque muitas supostas injustiças, críticas e afirmações sem base sobre a ação do Governo cairiam por terra. Quantas mentiras dos inimigos do Governo seriam desmascaradas.

DEVOLUÇÃO DA MEDALHA PENHORADA

Apresentador — Presidente, nós temos aqui várias cartas de vários atletas brasileiros que estão em situação de dificuldades. Eu me permito, excepcionalmente, não mencionar o nome de nenhum deles, por uma questão até de respeito ao orgulho da velhice que eles devem ter. É o caso desse velho atleta, hoje aposentado. Sozinho e com problemas de moradia, faz um apelo ao Senhor: Que autorize a Caixa Econômica Federal a devolver as medalhas penhoradas, entre as quais uma de ouro que ele ganhou, assim como foi feito recentemente com as alianças.

Presidente — Ney, esse atleta anônimo pode procurar o gerente da Caixa Econômica Federal onde penhorou a sua medalha de ouro e mostrar a sua cautela.

O presidente da Caixa já determinou que todas as medalhas de atletas, penhoradas até o dia 15 deste mês, sejam restituídas, pelo mesmo critério das alianças de ouro.

ATENDIMENTO PREFERENCIAL

Apresentador – Presidente, todo mundo sabe que 82 é o ano do idoso. E foi pensando nisso que o G. Duarte, de Belo Horizonte, Minas Gerais, resolveu escrever fazendo uma sugestão para beneficiar as pessoas mais velhas. Ele pede que o INAMPS crie filas e guichês especiais para facilitar o atendimento médico aos segurados acima de 60 anos.

Isso é possível, Senhor Presidente?

Presidente – Sim, Duarte. É possível colocar em prática essa idéia. Tanto nos postos de assistência médica do INAMPS, como nos do INPS, devem ter atendimento preferencial as pessoas de idade e todos aqueles que tenham dificuldade em se locomover ou que estejam com dor intensa. Aliás, repito aqui essa recomendação a todas as repartições públicas, especialmente as que atendem pessoas idosas ou doentes.

Ainda no caso da assistência médica, o INAMPS já está modificando a forma de atendimento, sobretudo no tocante à marcação de consultas. Isso vai facilitar a vida dos segurados.

O brasileiro precisa ser bem atendido nas repartições públicas. É preciso que todos os funcionários públicos tenham consciência disso e que os chefes de serviço fiscalizem com rigor essa atitude.

EMPREGADOS DA ITAIPU

Apresentador – Presidente Figueiredo, tenho encontrado pessoas, homens e mulheres, que dão testemunho da obra colossal que se faz em Itaipu. Os jornais noticiaram recentemente que, pelo menos, parece que um terço dos 30 mil que trabalham no canteiro da obra de Itaipu, apenas esse um terço será aproveitado.

Em cima dessa notícia, o Enedino Izidório Cruz escreve, do canteiro de obras da hidrelétrica de Itaipu, preocupado com o final das obras de construção da usina. Ele diz que 80% dos operários estão sendo demitidos e a maioria é gente como ele, que só sabe trabalhar em barragem.

Como é que vai ficar a situação desse pessoal, Presidente Figueiredo?

Presidente – Enedino, num projeto do tamanho de Itaipu todos os aspectos são considerados. Afinal, como barrageiro, você sabe que uma parte dos trabalhadores deixa a barragem quando terminam as obras de concreto. E isso já aconteceu em muitas represas, desde Paulo Afonso até Urubupungá, af mesmo no rio Paraná.

Onde o barrageiro que sai de Itaipu vai encontrar emprego? Em primeiro lugar, nas obras de construção de outras usinas, que não estão paralisadas, embora tenha sido feito um novo cronograma mais lento para a realização das obras.

Em 1983, teremos 30 mil empregos nas obras de Corumbá, Balbina, Samuel, Itaparica e Xingó, e outros 15 mil em 83/84, nas usinas de Segredo e Ilha Grande.

Um exemplo: Em Tucuruí safram dois mil trabalhadores, enquanto que o Sistema Nacional de Emprego conseguiu, junto às empreiteiras de obras congêneres naquela região, 3.800 vagas para eles.

Em segundo lugar, como você bem sabe, a maioria dos trabalhadores de construção de uma hidrelétrica constitui-se de pedreiros, carpinteiros, armadores, serventes, operadores de máquinas, etc., cujas atividades e qualificação profissional estão estritamente ligadas à construção civil.

Uma outra preocupação do meu Governo tem sido a de propiciar moradia a todos os brasileiros. Tanto que declarei aqui, neste mesmo programa, que espero atingir a meta de cinco milhões de novas residências construídas até o final de meu mandato. Esse empreendimento, além do benefício da moradia propriamente dita, responde pela geração de milhares de empregos para os trabalhadores da construção civil.

Uma das diretrizes básicas do meu Governo, Enedino, tem sido evitar o desemprego nos vários setores da nossa economia. Essa também é uma das minhas maiores preocupações. Tanto no setor estatal, como na área empresarial temos que fazer o possível para garantir o emprego.

PRESERVAÇÃO DA NATUREZA

Apresentador – Presidente Figueiredo, a gente sabe que em alguns países foram criados partidos para defender a ecologia. Até partido político com margem eleitoral, percentual, já estabelecido. Mas a produção do programa "O Povo e o Presidente", que recebe, que escolhe, que seleciona e que elege as cartas que serão respondidas aqui, que é feita pelo Departamento de Jornalismo aqui de Brasília, constatou um fato: as crianças brasileiras só escrevem sobre ecologia, Presidente.

Não é que no programa passado e neste tiveram duas crianças... É que essas duas crianças representam centenas de crianças das nove mil cartas que recebemos toda semana.

Então, o fato é o seguinte: o João Gilberto Machado Homem tem nove anos de idade. Ele mora em Pouso Alegre, em Minas Gerais, e diz que está se tornando um menino triste, por ver os homens matando animais e acabando com as florestas.

Então, ele faz um apelo ao Senhor, que eu vou ler direitinho, como ele escreveu: "Presidente João Figueiredo, não deixe os homens acabarem com os bichos do Pantanal do Mato Grosso. Aumente o policiamento, ponha helicóptero, mas não deixe isso acontecer".

O que que o Senhor tem para dizer para o João, Presidente João Figueiredo?

Presidente – João Gilberto, a preservação da natureza tem sido uma preocupação permanente do Governo. Temos que conciliar a necessidade de desenvolver o nosso País, de ocupar o nosso território, de criar mais empregos para o nosso povo, com a necessidade de conservar as riquezas naturais que recebemos das mãos de Deus.

A política que o Governo vem seguindo é criar unidades de conservação para proteger os diversos tipos de plantas e animais que existem em cada região do País.

Na região do Pantanal já existem três dessas unidades: a Estação Ecológica de Tajamã, o Parque Nacional do Cará-Cará e a Estação Ecológica da Serra das Araras.

Quando eu assumi o Governo existiam ao todo 18 parques nacionais e seis reservas biológicas no Brasil, com uma área total de dois e meio milhões de hectares. Fizemos, então, um plano para aumentar a área protegida. E agora temos 24 parques nacionais e 10 reservas, com um total de 10 milhões e meio de hectares.

A segunda etapa desse plano, que começamos a implantar este ano, prevê a criação de mais 30 unidades de conservação. Com isso, vamos atingir uma área protegida de 23 milhões de hectares. Nessa segunda fase vai ser criada mais uma unidade no Pantanal: a Estação Ecológica do Pantanal do Sul.

ENCERRAMENTO

Apresentador – *Presidente João Figueiredo, esta era a minha última carta desta noite. Amanhã é segunda-feira. Para muitos é sequência de um feriado prolongado. Para outros é trabalho. Mas para o Senhor, principalmente, pela pauta que eu vi aqui o Senhor continua com o pé na estrada. O Senhor visita parece que três estados na próxima semana, Presidente?*

Presidente – É certo. Dia três eu vou a Minas Gerais, vou a Uberaba. No dia quatro eu vou a Araçatuba, Birigui e Baurú, no Estado de São Paulo. Em seguida, ainda no dia quatro, eu vou a Paraná, em Foz do Iguaçu, para, no dia cinco, assistir à solenidade da abertura do vertedouro em Itaipu. No dia seis, estarei no Rio Grande do Sul, em Santa Maria, inicialmente, e em seguida em Pelotas, para, já no dia seis, estar no Rio para outra programação.

Apresentador – *Senhor Presidente, muito obrigado e muito boa noite*

Presidente – Muito obrigado, Ney, boa noite. Obrigado senhores.



PROGRAMA Nº XVII

7 de novembro de 1982

DELEGAÇÃO POLÍTICA

MEDICAMENTOS

HABITAÇÃO POPULAR

DÍVIDA EXTERNA

INTERIORIZAÇÃO DA MEDICINA

AÇÕES DE CARAJÁS

GRANDES OBRAS

SUBSÍDIOS PARA PASSAGENS

ENCERRAMENTO

DELEGAÇÃO POLÍTICA

Apresentador – Boa noite, brasileiros. Presidente João Figueiredo, das milhares de cartas que nós estamos recebendo, semanalmente, na Rede Globo, muitas delas falam do programa. Inclusive, as pesquisas têm dado aí a posição das pessoas, a reação das pessoas com relação ao programa, à sua presença aqui todos os domingos.

Então, Presidente, o Luís Martins Gonzaga, de Goiânia, Goiás, diz que vem achando o Senhor com um ar muito cansado. E se mostra preocupado com isso, já que considera importante a sua permanência à frente do processo de democratização do País.

Por isso lhe faz uma sugestão em forma de pergunta: ‘Presidente João Figueiredo, por que o Senhor não deixa a política para seus auxiliares e cuida dos outros interesses do País?’

Presidente – Senhor Luís, Presidente da República é o cargo mais político do Brasil. O Presidente da República tem que fazer política todo o tempo, em todo o território. Esse é o seu dever, como Chefe do Governo. Ou você acha que a ação política está separada da Administração Pública, das coisas de interesse interno e externo, como está na sua carta? As coisas de interesse externo, meu caro Luís, são tratadas pela política externa do Governo em contato com os governos de outros países. As coisas de interesse interno são tratadas pela política interna do Governo em contato com os diversos campos da atividade do nosso povo.

Como você vê, tudo isso é política. E o Chefe de Governo e de Estado é o principal responsável pelo sucesso dessas políticas externa e interna. Eu sou o Chefe do Governo e do Estado, esse é o meu dever.

Todo mundo sabe que tudo que eu fiz até agora, fiz com dedicação total, com entusiasmo e com sinceridade de propósito, porque sempre acreditei no que estava fazendo.

Em 15 de novembro vamos escolher os nossos representantes. Como brasileiro, como eleitor e como Presidente da República, eu tenho o dever de participar desse processo como fazem todos, como devem fazer todos os brasileiros, de qualquer partido.

É por isso que eu não tenho medido esforços na minha atividade e estou feliz com os resultados da minha política de mão estendida, da conciliação nacional, do progresso nacional na paz e na tranquilidade. Tenho recebido o apoio e o abraço caloroso de brasileiros de todos os estados, de todas as profissões, de todas as idades.

Um momento de felicidade especial para mim, todos puderam ver em Volta Redonda. Foi quando Dona Alzira Vargas me abraçou. Veja só, Ney, isso é muito importante. Ela e outros verdadeiros herdeiros de Getúlio Vargas vieram apoiar publicamente a minha ação política, o meu projeto democrático. Como todos os brasileiros sabem, eu prome-

ti restabelecer a normalidade democrática no Brasil.

É por isso, senhor Luís, que eu não posso deixar a política para os meus auxiliares. Juramento, senhor Luís, a gente não delega para ninguém. É lógico que os Ministros têm me ajudado muito. Mas como a promessa foi minha, a responsabilidade principal de cumprir essa promessa tem que ser minha também.

Eu notei, Ney, pela carta do senhor Luís, que ele me deu esse conselho porque está realmente preocupado comigo e com a minha saúde. Muitos amigos meus, às vezes, dizem o mesmo. É um conselho dado de bom coração e isso é uma coisa que me sensibiliza muito.

Agora, têm algumas pessoas, Ney, que falam que eu devia ficar afastado da política, não porque estejam preocupados com a minha saúde, mas porque têm medo do meu contato com o povo. Eles pregam a liberdade de expressão e de reunião, mas parece que é só para eles.

Eu acho Ney, que, como Presidente da República, eu tenho não só o direito, mas o dever de participar ativamente da vida política. Em todos os países democráticos os chefes de governo fazem isso.

Acho que tenho o dever de prestar contas ao povo do que já foi feito; explicar quais são os nossos problemas e dificuldades; dizer o que nós pretendemos fazer no futuro.

Eu faço isso, senhor Luís, porque eu acredito na democracia. Porque eu confio no julgamento do povo.

MEDICAMENTOS

Apresentador — Presidente João Figueiredo, o Antônio Carlos Saraiva Barreto, do Rio de Janeiro, diz aqui que ouviu falar que no Brasil existem 40 mil tipos de remédios. E mais; que desses todos, somente 300 tipos são realmente necessários.

Dai, ele conclui que o nosso país é um depósito de remédios proibidos no resto do mundo e, por isso, lhe pergunta: "Presidente João Figueiredo, o Senhor pode fazer alguma coisa a respeito desse assunto?"

Presidente — Antônio, é verdade que o número de medicamentos vendidos no Brasil ainda é muito grande. Mas não é tão grande como você falou. Os 40 mil medicamentos que você mencionou não são tipos diferentes de remédio. Um mesmo medicamento normalmente tem várias apresentações: comprimido, pomada, líquido, injeção.

Nós estabelecemos uma lista de medicamentos essenciais com cerca de 450 remédios. O registro de novos remédios está bloqueado e só tem sido autorizado em casos excepcionais. Nos últimos dois anos o Brasil só concedeu registro para oito novas substâncias.

Estamos também fazendo uma total reorganização do sistema de controle de medicamentos e no ano que vem nós vamos colocar nos medicamentos informação mais clara sobre os efeitos colaterais.

Agora, quero esclarecer a você, Antônio Carlos, que no Brasil não existe à venda nenhum medicamento que tenha sido proibido ou rejeitado em outro país.

Estamos também fazendo um grande esforço para produzir e distribuir à população os remédios essenciais através da CEME.

HABITAÇÃO POPULAR

Apresentador – Presidente Figueiredo, o assunto agora é habitação, Presidente. Dona Diocélia Galvão Batista, do Rio de Janeiro, conta que leu no jornal um anúncio do BNH convocando pessoas que ganhassem até cinco salários mínimos.

Quando foi se inscrever, porém, informaram-na que a renda mínima para compra de uma casa era de 56 mil cruzeiros mensais. A dona Diocélia ganha 34 mil e teve que assinar um termo reconhecendo que não podia adquirir o imóvel.

Então ela diz aqui na carta: "O Governo tem que dar oportunidade às pessoas que ganham menos, o Senhor não acha, Presidente?"

Presidente – Dona Diocélia, a finalidade das companhias de habitação popular existentes no Brasil, em número de 35, é de construir, com recursos do BNH, casas para famílias de renda mensal de até cinco salários mínimos.

Com o PROMORAR, programa do meu Governo, estamos atendendo famílias de renda de até três salários mínimos, com uma prestação de no máximo 10% de um salário mínimo da região.

A implantação desse programa se iniciou em áreas onde a pobreza e a insalubridade são críticas, como é o caso das baixadas de Belém, Manaus, São Luís, Fortaleza e, ainda, da Favela do Maré, no Rio de Janeiro, Alagados, em Salvador, e outras de todo o País.

Com os recursos do FINSOCIAL e a maior disponibilidade que haverá para outros programas habitacionais poderemos, a partir de 1983, passar a construir moradias para solucionar casos como o da senhora.

Devo esclarecer que o conjunto a que a senhora se refere teve edital publicado pela Companhia de Habitação Popular do Estado do Rio de Janeiro e não pelo BNH. A renda mensal mínima exigida para essas casas foi fixada em três salário mínimos. A sua renda era inferior à estipulada.

DÍVIDA EXTERNA

Apresentador — Presidente, o Senhor já falou aqui reiteradas vezes sobre assuntos de dívida externa. E o Senhor já tratou aqui — e outras pessoas tratam nos jornais, revistas, no rádio e na televisão — mostrando que tem vários aspectos esse problema da dívida externa. O povo, que pergunta aqui, através do João Rodolfo Jucksch, de Curitiba, Paraná, trata de um desses aspectos.

Ele quer saber o seguinte: "O Senhor pretende pagar a dívida externa até o final do seu Governo ou vai deixar esse problema para o seu sucessor?"

Presidente — Senhor João, meu xará, infelizmente muitos problemas não acabam como fim de nenhum governo. E isso não é só no Brasil.

A dívida externa é um exemplo disso. A dívida externa não começou no meu Governo, nem nos governos que me antecederam. O Brasil tem uma tradição de mais de um século de ser um país importador de capital estrangeiro, sobre a forma de empréstimos e investimentos.

E nós temos que reconhecer uma coisa. Quando nós soubemos aplicar bem, nós já nos beneficiamos muito dos recursos externos que conseguimos. Nos últimos 30 anos, nós progredimos muito. O padrão de vida do brasileiro melhorou. Antigamente o Brasil tinha que comprar tudo no exterior. Para se comprar um rádio, uma geladeira, uma máquina de costura, ou até mesmo uma simples lâmpada, nós dependíamos do exterior. Nós conseguimos implantar uma estrutura industrial diversificada e agora produzimos tudo isso aqui. Isso foi conseguido graças ao esforço do nosso povo. Mas a poupança externa também ajudou.

Quer dizer, quando alguém liga uma chave na sua indústria e as máquinas começam a funcionar, quando alguém aperta o acelerador do seu carro ou acende uma simples lâmpada na sua casa, essa pessoa deve pensar duas vezes antes de esbravejar contra a dívida externa.

Agora, eu também concordo com o senhor que a nossa dívida cresceu mais rápido do que nós gostaríamos, e que hoje ela está incomodando mais do que devia. É por isso que daqui para a frente nós vamos procurar reduzir o nosso endividamento externo.

Em 1981 e 1982, venceram parcelas pesadíssimas da dívida. Mas nós conseguimos honrar nossos compromissos e manter o nosso crédito lá fora.

Para o ano que vem e para 1984, nós já fixamos a diretriz de limitar o déficit em conta-corrente.

É lógico que nós não podemos parar de pegar empréstimos de uma hora para outra porque isso ia trazer um sacrifício insuportável para a nossa população.

Para 83, o Conselho Monetário Nacional limitou, na semana passada,

o déficit em conta-corrente a sete bilhões de dólares. Isso é a metade do que foi em 1982. Com isso, nós vamos ter que pedir emprestado no exterior cerca de 10 bilhões de dólares. Este ano a dívida externa deverá crescer cerca de 18%. Mas já no ano que vem nós esperamos reduzir esse crescimento pela metade.

Para isso vai ser preciso um esforço maior de poupança interna. Em outras épocas nós já pouparamos mais de 20% do que nós produzimos. Hoje nós estamos bem abaixo disso. No ano que vem a meta é reduzir as importações para US\$ 17 bilhões.

Quer dizer, senhor João, o problema da dívida externa que preocupa milhões de brasileiros é também uma preocupação do Governo. Nós já temos, para o próximo ano, um plano concreto para começar a reduzir o ritmo de crescimento da dívida. Espero que os próximos governadores eleitos se engajem nesse plano no ano que vem porque é preciso continuidade e unidade administrativa para nós superarmos esse problema.

INTERIORIZAÇÃO DA MEDICINA

Apresentador – Presidente João Figueiredo, o Roberto Magalhães de Souza Lima é um estudante da Faculdade de Medicina de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Acha que uma das preocupações de sua administração, Presidente, tem sido levar assistência médica às populações menos favorecidas nas regiões carentes.

A pergunta dele é a seguinte: "Quais são, Presidente João Figueiredo, os planos do seu Governo para, realmente, interiorizar a medicina no Brasil?"

Presidente – Temos de levar a assistência médica e os serviços básicos de saúde a toda a nossa população, meu caro Roberto. E, para isso, o Governo não tem só planos. Já está em plena execução, pelo Ministério da Saúde, o PIASS – Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento, que agora está sendo complementado por uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Saúde e da Previdência para engajar as Secretarias de Saúde estaduais.

Quero dar alguns dados concretos sobre isso. Até 1979, a rede de serviços básicos de saúde em todo o País compunha-se de 5.821 unidades; em 80/81, implantamos 4.596 novas unidades, ou seja, um aumento de quase 80%. Até o final do corrente ano, a previsão é de instalação de mais de 1.397 unidades.

Graças a esse esforço, foi possível reduzir-se, drasticamente, o número de municípios brasileiros sem serviços da saúde que, ao final de 1981, já era de apenas 208.

Dessa maneira, estamos levando até aos menores lugarejos do nosso país a vacinação, a educação sanitária, a suplementação alimentar para gestantes, mães que amamentam e crianças.

Mas esse problema não é só do Governo. Precisamos do apoio da classe médica. Você, estudante de Medicina, espero que, quando se forme, vá para o interior. O Brasil forma muitos médicos porque precisa deles. Entretanto, mais da metade dos nossos médicos está concentrada no Rio de Janeiro e em São Paulo. É uma pena, porque, dessa forma, há um excesso de médicos. A concorrência é muito grande. E muitos ficam desempregados ou têm de viver do salário do INPS.

Quero fazer um apelo à classe médica e aos estudantes de Medicina. Examinem as perspectivas que existem em todo território para o médico. E o nosso povo precisa de vocês em toda parte.

AÇÕES DE CARAJÁS

Apresentador – Presidente Figueiredo, a próxima carta é do Olímpio Ferreira Neto, de Brasília, Distrito Federal, e traz uma sugestão: "Que o Governo ponha a venda ações do Projeto Carajás para levantar recursos. Ele lembra que isso já foi feito com a Petrobrás e deu certo. Então vem a pergunta, Presidente: "Não será melhor os brasileiros ganharem dividendos, mesmo que o projeto ande mais devagar, do que o país pagar juros no exterior, em dólar?"

Presidente – Professor Olímpio, o senhor pode se tornar acionista do Projeto Carajás hoje mesmo. O senhor é qualquer cidadão brasileiro. Basta comprar ações da Companhia Vale do Rio Doce, que é a nossa Petrobrás no campo da mineração. A Vale é a maior investidora do Projeto Carajás, utilizando recursos próprios. No futuro, o senhor pode ser acionista de uma das empresas privadas que lá se instalarão ou pode comprar debêntures da Vale, quando ocorrer um lançamento. Isso já aconteceu, há pouco tempo, quando a Vale captou nove bilhões de cruzeiros e aplicou-os em Carajás.

Quero esclarecer que existem dois projetos: o Projeto Carajás-Ferro e o Projeto Grande Carajás. O Projeto Carajás-Ferro precisa de 4,5 bilhões de dólares de investimentos para a mina, a estrada de ferro e a construção do porto. A Vale do Rio Doce entra com dois bilhões e 900 milhões de dólares. A diferença é financiada pelo Banco Mundial e pelos compradores futuros do minério, grandes siderúrgicas japonesas e européias, com contratos de compra já assinados e por períodos longos, 12 anos em média. O financiamento será pago pelas exportações do minério. Vamos ter uma receita de divisas que começa com 500 milhões de dólares anuais e cresce até um bilhão de dólares anuais, só com o ferro. São excelentes dividendos para os milhares de brasileiros acionistas da Vale do Rio Doce.

Para o Grande Carajás, o Governo criou um Conselho Interministerial que coordena a participação da Vale do Rio Doce e das empresas privadas interessadas. O Conselho conduz com muito cuidado a elaboração dos programas de aproveitamento de cada minério. Já decidiu, por exemplo, o esquema para o aproveitamento do manganês: a Vale do Rio Doce opera a mina e fornece o manganês para as empresas privadas que vão industrializar a matéria-prima na região e colocar o produto no mercado interno, ou exportá-lo. A maioria das empresas privadas que se candidatou à metalurgia do manganês são empresas de capital nacional. Elas vão beneficiar-se também da ferrovia e do porto do ferro, e da energia de Tucuruí, que está próxima das jazidas, no rio Tocantins.

Acho muito importante que os brasileiros se interessem em conhecer os dois projetos. O Ministério das Minas e Energia e a Vale do Rio

Doce têm muitas informações a respeito. É interessante saber, por exemplo, que esses projetos, até o final da década, vão render, só na exportação, cerca de cinco a seis bilhões de dólares anuais e podem dobrar esse valor na década de 90.

Com os pés bem na terra, posso dizer que, em 20 anos, Carajás será um fantástico pólo da economia nacional, gerando milhares de empregos e riqueza para o Brasil.

GRANDES OBRAS

Apresentador – O Carlos Marujo, da cidade de Medianeira, no Paraná, Presidente, questiona a validade das grandes obras do Governo, como a hidrelétrica de Itaipu, tão em evidência, e a usina nuclear de Angra dos Reis.

Ele lembra que o País atravessa um período de dificuldades econômicas e pergunta ao Senhor: "Presidente Figueiredo, será que essas obras vão compensar?"

Presidente – Senhor Carlos, é lógico que essas grandes obras vão compensar o aperto que nós temos passado atualmente. E é por isso que nós estamos empenhados em continuar e terminar a construção dessas obras.

Veja bem, senhor Carlos, todas essas obras que o senhor citou são usinas hidrelétricas. E como todos sabem, a principal causa de toda essa dificuldade em que o mundo todo está metido foi a crise da energia. Só no nosso caso o senhor sabe quanto nós já gastamos na importação de energia desde 1973. Quase 60 bilhões de dólares.

Então, o que o Governo fez. Decidiu atacar esse problema na raiz. O Governo do Presidente Médici já tinha lançado um programa de construção de hidrelétricas. O Presidente Geisel continuou com esse programa, lançou o Proálcool e aumentou os investimentos para encontrar petróleo aqui no Brasil. O meu Governo continuou e ampliou esses programas. Hoje, estamos investindo 10 bilhões de dólares por ano no setor de energia. E o senhor pode ter certeza, senhor Carlos, que esse é um dinheiro muito bem aplicado.

Nesta semana mesmo estive em Itaipu com o Presidente Stroessner para a cerimônia de abertura das comportas. Quando estiver funcionando, Itaipu vai ser equivalente a nós termos descoberto um poço de petróleo com a produção de 600 mil barris por dia.

Agora, eu confesso, Ney, que eu comprehendo a preocupação do senhor Carlos. Porque às vezes eu também fico preocupado quando escuto algumas pessoas dizer que nós não deveríamos prosseguir essas obras porque está havendo sobra de energia. Ou então, que se estivessem no Governo acabavam com o programa nuclear. Isso é o que se pode chamar de gente de visão curta. Porque, no ano que vem, nós já vamos poder usar a energia de Itaipu para substituir o consumo de óleo nas indústrias pela energia elétrica usando o processo da eletrotermia.

Quer dizer, num ponto o senhor Carlos tem razão, a continuidade administrativa é muito importante para que a gente possa receber a compensação pelo esforço todo que já foi feito. A pior coisa que poderia acontecer agora seria uma mudança de orientação.

SUBSÍDIOS PARA PASSAGENS

Apresentador – Presidente Figueiredo, a próxima carta é sobre transportes. É do Romi Krás Hahn, da cidade de Osório, no Rio Grande do Sul. Diz que o trabalhador nos grandes centros, Presidente, gasta 20% do que ganha com os deslocamentos entre a casa e o trabalho.

Então ele pergunta ao Senhor: "Se a atividade do operário gera impostos e divisas para o País, por que o Governo não subsidia o preço da passagem de ônibus?"

Presidente – O problema vem sendo estudado exaustivamente pelo Ministério dos Transportes e espero encontrar a solução ou soluções.

Posso antecipar algumas idéias sobre o transporte de ônibus, que responde por 60% do transporte coletivo.

Primeiro, a racionalização, com os corredores de transporte, das principais vias utilizadas pelo ônibus, com sinalização preferencial, faixas exclusivas e veículos de melhor qualidade. As viagens ficam mais rápidas e os intervalos entre os ônibus menores. Isso torna a tarifa mais barata. No corredor Bento Gonçalves, em Porto Alegre, a redução vai ficar em cerca de 25% do valor atual. Outros corredores de transporte, todos com bons resultados operacionais, já estão sendo utilizados, tais como os de Curitiba e do Recife.

Outro recurso é o subsídio que deve ser concedido em favor do passageiro. O vale-transporte é uma boa solução para o operário, e está em experiência no Recife, usado por cerca de uns três mil trabalhadores. Também o ônibus articulado e o do tipo Padron, cuja aquisição o Governo vem facilitando, operam com custo menor do que o ônibus comum.

No transporte ferroviário, já existe o subsídio que beneficia mais de dois milhões e meio de pessoas por dia.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o custo da passagem está em 100 cruzeiros, enquanto o passageiro paga apenas 17 cruzeiros. O Governo Federal paga a diferença. Considerando os metrôs do Rio e de São Paulo, e os trens dos subúrbios, o subsídio federal já atinge cerca de 44 bilhões de cruzeiros por ano.

Ainda no meu Governo, começarão a operar os trens metropolitanos de Porto Alegre e Recife e vai melhorar o transporte ferroviário de passageiros em Salvador, João Pessoa, Natal e Fortaleza.

Em síntese: a tarifa do transporte coletivo é um problema sério, pelas suas repercussões sociais. Muitas medidas estão sendo postas em prática para resolvê-lo.

ENCERRAMENTO

Apresentador – Presidente João Figueiredo, esta foi a última carta do programa “O Povo e o Presidente” desta noite. Eu queria fazer uma pergunta ao Senhor. E a pergunta é a seguinte: O povo escreve, eu venho aqui e leio as cartas para o Senhor e o Senhor responde, evidentemente, em cima do que lhe perguntam.

Agora, eu queria fazer uma pergunta para o Senhor, mas é uma pergunta pessoal. Sou eu que estou fazendo.

Presidente Figueiredo, se eu lhe perguntasse agora o que que o Senhor gostaria de falar no encerramento desse programa, qual é o assunto que lhe ocorreria falar aqui ao povo brasileiro, através da Rede Globo de Televisão?

Presidente – O que eu gostaria de falar agora a chamada Lei Falcão não permite.

Apresentador – Senhor Presidente, muito obrigado e boa noite.

Presidente – Boa noite, Ney.



PROGRAMA N° XVIII

14 de novembro de 1982

ABERTURA

DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

FINSOCIAL

OSPB

TRABALHO PARA JOVENS

CONSULTAS – INAMPS

ICM SOBRE ALIMENTOS

ESCOLAS PÚBLICAS

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – Senhor Presidente, a primeira pergunta de hoje não é uma pergunta que nós retiramos das 30 mil cartas que chegaram ultimamente ao programa, mas é uma pergunta da produção do programa "O Povo e o Presidente".

Nós estamos às vésperas de um dia de importância política e histórica do País. Amanhã realizam-se eleições gerais em todo o Brasil.

E eu pergunto ao Senhor, na abertura do programa dessa noite, em nome da produção do "O Povo e o Presidente": Qual é a sua expectativa, Presidente Figueiredo, para este 15 de novembro de 1982?

Presidente – Ney, a minha expectativa, antes de tudo, é a mesma de quase 60 milhões de eleitores. Vamos às urnas amanhã para escolher homens e mulheres que vão influir no nosso destino, no destino do Brasil, no que pode acontecer com cada um de nós.

A minha expectativa é de que nós todos eleitores vamos escolher bem. Vamos escolher homens e mulheres sérios, responsáveis, capazes de administrar os nossos sucessos e as nossas dificuldades. Vamos escolher governantes que ajudem a democracia. Um país e um povo com 60 milhões de eleitores não entregam o seu destino à irresponsabilidade de demagogos e aventureiros. Acredito que isso não vai acontecer no presente nem no futuro.

Nós brasileiros, somos democratas, na nossa maneira de ser, no nosso dia-a-dia, nas nossas relações com os outros. Por isso eu acredito que a democracia continuará crescendo no plano político. E as eleições amanhã têm muita importância nesse quadro, como você assinalou, Ney.

Quero aproveitar para agradecer o apoio de todos os brasileiros que acreditaram em mim, que confiaram em mim, quando eu dizia vamos para as eleições. E aqui chegamos, apesar dos descrentes, apesar dos indiferentes, apesar dos que me combatiam, apesar de muitos que hoje são candidatos, pedem votos ao povo, mas combatiam uma a uma as medidas que eu apresentava, para chegarmos a este grande momento. Agora, como cidadão João Figueiredo, e como o presidente de todos os brasileiros, Ney, a minha expectativa é de que os homens eleitos amanhã correspondam às esperanças que o povo neles deposita. Que saibam governar com responsabilidade, que ajudem a resolver os nossos problemas, que tudo façam pela conciliação nacional, pela democracia e pelo bem do nosso povo.

DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

Apresentador – Senhor Presidente, economia é o tema de nossa primeira carta de hoje. O Márcio Jorge França, de Arapiraca, Alagoas, escreveu uma carta onde ele acha que o Brasil teve um processo anormal de desenvolvimento industrial. Que nós copiamos os países desenvolvidos e etc. Que houve aí uma distorção.

Então ele pergunta ao Senhor o seguinte: "Presidente João Figueiredo, o Senhor considera o Brasil um país tipicamente subdesenvolvido ou em vias de desenvolvimento?"

Presidente – Realmente, é muito compreensível a dúvida. A evolução do Brasil tem sido muito rápida. Daí a dificuldade de caracterizar com clareza o estágio em que nos encontramos. Apesar dessa dificuldade, não tenho dúvidas em afirmar que, no seu conjunto, o Brasil é de fato um país em desenvolvimento. E digo isto não apenas porque esta denominação está consagrada internacionalmente. Nós somos um país em desenvolvimento porque existem no país regiões subdesenvolvidas ou atrasadas, digamos, e as áreas já desenvolvidas, todas em processo de grande transformação.

Exemplificando o que acabei de dizer, citaria o caso da nossa agricultura. O Brasil atingiu a posição de segundo maior exportador mundial de produtos agrícolas. Isto significa que, não só conseguimos um volume de produção muito elevado, mas também a nossa produtividade foi muito boa, ou seja, os nossos preços foram mais baixos do que aqueles dos nossos concorrentes. Apesar desses resultados positivos, nós continuamos com setores da nossa agricultura que são subdesenvolvidos. Além disso, embora o padrão de vida do trabalhador rural tenha melhorado, as condições de vida no campo ainda estão aquém daquelas existentes nos países desenvolvidos.

É preciso explicar que alguns indicadores econômicos e sociais são normalmente utilizados para definir um país como sendo desenvolvido ou em desenvolvimento. Assim, se tomarmos a renda "per capita" do Brasil, ou os índices de alfabetização, ou os padrões de distribuição de renda, veremos que ainda somos um país em desenvolvimento. É preciso deixar claro que isto não quer dizer que não tenhamos realizado grandes progressos nesses campos. Por exemplo, o Brasil tem sido classificado como o décimo país do mundo em termos de produção total, ou seja, em termos de produto nacional bruto.

As nossas dificuldades econômicas externas são graves. Assim, as altas taxas de juros tornam mais pesados os nossos encargos financeiros para o pagamento da dívida que assumimos no mercado internacional. Os obstáculos crescentes que os países desenvolvidos colocam contra a importação de produtos brasileiros – o protecionismo – impedem o crescimento do nosso setor exportador e prejudicam, portanto, a

nossa economia como um todo. Esses são apenas exemplos dentre muitos outros.

No meu discurso nas Nações Unidas, procurei chamar a atenção para a necessidade da cooperação econômica internacional. A crise econômica internacional é atualmente tão grave que exige medidas urgentes, sobretudo por parte dos países desenvolvidos, para aliviar o pesadíssimo ônus que incide sobre os países em desenvolvimento.

Assim, respondendo à sua pergunta, eu diria que somos, sem dúvida, um país em desenvolvimento, não só pelas características atuais da sociedade brasileira, mas também pela situação do Brasil no quadro internacional. Por esses motivos, nós buscamos, internamente, o progresso econômico e a harmonia social e, externamente, condições internacionais que permitam a realização daqueles projetos internos.

FINSOCIAL

Apresentador – Presidente Figueiredo, a próxima carta é do Hélio Graça Castanheiro, do Rio de Janeiro. Ele quer saber se os assessores do Senhor informam o Senhor, por exemplo, com relação ao número de mendigos que existem no país.

Mas a pergunta fundamental dele é a seguinte: Ele quer saber se o Senhor vai destinar recursos do FINSOCIAL para combater o que ele, Hélio Graça Castanheiro, do Rio de Janeiro, chama de miséria social.

Presidente – Senhor Castanheiro, o FINSOCIAL vai ajudar muito a diminuir a pobreza no Brasil. Agora, por favor, preste atenção: o FINSOCIAL é um programa que se destina a ajudar a quem trabalha. Ele vai usar os recursos para acelerar os programas de moradia para o trabalhador, como o PROMORAR; a complementação alimentar para as crianças de famílias mais pobres e nos programas básicos de saúde e saneamento.

Nós estamos iniciando apenas esse programa e ele vai se tornar muito importante nos próximos anos, inclusive nos governos que vierem depois do meu.

Com a continuidade do processo de abertura democrática, caberá à própria sociedade brasileira fiscalizar o seu andamento e cobrar resultados dos governantes.

Acredito que, bem aplicado, o FINSOCIAL terá extrema importância para a diminuição da pobreza no Brasil.

Apresentador — Senhor Presidente, o Paulo da Silva Peixoto e o Marco Aurélio dos Santos Peixoto são estudantes em Bauru, Estado de São Paulo, onde o Senhor esteve recentemente. Eles reclamam que a escola só ensina coisas do passado, e dão um exemplo aqui. Por exemplo: eles acham que a matéria OSBP deveria dar uma noção exata sobre todos os regimes que existem ou todos os tipos de regimes que existem. E perguntam ao Senhor: "Presidente João Figueiredo, por que não se aprende política na escola?"³¹

Presidente — Sei que as aulas de organização social e política são, muitas vezes, áridas. Mas elas são importantes para uma formação política sólida.

O sistema político, seu funcionamento, sua estrutura, a finalidade de servir o bem público, etc., são noções indispensáveis para conviver em sociedade e participar da atividade política.

Concordo com vocês que essas aulas deveriam ser mais vivas e abordar os temas mais atuais, por mais delicados que sejam.

Encaminhei a solicitação de vocês à Comissão Nacional de Moral e Cívismo, do Ministério da Educação e Cultura, para que proceda uma revisão do currículo que se fizer necessária.

Mas quero aproveitar a oportunidade para dizer, com a mesma franqueza de vocês, o que acho da atividade política dos jovens. Sempre incentivei a participação dos jovens nas atividades políticas. Mas também acho que a prática política deve ser feita dentro dos partidos. Eles devem canalizar as forças e interesses dos indivíduos e grupos em benefício de todos. A atividade escolar não deve ficar à margem, ela deve ficar acima, isenta de partidarismos.

Sei que o estudante tem preocupações políticas e sociais. E é nas escolas que ele encontra o clima próprio para estudar as questões políticas, econômicas e sociais. Na escola, no debate dessas questões, no plano de ciência, ele se prepara melhor para um papel político mais denso a ser desenvolvido na ação partidária.

TRABALHO PARA JOVENS

Apresentador – Presidente Figueiredo, tem a carta aqui de um menino, Adalberto Conrado Bezerra. Ele tem 13 anos de idade, é de Crato, no Ceará. Eu acho a pergunta dele também muito importante, porque ele não vai participar das eleições amanhã, mas participa de “O Povo e o Presidente” de hoje, neste domingo, e com uma pergunta muito importante, o desdobramento dessa pergunta.

Ele acha que no Brasil não existe, por exemplo, uma política de emprego para o adolescente. Ele acha que esse é um dos motivos da delinquência juvenil, que tanto preocupa ai, que o Senhor já falou aqui.

Então, ele pergunta: “Seria possível, Presidente João Figueiredo, criar nas cidades brasileiras um órgão federal que encaminhasse os jovens ao trabalho?”

Presidente – Devo informá-lo, meu caro Adalberto, que já existe no Ministério do Trabalho o SINE – Sistema Nacional de Emprego, que conta com 310 postos de atendimento em todo o País. Somente este ano, o SINE já empregou cerca de um milhão de trabalhadores. Entre os objetivos do SINE destaco o de prestação de informações às empresas, sobre a mão-de-obra disponível na região e o de orientação ao trabalhador quanto à escolha do seu emprego.

O SINE vem desenvolvendo uma linha de atuação junto aos menores, em conjunto com os juizados de menores, a fim de possibilitar o seu aproveitamento no mercado de trabalho. A experiência já vem sendo feita em Curitiba e Campo Grande, Mato Grosso do Sul, com sucesso. Finalizando, quero informá-lo que aí mesmo em sua cidade (Crato-Ceará), existe um posto de atendimento do SINE na Rua João Pessoa, nº 112.

CONSULTA – INAMPS

Apresentador – Presidente Figueiredo, eu queria pedir ao Senhor para esclarecer um assunto. Essa carta aqui é o resultado de muitas outras consultas.

O assunto é a Previdência Social. Dona Marlene Paz, de Cianorte, no Paraná, ouviu dizer, e muita gente ouviu dizer, que o INAMPS vai rationar o atendimento médico. Isto é, o INAMPS atenderia a pessoa apenas duas vezes por ano, duas consultas por ano.

Então, ela quer saber o seguinte, Presidente: "Isso é verdade?"

Presidente – Não, não é verdade.

A sua pergunta me dá a oportunidade de esclarecer algumas dúvidas sobre esse assunto.

O INAMPS, quando faz o seu programa de trabalho para cada ano, prevê que cada beneficiário vai necessitar, em média, de duas consultas. Essas duas consultas anuais correspondem a um número ideal. Agora, isso não quer dizer que o segurado só possa consultar duas vezes por ano. Muita gente não vai ao médico nem uma vez. Outros vão mais de duas vezes. Por isso, o INAMPS calcula que, em média, o número de consultas por segurado é de duas por ano.

Mas todos os beneficiários da Previdência Social têm direito a tantas consultas quantas forem necessárias. O INAMPS não limita a assistência.

Algumas vezes o INAMPS precisa disciplinar essa assistência, de modo a poder proporcionar atendimento a todos os seus beneficiários, mas nunca proíbe uma consulta médica ou internamento hospitalar realmente necessário.

ICM SOBRE ALIMENTOS

Apresentador – Presidente Figueiredo, agora uma carta da Paraíba. José Quirino Filho, de Campina Grande, faz um apelo. Ele quer que o Senhor retire o ICM sobre os gêneros alimentícios de primeira necessidade. Por exemplo: arroz, feijão, farinha e carne. Nada mais disso pagaria ICM.

Isso é possível, Senhor Presidente?

Presidente — Senhor José, eu também acho que o ICM cobrado sobre os alimentos de primeira necessidade como o arroz, o feijão e outros, é realmente muito alto. Do ponto de vista social, ele termina sendo injusto, pois é um imposto que não leva em conta a capacidade financeira dos contribuintes. O trabalhador que ganha o salário mínimo, por exemplo, ao comprar um quilo de arroz está pagando de ICM exatamente a mesma quantia paga pelo rico. O ideal, portanto, é que não houvesse ICM sobre os bens consumidos pelas camadas menos favorecidas da população, como o senhor está sugerindo.

Mas, por outro lado, o ICM é a principal fonte de receita dos estados. O dinheiro arrecadado é usado para construir e manter escolas, hospitais, estradas e outros investimentos e despesas de responsabilidade do governo estadual.

Além disso, 20% do ICM arrecadado vai para os municípios que também tem compromissos a cumprir.

Como o senhor pode perceber, a isenção do ICM de todos os gêneros de primeira necessidade não pode ser feita sem levar em conta suas consequências nas receitas dos estados e dos municípios.

O Governo já tomou várias medidas sobre este assunto. Na maioria dos estados, alguns gêneros de primeira necessidade já estão isentos de ICM, como é o caso, por exemplo, do leite, das aves, dos ovos, dos peixes, bem como dos legumes, das verduras e das frutas frescas.

Alguns estados não concedem a isenção do ICM porque afetaria muito a arrecadação do ICM. Por isso, em alguns casos, o Governo Federal paga aos estados parte do que eles deixam de ganhar com a isenção parcial do imposto, como acontece com os suínos.

O problema, portanto, é conciliar este nosso desejo com a necessidade de evitar que os estados sofram as consequências da perda da arrecadação.

O Ministério da Fazenda já tem uma comissão para examinar profundamente esse e outros problemas do Sistema Tributário Nacional. Uma das minhas recomendações é justamente isentar do ICM os gêneros de primeira necessidade sem prejudicar os estados.

ESCOLAS PÚBLICAS

Apresentador – Presidente Figueiredo, a próxima carta é aqui de Brasília. A Daniella Cunha de Camargo, que cursa a segunda série do 1º grau, está preocupada porque ela diz que ela vai à escola, mas ela tem condições de ir à escola porque o pai tem condições de colocá-la numa escola particular, o que não acontece, segundo ela, Daniella, de sete anos, com crianças mais velhas do que ela, que nem sequer sabem ler. Então, ela pergunta: "Presidente João Figueiredo, o Senhor poderia fazer mais escolas públicas?"

Presidente – Essa pergunta da Daniella me comove, Ney. Segundo uma criança de sete anos e, como ela diz, tendo condições para ir para uma escola particular, mesmo assim ela se preocupa com o problema dos outros. Isso é um exemplo de sensibilidade social que deveria ser seguido por muita gente grande.

Depois, a educação é um assunto que me preocupa e me toca muito. O Governo cuida, com prioridade, de tudo o que diz respeito às principais necessidades das pessoas, como casa, comida, emprego e saúde.

Daniella, é justamente para construir mais escolas e melhorar o ensino público que o Ministério da Educação está agora colocando em primeiro plano a educação do 1º grau. Pela nossa Constituição, o ensino básico deve ser mantido pelos municípios e pelos estados. O Governo Federal só entra para dar apoio financeiro e técnico. Ajuda mais os estados que têm menos renda, repassando a eles o dinheiro que arrecada dos estados mais ricos. Neste ano, foram repassados pelo MEC 190 bilhões de cruzeiros para o ensino básico dos quais 35 bilhões para os estados do Norte e Nordeste, para que eles possam cumprir melhor o que manda a Constituição.

Hoje temos 21 milhões de alunos estudando no 1º grau, muitos deles já com mais de 14 anos de idade.

Mas, como você mesmo disse, Daniella, ainda existem muitas crianças em idade escolar fora da escola. O IBGE calcula que certa de sete milhões de crianças na idade de sete a 14 anos estão fora da escola. Faça as contas para ver quantas salas de aula deveriam ser construídas. Se você coloca 30 crianças em cada sala, são 230 mil salas a mais. O custo disso é de quase 600 bilhões, pois uma escola-padrão com seis salas custa certa de 15 milhões de cruzeiros.

Mas não adianta só construir escolas. Para estudar, as crianças têm que estar bem alimentadas e precisam de livros também. Já estamos distribuindo merenda para 21 milhões de crianças e vamos aumentar esse número para 24 milhões até dezembro. A FENAME está financiando mais 12 milhões de livros escolares que vão beneficiar 17 milhões de estudantes. Para atender as crianças que ainda estão fora da escola, nós teríamos que aumentar os programas de merenda escolar e de distri-

buição de livros. Teríamos também que contratar mais professores. Como você vê, Daniella, para resolver o problema é preciso muito dinheiro. Mas eu concordo com você que nós temos de encontrar esses recursos porque, além de ser uma obrigação do Estado dar educação primária a todos, isso é também um bom negócio para o País. O dinheiro aplicado em educação é um grande investimento. O Governo, por exemplo, está empenhado em concluir grandes obras na área de energia, dos transportes, no desenvolvimento de nossa agricultura. Mas, à medida que estas obras forem sendo completadas, vamos canalizar mais recursos para a educação.

Minha grande felicidade seria chegar ao fim do meu Governo com todas as crianças brasileiras na escola e todos os professores primários bem pagos.

Se Deus quiser e os brasileiros continuarem a me ajudar, nós chegaremos lá.

ENCERRAMENTO

Apresentador – Presidente Figueiredo, eu quero agradecer, e cada palavra que eu digo neste programa tem um sentido objetivo. Eu lhe fiz um carinhoso agradecimento, justo e adequado, quando o Senhor falou na ONU. O Senhor acabou de descer da tribuna da ONU e veio para a tribuna de "O Povo e o Presidente" falar para o povo brasileiro com a mesma roupa, com a tinta fresca do pronunciamento na ONU.

Eu quero lhe agradecer, mais uma vez, em nome das pessoas, das crianças, do povo brasileiro que o ouviu nesta noite, em nome da minha empresa, Rede Globo de Televisão.

O Senhor está evidentemente no final da campanha política, cansado. E nós temos uma curiosidade no País, Presidente. Nós somos, muitas vezes, engenheiros de obras acabadas. Nós apenas comentamos, criticamos, analisamos, depois da obra estar acabada. O Senhor tem sido, ao longo de seu Governo, o engenheiro de uma obra em construção, permanecendo no canteiro de obras da manhã à noite.

É por isso que eu agradeço ao Senhor por deixar os compromissos do Governo, deixar esta caminhada – o Senhor está aparentemente ruco, cansado – para vir aqui falar ao povo brasileiro.

Presidente – Muito obrigado, Ney. Eu apenas queria, aqui, pedir desculpas aos telespectadores pelo estado de minha voz que normalmente já não é boa e agora, pelo esforço continuado desses últimos dias, ela está pior. Mas eu prometo que após a campanha ela vai melhorar.

Apresentador – Senhor Presidente, muito obrigado, muito boa noite.

Presidente – Muito obrigado, Ney.



PROGRAMA N° XIX

21 de novembro de 1982

ABERTURA

SISTEMAS POLÍTICOS

DÍVIDA EXTERNA

MULTINACIONAIS

ANTÁRTIDA

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS

RIO CUIABÁ

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – Boa noite, brasileiros. A primeira pergunta de hoje é feita pela produção do programa. Estamos no ocaso das apurações, no finalzinho das apurações. Fato consumado, vitória de alguns governadores de Oposição em alguns estados brasileiros.

Senhor Presidente, como será essa convivência entre o Governo Federal e os governos de Oposição eleitos em alguns estados da Federação?

Presidente → Antes de responder à sua pergunta, Ney, eu desejava aproveitar a oportunidade para agradecer ao povo brasileiro pela maneira generosa e carinhosa com que me recebeu durante essa campanha. Foi para mim uma experiência muito gratificante. Tão gratificante que eu me sinto animado a prosseguir nesse procedimento de contato com o povo, de dialogar, de olhar nos olhos, aliás, como eu prometi durante a campanha.

Respondendo agora especificamente a sua pergunta. Ela tem dois planos de análise: o plano político-administrativo e o plano político-institucional.

Meu Governo é um governo responsável. Assumi voluntariamente compromissos de executar uma série de programas em benefício de nossa população. Esses programas obedecem a prioridades claramente definidas. Buscamos mobilizar todos os instrumentos de política econômica, financeira e comercial para acelerar o desenvolvimento econômico do País, mas sempre com objetivos de política social. Estamos fazendo todo o possível para conseguir melhor distribuição da renda, a garantia de emprego para todos, mais alimentos, mais casas, água e luz para todo o mundo, assistência médica, enfim, tudo o que está aí e está sendo feito.

Esses programas não foram equacionados para serem executados somente em estados onde os governos são do PDS. Esses programas prosseguirão independentemente de um determinado estado ser governado por um político de um partido que, no plano federal, faça oposição ao meu Governo. Acontece que no plano estadual, afinal, esse partido é Governo!

Portanto, ele terá que se coordenar, no plano político-administrativo, com os órgãos federais que executam os programas. Não acredito que qualquer desses governos estaduais deseje prejudicar o andamento desses programas que só beneficiam a população. E mesmo, com toda sinceridade, eu desejo que todos os governos sejam bem sucedidos, pois o que eu quero sempre é a solução dos problemas que afligem a camada mais pobre de nosso povo.

Quanto ao plano político-institucional, também não antevejo problemas. As relações do Governo Federal com os governos estaduais têm um quadro de referência muito definido: é a Constituição Federal.

O Brasil é uma república federativa, constituída sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos estados, do Distrito Federal e dos territórios. O regime federativo em que vivemos deve ser uma forma de convivência e de harmonia. É regime, pois, que exige a união de esforços em busca do bem comum, nos termos da Constituição, por parte de todas as entidades federadas.

SISTEMAS POLÍTICOS

Apresentador – *Senhor Presidente, vamos à primeira carta de hoje. O Nilo Carmo Silva Dala Santa, de Goiânia, Goiás, aqui pertinho, acha que nem o sistema capitalista deu resultado, nem o sistema comunista resolveu os problemas da humanidade. Um porque se baseia no dinheiro capitalista, o outro porque coloca o Estado acima de tudo. Então ele pergunta ao Senhor: "O Senhor acredita que existe um sistema voltado para o homem?"*

Presidente – Nilo, nosso sistema político ou econômico não é perfeito. Isso nós sabemos. Suas imperfeições são bastante visíveis. Algumas pessoas gostariam de virar a mesa, pessoas que preferem alternativas radicais para a nossa forma de viver. O povo brasileiro, e você mesmo, Nilo, são testemunhas da minha sinceridade, da minha mão estendida, da compreensão com que recebi algumas manifestações negativas, felizmente, tão pequenas.

Em contrapartida, com que emoção eu vi, nestes últimos meses, todos os brasileiros, em todo o país, vibrando com entusiasmo e com esperança, apoiando a minha campanha pela democracia. Esse é o melhor argumento que eu posso lhe dar, meu caro Nilo.

O importante é o que o povo deseja e aplaude, e não idéias ou sistemas distantes da nossa maneira de ser, dos nossos desejos. O nosso sistema democrático permite que as pessoas manifestem suas discordâncias.

Eles só podem se manifestar nesse ambiente de liberdade porque no dia seguinte não perderão seus empregos, nem correm o risco de serem internados como dementes. Nossa sistema não resolve todas as dificuldades econômicas, mas ele se sustenta em algumas liberdades fundamentais, como aquela de decidir onde morar, de trocar de emprego, de mudar de cidade e de atividade, de se estabelecer por conta própria. Enfim, de dispor da própria vida segundo a iniciativa e a vontade de cada um. Essa liberdade de iniciativa e esse respeito pela vontade de cada um são a essência do nosso sistema.

Essas liberdades sobrevivem tanto nos momentos difíceis como na prosperidade. E são estas liberdades que sustentam a liberdade maior de votar e de ser votado, ou seja, o direito de escolher livremente a nossa representação política.

Essas coisas devem ser lembradas agora porque elas estão intimamente entrelaçadas: o sistema político e o sistema econômico são duas faces da mesma moeda.

Nos países onde não existe o sistema econômico baseado na livre iniciativa, na empresa privada, também não existe a liberdade política.

Esta é uma lição fundamental que reforça a crença de que os sistemas como o nosso, mesmo com imperfeições, ainda são os que permitem formas de convivência mais civilizadas e meios de realização do homem, com mais liberdade e menos injustiça.

DÍVIDA EXTERNA

Apresentador – *Ainda na Economia, Presidente, tem uma carta aqui do José Carlos Ferreira de Oliveira, do Rio de Janeiro. Ele acha que a dívida externa é consequência dos empréstimos que o País tem que fazer para tocar grandes obras como Itaipu, e Carajás.*

Então ele faz uma sugestão ao Senhor: "Por que o Governo, ao invés de tomar dinheiro lá fora, não chama os brasileiros para compra de ações desses grandes investimentos?"

Presidente – José Carlos, sua intenção é correta e acredito que, como o senhor, muitos outros brasileiros estão dispostos a ajudar o país.

O senhor sabe que já participa – e de forma importante – nos nossos programas de desenvolvimento. Quando o senhor paga a conta de luz no fim do mês, uma parcela desse pagamento vai financiar uma hidrelétrica, como Itaipu, por exemplo. Quando o senhor compra uma caixa de fósforos, ou uma televisão, no preço pago está o Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, que a indústria fabricante transfere à Receita Federal. Com esse imposto e com o Imposto de Renda o Governo financia obras. Assim, os milhões de brasileiros que ganham salários, que têm uma renda, que compram produtos brasileiros, contribuem ativamente para o nosso crescimento.

Agora, se o senhor me pergunta se devemos participar ainda mais, minha resposta é sim. Devemos poupar e aplicar toda a poupança disponível. Nossa sistema econômico permite, felizmente, uma ampla variedade de escolha sobre a melhor forma de aplicação. Podemos escolher livremente e este é o privilégio dos cidadãos que vivem numa sociedade democrática.

Vou aproveitar para dizer aqui algumas coisas que estou com vontade de dizer há muito tempo. Como o senhor, existem muitos milhões de brasileiros, a maioria dos brasileiros, eu creio, que antes de criticar gratuitamente o Governo se pergunta de que forma podem ajudar o seu país, num momento de crise econômica mundial. Gente que não aceita o pessimismo nem a sinistrose de alguns que só antecipam que 1983 vai ser pior, que o Brasil não vai aguentar, e tantas outras previsões negras. Felizmente, essas previsões sinistras não se realizam.

Os países que melhor estão enfrentando a crise econômica são aqueles que aprenderam a poupar. Em 1981, o Governo fez um apelo para que os brasileiros poupassem mais, que economizassem tudo o que fosse possível, para garantir a travessia de um ano difícil. Milhões de brasileiros, como o senhor, entenderam o apelo e pouparam. O ano acabou sendo menos difícil para todos, e eu acredito que as economias que fizeram, aquela poupança ainda está sendo de grande valia para muitas famílias.

Nós não devemos ter medo de 1983. Ele pode ser melhor do que foi

82. Eu espero que seja. Em 1983 nós devemos retomar com o máximo empenho o saudável hábito da poupança. E não vamos parar em 83. Vamos cuidar de melhorar nossa vida futura fazendo da poupança um hábito permanente, todos os meses, todos os anos.

Os povos previdentes souberam atravessar as crises construindo para o futuro. Os brasileiros já demonstraram que podem ser previdentes e que sabem usar a sua inteligência e a sua vontade de trabalhar para construir um desenvolvimento mais equilibrado com o progresso material de cada um, com o aumento do bem-estar e da segurança econômica de cada família.

MULTINACIONAIS

Apresentador – Presidente, o Arnaldo José Mazzotti, de Nova Londrina, Paraná, é contra as multinacionais e cita pesquisa desenvolvida pelas Nações Unidas, para provar que essas empresas prejudicam os países onde se instalaram.

Por isso, ele quer saber o que o Governo tem feito para diminuir a influência das multinacionais no Brasil, e mais: “Como é que o Governo controla a venda de terras a estrangeiros?”

Presidente – Senhor Mazzotti, ao contrário do que muita gente pensa, o Brasil possui toda uma legislação protegendo os bens nacionais contra eventuais exageros de firmas estrangeiras. Nesse particular, o Presidente Castelo Branco tomou a iniciativa de enviar ao Congresso a Lei de Remessas de Lucros, aprovada e promulgada ainda no seu Governo. Essa lei é hoje reconhecida mundialmente como um modelo de equilíbrio e de eficiência. Ela permite dosar o ingresso de capitais externos, úteis ao nosso desenvolvimento, com o imperativo da independência econômica.

O Governo estabeleceu regras claras e firmes de convivência com as empresas estrangeiras que aqui vieram se instalar, ao abrigo de nossas leis. O capital externo que entra no Brasil é rigorosamente contabilizado. As empresas estrangeiras, sejam elas multinacionais ou nacionais de outros países, conhecem previamente as regras do jogo, sabem quanto podem remeter de lucros anualmente, e respeitam as áreas vitais do campo da energia, dos transportes e do setor financeiro, onde os bancos comerciais são reservados ao capital nacional. Elas têm funcionado adequadamente, reinvestindo constantemente seus lucros aqui mesmo, dando uma contribuição positiva ao desenvolvimento brasileiro. Elas obedecem às leis brasileiras. Normalmente não têm problemas trabalhistas, pagam direito os salários, criam novas oportunidades de emprego e sobretudo respeitam o poder nacional. Por que razão deveríamos hostilizá-las? Com que interesse? Só se fosse para agradar a terceiros que, da boca para fora, hostilizam o capital estrangeiro e debaixo do pano procuram atraí-lo para dentro de suas fronteiras. Nós podemos nos orgulhar de nosso equilíbrio e, por isso, somos respeitados e procurados.

Sobre a posse de terras e uso da soberania na plataforma marítima, não esqueçamos que foi no Governo do Presidente Médici que se adotaram os diplomas legais estendendo o mar territorial para 200 milhas e limitando a expansão de áreas de propriedade de estrangeiros no Brasil. O Governo brasileiro tem feito por cumprir a lei e desafio a quem me aponte um só caso de concessão fora dos limites legais. É evidente que, de acordo com a tradição jurídica brasileira, nós respeitamos direitos adquiridos antes da lei e mesmo nesses casos fazemos as adapta-

ções e correções indicadas pela legislação.

Se existem estudos de organismos internacionais, senhor Mazzotti, comprovando casos de espoliação praticados contra os interesses nacionais, o senhor pode estar certo de que não se referem ao Brasil, não dizem respeito aos interesses nacionais de nosso país. Aqui, eles estão muito bem resguardados.

ANTÁRTIDA

Apresentador – *Senhor Presidente, a produção do programa tem notado um assunto muito curioso. Que muitos brasileiros se interessam pela ocupação da Antártida, o continente gelado do Pólo Sul. E o Carlos Magno Pereira, de Itajubá, MG, representando muita gente que quer saber sobre esse assunto, quer saber o que que o Governo do Presidente Figueiredo tem feito para garantir a presença do Brasil nas expedições de pesquisa e ocupação da Antártida.*

Presidente – Carlos, o Governo brasileiro, em 1975, aderiu ao chamado Tratado de Washington. Esse tratado foi assinado, em 1959, por 12 países, com o objetivo de procurar compatibilizar as diferentes reivindicações e posições quanto à Antártida. Para isso, o tratado congela todas as reivindicações territoriais na Antártida, até 1991, ano em que deverão ocorrer novas negociações. Para que um país-membro do tratado venha a participar dessas negociações é feita uma série de exigências, entre as quais esse país tem de demonstrar interesse substancial na Antártida, através da realização de expedições ou do estabelecimento de bases para pesquisa científica.

O Governo, portanto, já determinou a realização de uma primeira de muitas expedições, como eu espero. Os recursos são limitados e as dificuldades muito grandes. Mas ainda assim pudemos comprar na Dinamarca o navio “Barão de Teffé”, que deverá partir para a Antártida em dezembro de 1982, integrando essa primeira expedição.

Determinei também a criação da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos, sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores e integrada por diversos ministérios e órgãos do Governo, para coordenar a política antártica brasileira. Essa comissão coopera ativamente com a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que já existia e que, sob a presidência do Ministro da Marinha, foi encarregada, entre outros assuntos, de organizar a expedição a que me referi.

Todos os setores da sociedade brasileira interessados nos problemas antárticos serão ouvidos para assegurar a mais ampla discussão e participação. A sua carta é um bom exemplo nesse sentido.

VIOLENCIA CONTRA CRIANÇAS

Apresentador – Presidente Figueiredo. Em agosto deste 82, o programa “Fantástico, o Show da Vida”, da minha Rede Globo, apresentou uma matéria que está ainda na lembrança de muita gente, sobre as crianças espancadas pelos pais, com casos de lesões, fraturas e até morte. O Adelmo de Castro, da cidade de Alagoinhas, na Paraíba, ficou muito impressionado com o que viu, e pergunta na carta dele: “O que que o Senhor Presidente pode fazer para coibir a selvageria de alguns pais contra crianças indefesas?”

Presidente – Adelmo, a vida social condena a violência, sob qualquer de suas formas. E quando essa violência se traduz em agressão física a uma criança, tendo como autores os próprios pais, é uma aberração contra a própria natureza.

A criança é sempre a principal vítima das distorções sociais e necessita, por isso mesmo, de atenção e cuidados próprios.

O Estado, sem se sobrepor ao pátrio-poder dos pais, garante à criança toda defesa possível e sua inviolabilidade. A Constituição Federal, o Código Civil, o Código de Menores são exemplos desse cuidado. Qualquer pessoa que tenha conhecimento desse tipo de violência pode e deve denunciá-la em juízo. O juiz pode determinar a suspensão ou a privação do pátrio-poder, por agressão física, em ação especial, assistida obrigatoriamente pelo Ministério Público, além de outras medidas penais aplicáveis. Os mecanismos existem, mas para proteger a família é preciso que os fatos sejam comprovados para que o Estado possa açãoá-los.

Além do horror que nos causa a agressão a uma criança, eu me preocupo de maneira especial com as razões que levam um pai ou uma mãe a praticar um ato tão antinatural. Provavelmente eles mesmos necessitam de assistência. Sobre esse aspecto, os órgãos competentes do Governo Federal e dos governos estaduais, com auxílio da própria comunidade, poderiam incentivar programas para essa assistência, porque mais importante que a mera punição dos pais seria a sua recuperação para o meio familiar. As Secretarias de Assistência Social muito poderiam fazer nesse campo. É, ainda, a família, a célula social própria para o melhor desenvolvimento da criança.

RIO CUIABÁ

Apresentador — Senhor Presidente, uma carta de Mato Grosso. Quem escreve é Mário Corrêa da Costa, que mora em Cuiabá. Ele lembra que a cidade nasceu e cresceu em função do rio Cuiabá, que hoje não é mais navegável. Por isso, ele pede que o Governo faça a dragagem do rio para facilitar o transporte de produtos agrícolas de uma das regiões mais férteis do País.

Isso é possível, Presidente?

Presidente — Mário, o rio Cuiabá foi, sem dúvida, uma tradicional via de transporte no Estado do Mato Grosso, dando acesso à capital. Mas, acima da localidade de Porto Cercado, a 350 km da confluência com o rio Paraguai, o rio Cuiabá tem pouca profundidade, e é navegável por embarcações comerciais somente na cheia, em dezembro, janeiro e fevereiro. Nos outros meses, o ponto final da navegação de maior porte é Porto Cercado, que faz entroncamento com a rodovia.

A Portobrás, empresa ligada ao Ministério dos Transportes, mantém os serviços necessários para a navegação nesse trecho, para garantir o acesso seguro, especialmente nos comboios de chatas que transportam cimento para o Estado do Mato Grosso. Em 1982 foram realizados cerca de 80 mil metros cúbicos de dragagens de areia em diversas passagens do rio.

Para levar a navegação até Cuiabá seria preciso construir barragens e eclusas, cujos custos são elevadíssimos. Esses investimentos não se justificam no momento porque a demanda de transporte ainda é muito baixa na região.

ENCERRAMENTO

Apresentador – Sr. Presidente, nós temos, pois, projetos políticos no Brasil depois das eleições de 82. Um projeto amplo, geral, promovido, levado a cabo pelo Senhor e um projeto específico, de cada um dos 900 mil candidatos que pleitearam o voto do eleitor.

Algumas pessoas, entre os 900 mil que pleitearam esses votos, estão ainda aguardando o resultado definitivo das urnas, para satisfação dos seus interesses, das suas expectativas.

O Senhor já tem o primeiro resultado do seu projeto político. Pela primeira vez no país houve um comparecimento maciço nas urnas que o Senhor convocou, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Várias correntes da opinião pública o apontam como vitorioso do projeto político que passou pelas eleições de 82.

Senhor Presidente, um dos episódios do seu Governo próximo é a vinda ao Brasil do Presidente norte-americano Ronald Reagan. Como é que o Senhor recebe o presidente norte-americano nessa posição de vitorioso na implantação, na formulação, do seu projeto político?

Presidente – Ney, eu diria que vou receber o Presidente Reagan da mesma maneira, com o mesmo estado de espírito, com que iniciei, na Presidência da República, a minha pregação pela normalização da vida democrática no País. Da mesma maneira com que eu visitei todos os estados nessa pregação. E com a mesma confiança em que o povo iria dar uma resposta positiva à minha pregação. E a resposta está aí, na realização das eleições.

Eu acho que eu vou receber o Presidente Reagan da mesma maneira com que, com o mesmo estado de espírito e com as mesmas convicções com que eu conversei com ele em Washington. Creio que o nosso encontro vai ser um prolongamento daquela nossa conversa em Washington, e o resultado das eleições em nada vai modificar esse meu estado de espírito.

Repto, Ney, como tenho dito para alguns companheiros, para alguns auxiliares que vêm falar comigo. Não me considero o vencedor nas eleições. Considero isto sim, uma satisfação pessoal para mim. É que eu consegui fazer aquilo que, como candidato, prometi. É que na minha pregação por todos os estados brasileiros, eu dizia que jamais mentiria ao povo. Muitos opositores não acreditaram. Até chacota fizeram de alguns dos meus projetos, inclusive da anistia. Aí estão alguns exilados eleitos, e vão ser empossados se forem reconhecidos pela Justiça Eleitoral.

Essa é a melhor resposta que eu posso dar. Mas não sou um vitorioso, Ney. Eu sou vitorioso intimamente, porque eu consegui fazer justamente o que eu prometi.

Apresentador – *Senhor Presidente, meus cumprimentos, muito obrigado e muito boa noite.*

Presidente – Obrigado, Ney.



PROGRAMA N° XX

28 de novembro de 1982

ABERTURA

TURISMO

CRÉDITO RURAL

CHUVA NO NORDESTE

SERVIÇO MILITAR

TRABALHO – DEMISSÃO

ESCOLAS PIONEIRAS

IMPORTAÇÃO DE ALHO

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – Boa noite, brasileiros.

Senhor Presidente, num dos últimos programas desta série eu perguntei para o Senhor se o Senhor teria alguma coisa a acrescentar ao que a gente havia discutido aqui e o Senhor respondeu, tratando de vários assuntos brasileiros nas respostas às cartas dos telespectadores, o Senhor me disse que até gostaria, mas estava impedido pela Lei Falcão.

Bem, agora não temos mais a Lei Falcão, chegamos ao final das eleições, ao cabo das apurações. Então eu pergunto para o Senhor: O Senhor tem alguma coisa a declarar agora, Senhor Presidente?

Presidente – Não, naquela ocasião, Ney, eu me referi à Lei Falcão porque o que tinha vontade de dizer referia-se a assuntos que interessavam à eleição, ao problema eleitoral.

Agora você me faz a pergunta se após as eleições eu tenho alguma coisa a dizer.

Não. O que eu tenho que dizer é que eu acho que eu cumpri a minha obrigação. Eu cumpri o que prometi ao povo brasileiro. As eleições se realizaram.

Eu tenho a impressão que foram das eleições mais livres da história política do Brasil. Os eleitos aí estão, vão ser empossados, e eu e o povo esperamos que os eleitos cumpram tudo o que prometeram durante a campanha. Cabe a eles, agora, a palavra, a ação, como governantes, como representantes do povo, senadores, deputados (federais e estaduais) ou vereadores. Cabe a eles cumprir aquilo que disseram durante a campanha. Eu cumpri a minha parte.

TURISMO

Apresentador – Senhor Presidente, um assunto mais ameno. Turismo é o assunto da carta de Cícero Antônio Alves, de Juazeiro do Norte, no Ceará. Ele acha que o Brasil é a maior potência turística do mundo e sugere a criação de um ministério e um banco só para cuidar disso.
A pergunta dele é a seguinte: "Presidente João Figueiredo, qual a preocupação do Governo do Senhor pelo desenvolvimento do nosso turismo?"

Presidente – Cícero, o Governo vê o turismo sob dois aspectos: um, o de atração de visitantes do exterior gerando divisas para o nosso País, outro, interno, como agente de lazer social.

Atualmente, o setor gera 450 mil empregos diretos e já é um dos maiores captadores de dólares. Na pauta das exportações estaria em 5º lugar, superando produtos tradicionais como açúcar e o minério de ferro. Em 1981, o turismo trouxe 1 bilhão e 300 milhões de dólares, e tivemos cerca de 1 milhão e 300 mil visitantes. O Governo reativou, para o período 80/83, algumas promoções no exterior, e criou programas para atrair turistas, como o programa "Novos Portões de Entrada no Norte-Nordeste" com tarifas especiais.

Ao mesmo tempo, o Governo e a iniciativa privada montaram quase 200 novos projetos, melhorando a infra-estrutura do setor e ampliando a capacidade hoteleira. Só esses projetos criaram mais de 25 mil empregos.

Além disso, o Ministério da Indústria e do Comércio e a Embratur vêm lançando diversos programas para dar, a um número maior de brasileiros, condições de fazer turismo no Brasil. Por exemplo, o Pró-Estância, o Brasil Turístico, os Terminais de Turismo Popular e o Programa de Turismo Social, com o Ministério do Trabalho.

Na formulação da política brasileira de turismo já funciona o Conselho Nacional de Turismo, órgão colegiado, com a participação da iniciativa privada.

Na área de execução da política e das diretrizes definidas pelo Conselho, atua a Embratur — a Empresa Brasileira de Turismo.

E para financiar o turismo já temos dois fundos próprios: o FISET-Turismo e o FUNGETUR, que atendem plenamente o investimento no setor.

Dessa forma, o turismo no Brasil vai-se desenvolvendo muito bem, sem a necessidade da criação de um ministério do turismo e de um banco nacional de turismo.

CRÉDITO RURAL

Apresentador – Senhor Presidente, agora uma denúncia. O Jaquis Birovski, de Guarapuava, diz que no Estado dele, o Paraná, o Banco do Brasil só libera financiamento se o agricultor depositar de 10 a 20% do valor do empréstimo na chamada RDB, que é o chamado Recibo de Depósito Bancário.

E ele pergunta: "O Senhor está sabendo disso, Presidente Figueiredo?"

Presidente – Jaquis, o Banco do Brasil concede o financiamento rural sem a exigência de depósito a prazo fixo. Uma exigência dessas seria um grande contra-senso, porque o Banco ia emprestar recursos a juros de 45% ao ano, que é a taxa do crédito rural no Centro-Sul, e ia receber parte desses recursos a custos mais altos, com correção monetária e juros.

O Banco do Brasil é, ao mesmo tempo, banco do Governo e banco comercial. No crédito rural aplica recursos do Governo em favor da agricultura. Quando recebe depósitos a prazo, age como qualquer banco comercial que precisa obter recursos para emprestar aos clientes não abrangidos pelos programas do Governo. Para evitar que as duas coisas se misturem, os negócios do Banco do Brasil são administrados com todo equilíbrio e seriedade, principalmente através de rígido controle dos empréstimos do Banco, pelo Ministério da Fazenda, e no Conselho Monetário Nacional.

O Banco opera, em cada mês, dentro dos limites estabelecidos pelo Governo, para evitar emissões indesejáveis de dinheiro, o que representa aumento dos gastos do Governo e mais lenha na fogueira da inflação. Quando o Banco recebe depósitos a prazo, ele está criando condições para fazer empréstimos sem imprimir dinheiro.

Pode ser que um gerente exagere na sua tarefa de captar recursos e esteja exigindo o depósito a prazo fixo do agricultor. Mas não é uma atitude correta. Esse gerente não tem apoio na direção do Banco do Brasil nem do Governo.

CHUVA NO NORDESTE

Apresentador – Presidente Figueiredo, a seca no Nordeste é um problema que vem desafiando os Governos ao longo da história, o Senhor tem acompanhado. Agora, o Manoel Pereira dos Santos, baiano de Juazeiro, ele lembra que há algum tempo o CTA, Centro Tecnológico da Aero-náutica, elaborou um projeto para mudar o clima lá do Nordeste. E segundo ele diz aqui, Presidente, esse plano seria mais barato do que as atuais frentes de trabalho.

Então o Manoel pergunta: “Por que o Presidente Figueiredo, no seu Governo, não deu uma chance para que o CTA fizesse essa experiência de mudar o clima no Nordeste?”

Presidente – Manoel, esse projeto chama-se Moclima e recebe apoio e recursos do Governo. É um projeto dividido em várias fases e tem um prazo razoavelmente longo, até chegar ao ponto de formar as nuvens sobre o oceano Atlântico.

Na fase atual, o projeto realiza uma série de estudos teóricos e práticos de levantamento de dados e avaliação de todas as possíveis consequências no meio-ambiente da região. Com base nesses estudos, serão definidas as providências para que a ecologia local seja beneficiada de uma forma gradual e sem riscos. Ainda baseados nesses estudos é que serão definidos os recursos necessários para a modificação do clima, na região, em prazo estimado de 20 anos.

Como pode ver, esse projeto tem um prazo longo de duração. Ao mesmo tempo, o Governo mantém um outro projeto do CTA, o Projeto Modart, para aumentar o índice de chuvas das regiões mais críticas do nosso Nordeste, a curto prazo.

Ele faz o estudo e a nucleação de nuvens, com a utilização de aviões Bandeirantes, fabricados pela nossa EMBRAER. A nucleação consiste em borrisfar com água salgada, numa proporção de 2%, o topo, o núcleo ou a periferia da nuvem. Isso provoca à queda da chuva. Esses trabalhos são acompanhados pela SUDENE, que define as áreas mais críticas onde deve cair a chuva.

No momento, cinco aviões Bandeirantes participam do projeto. Temos bases de nucleação nas cidades de Crateús, Juazeiro do Norte, Petrolina, Campina Grande, Paulo Afonso e Bom Jesus da Lapa. Durante este ano, já foram voadas cerca de 2.200 horas e realizadas mais de 1.100 missões.

Entre as atividades bem sucedidas do Projeto Modart, tivemos a sua contribuição para extinguir o incêndio da chapada do Araripe e o aumento da quantidade de água nos reservatórios que abastecem as cidades de Recife e Salvador.

Como você vê, Manoel, o Governo está permanentemente preocupado com o Nordeste, e toma todo tipo de medidas que possam trazer a solução do problema da seca.

SERVIÇO MILITAR

Apresentador – Presidente, eu vou tomar o tempo do Senhor. É que esta carta é um pouco longa, mas eu vou ser um pouco fiel porque é um garoto de 17 anos que faz essa reclamação. É o José Augusto Barboza, de São Paulo, capital.

Ele diz que os rapazes da cidade dele são sempre demitidos da empresa e ficam sem emprego até completarem 19 anos porque as empresas sabem que a CLT obriga a manter a vaga do funcionário que presta serviço militar, pagando todos os encargos sociais. Antes que isso aconteça, então, elas, as empresas, dispensam o empregado. Por isso, o José Augusto pede ao Senhor que eliminate esse dispositivo da lei para facilitar o acesso do menor ao trabalho.

O que é que o Senhor diz para o José Augusto, Presidente?

Presidente — José Augusto, a supressão desse dispositivo não trará benefícios. Quem for demitido ou tiver dificuldade de conseguir emprego, por causa de seus deveres com o serviço militar, deve procurar os órgãos do Ministério do Trabalho e denunciar essa discriminação, a fim de serem adotadas as medidas previstas na lei.

A Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que o afastamento do empregado, em virtude das exigências do serviço militar, não pode ser motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador. É uma medida de proteção para quem vai prestar o serviço militar. O contrato de trabalho fica suspenso no sentido de que, não havendo trabalho, não há salário. Mas as vantagens do tempo de serviço para fins de estabilidade e indenização, continuam. O empregador fica obrigado a depositar os valores do FGTS, e tem o dever de esperar o regresso de seu empregado. A volta ao trabalho está garantida nas mesmas condições do momento em que se afastou.

Pela Constituição, todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional. O alistamento militar é, assim, um dever cívico de todo brasileiro. No último recrutamento, cerca de 1 milhão e meio de rapazes de 18 anos se alistaram e foram incorporados 160 mil. Os outros são considerados excedentes. A liberação desses jovens tem sido antecipada e os respectivos certificados militares são entregues no início do ano em que completam 19 anos.

Como você vê, o Governo tem o cuidado de regularizar a situação de todos os jovens em relação ao serviço militar, justamente para não prejudicá-los no mercado de trabalho.

TRABALHO – DEMISSÃO

Apresentador – Presidente Figueiredo, o Anselmo Soares Lima, da cidade de Bezerros, em Pernambuco, diz aqui que trabalhou durante 17 anos numa firma de pavimentação e depois ele teve lá um ataque do coração e foi declarado incapacitado temporariamente para o trabalho, quando estava amparado pelo INPS. A firma então demitiu o nosso amigo Anselmo.

Agora, ele pergunta para o Senhor o seguinte: "Presidente Figueiredo, essa atitude da firma está de acordo com as leis trabalhistas?"

Presidente -- Anselmo, sua carta foi examinada pelo Ministério do Trabalho. Enquanto estiver incapacitado temporariamente para o trabalho e em gozo de benefício do INPS, o empregado não pode ser despedido. Apenas tem o seu contrato de trabalho suspenso. Esse é o entendimento da Legislação Trabalhista, apoiado em sucessivas decisões dos nossos tribunais. Você pode procurar a Justiça do Trabalho, Anselmo, para proteger os seus direitos.

Vou repetir um apelo que já fiz aqui neste programa. É preciso evitar o tratamento injusto para com os nossos trabalhadores. Euuento sinceramente com o esforço e a boa vontade de todos, especialmente nesse período em que lutamos com uma crise econômica mundial. O Ministério do Trabalho tem instruções para exercer uma rigorosa fiscalização para proteger o trabalhador, mas é preciso contar com a consciência social dos empregadores. Sem essa consciência social, as nossas dificuldades serão maiores, em prejuízo de todo o País.

ESCOLAS PIONEIRAS

Apresentador – Presidente Figueiredo, agora o tema é Educação. A Elyene Adorno Almeida, de Feira de Santana, na Bahia, acha que a solução para interiorizar o ensino no Brasil seria a abertura de escolas por frentes pioneiras. Então ela pergunta: "Presidente João Figueiredo, por que existem tantos professores formados, sem emprego, se há tanta gente sem possibilidade de estudar no interior?"

Presidente – Elyene, muitos professores formados ficam sem emprego porque preferem os atrativos das grandes cidades. Outros não podem ir ao interior por motivos familiares, ou compromissos já assumidos ou acham que os salários não são compensadores. Preferem, por isso arrumar qualquer trabalho na cidade grande, mesmo fora da carreira do magistério. O Governo não poderia, nem deve, obrigar-los a mudar de idéia. Quanto à abertura de escolas por frentes pioneiras, é uma idéia excelente e já foi posta em prática em alguns casos. Foi assim que se fez com as agrovilas da Amazônia, e com o Projeto Rondon que levou professores universitários para o interior do Amazonas, Pará, Goiás, Bahia, Rondônia e nos Territórios de Roraima e Amapá. Essas frentes tiveram ótimos resultados. Foi um esforço pioneiro para romper com as barreiras do atraso, da distância ou da falta de gente preparada. Mas, uma vez vencidas essas barreiras, deve-se institucionalizar o atendimento educacional à população, isto é, contratar professores formados, do local ou de fora, que permaneçam na localidade. Assim, da frente pioneira, passa-se ao ensino organizado de forma regular e permanente.

Hoje, no Brasil, há numerosos lugares que necessitam frentes pioneiras, e o Governo está sustentando essas frentes, como é o caso em Rondônia, no Pará, no Maranhão, para citar alguns. Mas hoje precisamos, acima de tudo, consolidar o atendimento em lugares onde o ensino ainda é dado de forma incompleta ou de forma instável. E isso ocorre principalmente nas periferias das grandes cidades. É para lá, para a educação básica, que devem ser canalizados os recursos das prefeituras, dos governos dos estados e da União, para que se possa contratar professores, fornecer material escolar e merenda aos alunos.

Elyene, essa parece ser a frente pioneira maior que deve receber o esforço tanto dos governos quanto dos professores formados sem emprego.

IMPORTAÇÃO DE ALHO

Apresentador – *Presidente, aqui tem uma carta que me leva à minha infância. Eu, em Minas Gerais, Presidente, quando era joventinho, eu fui plantador de alho. Então, a gente fazia um regozinho de água, fazia uma concha, como uma pá e jogava... era um processo primitivo.*

Agora, o Eduardo Dias da Silva é agricultor em Sete Lagoas, Minas Gerais, e se queixa que os produtores de alho gastam muito com adubo, sementes e óleo diesel para, no final, sofrerem prejuízo, porque o mercado está cheio. Então, ele diz que o mesmo acontece com outros produtos, como a cebola de Pernambuco, e a maçã de Santa Catarina.

Então, ele pergunta ao Senhor: ‘Presidente João Figueiredo, por que a invasão de produtos importados no nosso mercado em época de safra?’

Presidente – O principal objetivo do Governo em relação ao alho, no momento, é reduzir progressivamente as importações, ao mesmo tempo em que incentiva a produção nacional.

Para isso, várias medidas foram adotadas nos últimos três anos, como a inclusão do alho na política do Governo de garantia de preços mínimos, dando ao produtor total segurança na comercialização de sua safra; os recursos do crédito rural para o financiamento da produção e da comercialização de alho foram ampliados; foi feito um esquema de redução progressiva das importações. Isso é para dar aos produtores e comerciantes brasileiros a oportunidade e o tempo de se organizarem para atender o mercado adequadamente e, também, para dar aos nossos parceiros comerciais o tempo de se ajustarem à nova situação.

Por fim, a permissão para importação de alho foi limitada às necessidades da demanda interna, em épocas que não coincidam com a safra nacional.

A situação atual, de difícil comercialização, é localizada. Não decorre somente da existência de restos de alho importado, mas, em boa parte, da grande expansão da safra nacional, em relação à anterior.

Isto porque as importações se encerram em agosto. É preciso lembrar, ainda, que para obter boa comercialização, tanto na fase da produção como depois da colheita, o alho tem de ser bem curado, classificado e embalado. Alguns produtores iniciantes e menos experientes têm tido problemas com a aceitação do alho que produzem, devido à qualidade inferior.

Para esses, eu recomendo que procurem o apoio do Governo através da assistência técnica e o uso da semente selecionada, que é fornecida a produtores iniciantes com financiamentos de até 70%.

ENCERRAMENTO

Apresentador – Presidente Figueiredo, o Senhor fez um histórico pronunciamento na ONU recentemente. O Senhor foi convidado de honra, representando o Brasil, como o Presidente Ronald Reagan em Washington. Depois de amanhã este Palácio da Alvorada, onde nós gravamos o programa, hospedará o Presidente Ronald Reagan.

Presidente Figueiredo, nesta hora mais próxima, qual é a reação pessoal do Senhor de rever o Presidente dos Estados Unidos da América, com quem o Senhor esteve recentemente nos Estados Unidos?

Presidente – A minha reação pessoal, Ney, é de satisfação, para não dizer quase de alegria, porque o Presidente Reagan é desses homens com quem a gente pode conversar segundo o estilo que eu gosto de conversar, que é o estilo de franqueza.

Eu tenho a impressão que a vinda do Presidente Reagan agora, para mim, será um motivo de continuação daquela palestra franca, ampla, cordial, mas incisiva que eu tive com ele em Washington.

Naturalmente que abordaremos questões de toda natureza, de ordem econômica, principalmente política, e abordaremos questões sociais, particularmente na América do Sul e na América Central. Mas sob qualquer aspecto, eu posso garantir que a minha palavra será, aqui como foi lá em Washington, de toda franqueza. Eu tenho a certeza também que S. Exa. falará comigo com aquela franqueza com que me falou em Washington. Eu estou satisfeito.

Apresentador – Senhor Presidente, eu também. Muito obrigado e boa noite ao Senhor e ao seu povo.

Presidente – Muito obrigado aos telespectadores e eu aguardo, com a vontade de Deus, poder continuar estes programas, esclarecendo as dúvidas que, por ventura, forem escolhidas entre as cartas que forem endereçadas ao programa. Muito obrigado.



PROGRAMA Nº XXI

5 de dezembro de 1982

ALTA DE PREÇOS

SALÁRIO MÍNIMO RURAL

COMPRA DE IMÓVEIS USADOS

INDENIZAÇÃO – FGTS

IMPOSTO SINDICAL

TECNOLOGIA

DESEMPREGO

ENCERRAMENTO

ALTA DE PREÇOS

Apresentador — *Boa noite brasileiros. As atenções do mundo estiveram voltadas para o Brasil, com a visita, esta semana, do Presidente Ronald Reagan ao nosso País. Evidentemente que, depois dessa visita, a gente começa agora a desdobrar, discutir, a conversar sobre a importância dessa visita.*

Senhor Presidente, eu quero falar com o Senhor de assuntos internos do País. O Senhor já disse muitas vezes que prefere sugestões a simples críticas que são formuladas para consertar as coisas.

Então, o Cícero de Oliveira Salles, de São Luís, no Maranhão, tem uma sugestão para o Senhor. Ele gostaria que o Governo estimulasse uma mobilização nacional das comunidades urbanas para fiscalizar os preços e combater os abusos.

O que o Senhor acha disso, Presidente Figueiredo?

Presidente — Senhor Cícero, a mobilização das comunidades para enfrentar os aumentos abusivos de preços deve ser permanente. E tem de contar com uma atitude firme e também permanente de cada consumidor, recusando os preços exagerados. Como podemos reagir se os preços sobem todos os dias?

Num país, que eu não vou dizer o nome, um dia houve um aumento do preço dos ovos, alguns centavos por dúzia. As donas de casa, simplesmente, cruzaram os braços. Bastou uma semana. Houve o maior encalhe de ovos do mundo. Então, os comerciantes e os produtores tiveram de baixar o preço.

Esse país tinha uma inflação. Pequena, mas tinha.

Aqui mesmo, senhor Cícero, em Piracicaba, em São Paulo, há dois anos atrás, houve um aumento do preço da carne nos açougues. As donas de casa resolveram boicotar a carne. Aconteceu a mesma coisa: o movimento durou mais de uma semana, mas o preço da carne baixou. Tudo feito tranquilamente, sem desordem. É o consumidor no seu direito de não aceitar ser explorado.

Nós temos inflação mas todo mundo sabe a taxa. Se o produtor começa a subir muito, compre outra coisa. O consumidor brasileiro já tem direito de escolha. Anos atrás, a dona de casa era obrigada a entrar na fila para comprar um produto escasso. Aí ela não tinha opção. Mas isso acabou no Brasil. Ninguém mais tem de perder tempo na fila para comprar feijão, carne, frango ou verduras. Estamos produzindo todos esses alimentos em abundância. A dona de casa pode escolher 10 tipos diferentes de arroz; se um tipo subiu além do razoável, ela pode comprar outro mais barato.

As donas de casa podem se organizar, ou os bairros podem organizar as suas associações. Essas associações já existem em muitas cidades e prestam grandes serviços à comunidade. Cuidam dos problemas das es-

colas, da iluminação das ruas, de melhorar a segurança do bairro e do trânsito. Fazem mutirão para as compras e podem resistir aos aumentos abusivos na feira ou no supermercado do bairro.

Isso é uma maneira importante, inteligente, de fazer funcionar a democracia, de criar condições para melhorar as condições de vida de cada comunidade.

Senhor Cícero, o senhor, aí, em São Luís do Maranhão, tome a iniciativa. Chame seus vizinhos, seus amigos, a gente do seu bairro, para essas iniciativas que contribuem para melhorar a vida de cada cidadão. E depois, me dê notícias do resultado.

SALÁRIO MÍNIMO RURAL

Apresentador – Presidente Figueiredo, o Paulo Fernandes, de São Paulo, tem uma carta em que ele acha que encontrou parte da solução para os problemas do Brasil.

Ele acha que o Senhor devia criar dois salários mínimos. Primeiro, o salário mínimo para o campo. Com isso o Senhor evitaria o êxodo rural, seria a fixação do homem no campo. O segundo, o salário mínimo para a capital, evitando os desniveis econômicos que se acentuam.

O que que o Senhor acha da idéia do Paulo Fernandes, de São Paulo, da capital?

Presidente – Essa pergunta permite ilustrar algumas dificuldades associadas com a fixação de salários. Muitas pessoas se iludem quanto à conveniência do Governo determinar maiores aumentos de salário mínimo. É importante levar em conta que grandes aumentos do salário mínimo causam desemprego. Os desempregados não recebem salário mínimo. O salário mínimo deve ser estabelecido em nível compatível com a possibilidade de ser pago. Este nível corresponde à contribuição do empregado para o valor da produção. Empregar alguém que é mais caro do que o que produz traz prejuízo para o empregador. Implica também em perda para a sociedade como um todo, pois ela estaria gastando com uma atividade mais recursos do que vale a sua produção. Isso é um fator de inflação. Em outras palavras, o nível salarial real está ligado ao nível de produtividade da atividade econômica da empresa, ou da região.

Assim, em relação à sua pergunta, fixar maior salário mínimo na área rural conduziria a maior número de desempregados rurais, e como consequência, a maior migração do campo para a cidade. Portanto, o oposto do que o senhor deseja.

COMPRA DE IMÓVEIS USADOS

Apresentador – Presidente, tem um caso aqui muito particularizado, mas é um assunto sério. O Almerindo Leandro da Silva, de Itaberaba, na Bahia, diz que era soldado da Polícia Militar. Ele recebeu três tiros num atentado político e ficou paralítico. Aí então foi aposentado por invalidez. Nessa condição, ele se inscreveu na CEF, para ver se recebia uma casa. Acontece que a coisa demorou, então ele quer saber do Senhor, se o Senhor poderia dar uma ordem para que ele possa ter prioridade no atendimento na Caixa.

Presidente – Meu caro Almerindo, fique tranqüilo. Você e todos os candidatos que se inscreveram.

No Programa de Financiamento de Imóveis Usados, da Caixa Econômica Federal, está previsto o atendimento de todos os inscritos. Quando o programa foi lançado, 500 mil brasileiros se inscreveram. Agora, ao examinar a sua carta, a Caixa Econômica Federal me informou que já foram convocados mais de 200 mil e as cartas de crédito para esses já estão sendo expedidas.

Desde os primeiros dias do meu mandato, Ney, preocupei-me em promover uma política habitacional do Governo Federal, capaz de beneficiar, concretamente, milhões de brasileiros que sofriam esse problema.

Nas minhas viagens pelo Brasil, eu, pessoalmente, vi, em toda parte, o resultado dessa política, o sucesso do nosso esforço em ajudar o brasileiro a ter casa, a morar melhor. A casa fixa do homem na sua terra. Dá mais segurança à sua família.

E quero dizer que essa política vai continuar. Os programas habitacionais do Governo Federal continuarão no mesmo ritmo, tendo em vista o seu aspecto prioritário para as nossas populações, e, além disso, esses programas proporcionam milhares de empregos distribuídos por todo o País.

INDENIZAÇÃO – FGTS

Apresentador – Senhor Presidente, o trabalho é o assunto da carta de José Mariano Espósito, do Rio de Janeiro. Ele sugere aqui que o empregado com 35 anos de serviço na mesma empresa tenha o direito de se demitir e receber a indenização e ir embora.

Ele acha que, assim, aumenta o rodízio. Quer dizer, o sujeito vai para casa e aumenta o número de vagas nas empresas, que é uma tese que tem sido defendida por algumas pessoas em algumas circunstâncias, para aumentar o mercado, para a gente poder assimilar esse milhão e meio de necessidades de mercado todo ano, de emprego.

O Senhor concorda com o José Mariano Espósito, do Rio de Janeiro, Senhor Presidente?

Presidente – Para recompensar o empregado que se aposenta com 35 anos de serviço, o Governo criou o FGTS. As pessoas na situação indicada pelo senhor poderiam optar pelo Fundo de Garantia, inclusive através da opção retroativa, com a concordância da empresa, o que garante o recebimento de boa quantia, ao se aposentar.

Já a idéia de obrigar o empregador a pagar indenização, também quando o empregado pedir demissão, afetaria seriamente o número de empregos no País, pelo ônus que ia significar para as empresas.

A indenização imposta à empresa constitui um limite no arbítrio de demitir do empregador, uma defesa do empregado. Esse é um elemento de força em favor do empregado, nas nossas leis trabalhistas.

Além disso, a Consolidação das Leis do Trabalho assegura o direito de indenização ao empregado que não opta pelo Fundo de Garantia, ao ser demitido sem justa causa, ou quando ocorrer a aposentadoria compulsória requerida pelo empregador.

IMPOSTO SINDICAL

Apresentador – *Senhor Presidente, já que estamos falando de Política Trabalhista, vamos falar de Imposto Sindical. O senhor Francisco Klussza, do Rio de Janeiro, critica o Imposto Sindical. Diz que ele obriga o assalariado a entregar um dia de trabalho aos sindicatos sem nenhum proveito. E pergunta: ‘Por que, Presidente João Figueiredo, não acabamos com esse imposto?’*

Presidente – Francisco, o Imposto Sindical, que hoje se chama Contribuição Sindical, é pago por todos os membros de uma categoria profissional, ou de uma profissão liberal, para financiar o seu sindicato.

É uma contribuição obrigatória porque é o meio pelo qual a lei assegurou a sobrevivência financeira dos sindicatos. Como a sindicalização é facultativa, as contribuições mensais de seus associados, em número reduzido, são insuficientes para o volume de atividades. Vou citar três que são muito importantes: a manutenção de serviços de assistência judiciária para todo trabalhador da categoria, mesmo que não associado, a fundação de escolas de alfabetização e pré-vocacionais e fundação de cooperativas de consumo e crédito.

Para mim, os sindicatos que se dedicam com seriedade a esses três deveres trazem uma contribuição valiosa para a nossa gente.

Aí está, Francisco, porque a manutenção da Contribuição Sindical é defendida pela grande maioria dos sindicatos brasileiros.

TECNOLOGIA

Apresentador – Presidente Figueiredo, agora, na esteira da viagem do Presidente Reagan ao Brasil, o povo brasileiro tomou conhecimento mais claramente, agora, enfatizamos mais essa semana, que nós exportamos para eles, para os Estados Unidos, de 17 a 20% de nossas exportações. Nos exportamos produtos primários, como açúcar, café, etc. E nós importamos sempre menos do que isso, permanecendo o superávit na nossa balança de pagamentos. E nós importamos tecnologia, principalmente.

Então, aqui eu vou encaixar, Presidente, a pergunta de Antônio de Oliveira Filho, que é baiano de Salvador e que acha que a importação excessiva de tecnologia estrangeira enfraquece a empresa brasileira.

Aí, então, ele sugere que o Governo estimule o mercado interno, incentivando as indústrias brasileiras que produzem bens de consumo popular, como roupas e alimentos.

Ele pergunta se a alternativa dele seria razoável, Senhor Presidente.

Presidente – Senhor Antônio, o crescimento do mercado interno, um incentivo ao setor industrial produtor de bens de consumo, principalmente os essenciais, como os alimentos, são objetivos prioritários do meu Governo. Esses dois setores da alimentação e do vestuário têm se expandido extraordinariamente. Estamos vendendo toda a produção mesmo com a crise mundial que tanto afetou outros setores industriais.

Vamos adiante. Em vez de enfraquecer a empresa privada nacional, a importação de tecnologia traz um enriquecimento para o País importador.

O que significa importar tecnologia? Significa comprar no exterior o resultado de pesquisas que não fizemos. Ou comprar um processo de fabricação que ainda não desenvolvemos. Quando alguém importa tecnologia, vai usar o processo aqui. Vai fabricar produto para o mercado interno ou vai exportar.

Essa importação tem um preço. Mas é evidente que o produtor gera uma renda que fica aqui mesmo, sob a forma de salários, impostos ou matéria-prima aqui adquirida. É um aumento de riqueza do País.

Tempos atrás, a gente ouvia falar de importação de fábricas velhas, de máquinas já obsoletas em seus países de origem. Isso aconteceu em alguns casos, porque não tínhamos como medir a nossa eficiência industrial. Nós só exportávamos produtos primários.

Hoje, a situação mudou. Quem importar alguma tecnologia desatualizada corre o risco de fracassar. Nós já temos uma razoável competição interna e disputamos as exportações de produtos industrializados com outros países mais avançados. Então, senhor Antônio, em vez de importar tecnologia em excesso, desconfio, até, que estamos impor-

tando pouca tecnologia.

Eu gostaria de deixar claro que a importação de tecnologia não pode e não deve inibir o desenvolvimento de nossa própria tecnologia e nem prejudicar o nosso esforço de pesquisa.

Eu já triplicei o volume de recursos para os nossos institutos de pesquisas. É necessário acelerar nossas próprias pesquisas, formar cientistas e tentar recuperar o atraso em setores vitais como a informática.

Vamos voltar à questão central. Devemos buscar um equilíbrio entre a compra de tecnologia no exterior e o nosso esforço próprio de pesquisa. Eu tenho um exemplo. Estamos exportando aviões da EMBRAER para vários países do mundo. O nosso avião é um bom produto ou não seria exportado.

Como foi que a indústria aeronáutica brasileira se desenvolveu nos últimos 15 anos? Exatamente com essa mistura de tecnologia importada e pesquisa nacional. Desenvolvemos alguns modelos, importamos alguns equipamentos e fabricamos o avião na EMBRAER, em São José dos Campos. Aí está instalado também o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, que faz pesquisa e forma os técnicos da indústria aeronáutica.

Esse é um bom exemplo do equilíbrio que deve existir nessa questão.

DESEMPREGO

Apresentador – Presidente Figueiredo, os números ... Eu não quero entregar no rigor dos números ... Apenas quero enfatizar aqui uma situação. O mundo desenvolvido se queixa que está com 32 milhões de desempregados. Os Estados Unidos, cujo presidente nos visitou na semana passada, fala em 12, 13 milhões de desempregados e no reajuste dessa crise, nas repercussões desse reajuste na política dos outros.

O Waldenir Garcia dos Santos, de Nerópolis, Estado de Goiás, coloca aqui uma pergunta que me parece que vai dar vontade ao Senhor de explicar bem a nossa política de emprego e as suas preocupações.

O Waldenir está preocupado, Presidente, com a garantia de emprego para o jovem brasileiro. E ele pergunta: "Com tantos alunos nas faculdades, será que daqui há alguns anos haverá emprego para todos, Presidente?"

Presidente – Waldenir, tenha confiança. Você verá que este país vai oferecer oportunidade para muitas gerações de estudantes. Minha preocupação não é essa. O meu conselho a cada jovem estudante é que oriente seus estudos para os campos de atividade que o Brasil precisa. Não desperdice em cursos supérfluos ou inúteis o valioso investimento que o País, as famílias e o próprio estudante fazem no seu preparo. Preocupo-me com que os jovens estudem de verdade para ter uma boa formação, e aproveitar as oportunidades que vão aparecer.

De fato, na faixa universitária, o Brasil expandiu as matrículas em grande escala e muito depressa. Isso se deu em resposta a uma década de rápido crescimento e junto com as aspirações de todos de ver os seus filhos formados em níveis superiores.

Entramos agora numa década mais difícil. Em toda a parte vemos limitações derivadas de problemas mais amplos, como a crise econômica mundial, as dificuldades de exportação, as contenções de investimentos, etc. De fato, hoje muitos jovens formados encontram dificuldades para se empregarem adequadamente.

Vou fazer dois comentários a respeito. O primeiro é que o Brasil e o mundo não ficarão sempre num compasso lento de investimentos e de criação de emprego. O progresso tecnológico do mundo, e também o nosso, promove mudanças radicais na estrutura de emprego. Alguns setores de emprego desaparecem, outros se estabilizam, mas outros se expandem, abrindo oportunidades para novas carreiras profissionais. Cito a área da informática nacional. Está aí, diante de nós, um campo imenso de oportunidades que requer pessoal qualificado e em grande número. Os países mais avançados mostram que esse é um caminho que o Brasil tem de percorrer.

Há muitos outros exemplo. Agora mesmo, o Ministério da Educação concluiu um estudo para a expansão do ensino superior, de forma a

acompanhar o desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas. O segundo comentário é que a formação universitária não pode ser encarada apenas em termos imediatistas, do emprego de hoje e do agora. Formar os jovens é ampliar a capacidade cultural de uma nação. E também prepará-los para a democracia.

ENCERRAMENTO

Apresentador – *Presidente, eu queria propor para o Senhor e para o público que no próximo programa a gente ficasse aqui quase que o tempo todo sobre a visita do Presidente Reagan ao Brasil. Então eu queria pedir ao telespectador: por favor, mande as suas cartas, faça as suas perguntas sobre a visita do Presidente Ronald Reagan ao Brasil, para que o Presidente Figueiredo possa respondê-la.*

O seu boa noite, Presidente, à família brasileira neste princípio de verão.

Presidente – Eu espero que o brasileiro possa, nesse verão, sentir-se um pouco menos abafado, apesar do verão, do que nesses últimos meses. Eu não quero dizer que eu esteja anunciando dias melhores. Nós estamos numa séria crise internacional. Estamos fazendo o máximo para que esta crise repercuta o menos possível na vida de cada cidadão brasileiro. Mas eu tenho fé em Deus de que nós iremos conseguir sair desta e novamente retornar aquele ritmo de desenvolvimento de alguns anos atrás.

Apresentador – *Senhor Presidente, muito boa noite.*

Presidente – Boa noite, Ney.



PROGRAMA N° XXII

12 de dezembro de 1982

ABERTURA

PAÍS MELHOR

OPOSIÇÃO

FINSOCIAL

PREVIDÊNCIA/COOPERATIVAS

ECONOMIA POPULAR

ALIMENTOS

ENCERRAMENTO

ABERTURA

Apresentador – Boa noite, brasileiros.

Senhor Presidente, na semana que passou o Senhor fez um pronunciamento, especificamente na terça-feira, dizendo o seguinte:

“O nome do meu sucessor será articulado no momento que me parecer mais indicado. Tudo mais é especulação prematura. Afoitas previsões para um quadro não delineado, nem cogitado”.

Embora o pensamento de V. Ex.^a esteja claramente expresso aqui, o Senhor não gostaria de acrescentar mais alguma coisa, para nos honrar no programa com uma manifestação desta natureza?

Presidente – Eu acho que o que eu queria dizer está bem dito aí. Não delineado e não cogitado. Nós acabamos de sair de uma eleição que praticamente tomou conta de todos os setores da sociedade brasileira, durante esses últimos meses. Estamos atravessando uma crise econômica muito séria. Eu ainda tenho dois anos de mandato pela frente, com problemas administrativos, e por que não dizer econômicos e sociais, uns para contornar e outros para resolver a curto prazo. Eu acho que é muito prematuro pensar em se abordar o problema sucessório agora, desbordando os problemas essenciais que temos para tratar. Está chegando a hora agora dos governadores tomarem posse, os governadores eleitos, e enfrentarem a administração de seus Estados e ver se conseguimos diminuir essa pressão do fator econômico sobre nós. Eu acho até impatriótico tratar desse problema agora.

Apresentador – Senhor Presidente, é evidente que os ângulos da visita do Presidente Ronald Reagan ao Brasil, são os mais variados. No possível, eles vão sendo analisados com o correr do tempo. As atenções do mundo estiveram voltadas para o Brasil. Nós recebemos várias manifestações, por telefone e pessoalmente. A produção do programa, aqui na divisão de jornalismo de Brasília, nós, apenas queríamos fazer uma pergunta.

Presidente, manteve-se aquele clima de cordialidade tão acentuado entre o Senhor e o presidente norte-americano, quando o Senhor esteve em Washington, no começo do ano?

Presidente – Olha, Ney, eu diria que não apenas se manteve. Ele foi além daquele clima que houve em Washington. E é facilmente explicável porque eu estava em casa. Eu não tinha a cerimônia de estar na casa dos outros, de ser o convidado, eu era o anfitrião. De maneira que naquelas ocasiões em que o protocolo permitiu, eu fui capaz de ser eu mesmo, junto dele. E ele também se sentiu muito mais à vontade comigo. De maneira que as conversas foram muito cordiais, muito fran-

cas. Se bem que ele me teria dado toda liberdade em Washington, eu acho que aqui ele se sentiu mais à vontade. Particularmente quando ele foi à minha casa.

Apresentador – *Senhor Presidente, uma avaliação rápida e os resultados desses encontros, dessa visita?*

Presidente – Olha, os resultados, Ney, o que se poderia esperar de uma visita dessas, os resultados práticos, eu diria que ainda estão por vir. Mas eles já se delinearam nas conversações iniciais, pela maneira com que os pontos de divergência, os pontos em que em cada assunto nós tínhamos dificuldades para resolver, eles foram enfrentados. Pelo menos já se teve a coragem de conversar sobre essas divergências e o que cada um pensa exatamente.

Eu acho que esse foi um grande passo quando se decidiu que as dificuldades seriam enfrentadas. E cada um dissesse, exatamente, até que ponto a dificuldade era ou não dificuldade, qual a importância, o tamanho dessa dificuldade para ser resolvida. Esse, o grande valor do encontro.

PAÍS MELHOR

Apresentador — Senhor Presidente, vamos ao despacho do Senhor com o povo brasileiro.

Nós sabemos que existe uma crise econômica — o Senhor acabou de falar — que afeta todos os países, uns mais do que os outros, outros mais, outros menos. E muita gente quer saber, Presidente, como é que o Brasil vai conseguir superar esse período difícil. A Jane Marli Borges dos Santos, de Pirajui, São Paulo, pergunta o seguinte:

“Presidente João Figueiredo, teremos algum dia uma Pátria em melhores condições, em meio a tantas outras tumultuadas?”

Presidente — Teremos, Dona Marli, eu tenho essa convicção e peço à senhora e a todos os professores que me ouvem que transmitam o que vou dizer aos seus alunos. Entre 150 países já somos a oitava economia mundial, pela nossa produção anual. O Brasil chegou a essa posição muito recentemente, no espaço de apenas duas gerações. A crise mundial de 1930 acordou o Brasil para a fragilidade de nossa economia do café. Era a geração dos nossos pais, e eles sentiram a necessidade de um setor industrial.

Começamos a montar um parque industrial, usando um pouco o capital gerado pela produção agrícola e com dinheiro emprestado lá fora. Tivemos dois períodos de desenvolvimento econômico muito rápido, entre 1955 e 60 e de 1964 até a crise do petróleo, na década de 70. Esse desenvolvimento mudou a qualidade de vida dos brasileiros. Deixamos para traz o subdesenvolvimento, o setor industrial consolidou-se e o setor agrícola cresceu e incorporou enormes regiões, vazias há séculos.

A partir da crise do petróleo, em 74, estamos lutando, primeiro, para diminuir a dependência do petróleo importado e segundo, para atravessar as crises financeiras que levam o mundo, outra vez, à beira de uma recessão geral.

Como é que o Brasil está se comportando nessa luta?

Quando explodiram os preços do petróleo, nós tínhamos uma dívida externa de 13 bilhões de dólares, com vencimentos bem distribuídos no tempo, veja bem, 13 bilhões de dólares. Tínhamos reservas de seis bilhões de dólares, quase metade da dívida, e que nos garantia quase um ano de importações, importávamos um milhão de barris de petróleo por dia, que custava 500 milhões de dólares por ano. Da noite para o dia passaram a custar cinco bilhões de dólares por ano.

O Brasil teve de ir buscar recursos no mercado financeiro internacional para pagar o petróleo e continuar o desenvolvimento, agora menos acelerado.

Furamos mais poços de petróleo e desenvolvemos a produção do álcool, para substituir a gasolina importada. Tudo isso custa muito dinhei-

ro. Para furar um poço de petróleo, custa 50 milhões de dólares: um poço! Nossa produção passou de 100 mil para quase 300 mil barris por dia. E reduzimos as importações de um milhão para 700 mil barris por dia. Ainda assim o petróleo deu um outro salto, triplicando o preço. Passamos a gastar nove bilhões de dólares por ano, com a importação, mesmo contendo o consumo.

De 1980 para cá, o Brasil, e outros países tiveram outro problema terrível. A elevação brutal das taxas de juros no mercado financeiro internacional. Em dois anos, muitos países quebraram. Nós continuamos a luta. Em outubro último, nas Nações Unidas, fiz uma advertência e sugeri que medidas urgentes de reforço dos organismos financeiros internacionais fossem tomadas. Sem uma compreensão adequada do problema, muito breve afundariam mais países e, junto com eles, todo o sistema financeiro mundial. Os últimos acontecimentos mostraram que está se formando uma nova compreensão na comunidade internacional. Os organismos financeiros, com o FMI, vão receber recursos novos dos países desenvolvidos e vão poder financiar uma parte dos recursos que precisamos, a juros mais baixos e prazos mais longos. O Brasil está negociando os créditos a que tem direito e pretende utilizar os próximos anos, para reduzir os custos da amortização de sua dívida.

Quero enfatizar que todo esse esforço, essa luta pelo desenvolvimento, é absolutamente necessário. Só podemos criar os empregos que precisamos desta maneira. Se paramos o desenvolvimento, como querem alguns dos que me combatem, teremos milhões de brasileiros desempregados. E eu não quero isso. Tudo farei para que haja o maior número de empregos possível no País. Nós vamos continuar o nosso trabalho, com um espírito de poupança cada dia mais necessário e com maior solidariedade em nossa sociedade. Vamos superar mais essa crise mundial e vamos sair dela mais equilibrados e em condições de legar um país mais próspero às novas gerações. É isto que eu espero.

OPOSIÇÃO

Apresentador – Presidente Figueiredo, tem uma pergunta aqui de natureza política. A Suely, da cidade de Faxinal, no Paraná. E ela esqueceu de colocar aqui o sobrenome, na carta, mas nem por isso ela deixou de dizer o que pensa. Ela acha que o Brasil seria hoje um País unido, se não houvesse Oposição.

Então, ela pergunta: "Presidente Figueiredo, será que as coisas não seriam mais fáceis se não houvesse Oposição?"

Presidente – A inexistência de Oposição, Suely, poderia ser mais cômoda para quem governa, mas não seria bom para o país, nem para os cidadãos conscientes e interessados no aperfeiçoamento da administração pública, no caminho do nosso desenvolvimento social, no nosso destino político.

É preciso deixar claro que Oposição significa o direito de crítica construtiva. O alerta e atenção permanentes de cada cidadão para a condução da coisa pública. O que deve ser comum a todos, Governo e Oposição, é o desejo sincero de alcançar-se o bem comum. O que é condenável é a Oposição que quer somente tomar o poder para implantar ideologias contrárias à nossa formação histórica e cultural, ao nosso estilo de vida. O debate entre Governo e Oposição é uma forma positiva de renovação de idéias e valores. Por isso, Suely, creio na democracia e toda a ação do meu Governo está voltada para esse fim. Estou convicto de que com ela poderemos atingir o desenvolvimento que todos almejamos para o nosso País.

FINSOCIAL

Apresentador – Presidente João Figueiredo, o Arlindo Jerônimo Ferreira, daqui de Brasília, diz que é um entusiasta do FINSOCIAL. Mas se declara preocupado com a demora da liberação dos recursos do programa. Ele quer saber: ‘Presidente Figueiredo, quando é que a população carente vai começar a receber os benefícios do FINSOCIAL, principalmente na área de alimentos?’

Presidente – Senhor Arlindo, o dinheiro do FINSOCIAL já está chegando às famílias carentes. Isso eu lhe garanto. Posso informar em que áreas o dinheiro do FINSOCIAL está sendo aplicado e a quem ele já está beneficiando.

Em primeiro lugar, alimento para as nossas crianças. Fizemos um reforço importante na merenda escolar. Nos bairros mais pobres, esse alimento na escola é a principal refeição do dia para muitas crianças. Em todos os casos, é uma contribuição muito importante para manter a saúde das crianças e o seu aproveitamento nas aulas. Todos os dias, 16 milhões de alunos já recebem esse reforço alimentar. No dia 14 de setembro passado, destinei 14 bilhões e 400 milhões de cruzeiros do FINSOCIAL para a merenda atingir mais de um milhão de alunos, diariamente. Vou aplicar ainda mais recursos nesse programa e, em 83, se Deus quiser, vamos utilizar o FINSOCIAL nas escolas primárias de todo o Brasil.

Outro programa de grande alcance social é o fornecimento de alimento básico para as gestantes, para mães que estão amamentando seus filhos e para crianças menores de sete anos, de famílias cuja renda vai até dois salários mínimos.

Destinei sete bilhões e meio de cruzeiros do FINSOCIAL ao Ministério da Saúde, para ampliar esse programa. Hoje, ele atende a dois e meio milhões de pessoas e, com os novos recursos, vai dar apoio a quatro milhões.

No mesmo 14 de setembro, autorizei o reforço de 20 bilhões de cruzeiros do FINSOCIAL para construir mais 80 mil casas para pessoas com renda familiar até três salários mínimos. Esses recursos foram para o Promorar. O programa do Governo Federal para acabar com as favelas nas periferias das grandes cidades, como a favela da Maré, no Rio de Janeiro.

Nesses quatro meses em que eu viajei pelo Brasil inteiro, tive oportunidade de verificar, no local, o andamento de diversas obras do Promorar. Devo dizer que este programa me orgulha e responde às esperanças dos que mais necessitam de moradia decente.

Como o senhor Arlindo disse, na carta, que tem receio de que esses recursos não sejam bem utilizados, por causa da burocracia, vou esclarecer que o Governo teve o cuidado de não criar um órgão novo, uma

despesa nova, para gerir os recursos do FINSOCIAL. Esses recursos vão para órgãos já existentes e programas de eficiência comprovada no campo social. Os recursos do FINSOCIAL estão, assim, chegando, na prática, a milhões de brasileiros.

PREVIDÊNCIA/COOPERATIVAS

Apresentador – *Senhor Presidente, o assunto agora é trabalho. Vamos a uma carta, que é uma denúncia-consulta.*

O Sandoval Alves da Silva, de João Pessoa, na Paraíba, diz que o pai dele trabalha numa cooperativa de indústria têxtil. Acontece que a empresa, Presidente Figueiredo, não está recolhendo o INPS dos empregados.

Então ele quer saber do Senhor: "Cooperativa, Presidente, não precisa pagar os direitos dos empregados?"

Presidente – Sandoval, as cooperativas têm a obrigação de recolher as contribuições previdenciárias como qualquer outra empresa. Você pode estar certo de que essa cooperativa – se não cumpre suas obrigações com o trabalhador e a Previdência Social – vai receber a visita dos fiscais do IAPAS, órgão responsável pela fiscalização das empresas.

Agora, quero dizer a você para não se preocupar com a situação de seu pai, ele terá todos os direitos de segurado da Previdência Social, mesmo que a cooperativa onde ele trabalha atrasse o recolhimento das contribuições. É uma questão de justiça, fique tranquilo.

ECONOMIA POPULAR

Apresentador – *O Newton de Palma Braga, de São Paulo, Presidente Figueiredo, da capital, fez aqui uma longa carta com críticas ao modelo econômico e à política habitacional. Mas o ponto central da carta dele é uma sugestão. O Newton quer que os crimes contra a economia popular sejam capitulados na Lei de Segurança Nacional, por achar que a atual legislação é ineficaz.*

Isso é possível, Senhor Presidente?

Presidente – Antes de responder ao Newton eu quero fazer uma observação interessante. Muita gente quer acabar com a Lei de Segurança Nacional e o nosso patrício Newton vem propondo que ela seja aproveitada também para os crimes comuns.

Newton, os crimes contra a economia popular já têm tratamento específico na Lei 1.521, de 1951. Essa lei é um instrumento eficaz quando acionado adequadamente. Qualquer infração penal, leve ou grave, atinge a sociedade e, em sentido amplo, a segurança nacional. Mas ela é apreciada pelo foro próprio que é a justiça comum.

A Lei de Segurança Nacional tem seus limites de aplicação bem definidos. Ela não permite que se transfira para o julgamento em foro especial crimes por ela não previstos.

Muitas vezes a falta de provas pode levar alguém a confundir o exercício da defesa com a impunidade.

Com o objetivo de acelerar a justiça e obter mais eficiência na punição dos culpados, o Ministério da Justiça está realizando ampla reforma da legislação penal.

Serão enviados brevemente ao Congresso Nacional os anteprojetos da parte geral do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal. E aí estão capitulados os crimes contra a economia popular.

ALIMENTOS

Apresentador – *Senhor Presidente, a última carta de hoje vem de Lages, Santa Catarina. O Ireno Perotoni acha que o principal motivo da inflação é a importação de alimentos. Por isso, ele pergunta ao Senhor: "Presidente João Figueiredo, por que no Brasil ainda não existe um batalhão agrônomo, ou uma firma empreiteira para plantar os alimentos básicos?"*

Presidente – O Senhor Perotoni sugere a criação de uma grande empresa para a produção de alimentos, com as dimensões da Itaipu Binacional, e a criação de batalhões agronômicos. Mas a história da agricultura no mundo mostra que ela se desenvolve com sucesso nos países que adotam formas descentralizadas de produção agrícola. Nas nações onde a decisão não fica nas mãos do produtor, mas sim, centralizada pelo governo, o desenvolvimento do setor agrícola não é tão expressivo e chega a ser um problema sério.

Ao governo cabe fomentar a atividade econômica, por meio de instrumentos de política. O meu Governo deu prioridade, nos planos nacionais de desenvolvimento, à produção de alimentos. E os resultados tem sido positivos, senhor Perotoni. Os agricultores, cada qual com sua liberdade de decisão sobre o que quer plantar, quando plantar, como plantar e quanto plantar, vêm correspondendo aos estímulos governamentais. Nos últimos quatro anos eles deram, ao País, safras recordes de grãos para alimentação. Passamos de 43 milhões de toneladas, colhidas no primeiro semestre de 1979, para uma safra próxima dos 56 milhões de toneladas, colhidas no primeiro semestre deste ano. Um aumento de 30 por cento, que permitiu acabar com as importações de alimentos, exceto o trigo.

Antes, nós chegamos a precisar comprar lá fora milho, arroz, carne, leite e até feijão, para não deixar que faltasse na mesa do brasileiro. Mas, graças à resposta de nossos agricultores, já dois anos deixamos de importar alimentos básicos, e o País voltou aos mercados internacionais de produtos agrícolas, exportando até feijão, fato inédito há mais de 10 anos. E isso depois de reduzirmos o preço do produto a menos da metade do que custava há um ano atrás.

Assim, como o senhor vê, a solução do problema da produção de alimentos não está na criação de mais uma empresa estatal. O que temos de fazer – e estamos fazendo – é apoiar o produtor privado, tornar a atividade agrícola rentável e garantir a comercialização. Tudo dentro do espírito de livre iniciativa que é a base da organização de nossa sociedade.

ENCERRAMENTO

Apresentador – Senhor Presidente, eu pensei que o Senhor fosse tirar férias, mas pelo visto aqui na agenda do Senhor, a coisa ... quer dizer, terminou o período eleitoral, e sem saber dos problemas governamentais administrativos, tivemos a visita do Presidente Reagan e agora o Senhor está no Rio de Janeiro cumprindo uma extensa agenda de trabalho aqui na ex-capital da República.

Presidente Figueiredo, queria fazer três agradecimentos rápidos ao Senhor. Primeiro, em nome da equipe de jornalismo da TV Globo aqui de Brasília. Segundo, em nome da minha empresa, a Rede Globo de Televisão. E terceiro, em nome dos telespectadores, da família brasileira de todo País.

Muita gente agora sabe, Senhor Presidente, se é que foi necessária a prova, de que este programa ao longo do ano de 1982, não foi uma palavra isolada. E não foi uma manifestação isolada de um setor na vida brasileira, por mais importante que ele fosse. Mas foi uma caixa de ressonância, de uma série de assuntos da mais alta importância do País.

Eu, às vezes, Senhor Presidente, fico até um pouco constrangido quando eu pego uma carta simples, que trata de um assunto específico de uma pessoa. Eu fico imaginando: até que ponto isso vai servir a outras pessoas do País. Mas eu me eduquei neste programa, Senhor Presidente, a receber, com o mesmo carinho e respeito, a participação das minorias do País. A carta de uma pessoa que não tem a quem recorrer, senão ao Senhor, é tão importante quanto um abaixo-assinado formulado por milhões de pessoas.

Em nome desses humildes, dessas minorias que participaram do programa, em nome de todos aqueles a quem o Senhor atendeu, inclusive, às vezes, de maneira simples, de forma didática, fica aqui consignado o meu melhor agradecimento, o meu respeito, Senhor Presidente, a minha admiração.

Aliás, Senhor Presidente, quem anteviu o alcance social desse programa e a profundidade das perguntas e das respostas que foram formuladas aqui, foi o Diretor-Presidente da Rede Globo de Televisão, jornalista Roberto Marinho, que criou este programa, a quem nós consignamos aqui também o nosso melhor agradecimento.

Senhor Presidente, chegamos ao final do ano, e a palavra fica livre para o Senhor agora.

Presidente – Ney, eu agradeço sinceramente as palavras que você acaba de pronunciar a respeito do nosso programa. Quem deve agradecer, de fato, sou eu. Agradecer aos telespectadores pela paciência, como eu tenho dito, de me escutarem, e agradecer a essa maravilhosa equipe da Rede Globo de Televisão que me recebeu aqui, já não digo com o res-

peito devido à posição que eu ocupo, mas, com o passar do tempo, com um carinho que eu, tenho certeza, já leva, em certos aspectos, até à afeição.

Esse programa teve muito valor para mim. O valor do contato indireto, é verdade, mas um contato mais a miude com o público e o valor de conhecer de perto o que são vocês, jornalistas, e como se podem portar diante de uma situação como esta, de um programa em que um Presidente da República se senta na mesa para responder perguntas de toda a natureza.

Repiro, Ney, quem deve agradecer sou eu. Mas, aos brasileiros, eu devo dizer que esta não é a última oportunidade em que eu dirigi a palavra ao povo de minha terra, por que eu pretendo fazer um pronunciamento, uma mensagem de fim de ano, por ocasião do Natal.

De qualquer maneira, Ney, muito obrigado pelas suas palavras.

Apresentador – *Boa noite, Senhor Presidente.*

**Composição e montagem
Escola de Administração Fazendária – ESAF**

IMPRESSO NA SEÇÃO GRÁFICA DO INCRA - BRASÍLIA — DF